

**MENSAGEM GP Nº 243/2019****CONSIDERADO OBJETO DE DELIBERAÇÃO E
DESPACHADO AS COMISSÕES DE**☒ Assessoria Jurídica
☒ Justiça e Redação
☒ Finanças e Orçamento

Mogi das Cruzes, 27 de setembro de 2019.

Proposta Orçamentária para 2020.

Sala das Sessões, em 27/09/2019

2.º Secretário

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Tenho a honra de submeter ao elevado e criterioso exame de Vossas Excelências e à soberana deliberação do Plenário dessa Augusta Casa Legislativa, o anexo projeto de lei que estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020, elaborado de forma a ser compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com as normas da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações posteriores, e ainda, com a Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes.

A peça orçamentária se caracteriza, no que diz respeito à sua apresentação, pela ênfase dada às funções, subfunções e programas, bem como aos projetos e atividades, os quais consubstanciam os objetivos da Administração Municipal para o próximo exercício, calculando-se, a partir de cada um, os respectivos custos, em termos de despesas por categorias econômicas e elementos.

A proposta orçamentária ora encaminhada a essa Colenda Câmara representa, além de uma obrigação legal, um programa de trabalho a ser desenvolvido no próximo ano, e atinge a importância de R\$ 1.869.515.000,00 (um bilhão, oitocentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e quinze mil reais), assim distribuídas:

Prefeitura Municipal	R\$	1.475.100.000,00
Câmara Municipal	R\$	38.900.000,00
Serviço Municipal de Águas e Esgotos - SEMAE	R\$	185.000.000,00
Instituto de Previdência Municipal - IPREM	R\$	170.515.000,00
TOTAL :	R\$	1.869.515.000,00

Importante registrar que o orçamento proposto para 2020 é praticamente idêntico ao do exercício de 2019, acrescido apenas da inflação.

**MENSAGEM GP Nº 243/19 - FLS. 2****RECEITA**

A Receita foi estimada com base em estudo minucioso do comportamento das diversas fontes de recursos registrados nos últimos exercícios, bem como de outros fatores que possam interferir, direta ou indiretamente, na arrecadação municipal, especialmente a política econômica que vem sendo empreendida pelo Governo Federal.

Na composição da receita estimada para o exercício de 2020, ganham destaque as seguintes rubricas e valores:

- Cota Parte do Imp. s/ Oper. rel. a Circulação de Mercadorias - ICMS	R\$	278.000.000,00
- Transf. Rec. Fundo Man. Desenv. Ensino – FUNDEB	R\$	228.500.000,00
- Imposto s/ a Propriedade Predial e Territorial Urbana	R\$	191.800.000,00
- Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - ISS	R\$	146.670.000,00
- Cota Parte do IPVA	R\$	86.500.000,00

No tocante às Receitas de Capital, assume especial importância as Operações de Crédito Autorizadas abaixo relacionadas:

- Execução de obras e serviços de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Vila Moraes - Rede, Adução, EE e Reservatórios, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2, Modalidade Abastecimento de Água, no valor de R\$ 7.060.000,00, autorizado através da Lei nº 6.602, de 18 de outubro de 2011.
- Execução das obras e serviços do Corredor de Transporte Coletivo Leste/Oeste - Trecho Região Oeste até o valor de R\$ 77.580.000,00, autorizado através da Lei nº 6.811, de 17 de julho de 2013.
- Execução das obras e serviços de implantação de infraestrutura urbana na Avenida Kaoru Hiramatsu, no Distrito de Braz Cubas, dentro do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Modalidade Urbana - Pró-Transporte, até o valor de R\$ 17.774.321,41, autorizado através da Lei nº 6.812, de 17 de julho de 2013.

**MENSAGEM GP Nº 243/19 - FLS. 3**

- Execução das obras e serviços de ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário-SES na região leste do Município de Mogi das Cruzes, dentro do Programa Saneamento para Todos - SPE, Modalidade Esgotamento Sanitário, especificamente nos seguintes locais: Bairros do Botujuru e da Vila Nova Aparecida e no Conjunto Habitacional Vereador Jefferson da Silva, todos no Distrito de César de Souza; Bairros do Rodeio - Jardim Aracy e Vila Oliveira, autorizado até o valor de R\$ 31.831.768,91, através da Lei nº 6.900, de 8 de abril de 2014.
- Execução das obras e serviços de ampliação do Sistema de Abastecimento de Água - SAA nos Distritos de César de Souza, de Jundiapéba e no Bairro Vila Oroxó, dentro do Programa Saneamento para Todos - Modalidade Abastecimento de Água, autorizado até o valor de R\$ 13.649.181,85, através da Lei nº 6.901, de 8 de abril de 2014.
- Execução das obras de drenagem superficial e subterrânea, pavimentação e calçadas em ruas do Distrito de Jundiapéba dentro do Programa de Infraestrutura de Transporte e Mobilidade Urbana Pró-Transporte, autorizado até o valor de R\$ 10.000.000,00, através da Lei nº 6.990, de 17 de novembro de 2014.
- Melhoria e ampliação da ETA Centro, dentro do Programa Saneamento para Todos, autorizado até o valor de R\$ 20.070.231,60, através da Lei nº 7.409, de 23 de novembro de 2018.
- Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário - SES Núcleo Jundiapéba, dentro do Programa Saneamento para Todos, autorizado até o valor de R\$ 11.968.756,83, através da Lei nº 7.409, de 23 de Novembro de 2018.
- Estudos e Projetos do Coletor Tronco da Bacia do Rio Jundiáí, dentro do Programa Saneamento para Todos, autorizado até o valor de R\$ 2.185.911,21, através da Lei nº 7.409, de 23 de novembro de 2018.
- Modernização da Infraestrutura dos Mercados e Feiras Livres Municipais, no âmbito da linha de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA, autorizado até o valor de R\$ 6.597.415,96, através da Lei nº 7.481, de 16 de julho de 2019.
- Aquisições de máquinas, equipamentos e veículos novos, de computadores, equipamentos de informática e softwares operacionais - pronta entrega e de luminárias de LED para iluminação pública no Município de Mogi das Cruzes, autorizado até o valor de R\$ 23.000.000,00, através da Lei nº 7.458, de 29 de abril de 2019.
- Execução de projeto integrante do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT, do BNDES, autorizado até o valor de R\$ 50.000.000,00, através da Lei nº 7.392, de 1º de outubro de 2018.

**MENSAGEM GP Nº 243/19 - FLS. 4**

- Projetos de saneamento básico, mobilidade e desenvolvimento urbano socioambiental, no âmbito do Programa +Mogi Eco-Tietê, autorizado até o valor de US\$ 69.439.000,00, através da Lei nº 7.423, de 26 de dezembro de 2018.

**DEMONSTRATIVO SETORIZADO DO EFEITO DAS ISENÇÕES
E OUTROS BENEFÍCIOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA**

(§ 6º do artigo 165 da Constituição Federal, artigo 5º da Lei Complementar Federal nº 101/2000, e § 1º do artigo 125 da Lei Orgânica Municipal)

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA	VALORES PROJETADOS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 ESTIMADOS
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Incentivos Fiscais e Outras Isenções	R\$ 8.150.564,75
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza - Incentivos Fiscais e Outras Isenções	R\$ 7.199.624,24

RELAÇÃO DAS INDÚSTRIAS QUE POSSUEM INCENTIVOS FISCAIS

VALTRA DO BRASIL LTDA
(VALMET DO BRASIL S/A)

Incentivos Fiscais por 50 (cinquenta) anos, a partir de 1972, conforme Lei Municipal nº 2.049, de 16/11/71, e Decreto nº 5.473, de 26/04/76, até o ano de 2022.

SABESP

Incentivos Fiscais por 30 (trinta) anos (período de vigência da concessão) até 05/06/2032, conforme Lei Municipal nº 5.362, de 24/05/2002, relativo as inscrições S.23.Q.061.U.003-SU.000 e S.12.Q.015.U.062

**MENSAGEM GP Nº 243/19 - FLS. 5**

CERÂMICA E VELAS DE IGNIÇÃO
NGK DO BRASIL LTDA

Isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano, Taxas e Licenças Municipais por 40 (quarenta) anos, a contar de 2006 até 2046. Lei nº 5.928/06.

GERDAU AÇOS LONGOS S.A

Isenção do IPTU por 10 (dez) anos (19/09/2014 a 19/09/2024), nos termos da Lei nº 6.924, de 19/09/2014. Obrigações Sociais nos termos da Lei nº 5.928/06 para cumprimento a partir de 19/09/2014.

AIR PRODUCTS DO BRASIL LTDA

Isenção do IPTU por 10 (dez) anos (01/01/2015 a 01/01/2025), nos termos da Lei nº 6.994, de 24/11/2014. Obrigações Sociais nos termos da Lei nº 5.928/06 para cumprimento a partir de 01/01/2015.

NEOBPO SERV. DE PROC. DE
NEGÓCIOS E TECNOLOGIA S/A

Créditos de até 10% (dez por cento) do total da folha de pagamento e encargos sociais, de funcionários residentes em Mogi das Cruzes, destinado a pagamento de tributos municipais - IPTU e ISS, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 2017, conforme Decretos nºs 16.689 e 16.690/2017.

OUTROS BENEFÍCIOS FISCAIS

Isenção do ISS às pessoas que trabalhem por conta própria em caráter empresarial e sem empregados, os serviços elencados no artigo 64 da Lei Complementar nº 26, de 17/12/03.

Isenção do ISS aos espetáculos teatrais, musicais, danças, literários, folclóricos e outros de caráter artístico-culturais, apresentados por artistas amadores e entidades estudantis do Município, nos termos do artigo 65 da Lei Complementar nº 26, de 17/12/03.

Isenção da Taxa de Licença p/ Local e Funcionamento às pessoas físicas não estabelecidas, assim consideradas e que exerçam as atividades nas suas próprias residências, desde que não abertas ao público e aquelas que prestam serviços no estabelecimento ou residência dos tomadores de serviços, nos termos da Lei nº 3.964, de 14/12/92.

**MENSAGEM GP Nº 243/19 - FLS. 6**

Desconto de 30% (trinta por cento) do IPTU dos terrenos que houver obras em andamento, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar Municipal nº 08/02.

Redução de 50% (cinquenta por cento) do IPTU dos imóveis com área igual ou superior a 10.000 m² cobertos por vegetação nativa primária, nos termos do artigo 7º da Lei Complementar Municipal nº 08/02.

Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana sobre os imóveis estritamente residenciais e que se constituam no único patrimônio imobiliário e domicílio do proprietário com terreno até 500m² e área construída de no máximo 50 m² (Baixa Renda).

Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana sobre imóveis utilizados como templos de qualquer culto, na forma estabelecida na Lei Complementar Municipal nº 59, de 6 de maio de 2009.

Isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana sobre imóveis de propriedade de aposentados e pensionistas, na forma estabelecida na Lei Complementar nº 65, de 21 de dezembro de 2009.

Desconto sobre o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana sobre imóveis não-residenciais, na forma estabelecida na Lei Complementar nº 72, de 20 de julho de 2010.

Os efeitos financeiros decorrentes da renúncia de receitas não afetarão as metas de resultados fiscais previstas, de conformidade com o disposto no inciso I do artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

DESPESA

No capítulo da Despesa, os Anexos que acompanham a proposta orçamentária permitem uma apreciação mais analítica e ampla dos programas de governo para o exercício de 2020.

**MENSAGEM GP Nº 243/19 - FLS. 7**

As Despesas Correntes apresentam o montante de R\$ 1.537.673.004,19 (um bilhão, quinhentos e trinta e sete milhões, seiscentos e setenta e três mil, quatro reais e dezenove centavos) correspondendo a 82,25%.

Dentre as Despesas Correntes, os gastos com Pessoal e Encargos Sociais (inclusive Câmara) importam em R\$ 761.681.523,71 (setecentos e sessenta e um milhões, seiscentos e oitenta e um mil, quinhentos e vinte e três reais e setenta e um centavos), equivalente a 40,74% do total da Despesa do Município.

Juros e Encargos da Dívida, com R\$ 20.580.000,00 (vinte milhões e quinhentos e oitenta mil reais) representam 1,10%.

Outras Despesas Correntes, com R\$ 755.411.480,48 (setecentos e cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e onze mil, quatrocentos e oitenta reais e quarenta e oito centavos) representam 40,40% do total a Despesa da Municipalidade.

O volume das Despesas de Capital atinge a cifra de R\$ 316.514.995,81 (trezentos e dezesseis milhões, quinhentos e quatorze mil, novecentos e noventa e cinco reais e oitenta e um centavos), o que representa 16,93% do orçamento total do Município.

A Reserva de Contingência com R\$ 15.327.000,00 (quinze milhões e trezentos e vinte e sete mil reais) corresponde a 0,82% do montante orçado pela Municipalidade.

As dotações globais (Despesas Correntes + Despesas de Capital), previstas no Orçamento para 2020 e destinadas ao atendimento de programas voltados à manutenção e desenvolvimento do ensino, atingem a expressiva soma de R\$ 417.234.451,00 (quatrocentos e dezessete milhões, duzentos e trinta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e um reais), sendo que, desse valor, R\$ 260.421.500,00 (duzentos e sessenta milhões, quatrocentos e vinte e um mil e quinhentos reais) referem-se a repasses do FUNDEB e os oriundos de convênios, Educação Não Formal e Alimentação Escolar.

O valor de R\$ 146.550.000,00 (cento e quarenta e seis milhões e quinhentos e cinquenta mil reais), somado à dedução do FUNDEB que é R\$ 89.761.000,00 (oitenta e nove milhões, setecentos e sessenta e um mil reais), totaliza R\$ 236.311.000,00 (duzentos e trinta e seis milhões, trezentos e onze mil reais), representando 25,58% das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais, dando assim fiel cumprimento ao disposto no artigo 212 da Constituição Federal, bem como na Lei nº 11.494/07.

**MENSAGEM GP Nº 243/19 - FLS. 8**

Os recursos globais destinados ao atendimento de programas voltados à saúde pública elevam-se a R\$ 319.464.886,54 (trezentos e dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), sendo que, desse total, R\$ 104.674.531,79 (cento e quatro milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, quinhentos e trinta e um reais e setenta e nove centavos) referem-se a repasses oriundos de convênios e, os demais, R\$ 200.265.592,15 (duzentos milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e noventa e dois reais e quinze centavos) representam 21,68% das receitas resultantes de impostos e transferências constitucionais, cumprindo, assim, as disposições contidas na Emenda Constitucional nº 29.

Após este breve comentário sobre os principais gastos programados para 2020, insta ressaltar, dentre as diversas Despesas de Custeio, os gastos que a Administração Municipal realizará com a manutenção dos serviços de utilidade pública, os quais atingem o expressivo montante de R\$ 94.153.178,00 (noventa e quatro milhões, cento e cinquenta e três mil, cento e setenta e oito reais), a saber: manutenção da limpeza pública, com R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); manutenção da rede de iluminação pública, com R\$ 18.600.000,00 (dezoito milhões e seiscentos mil reais); melhorias do sistema viário em diversos locais, com R\$ 13.400.000,00 (treze milhões e quatrocentos mil reais); conservação de estradas municipais, com R\$ 1.719.078,00 (um milhão, setecentos e dezenove mil e setenta e oito reais); conservação e limpeza de córregos e galerias, com R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais); conservação e adaptação de edificações públicas com R\$ 310.500,00 (trezentos e dez mil e quinhentos reais); manutenção e conservação de praças e jardins com R\$ 111.000,00 (cento e onze mil reais).

Nos termos do disposto pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, acompanha a proposta anexa a análise da situação econômico-financeira do Município em 31 de julho de 2019, com a demonstração pormenorizada das Dívidas Fundada e Flutuante e outros compromissos financeiros exigíveis.

Conforme é do conhecimento dos senhores Vereadores, foi realizada no dia 19 de setembro último, no Auditório do edifício Sede da Prefeitura, em cumprimento às disposições da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a **audiência pública**, versando sobre orçamento municipal, ocasião em que as autoridades e os munícipes interessados presentes tiveram oportunidade de debater com os técnicos municipais aspectos referentes ao planejamento e à proposta orçamentária do Município de Mogi das Cruzes para o exercício financeiro de 2020.

O Orçamento, assim posto, traduz o Programa de Governo para 2020, expressando as metas e os objetivos da Administração Municipal, voltadas, primordialmente, para a melhoria da qualidade de vida da população mogiana, o qual deverá ser apreciado em conformidade com o disposto no artigo 126 da Lei Orgânica do Município.



MENSAGEM GP Nº 243/19 - FLS. 9

Expresso os meus agradecimentos e valho-me do ensejo para renovar a Vossas Excelências, em mais esta oportunidade, protestos de profundo respeito e de elevada consideração.

MARCUS MELO
Prefeito de Mogi das Cruzes

A Sua Excelência o Senhor
Vereador **Rinaldo Sadao Sakai**
Presidente da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
E demais Excelentíssimos Senhores Vereadores
Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 381, Centro Cívico
Nesta

SGov/rbm



APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO

Sala das Sessões, em 17/12/2019

2.º Secretário

PROJETO DE LEI 119/19

APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO

Sala das Sessões, em 18/12/2019

2.º Secretário

Estima a Receita e Fixa a Despesa do
Município de Mogi das Cruzes para o
exercício de 2020.

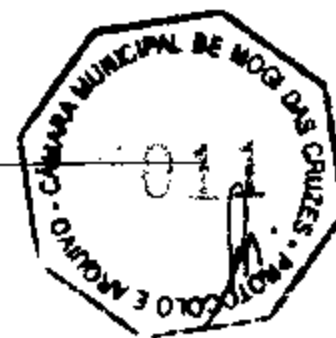
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES,

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O Orçamento Fiscal do Município de Mogi das Cruzes, abrangendo a Administração Direta e Indireta, seus órgãos e fundos, para o exercício financeiro de 2020, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.869.515.000,00 (um bilhão, oitocentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e quinze mil reais), discriminadas pelos Anexos integrantes desta lei.

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos Anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA:		VALOR	VALOR
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES		
1100.00.00	Impostos, Taxas e Contrib.	R\$ 508.215.000,00	
1200.00.00	Receita de Contribuições	R\$ 32.193.000,00	
1300.00.00	Receita Patrimonial	R\$ 22.382.000,00	
1600.00.00	Receita de Serviços	R\$ 154.228.159,00	
1700.00.00	Transferências Correntes	R\$ 734.895.868,61	
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	R\$ 67.066.466,49	R\$ 1.518.980.494,10
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		
2100.00.00	Operações de Crédito	R\$ 149.618.644,90	
2200.00.00	Alienação de Bens	R\$ 91.600,00	
2400.00.00	Transferências de Capital	R\$ 31.028.471,00	R\$ 180.738.715,90
7000.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA - ORÇAMENTÁRIAS		
7200.00.00	Receitas de Contribuições - I.O.	R\$ 95.926.000,00	
7600.00.00	Receitas de Serviços - I.O.	R\$ 11.469.790,00	
7900.00.00	Outras Rec. Correntes - I.O.	R\$ 62.400.000,00	R\$ 169.795.790,00
	TOTAL:		R\$ 1.869.515.000,00

**PROJETO DE LEI - FLS. 2**

Art. 3º A Despesa do Município de Mogi das Cruzes será realizada segundo a discriminação dos quadros “Programa de Trabalho” e “Natureza da Despesa”, integrantes desta lei.

2 - Despesa da Administração Direta e Indireta:		
2.1 - Despesa Segundo as Funções:		Valor
01 -	Legislativa	R\$ 38.900.000,00
04 -	Administração	R\$ 168.176.315,75
06 -	Segurança Pública	R\$ 20.972.500,00
08 -	Assistência Social	R\$ 38.401.901,23
09 -	Previdência Social	R\$ 262.706.000,00
10 -	Saúde	R\$ 329.879.886,54
11 -	Trabalho	R\$ 3.300.000,00
12 -	Educação	R\$ 413.269.950,00
13 -	Cultura	R\$ 13.236.506,66
15 -	Urbanismo	R\$ 187.644.199,76
16 -	Habitação	R\$ 5.464.465,66
17 -	Saneamento	R\$ 261.631.710,60
18 -	Gestão Ambiental	R\$ 4.664.850,00
20 -	Agricultura	R\$ 8.829.615,96
22 -	Indústria	R\$ 2.761.500,00
23 -	Comércio e Serviços	R\$ 13.000,00
26 -	Transporte	R\$ 10.892.898,84
27 -	Desporto e Lazer	R\$ 17.852.199,00
28 -	Encargos Especiais	R\$ 65.590.500,00
99 -	Reserva de Contingência	R\$ 15.327.000,00
<u>TOTAL:</u>		R\$ 1.869.515.000,00

2.2 - Despesa Segundo as Categorias Econômicas:		Valor
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.537.673.004,19
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 316.514.995,81
9.9.9.9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 15.327.000,00
<u>TOTAL:</u>		R\$ 1.869.515.000,00

**PROJETO DE LEI - FLS. 3**

2.3 - Despesas dos Órgãos de Governo:	Valor
Câmara Municipal	R\$ 38.900.000,00
Gabinete do Prefeito	R\$ 17.398.800,00
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos	R\$ 18.729.265,66
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	R\$ 7.018.300,00
Secretaria Municipal de Governo	R\$ 4.567.300,00
Secretaria Municipal de Finanças	R\$ 120.662.300,00
Secretaria Municipal de Educação	R\$ 417.234.451,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$ 37.724.901,23
Secretaria Municipal de Saúde	R\$ 319.464.886,54
Secretaria Municipal de Obras	R\$ 152.038.980,58
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	R\$ 99.910.078,00
Secretaria Municipal de Transportes	R\$ 24.217.750,62
Secretaria Municipal de Desenvol. Econômico e Social	R\$ 2.774.500,00
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	R\$ 17.852.199,00
Secretaria Municipal de Segurança	R\$ 20.972.500,00
Secretaria Municipal de Agricultura	R\$ 8.829.615,96
Secretaria Municipal de Cultura	R\$ 13.236.506,66
Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente	R\$ 4.664.850,00
Secretaria Municipal de Gestão Pública	R\$ 187.802.814,75
Serviço Municipal de Águas e Esgotos - SEMAE	R\$ 185.000.000,00
Instituto de Previdência Municipal - IPREM	R\$ 170.515.000,00
<u>TOTAL:</u>	R\$ 1.869.515.000,00

Art. 4º O Orçamento de Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta e Indireta, seus órgãos e fundos, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 630.987.787,77 (seiscentos e trinta milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos), assim discriminadas:

1 - Saúde	R\$ 329.879.886,54
2 - Previdência	R\$ 262.706.000,00
3 - Assistência Social	R\$ 38.401.901,23
<u>TOTAL:</u>	R\$ 630.987.787,77



PROJETO DE LEI - FLS. 4

Art. 5º Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, de de
2019, 459º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.

MARCUS MELO
Prefeito de Mogi das Cruzes

SGov/rbm



PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

***Proposta Orçamentária do Município
para o exercício de 2020***

PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES
ESTADO DE SÃO PAULO



ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA POR FONTES E RESPECTIVA LEGISLAÇÃO		
Natureza da Receita	RECEITA	LEIS E EMENDAS
	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	
1.1.1.3.03.1.1.01	IRRF - Trabalho	CF - ART. 158; I; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 122
1.1.1.3.03.4.1.01	IRRF - Outros Rendimentos	CF - ART. 158; I; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 122
1.1.1.8.01.1.1.01	IPRU - Predial	CF - ART. 156; I; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, I
1.1.1.8.01.1.1.02	IPRU - Territorial	CF - ART. 156; I; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, I
1.1.1.8.01.1.2.00	IPRU - Multas e Juros de Mora	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.1.8.01.1.3.00	IPRU - Dívida Ativa	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º, 38 E 57 DA LOM
1.1.1.8.01.1.4.00	IPRU - Dívida Ativa - Multas e Juros	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.1.8.01.4.1.00	ITBI	CF - ART. 156; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, II
1.1.1.8.01.4.2.00	ITBI - Multa e Juros de Mora	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.1.8.01.4.3.00	ITBI - Dívida Ativa	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.1.1.8.01.4.6.00	ITBI - Juros Diferenciado	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.1.8.02.3.1.01	ISS	CF - ART. 156; III; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, IV
1.1.1.8.02.3.1.02	ISS - CONSTRUÇÃO CIVIL	CF - ART. 156; III; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, IV
1.1.1.8.02.3.1.03	ISS - SIMPLES NACIONAL	CF - ART. 156; III; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, IV
1.1.1.8.02.3.1.04	ISS AINF - AÇÃO FISCAL	CF - ART. 156; III; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, IV
1.1.1.8.02.3.2.01	ISS - CONST.CIVIL - Multas e Juros	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.1.8.02.3.2.02	ISS AINF - AÇÃO FISCAL - Multas e Juros	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.1.8.02.3.2.03	ISS - MULTA AINF (P) AÇÃO FISCAL	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.1.8.02.3.2.04	ISS - MULTA AINF (A) AÇÃO FISCAL	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.1.8.02.3.2.05	ISS - Multa e Juros de Mora	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.1.8.02.3.2.06	ISS - SIMPLES NACIONAL - Multas e Juros de Mora	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.1.8.02.3.3.01	ISS - Dívida Ativa	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.1.1.8.02.3.3.02	ISS - CONST.CIVIL - Dívida Ativa	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.1.1.8.02.3.3.03	ISS - SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.1.1.8.02.3.4.01	ISS - Dívida Ativa - Multas e Juros	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.1.8.02.3.4.02	ISS - CONSTR. CIVIL - Dívida Ativa - Multas e Juros	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.1.8.02.3.4.03	ISS - SIMPLES NACIONAL - Dívida Ativa - Multas e Juros	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.1.8.02.3.4.99	Outros - Dívida Ativa - Multas e Juros	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.2.8.01.1.1.00	TAXA DE FISCAL. DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA- PRINCIPAL	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.01	TAXA LIC FUNC ESTAB COM IND E PREST SERV	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.02	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.03	TAXA LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.04	TAXA DE ALINHAMENTO E NIVELAMENTO	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.05	TX LIC P/EXERC COM EVENTUAL OU AMBULANTE	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.06	TX LIC P/EXEC ARRUAAMENTO LOTEAM TER PARTIC	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.07	TX LIC P/OCUPAÇÃO SOLO VIAS E LOG PUBLIC	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.08	TAXA DE VISTORIA DE OBRAS	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.09	TAXA DE VISTORIA DE VEÍCULOS	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.10	TAXA DE CEMITÉRIOS	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.11	TAXA DE NUMERAÇÃO DE PRÉDIOS	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.12	TX LICENÇA PARA FÉRIAS E EVENTOS	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.13	TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.14	TAXA DE EXPEDIÇÃO DE ALVARA	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.15	TAXA DE EXPEDIÇÃO DE CCO	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.16	TAXA DE ANÁLISE DE PROJETO	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.17	TAXA DE REGISTRO PROFISSIONAL	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.1.18	TAXA DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.2.8.01.1.2.00	TX DE INSPEÇÃO,CONTROLE E FISC - Multas e Juros	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.2.8.01.1.3.01	TX DE INSP, CONTROLE E FISC - Dívida Ativa	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.1.2.8.01.1.4.00	TX DE INSP, CONTROLE E FISC. - Dívida Ativa - Multas e Juros	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.1.3.8.04.1.1.00	CONTRIB. MELHORIAS - ASFALTO COMUN.	CF - ART. 145; II; LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO - ART 116, V
1.1.3.8.99.1.1.00	Outras Contribuições de Melhoria - Principal (Fundo de Iluminação Pública)	Lei Complementar nº 110, 22 de dezembro de 2014 e Lei Complementar nº

Natureza da Receita	Receita Patrimonial	LEIS E EMENDAS
1.3.1.0.01.1.1.01	OUTRAS RECEITAS DE ALUGUEIS	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.1.0.01.1.1.02	OUTRAS RECEITAS DE ALUGUEIS - CEMFORPE	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.1.0.01.1.1.03	OUTRAS RECEITAS DE ALUGUEIS - CIP	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.01	REC. REMUNERAÇÃO ROYALTIES	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.02	REC. REMUN. DEP. BANC. VINC. - FUNDEB	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.03	REC. REM. DEP. BANC. F.M.S. - FEDERAL	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.05	REC. REM. DEP. BANC. F.M.S. - ESTADUAL	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.06	REC REM DEP. BANC - MDE - FEDERAL	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.07	REM DEP BANC - MDE - ESTADUAL	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.09	REC. REMUN. DEP BANC. - SAL EDUCAÇÃO	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.10	REC. REMUNERAÇÃO - DECENDIAL EDUCAÇÃO	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.11	REC. REMUNERAÇÃO - AÇÕES DA SAUDE	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.12	REC. REMUNERAÇÃO - DECENDIAL SAUDE	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.13	REC.REMUN.DEP.BANC.VINCULADOS-FUNDETUR	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.14	REC. REMUNERAÇÃO - CIDE	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.15	REC. REMUNERAÇÃO - FNAS	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.16	REC.REM.DEP.BANC.VINC.FUND.MUN.ESPORTES	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.17	REC.REMUN.DEP.BANC.VINC.FUND.SOC.SOLID.	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.18	RECEITA REMUN.DEP.BANC.VINC.FMDCA	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.19	RECEITA REMUNERAÇÃO DEPOSITO POUPANÇA	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.20	REMUN. OUTROS DEP. REC. NÃO VINCULADOS-PREF	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.21	REC. REMUNERAÇÃO MUNIC. SERV. TRÁNSITO	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.22	RECEITA DE REM. DEV. CAMARA	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.23	REC. REM. RECURSOS ESPECÍFICOS - PREFEITURA	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.24	REC. REMUNERAÇÃO FUNDIP - FUNDO ILLUM. PUBLICA	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.25	REC. REM. LEI 151 70%	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.26	REM. DEP. BANC. VINCULADOS - REC. FEDERAL	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.1.00.1.1.27	REM. DEP. BANC. VINCULADOS - REC. ESTADUAL	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.2.2.00.1.1.00	Dividendos - Principal	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.3.4.9.99.1.1.01	COMP.FINANC.P/EXPLORAÇÃO REC.MINERAIS	LEI Nº 7999/89 - ART 6º, 8º E 9º
1.3.4.9.99.1.1.02	COMP.FINANC.P/EXTR. ÓLEO BRUTO, XISTO, GAS	LEI FEDERAL Nº 2004/53, ALT. P/ LEIS 3258/57, 7453/85, 7525/86

Natureza da Receita	Receita de Serviços	LEIS E EMENDAS
1.6.1.0.01.1.1.98	REC.SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS-PREF	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.6.1.0.04.1.1.00	LOCAÇÃO DE SERV.PROCESSAMENTO DE DADOS	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.6.9.0.99.1.1.02	SERV.APR.DEP.BENS MOVEIS,SEMOV.E MERCAD.	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM

Natureza da Receita	Transferências Correntes	LEIS E EMENDAS
1.7.1.8.01.2.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	CF. ART. 159, I, ALÍNEA B - LOM
9.7.1.8.01.2.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	MP 339 de 28/12/06



1.7.1.8.01.5.1.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	CF. ART. 158, II - LEI FEDERAL 5172/66 - ART. 85
9.7.1.8.01.5.1.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territor	MP 339 de 28/12/06
1.7.1.8.03.1.1.01	FMS - Pab Fixo - DRB	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/00 - LEI FEDERAL 8689/93
1.7.1.8.03.2.1.02	TRANSF. FNS - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/00 - LEI FEDERAL 8689/93
1.7.1.8.03.3.1.02	TRANSF. AÇÕES BÁSICAS VIG. SANITÁRIA	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/00 - LEI FEDERAL 8689/93
1.7.1.8.03.4.1.01	TRANSF. MS-AFB- MEDIC GR HD	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/00 - LEI FEDERAL 8689/93
1.7.1.8.03.5.1.01	TRANSF FAN -TRANSF PR FINAN ALIM E NUTR	EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 29/00 - LEI FEDERAL 8689/93
1.7.1.8.04.1.1.01	PROJETO AÇÕES SOCIAIS - FNAS	DECRETO ESTADUAL Nº 42.269/97 - LEI 4482/96
1.7.1.8.05.1.1.01	COTA PARTE SALARIO EDUCAÇÃO	CF. ART. 212, § 5º E LEI FEDERAC 9424/96 E ALT. POSTERIORES
1.7.1.8.05.3.1.01	TRANSF.DIR.FNE-PROGR.NAC.ALIM.ESCOLAR-PNAE	LEI FEDERAL Nº 3040/86
1.7.1.8.05.3.1.02	TRANSF. PNAEM - ENSINO MÉDIO	LEI FEDERAL Nº 3040/86
1.7.1.8.05.3.1.03	TRANSF. PNAE - ENS. JOVENS E ADULTOS	LEI FEDERAL Nº 3040/86
1.7.1.8.05.3.1.05	TRANSF. PNAP - PROGR. NAC. DE ALIM. ESCOLAR	LEI FEDERAL Nº 3040/86
1.7.1.8.05.3.1.06	TRANSF. MEC - FNDE - PNAC	LEI FEDERAL Nº 3040/86
1.7.1.8.05.4.1.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr (pnate)	LEI FEDERAL Nº 3040/86
1.7.1.8.10.5.1.01	Programa Saneamento Básico - Sistemas Isolados	LEI MUNICIPAL Nº 6993/14
1.7.1.8.10.9.1.02	CONV. TRAB. SOCIAL - MINHA CASA MINHA VIDA	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.7.1.8.10.9.1.06	SEGUNDO TEMPO - PADRÃO	Lei nº 7.349, 23/04/2018
1.7.1.8.10.9.1.07	INTERVENÇÃO FAVELAS - TRABALHO SOCIAL	Lei nº 6.117, 24/03/2008
1.7.1.8.99.1.1.03	Programas nucleo criativo lab. Artes	Lei Ordinária nº 7476 2019
1.7.2.8.01.1.1.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	CF ART. 158, IV - LOM - ART. 122
9.7.2.8.01.1.1.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	MP 339 de 28/12/06
1.7.2.8.01.2.1.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	CF ART. 158, III - LOM - ART. 122
9.7.2.8.01.2.1.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	MP 339 de 28/12/06
1.7.2.8.01.3.1.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	CF ART. 159, II - § 3º
9.7.2.8.01.3.1.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	MP 339 de 28/12/06
1.7.2.8.01.4.1.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domín	LEI FEDERAL Nº 10336/2001
1.7.2.8.01.9.1.01	PROJETO AÇÕES SOCIAIS - FNAS	DECRETO ESTADUAL Nº 42.269/97 - LEI 4482/96
1.7.2.8.10.1.1.01	TRANSF. FUNDO A FUNDO - GLICEMIA	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.7.2.8.10.1.1.02	TRANSF. MANUTENÇÃO HOSPITAL REC. ESTADUAL	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.7.2.8.10.9.1.01	CONVÊNIO BANCO DO POVO PAULISTA	LEI MUNICIPAL Nº 7100/2015
1.7.2.8.10.9.1.08	MOVIMENTO PAULISTA DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO	Lei Ordinária nº 7346/2018
1.7.4.0.00.1.1.01	CONTRIB.FUNDO MUN.CRIANÇA ADOLESCENTE	LEI Nº 74802, de 21/03/97
1.7.4.0.00.1.1.02	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO MUN. ESPORTES	LEI Nº 4359, de 17/05/95
1.7.4.0.00.1.1.03	DONATIVOS AO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	LEI Nº 2741/83
1.7.4.0.00.1.1.04	CONTRIBUIÇÃO AO COMPHAP	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.7.4.0.00.1.1.05	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO PROT.PATR.CULTURAL	LEI Nº 6086/2007
1.7.4.0.00.1.1.06	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO MUNIC.MEIO AMBIENTE	LEI Nº 8088/2007
1.7.4.0.00.1.1.07	CONTRIBUIÇÃO DO FUNDO MUNIC. DE CULTURA	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.7.4.0.00.1.1.08	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO MUN. DO IDOSO	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.7.4.0.00.1.1.09	CONTRIBUIÇÃO AO F.M.H.I.S.	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.7.4.0.00.1.1.10	CONTRIBUIÇÃO AO F.M.D.U.S.	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.7.4.0.00.1.1.11	CONTRIBUIÇÃO AO F.M.TURISMO	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 3º E 57 LOM
1.7.4.0.00.1.1.13	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO SISTEMA DE MUSEUS	LEI MUNICIPAL Nº 6895/14
1.7.4.0.00.1.1.14	FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	Lei Ordinária nº 7237/2016
1.7.5.8.01.1.1.00	Transferências de Recursos do FUNDEB	MP 339 de 28/12/06

Natureza da Receita	Outras Receitas Correntes	LEIS E EMENDAS
1.9.1.0.01.1.1.02	MUNICIPALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRÂNSITO	LEI Nº 3618/90 E 4479/96
1.9.1.0.01.1.1.04	MULTAS POR INFRAÇÃO / TRANSP. ROD.PAS. E CARGAS	LEI Nº 3618/90 E 4479/96
1.9.2.8.01.1.1.01	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PREF.	LEI Nº 7990/89 ART. 6º, 8º E 9º
1.9.2.8.01.1.1.02	RECEITAS PROCON	LEI FEDERAL Nº 4320/64
1.9.2.8.02.9.1.01	OUTRAS RESTITUIÇÕES - PREF	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.2.8.02.9.1.02	VALE TRANSPORTE	LEI FEDERAL Nº 4320/64
1.9.9.0.99.1.1.02	Outras Receitas - MERCADO,FEIRAS E VAREJÕES	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.03	Outras Receitas - CEMITÉRIOS	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.04	Outras Receitas - OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.05	Outras Receitas - OUTORGA DE CONCESSÃO ÔNIBUS	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.06	Outras Receitas - DIVERSAS-PREF	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.07	Outras Receitas - OUTORGA PERM.PATIO APR.	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.08	Outras Receitas - OUTORGA DE CONCESSÃO-FUNERÁRIA	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.09	Outras Receitas - CARNAVAL	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.10	Outras Receitas - OUTORGA ESTACION.ROTATIVO CONTRO	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.12	Outras Receitas - COLETA SELETIVA	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.13	Outras Receitas - CORRENTE DA L.C. Nº 151/15	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.14	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.15	Outras Receitas - OUTORGA TERMINAL GERALDO SCAVONE	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.16	Outras Receitas - CARGA PERIGOSA	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.17	Outras Receitas - Devolução Assistência	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.51	Outras Receitas - PATIO PREFEITURA - SMT	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.1.52	RECEITA DO DREM-MC	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.2.01	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA-PREFEITURA	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM
1.9.9.0.99.1.3.03	Rec. Div. Ativa Não Trib. Outras Rec. Principal	LEI FEDERAL Nº 4320/64, ART. 3º E 57 DA LOM
1.9.9.0.99.1.4.01	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multa	LOM - ART. 117, LEI 1961/70, ART. 28, 29, 66 E 70 CTM

Natureza da Receita	Operações de Crédito	LEIS E EMENDAS
2.1.1.8.01.3.1.01	OP. CRÉDITO - AMPLIAÇÃO DO SAA VILA MORAES	Lei nº 6.602, de 18 de Outubro de 2011
2.1.1.8.01.3.1.02	AMPLIAÇÃO SEE	LEI MUNICIPAL Nº 6.900, de 08/04/2014
2.1.1.8.01.3.1.03	DREN. SUP. DOS DIST. DE JUNDIAPEBA	Lei nº 6.990, de 17 de Novembro de 2014
2.1.1.8.01.3.1.04	OP. CREDITO SAA BAIRRO CEZAR DE SOUZA	Lei nº 6.901, de 08 de Abril de 2014
2.1.1.8.01.3.1.05	OP CREDITO- IMP. SES NUCLEO JUNDIAPEBA	Lei nº 7.409, de 23 de Novembro de 2018
2.1.1.8.01.3.1.06	OP. CREDITO ESTUDOS E PROJETOS COLETOR TRONCO RIO JUNDIAI	Lei nº 7.409, de 23 de Novembro de 2018
2.1.1.8.01.3.1.07	OP CRÉDITO- MELHORIA E AMPL. ETA CENTRO	Lei nº 7.409, de 23 de Novembro de 2018
2.1.1.8.01.5.1.01	OP. CREDITO - PMAT III - BNDES	Lei nº 7.392, de 1º de Outubro de 2018
2.1.1.8.01.7.1.01	OP CRÉDITO - regularização fundiária Vila Nova União	LEI MUNICIPAL Nº 7168/2016
2.1.1.9.00.1.1.01	OP. CRÉDITO - INF. URBAN. AV. KAORU HIRAMATSU	Lei nº 6.812, de 17 de Julho de 2013
2.1.1.9.00.1.1.02	OP. CRÉDITO-OBRA E SERV. DO CORREDOR TRANS.COLET	Lei nº 6.811, de 17 de Julho de 2013
2.1.1.9.00.1.1.05	OP. CREDITO - AQ. MAQUINAS E EQUIP.-B. BRASIL	Lei nº 7.458, de 29 de Abril de 2019
2.1.1.9.00.1.1.06	OP. CREDITO - MODERNIZAÇÃO DOS MERCADOS E FEIRAS	Lei nº 7.481, de 16 de Julho de 2019
2.1.2.8.01.0.0.01	OP. CRÉDITO - CAF	Lei nº 7.423, de 26 de Dezembro de 2018

Natureza da Receita	Alienação de Bens	LEIS E EMENDAS
2.2.1.3.00.1.1.01	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS MÓVEIS - PREF	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 11 - §2º LOM
2.2.2.0.00.1.1.01	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS - PREF	LEI FEDERAL Nº 4320/64 - ART. 7º, §2º E 11

Natureza da Receita	Transferências de Capital	LEIS E EMENDAS
2.4.1.8.00.0.0.01	05.500.0113 - EMENDA DEP MIGUEL LOMBARDI 37300004 - OGU 2017	Emenda 37300003

P.



2.4.1.8.08.0.0.02	ACADEMIA PARA DEFICIENTES	Emenda Parlamentar
2.4.1.8.08.0.0.03	02.100.0169 - RECAPEAMENTO RUA NAVAJAS-EMENDA MARCOS DAMASIO	Lei nº 7.096/2015, de 18/12/2015
2.4.1.8.08.0.0.04	Ampliação UBS Nova Jundiapéba - EP 30470002 - Dep. Andres Sanchez	Emenda Parlamentar 30470002
2.4.1.8.10.5.1.00	IMPL. ESG. SANT. RIBEIRÃO IPIRANGA E B. MORUMBI	Lei 7.162, 31/05/2016
2.4.1.8.99.1.1.01	Obras de Acessibilidade	Lei 7.271, 04/04/2017
2.4.1.8.99.1.1.03	CONSTRUÇÃO DO MIRANTE PICO DO URUBU	Lei nº 6.776, 01/04/2013
2.4.1.8.99.1.1.04	REF. E ADAPTAÇÃO PRAÇA CJ BOSQUE	Emenda Parlamentar 37350001
2.4.1.8.99.1.1.06	PAVIMENTAÇÃO DA RUA MINAS GERAIS TRECHO 1	Emenda Parlamentar 37170004
2.4.1.8.99.1.1.07	ACESSIBILIDADE CALÇADA DA APAE	Lei 7.271, 04/04/2017
2.4.1.8.99.1.1.08	PAVIMENTAÇÃO RUA MINAS GERAIS TRECHO 2	Emenda Parlamentar 28180002
2.4.1.8.99.1.1.09	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO RUA THULLER	Emenda Parlamentar 37370010
2.4.1.8.99.1.1.11	ADEQUAÇÃO DA ESTRADA ESTIVA	Decreto 17.663, 12/09/2018
2.4.1.8.99.1.1.12	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS EM JUNDIAPEBA	Lei nº 6.990, 17/11/2014
2.4.1.8.99.1.1.13	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NA RUA ALVARO PAVAN	Lei 7.142, 04/04/2016
2.4.1.8.99.1.1.14	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES	Lei nº 7465, 27 de Maio de 2019
2.4.1.8.99.1.1.15	REFORMA DO PARQUE LEON FEFFER	Lei nº 7.429, 27/12/2018
2.4.1.8.99.1.1.16	CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA (SMEL)	Lei nº 7.427, 27/12/2018
2.4.1.8.99.1.1.17	IMPL. DE 03 PVES E AQ. DE 2 CONTAINERS	Lei nº 6925, 24/06/2014
2.4.1.8.99.1.1.18	CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA (SMEL)	Lei nº 7.451, 04/04/2019
2.4.1.8.99.1.1.19	CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA (SMEL)	Lei nº 7.451, 04/04/2019
2.4.1.8.99.1.1.21	REVITALIZAÇÃO ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SABAUNA	Lei nº 7.319, 11/12/2017
2.4.2.8.10.2.1.03	TRANSF. P/IMPL CEPI-CASARÃO CORONEL	LEI MUNICIPAL nº 7.185/16
2.4.2.8.10.9.1.03	TRANSF. ADEQ. ESTRADAS RURAIS - FEHIDRO MORALOGIA	Lei nº 7.351, 03/05/2018
2.4.2.8.10.9.1.04	INTERVENÇÕES EM FAVELAS-VL. ESTAÇÃO	Lei nº 6.117, 24/03/2008
2.4.2.8.10.9.1.05	PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA YONEJI NAKAMURA	Lei nº 7.364/18
2.4.2.8.10.9.1.07	REFORMA E ADEQ. DO MUSEU E ESTR. FER. DE SABAUNA	Lei nº 7.406, 05/11/2018
2.4.2.8.10.9.1.08	REFORMA DO CENTRO DE INFORMAÇÕES TURÍSTICAS	Lei nº 7.406, 05/11/2018
2.4.2.8.10.9.1.09	REFORMA DO MUSEU VISCONDE DE MAUÁ	Lei nº 7.406, 05/11/2018
2.4.2.8.10.9.1.10	REF. DO CENTRO DE EXPOSIÇÕES CIDADES IRMÃS	Lei nº 7.406, 05/11/2018
2.4.2.8.10.9.1.11	REFORMA DO CENTRO DE EXPEDICIONÁRIO MOGIANO	Lei nº 7.406, 05/11/2018
2.4.2.8.10.9.1.12	REF. DO CENTRO DE CULTURA E MEM. TORO KONNO	Lei nº 7.406, 05/11/2018
2.4.2.8.10.9.1.13	MODERNIZAÇÃO DA PINACOTECA DE MOGI DAS CRUZES	Lei nº 7.406, 05/11/2018

Natureza da Receita	Outras Receitas Correntes - Intra OFSS	LEIS E EMENDAS
7.9.2.8.02.1.1.00	RESTITUIÇÕES DE RECURSOS RECEBIDOS INTRA OFSS	LEI FEDERAL Nº 4320/64

P.

CAMPO DE ATUAÇÃO E LEGISLAÇÃO



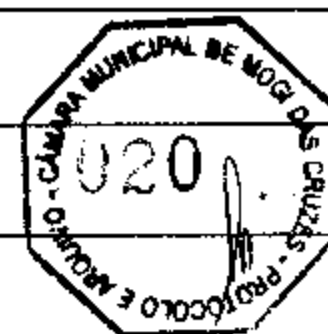
UNIDADES	LEGISLAÇÃO	CAMPO DE ATUAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL	Lei Orgânica do Município - capítulo I, Seção I, Artigos 51 a 53	Legislar com a sanção do Prefeito sobre assuntos de interesse local, especialmente sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e remissão de dívidas; votar o orçamento anual, o plano plurianual de investimentos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais; deliberar sobre a obtenção e a concessão de empréstimos e operações de crédito, a forma e os meios de pagamento; autorizar: a concessão de auxílios e subvenções, a concessão de serviços públicos, a concessão de direito real de uso de bens municipais, a concessão administrativa de uso de bens municipais e demais atividades expressa na Lei Orgânica do Município.
SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE DO PREFEITO E UNIDADES SUBORDINADAS	Lei Orgânica do Município - Capítulo II, Seção II, Artigo 104; Lei n.º 2.741 de 24/06/83, 2.887 de 07/12/84, 3.295 de 05/09/88; Lei Complementar n.º 09 de 17/12/02, Lei n.º 6227, de 01/01/2009, Lei n.º 6421/10, Lei n.º 6424/10, Lei n.º 6.537 de 10/05/11, Lei n.º 6.957, de 02/09/2014 e Lei n.º 7.105, de 28 de dezembro de 2015	A Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução das atividades relativas ao Cerimonial, Comunicação, Assistência Comunitária, Ouvidoria Municipal, Habitação, bem como assistir ao Prefeito em suas relações com os munícipes, autoridades, entidades e outros órgãos. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria de Gabinete do Prefeito estão estabelecidas no Decreto n.º 11.587, de 10 de junho de 2011.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS	Lei n.º 2.887, de 27/12/84, 3.397 de 21/02/89, 3.459 de 19/06/89, 3.664 de 03/01/91, 4.088 de 21/10/93, 4.410 de 23/08/95, 5.189 de 02/01/01, 6.227 de 01/01/09, 6.474 de 06/12/10, 6.537 de 10/05/11, 6.973 de 02/10/14, 7.078 de 05/08/15 e 7.163, de 31 de maio de 2016	A Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos é o órgão ao qual incumbe representar o Município em qualquer ação, processo judicial e extrajudicial, onde este seja autor ou réu, assistente, ou de qualquer forma interessado em todo e em qualquer foro e grau de jurisdição. Centraliza o trato de toda matéria jurídica no âmbito do Município, competindo-lhe atender consultas sobre assuntos jurídicos, examinar matéria legal, emitir pareceres jurídico às demais unidades organizacionais; estudar e redigir decretos, contratos, escrituras, convênios e outros instrumentos, como igualmente assistir ao Município em transações imobiliárias e efetuar a cobrança amigável, judicial da dívida ativa do Município. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos estão estabelecidas no Decreto n.º 11.587, de 10 de junho de 2011.
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO E UNIDADES SUBORDINADAS	Leis n.º 3.990, de 21/03/93; 4.705 de 03/12/97; 5.189 de 02/01/01; 6.227 de 01/01/09 e Lei n.º 6.537, de 10/05/11.	A Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução, estabelecer diretrizes de desenvolvimento urbano e ordenar a ocupação e o uso do solo em todo o município, bem como na elaboração, atualização, aplicação das normas urbanísticas e ainda, articular políticas e ações, com as demais unidades organizacionais. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de

CAMPO DE ATUAÇÃO E LEGISLAÇÃO



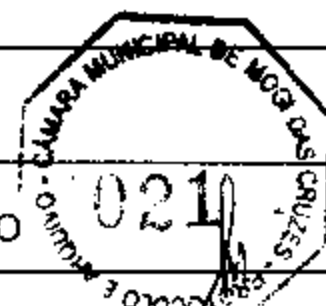
UNIDADES	LEGISLAÇÃO	CAMPO DE ATUAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E UNIDADES SUBORDINADAS	Leis n.º 6.378, de 12/05/2010 e Lei nº 6.537 de 10/05/11.	Planejamento e Urbanismo estão estabelecidas no Decreto nº 11.587, de 10 de junho de 2011. A Secretaria Municipal de Governo é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução das atividades inerentes à gestão documental, bem como às legislações, normas, contratos e convênios. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Governo estão estabelecidas no Decreto nº 11.587, de 10 de junho de 2011.
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E UNIDADES SUBORDINADAS	Leis n.º 2.887, de 27/11/84; 2.921, de 19/06/85; 3.177, de 14/12/87; 3.241, de 12/05/88; 3.410, de 22/03/89; 4.891, de 20/05/99; 5.189, de 02/01/01; 5.390, de 26/08/02; 6.227, de 01/01/09; 6.537 de 10/05/11 e Lei nº 7.163, de 31/05/2016;	A Secretaria Municipal de Finanças é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução das atividades inerentes à gestão financeira, patrimonial, contábil e de todo o processo tributário, bem como da movimentação de bens e outras atividades correlatas. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Finanças estão estabelecidas no Decreto nº 11.587, de 10 de junho de 2011.
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL E UNIDADES SUBORDINADAS	Lei n.º 5.189, de 02/01/01; 6.227, de 01/01/09 e Lei nº 6.537, 10/05/11.	A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar e promover o desenvolvimento econômico e social, estimulando a implantação, ampliação de unidades industriais e comerciais, bem como a atendimento à microempresa. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social estão estabelecidas no Decreto nº 11.587, de 10 de junho 2011.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E UNIDADES SUBORDINADAS	Leis n.º 2.887, de 27/12/84; 2.909, de 03/05/85; 2.946, de 04/09/85; 3.096, de 05/03/87; 3.125, de 01/07/87; 3.177, de 14/12/87; 3.241, de 12/05/88; 3.422, de 27/04/89; 3.453, de 14/06/89; 3.596, de 30/08/90; 4.037, de 04/06/93; 4.005, de 11/03/93; 4.256, de 26/09/94; 4.295, de 19/12/94; 4.412, de 25/08/95; 4.436, de 23/10/95; 4.459, de 15/12/95; 4.615, de 28/04/97; 4.618, de 06/05/97; 5.189, de 02/01/01; 5.390, de	A Secretaria Municipal de Educação é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução das políticas, programas, planos educacionais nos níveis dos ensinos infantil e fundamental, assim como atender os programas de Alimentação Escolar. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Educação estão estabelecidas no Decreto nº 11.587, de 10 de Junho de 2011.

CAMPO DE ATUAÇÃO E LEGISLAÇÃO



UNIDADES	LEGISLAÇÃO	CAMPO DE ATUAÇÃO
	26/08/02; 6227, de 01/01/09 e Lei nº 6.537 de 10/05/11.	
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E UNIDADES SUBORDINADAS	Lei nº 6227, de 01/01/2009 e Lei nº 6.537 de 10/05/2011, Lei 6598, de 1º/04/2014.	À Secretaria Municipal de Cultura é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar e promover o desenvolvimento cultural. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Cultura estão estabelecidas no Decreto nº 11.587, de 10 de Junho de 2011.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER E UNIDADES SUBORDINADAS	Leis n.º. 2.887, de 27/12/84; 3.008, de 08/05/86; 3.125, de 01/07/87; 3.422, de 27/04/89; 3.791, de 09/10/91, 3.988, de 19/10/93, 4.615 de 28/04/97; 5.189 de 02/01/01; 6.227 de 01/01/09 e 6.537 de 10/05/11	A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar e promover o desenvolvimento das políticas, programas esportivos e de lazer. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer estão estabelecidas no Decreto nº 11.587, de 10 de Junho de 2011.
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E UNIDADES SUBORDINADAS	Leis n.º. 2.887, de 27/12/84; 2.921, de 19/06/85; 3.010, de 13/05/86; 3.084, de 16/12/86; 3.125, de 01/07/87; 3.133, de 10/08/87; 3.241, de 12/05/88; 3.281, de 18/07/88; 3.401, de 24/02/89; 3.459, de 19/06/89; 3.692, de 22/03/91; 3.696, de 12/04/91; 3.791, de 09/10/91; 3.989, de 19/01/93; 4.273, de 31/10/94; 4.490, de 10/04/96, 4.652, de 20/08/97; 4.712 de 09/12/97; 4.938, de 10/09/99, 5.043 de 17/04/00, 5.189, de 02/01/01; 6.227, de 01/01/09 e Lei nº 6.537, de 10/05/11.	A Secretaria Municipal de Obras é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução das atividades inerentes à manutenção, conservação, fiscalização de obras públicas. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Obras estão estabelecidas no Decreto nº 11.587, de 10 de Junho de 2011.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS E UNIDADES SUBORDINADAS	Lei nº 5755, de 03/01/2005, Lei nº 6.227 de 01/01/09, 6267/09 e Lei nº 6.537, de 10/05/11.	A Secretaria Municipal de Serviços Urbanos é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução das atividades inerentes à limpeza pública, manutenção, conservação de próprios, logradouros públicos, cemitérios e estradas municipais. As atribuições

CAMPO DE ATUAÇÃO E LEGISLAÇÃO



UNIDADES	LEGISLAÇÃO	CAMPO DE ATUAÇÃO
		específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos estão estabelecidas no Decreto nº 11.587, de 10 de Junho de 2011.
SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E UNIDADES SUBORDINADAS	Lei n.º 5.189, de 02/01/01; Lei n.º 6.227 de 01/01/09, Lei n.º 6.537 de 10/05/11, e Lei n.º 6935 de 10/07/2013.	A Secretaria Municipal de Transportes é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar e promover a execução das atividades inerentes ao tráfego da cidade, regulamentação do uso das vias públicas sob a jurisdição do Município, bem como a emissão de permissões e concessões dos serviços de transporte público de passageiros. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Transportes estão estabelecidas no Decreto nº 11.587, de 10 de Junho de 2011.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E UNIDADES SUBORDINADAS	Leis n.º 2.887, de 27/12/84; 2.921, de 19/06/85; 3.017, de 30/05/86; 3.021, de 30/06/86; 3.241, de 12/05/88; 3.410, de 22/03/89; 3.417, de 14/03/89; 3.605, de 13/09/90; 3.607, de 14/09/90; 3.763, de 04/09/91; 3.991, de 25/01/93; 4.005, de 11/03/93; 4.490, de 10/04/96; 4.895, de 25/05/99; 4.996, de 16/12/99; 5.189, de 02/01/01; 5.390 de 26/08/02; 6.227 de 01/01/09; Lei n.º 6.537, de 10/05/11, Lei 6860, de 2/12/ 2013, e Lei n.º 6869 de 12/12/2013	A Secretaria Municipal de Saúde é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar, promover a execução das atividades inerentes às políticas, planos, programas de saúde pública e vigilância epidemiológica. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Saúde estão estabelecidas no Decreto nº 11.587, de 10 de Junho de 2011.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E UNIDADES SUBORDINADAS	Lei n.º 6.227, de 01/01/2009, Lei n.º 6.331 de 14/12/2009, Lei n.º 6.345 de 15/01/2010, Lei n.º 6.537 de 10/05/11, e Lei n.º 6.846, de 22/10/2013.	A Secretaria Municipal de Assistência Social é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar e promover a execução das políticas, planos, programas de assistência social, juventude, idoso, da cidadania e combate a discriminação de raça e de orientação sexual. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Assistência Social estão estabelecidas no Decreto nº 11.587, de 10 de Junho de 2011.
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E	Lei n.º 6227, de 01/01/2009, Lei n.º	À Secretaria Municipal de Segurança é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar e promover a execução das

CAMPO DE ATUAÇÃO E LEGISLAÇÃO



UNIDADES	LEGISLAÇÃO	CAMPO DE ATUAÇÃO
UNIDADES SUBORDINADAS	6.537 de 10/05/11,e Lei nº 6772 de 15/03/2013	atividades relativas à defesa civil e guarda municipal ,a proteção e a segurança dos bens , serviços e instalações As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Segurança estão estabelecidas no Decreto nº 11.587,de 10 de Junho de 2011.
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E UNIDADES SUBORDINADAS	Lei nº 6227, de 01/01/2009 e Lei nº 6.537 de 10/05/11.	A Secretaria Municipal de Agricultura é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar e promover o desenvolvimento rural. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Agricultura estão estabelecidas no Decreto nº 11.587,de 10 de Junho de 2011.
SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE E UNIDADES SUBORDINADAS	Lei nº 6227, de 01/01/2009 e Lei nº 6.537 de 10/05/11.	A Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar e promover o desenvolvimento política ambiental. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente estão estabelecidas no Decreto nº 11.587,de 10 de Junho de 2011.
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA E UNIDADES SUBORDINADAS	Lei nº 6378, de 12/05/2010, Lei nº 6.537 de 10/05/11, Lei nº 6.957 de 02/09/2014 e Lei nº 6972, de 02/10/2014.	A Secretaria Municipal de Gestão Pública é o órgão ao qual incumbe planejar, coordenar, controlar e promover a execução das atividades inerentes à gestão de pessoas, gestão de suprimentos, patrimônio, tecnologia da informação, bem como atividades de atendimento ao cidadão. As atribuições específicas das unidades e subunidades formadoras da Secretaria Municipal de Gestão Pública estão estabelecidas no Decreto nº 11.587,de 10 de Junho de 2011.
SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS – SEMAE	Lei nº 1.613, de 07 de novembro de 1966 e Lei nº 3.761, de 28 de agosto de 1991 e Lei nº 6.852, de 18/11/2013	Organizar seus serviços administrativos, técnicos e patrimoniais; estudar, planejar, projetar, executar e fiscalizar todas as atividades concernentes à construção, melhoramentos , ampliação, operação, exploração e conservação dos serviços de águas e esgotos; atuar como órgão coordenador e fiscalizador da execução de convênios firmados entre o Município e os órgãos federais, estaduais ou outras entidades para estudos, projetos, obras de construção, ampliação ou remodelação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotos sanitários; operar, manter e conservar diretamente os serviços de água potável de esgotos sanitários; compor, lançar e arrecadar os preços dos serviços; administrar seus bens, aquisições . aceitação de doações ou legados e respectiva aplicação; exercer quaisquer outras atividades relacionadas com os sistemas públicos de águas e esgotos compatíveis com as leis gerais e especiais.

CAMPO DE ATUAÇÃO E LEGISLAÇÃO



UNIDADES	LEGISLAÇÃO	CAMPO DE ATUAÇÃO
INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL - IPREM	Lei Complementar nº 35 de 05/07/05	Autarquia gestora do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Mogi das Cruzes – RPPS – MC de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 2003, com o objetivo de promover a cobertura dos riscos a que estão sujeitos os respectivos beneficiários, tendo por finalidade precípua a captação e administração de recursos para prover aposentadorias e pensões dos seus segurados, sendo organizado com base em normas gerais de atuaria e contabilidade, de modo a garantir seu equilíbrio financeiro e atuarial, gerenciando e operacionalizando o referido regime, ao qual ficam submetidas as receitas e despesas afetas à gestão previdenciária dos segurados ao mesmo vinculados e atribuições correspondentes.



PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

Secretaria Municipal de Finanças - Departamento de Orçamento e Contabilidade

QUADRO I EVOLUÇÃO DA RECEITA

CODIGO LOCAL	CÓDIGO GERAL	DESCRIÇÃO	REALIZADA		FIXADA	PREVISTA	PROJEÇÃO		
			2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
1000	1000.00.00	RECEITAS CORRENTES							
1100	1100.00.00	IMPOSTOS, TAXAS, E CONT. MELHORIA	310.398.878,29	417.107.222,43	481.164.000,00	508.215.000,00	538.707.900,00	571.030.374,00	605.292.196,44
1200	1200.00.00	CONTRIBUIÇÕES	27.157.331,37	28.909.762,73	30.299.000,00	32.193.000,00	34.124.580,00	36.172.054,80	38.342.378,09
1300	1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	18.871.402,41	19.597.955,86	22.836.000,00	22.382.000,00	23.724.920,00	25.148.415,20	26.657.320,11
1600	1600.00.00	RECEITA DE SERVIÇOS	774.410,57	140.019.326,69	147.512.808,00	154.228.159,00	163.481.848,54	173.290.759,45	183.688.205,02
1700	1700.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	617.387.664,10	668.750.851,22	696.485.089,30	734.895.888,61	778.989.620,73	825.728.997,97	875.272.737,85
1900	1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	146.150.923,83	70.736.023,62	90.882.582,00	67.066.466,49	71.090.454,48	75.355.881,75	79.877.234,65
		TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	1.120.740.610,57	1.345.121.142,55	1.449.179.479,30	1.518.980.494,10	1.610.119.323,75	1.706.726.483,17	1.809.130.072,16
2000	2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL							
2100	2100.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	59.912.422,82	39.731.949,47	47.468.000,00	149.618.644,90	63.720.000,00	66.908.000,00	70.920.360,00
2200	2200.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	57.662,61	109.211,82	71.110,00	91.600,00	91.600,00	91.600,00	91.600,00
2400	2400.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	15.719.329,52	8.673.891,66	32.699.547,98	31.028.471,00	24.715.000,00	26.197.900,00	27.769.774,00
2500	2500.00.00	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		RESTITUIÇÕES DE RECURSOS RECEBIDOS				21.600.000,00	22.896.000,00	24.269.760,00	25.725.945,60
		TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	75.689.414,95	48.515.052,95	80.238.657,98	202.338.715,90	111.422.600,00	117.465.260,00	124.507.679,60
7210		RECEITAS DE CONTRIBUIÇÃO - I.O			81.433.000,00	95.926.000,00	101.681.560,00	107.782.453,60	114.249.400,82
7600		RECEITAS DE SERVIÇOS - I.O			40.580.000,00	11.469.790,00	12.157.977,40	12.887.456,04	13.660.703,41
7940		OUTRAS RECEITAS CORRENTES - I.O	105.735.857,62	124.026.694,56	132.415.500,00	148.195.790,00	157.087.537,40	166.512.789,64	176.503.557,02
		TOTAL GERAL	1.302.165.883,14	1.517.662.890,06	1.661.833.637,28	1.869.515.000,00	1.878.629.461,15	1.990.704.532,81	2.110.141.308,78



[Handwritten signature]



PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES



EVOLUÇÃO DA DESPESA

DESCRIÇÃO	REALIZADA	FIXADA	ORÇADA
	2018	2019	2020
DESPESAS CORRENTES			
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	533.656.827,10	583.244.352,73	641.009.023,71
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	9.870.428,69	10.173.000,00	15.180.000,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	<u>671.462.023,29</u>	<u>686.948.468,43</u>	<u>742.457.380,48</u>
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	<u>1.214.989.279,08</u>	<u>1.280.365.821,16</u>	<u>1.398.646.404,19</u>
DESPESAS DE CAPITAL			
INVESTIMENTOS	126.365.015,36	211.095.316,12	266.017.795,81
INVESTIMENTO FINANCEIRO	0,00	500.000,00	400.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	<u>32.647.942,31</u>	<u>29.203.000,00</u>	<u>40.000.000,00</u>
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	<u>159.012.957,67</u>	<u>240.798.316,12</u>	<u>306.417.795,81</u>
RESERVA PARA O RPPS	<u>0,00</u>	<u>5.161.000,00</u>	<u>4.212.000,00</u>
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	<u>139.488.770,48</u>	<u>126.749.500,00</u>	<u>149.123.800,00</u>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANC.			
RESERVA DA CONTINGÊNCIA	<u>0,00</u>	<u>8.759.000,00</u>	<u>11.115.000,00</u>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
TOTAL GERAL	<u>1.513.491.007,23</u>	<u>1.661.833.637,28</u>	<u>1.869.515.000,00</u>



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo

Orçamento para 2020

RECEITA		DESPESA
Receitas Correntes		38.900.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	508.215.000,00	168.176.315,75
Contribuições	32.193.000,00	20.972.500,00
Receita Patrimonial	22.382.000,00	38.401.901,23
Receita de Serviços	154.228.159,00	262.706.000,00
Transferências Correntes	734.895.868,61	329.879.886,54
Outras Receitas Correntes	67.066.466,49	3.300.000,00
		413.269.950,00
Receitas de Capital		13.236.506,66
Operações de Crédito	149.618.644,90	187.644.199,76
Alienação de Bens	91.600,00	5.464.465,66
Transferências de Capital	31.028.471,00	261.631.710,60
		4.664.850,00
Receitas Correntes - Intra OFSS		8.829.615,96
Contribuições - Intra OFSS	95.926.000,00	2.761.500,00
Receita de Serviços - Intra OFSS	11.469.790,00	13.000,00
Outras Receitas Correntes - Intra OFSS	62.400.000,00	10.892.898,84
		17.852.199,00
		65.590.500,00
		15.327.000,00
TOTAL	1.869.515.000,00	1.869.515.000,00



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Dem Receita/Despesa - Categoria Econômica - Anexo 1 Orçamento para 2020

RECEITA		DESPESA	
RECEITAS CORRENTES		DESPESAS CORRENTES	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	508.215.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	641.009.023,71
Contribuições	32.193.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.180.000,00
Receita Patrimonial	22.382.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	742.457.380,48
Receita de Serviços	154.228.159,00	SUPERÁVIT	120.334.089,91
Transferências Correntes	734.895.868,61		
Outras Receitas Correntes	67.066.466,49		
TOTAL	1.518.980.494,10	TOTAL	1.518.980.494,10
Receitas de Capital		DESPESAS DE CAPITAL	
Operações de Crédito	149.618.644,90	INVESTIMENTOS	266.017.795,81
Alienação de Bens	91.600,00	INVERSÕES FINANCEIRAS	400.000,00
Transferências de Capital	31.028.471,00	AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	40.000.000,00
DÉFICIT	125.679.079,91	TOTAL	306.417.795,81
TOTAL	306.417.795,81	DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA CORRENTE	
Receitas Correntes - Intra OFSS		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	120.672.500,00
Contribuições - Intra OFSS	95.926.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.400.000,00
Receita de Serviços - Intra OFSS	11.469.790,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.954.100,00
Outras Receitas Correntes - Intra OFSS	62.400.000,00	SUPERÁVIT	30.769.190,00
TOTAL	169.795.790,00	TOTAL	169.795.790,00
Receitas de Capital - Intra OFSS		DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL	
DÉFICIT	10.097.200,00	INVESTIMENTOS	3.447.200,00
TOTAL	10.097.200,00	AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	6.650.000,00
		TOTAL	10.097.200,00
RESUMO			
RECEITAS CORRENTES	1.518.980.494,10	DESPESAS CORRENTES	1.398.846.404,19
Receitas de Capital	180.738.715,90	DESPESAS DE CAPITAL	306.417.795,81
Receitas Correntes - Intra OFSS	169.795.790,00	DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA CORRENTE	139.026.600,00
		DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA DE CAPITAL	10.097.200,00
		RESERVA DE CONTINGENCIA	15.327.000,00
TOTAL	1.869.515.000,00	TOTAL	1.869.515.000,00



[Handwritten signature]



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Dem Receita/Despesa - Categoria Econômica - Anexo 1 Orçamento para 2020

RECEITA		DESPESA
---------	--	---------

MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA E MELO
Prefeito Municipal

CLOVIS DA SILVA HATIW LÚ JUNIOR
Secretário Municipal de Finanças

JOSE AUGUSTO GALVÃO DA SILVA
CRC1SP 154.502/O-5





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Resumo Geral Receita - Anexo 2

Orçamento para 2020

Natureza da Receita	Especificação	Desdobramento	Fontes	Categoria Econômica
1.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS CORRENTES			1.518.980.494,10
1.1.0.0.0.0.0.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
1.1.1.0.0.0.0.0.0	Impostos			
1.1.1.3.0.0.0.0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Nat			
1.1.1.3.03.0.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	56.300.000,00		
1.1.1.3.03.1.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	56.300.000,00		
1.1.1.3.03.1.1.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	53.800.000,00		
1.1.1.3.03.1.1.01	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	53.800.000,00		
1.1.1.3.03.4.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros R	2.500.000,00		
1.1.1.3.03.4.1.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros R	2.500.000,00		
1.1.1.3.03.4.1.01	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros R	2.500.000,00		
1.1.1.8.0.0.0.0.0	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	418.798.000,00		
1.1.1.8.01.0.0.0	Impostos s/ o patrimônio para estados/DF/Município	252.301.000,00		
1.1.1.8.01.1.0.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	229.650.000,00		
1.1.1.8.01.1.1.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	191.800.000,00		
1.1.1.8.01.1.1.01	IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL URBANA	170.000.000,00		
1.1.1.8.01.1.1.02	IMPOSTO SOBRE A PROP. TERRITORIAL URBANA	21.800.000,00		
1.1.1.8.01.1.2.0	IPTU - Multas e Juros da Mora	700.000,00		
1.1.1.8.01.1.3.0	IPTU - Dívida Ativa	37.000.000,00		
1.1.1.8.01.1.4.0	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros	150.000,00		
1.1.1.8.01.4.0.0	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Im	22.651.000,00		
1.1.1.8.01.4.1.0	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Im	22.000.000,00		
1.1.1.8.01.4.2.0	MULTAS E JUROS DE MORA DO ITBI	350.000,00		
1.1.1.8.01.4.3.0	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Im	300.000,00		
1.1.1.8.01.4.8.0	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Im	1.000,00		
1.1.1.8.02.0.0.0	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadori	166.497.000,00		
1.1.1.8.02.3.0.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	166.497.000,00		
1.1.1.8.02.3.1.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Prin	146.670.000,00		
1.1.1.8.02.3.1.01	IMPOSTO S/SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	109.000.000,00		
1.1.1.8.02.3.1.02	ISSQN-CONSTRUÇÃO CIVIL	8.050.000,00		
1.1.1.8.02.3.1.03	ISSQN - SIMPLES NACIONAL	29.100.000,00		
1.1.1.8.02.3.1.04	ISS AINF - AÇÃO FISCAL	520.000,00		
1.1.1.8.02.3.2.0	Imposto sobre Serv de Quer Nat - Multas e Juros	2.055.000,00		
1.1.1.8.02.3.2.01	MULTAS E JUROS DO ISSQN-CONST.CIVIL	10.000,00		
1.1.1.8.02.3.2.02	MULTA E JUROS ISS AINF - AÇÃO FISCAL	30.000,00		
1.1.1.8.02.3.2.03	MULTA AINF (P) AÇÃO FISCAL ISS	260.000,00		
1.1.1.8.02.3.2.04	MULTA AINF (A) AÇÃO FISCAL ISS	5.000,00		
1.1.1.8.02.3.2.05	MULTAS E JUROS DE MORA DO ISS	1.000.000,00		
1.1.1.8.02.3.2.06	MULTAS E JUROS ISSQN SIMPLES NACIONAL	750.000,00		
1.1.1.8.02.3.3.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívi	15.250.000,00		
1.1.1.8.02.3.3.01	ISSQN - Dívida Ativa	13.150.000,00		
1.1.1.8.02.3.3.02	REC. DÍVIDA ATIVA - ISSQN - CONSTR. CIVIL	1.400.000,00		
1.1.1.8.02.3.3.03	REC. DÍVIDA ATIVA - ISSQN SIMPLES NACIONAL	700.000,00		
1.1.1.8.02.3.4.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívi	2.522.000,00		
1.1.1.8.02.3.4.01	MULTAS E JUROS DE MORA DÍVIDA ATIVA ISSQN - ISS	2.500.000,00		
1.1.1.8.02.3.4.02	MULTAS E JRS DE MORA DÍVIDA ATIVA ISSQN-CONSTR. CIVIL	20.000,00		



[Handwritten signature]



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Resumo Geral Receita - Anexo 2

Orçamento para 2020

Natureza da Receita	Especificação	Desdobramento	Fontes	Categoria Econômica
1.1.1.8.02.3.4.03	MULTAS E JRS DE MORA DÍV ATIVA ISSQN-SIMPLES NAC.	1.000,00		
1.1.1.8.02.3.4.99	OUTRAS MULTAS E J.M. DUV ATIVA OUT PREF	1.000,00		
1.1.2.0.00.0.0.00	Taxas			
1.1.2.8.00.0.0.00	TAXA - ESP DE ESTADO, DF E MUNICÍPIOS	10.516.000,00		10.516.000,00
1.1.2.8.01.0.0.00	TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	10.516.000,00		
1.1.2.8.01.1.0.00	TAXA DE FISC. DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	40.000,00		
1.1.2.8.01.1.1.00	TAXA DE FISCAL. DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA- PRINCIPAL	40.000,00		
1.1.2.8.01.9.0.00	TAXA DE INSP. CONTR. E FISC. OUTRAS-PRINCIPAL	10.476.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.00	TAXA DE INSP. CONTR. E FISC. OUTRAS-PRINCIPAL	10.236.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.01	TALIC FUNC ESTAB COM IND E PREST SERV	5.900.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.02	TAXA DE PUBLICIDADE COMERCIAL	850.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.03	TAXA LICENÇA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS	500.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.04	TAXA DE ALINHAMENTO E NIVELAMENTO	150.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.05	TX LIC P/EXERC COMEVENUTO OU AMBULANTE	20.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.06	TX LIC P/EXEC ARRUAJAMENTO LOTEAM TER PARTIC	180.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.07	TX LIC P/OCUPAÇÃO SOLO,VIAS E LOG PÚBLIC	50.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.08	TAXA DE VISTORIA DE OBRAS	510.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.09	TAXA DE VISTORIA DE VEÍCULOS	110.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.10	TAXA DE CEMITÉRIOS	90.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.11	TAXA DE NUMERAÇÃO DE PRÉDIOS	15.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.12	TX LICENÇA PARA FERIAS E EVENTOS	15.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.13	TAXA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	1.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.14	TAXA DE EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ	90.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.15	TAXA DE EXPEDIÇÃO DE CCO	140.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.16	TAXA DE ANALISE DE PROJETO	1.600.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.17	TAXA DE REGISTRO PROFISSIONAL	10.000,00		
1.1.2.8.01.9.1.18	TAXA DE EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO	5.000,00		
1.1.2.8.01.9.2.00	TX DE INSPEÇÃO,CONTROLE E FISC - MULTA	120.000,00		
1.1.2.8.01.9.3.00	TX DE INSP. CONTROLE E FISC. - DIVIDA	90.000,00		
1.1.2.8.01.9.3.01	TX DE INSP. CONTROLE E FISC - DIVIDA	90.000,00		
1.1.2.8.01.9.4.00	TX DE INSP., CONTROLE E FISC. - DIVIDA	30.000,00		
1.1.3.0.00.0.0.00	Contribuição de Melhoria			
1.1.3.8.00.0.0.00	Contribuição de Melhoria - Especifica E/M	22.601.000,00		22.601.000,00
1.1.3.8.04.0.0.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	1.000,00		
1.1.3.8.04.1.0.00	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras	1.000,00		
1.1.3.8.04.1.1.00	CONTRIB. MELHORIAS - ASFALTO COMUN.	1.000,00		
1.1.3.8.99.0.0.00	Outras Contribuições de Melhoria	22.600.000,00		
1.1.3.8.99.1.0.00	Outras Contribuições de Melhoria	22.600.000,00		
1.1.3.8.99.1.1.00	Outras Contribuições de Melhoria - Principal	22.600.000,00		
1.2.0.0.00.0.0.00	Contribuições			
1.2.1.0.00.0.0.00	Contribuições Sociais			
1.2.1.8.00.0.0.00	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF,	32.193.000,00		
1.2.1.8.01.0.0.00	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência	32.145.000,00		
1.2.1.8.01.1.0.00	Contribuição Previdenciária para Amortização do Dé	28.029.000,00		
1.2.1.8.01.1.1.00	Contribuição Previdenciária para Amortização do Dé	28.028.000,00		



[Handwritten signature]



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Resumo Geral Receita - Anexo 2

Orçamento para 2020

Natureza da Receita	Especificação	Desdobramento	Fontes	Categoria Econômica
1.2.1.8.01.1.1.01	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - PMMC	26.231.000,00		
1.2.1.8.01.1.1.02	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - CMMC	637.000,00		
1.2.1.8.01.1.1.03	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL ATIVO - SEMAE	1.112.000,00		
1.2.1.8.01.1.1.04	CPSSSDO SERVIDOR CIVIL ATIVO - IPREM	33.000,00		
1.2.1.8.01.1.1.99	Contribuição Previdenciária para Amortização do Dé	15.000,00		
1.2.1.8.01.1.2.00	Contribuição Previdenciária para Amortização do Dé	1.000,00		
1.2.1.8.01.1.2.01	CPSSSDO SERVIDOR CIVIL ATIVO - MULTAS E JUROS	1.000,00		
1.2.1.8.01.2.0.00	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO	3.693.000,00		
1.2.1.8.01.2.1.00	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO	3.693.000,00		
1.2.1.8.01.2.1.01	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - PMMC	740.000,00		
1.2.1.8.01.2.1.02	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - CMMC	40.000,00		
1.2.1.8.01.2.1.03	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - SEMAE	47.000,00		
1.2.1.8.01.2.1.04	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL INATIVO - IPREM	2.866.000,00		
1.2.1.8.01.3.0.00	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL PENSIONISTAS	423.000,00		
1.2.1.8.01.3.1.00	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL PENSIONISTA	423.000,00		
1.2.1.8.01.3.1.01	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL PENSIONISTAS - PMMC	269.000,00		
1.2.1.8.01.3.1.02	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL PENSIONISTAS - CMMC	108.000,00		
1.2.1.8.01.3.1.03	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL PENSIONISTAS - SEMAE	16.000,00		
1.2.1.8.01.3.1.04	CPSSS DO SERVIDOR CIVIL PENSIONISTAS - IPREM	30.000,00		
1.2.1.8.03.0.0.00	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	48.000,00		
1.2.1.8.03.1.0.00	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	48.000,00		
1.2.1.8.03.1.1.00	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO	46.000,00		
1.2.1.8.03.1.1.10	CPSSS PATRONAL - SERVIDOR CIVIL ATIVO - CEDIDOS	19.000,00		
1.2.1.8.03.1.1.20	CPSSS DEFICIT ATUARIAL - SERV CIVIL ATIVO CEDIDOS	24.000,00		
1.2.1.8.03.1.1.30	CPSSS DESP ADM - SERV CIVIL ATIVO - CEDIDOS	3.000,00		
1.2.1.8.03.1.2.00	CPSSS PATRONAL - SERV CIVIL ATIVO - MULTAS	1.000,00		
1.2.1.8.03.1.9.00	CPSSS PATRONAL - SERV CIVIL ATIVO - DIVIDA	1.000,00		
1.3.0.0.00.0.0.00	Receita Patrimonial		22.382.000,00	
1.3.1.0.00.0.0.00	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado		1.871.000,00	
1.3.1.0.01.0.0.00	Aluguéis, Arrendamentos, Fotos, Laudêmios, Tarifas		1.871.000,00	
1.3.1.0.01.1.0.00	Aluguéis e Arrendamentos		1.871.000,00	
1.3.1.0.01.1.1.00	Aluguéis e Arrendamentos - Principal		1.871.000,00	
1.3.1.0.01.1.1.01	OUTRAS RECEITAS DE ALUGUEIS		1.850.000,00	
1.3.1.0.01.1.1.02	OUTRAS RECEITAS DE ALUGUEIS - CEMFORPE		20.000,00	
1.3.1.0.01.1.1.03	OUTRAS RECEITAS DE ALUGUEIS - CIP		1.000,00	
1.3.2.0.00.0.0.00	Valores Mobiliários			
1.3.2.1.00.0.0.00	Juros e Correções Monetárias		13.911.000,00	
1.3.2.1.00.1.0.00	Remuneração de Depósitos Bancários		12.501.000,00	
1.3.2.1.00.1.1.00	Remuneração de Depósitos Bancários		10.571.000,00	
1.3.2.1.00.1.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal		10.571.000,00	
1.3.2.1.00.1.1.02	REC. REMUNERAÇÃO ROYALTIES		25.000,00	
1.3.2.1.00.1.1.03	REC. REMUN. DEP. BANC. VINC. - FUNDEB		1.950.000,00	
1.3.2.1.00.1.1.05	REC. REM. DEP. BANC.-F.M.S. FEDERAL		1.700.000,00	
1.3.2.1.00.1.1.06	REC. REM. DEP. BANC.-F.M.S. ESTADUAL		250.000,00	
1.3.2.1.00.1.1.07	REC REM DEP. BANC - MDE - FEDERAL		260.000,00	

7



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Resumo Geral Receita - Anexo 2 Orçamento para 2020

Natureza da Receita	Especificação	Desdobramento	Fontes	Categoria Econômica
1.3.2.1.00.1.1.07	REM DEP BANC - MDE - ESTADUAL	2.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.08	Remuneração de Outros Dep. Rec. não Vinculad-SEMAE	1.930.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.09	REC. REMUN. DEP BANC. - SAL EDUCAÇÃO	935.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.10	REC REMUNERAÇÃO - DECENDIAL EDUCAÇÃO	850.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.11	REC. REMUNERAÇÃO - AÇÕES DA SAÚDE	12.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.12	REC. REMUNERAÇÃO - DECENDIAL SAÚDE	30.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.13	REC.REMUN.DEP.BANC.VINCULADOS-FUNDETUR	5.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.14	REC. REMUNERAÇÃO - CIDE	2.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.15	REC. REMUNERAÇÃO - FNAS	60.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.16	REC.REM.DEP.BANC.VINC.FUND.MUN.ESPORTES	3.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.17	REC.REMUN.DEP.BANC.VINC.FUND.SOC.SOLID.	1.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.18	RECEITA REMUN.DEP.BANC.VINC.FMDCA	100.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.19	RECEITA REMUNERAÇÃO DEPOSITO POUPANÇA	1.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.20	REMUN.OUTROS DEP.REC.NÃO VINCULADOS-PREF	2.800.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.21	REC. REMUNERAÇÃO MUNIC. SERV. TRÂNSITO	500.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.22	RECEITA DE REM. DEV. CAMARA	50.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.23	REC. REM. RECURSOS ESPECÍFICOS - PREFEITURA	120.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.24	REC. REMUNERAÇÃO FUNDIP - FUNDO ILUM. PUBLICA	130.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.25	REC. REM. LEI 151 70%	85.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.26	REM. DEP. BANC. VINCULADOS - REC. FEDERAL	540.000,00		
1.3.2.1.00.1.1.27	REM. DEP. BANC. VINCULADOS - REC. ESTADUAL	160.000,00		
1.3.2.1.00.4.1.01	Remuneração dos investimentos do RPPS	10.000,00		
9.3.2.1.00.4.1.01	REMUNERAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DE RPPS	-10.000,00		
1.3.2.2.00.0.0.00	Dividendos	1.410.000,00		
1.3.2.2.00.1.0.00	Dividendos	1.410.000,00		
1.3.2.2.00.1.1.00	Dividendos - Principal	1.410.000,00		
1.3.4.0.00.0.0.00	Exploração de Recursos Naturais		6.600.000,00	
1.3.4.9.00.0.0.00	Exploração de Outros Recursos Naturais		6.600.000,00	
1.3.4.9.99.0.0.00	Outras Delegações para Exploração de Recursos Natu		6.600.000,00	
1.3.4.9.99.1.0.00	Outras Delegações para Exploração de Recursos Natu		6.600.000,00	
1.3.4.9.99.1.1.00	Outras Delegações para Exploração de Recursos Natu		6.600.000,00	
1.3.4.9.99.1.1.01	COMP.FINANC.P/EXPLORAÇÃO REC.MINERAIS		3.750.000,00	
1.3.4.9.99.1.1.02	COMP.FINANC P/ EXTR. ÓLEO BRUTO, XISTO, GÁS		2.850.000,00	
1.6.0.0.00.0.0.00	Receita de Serviços		154.228.159,00	
1.6.1.0.00.0.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		154.226.159,00	
1.6.1.0.01.0.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais			
1.6.1.0.01.0.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	900.000,00		
1.6.1.0.01.1.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	900.000,00		
1.6.1.0.01.1.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	900.000,00		
1.6.1.0.01.1.1.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Pri	900.000,00		
1.6.1.0.01.1.1.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Pri	900.000,00		
1.6.1.0.01.1.1.02	Serviços de Vendas e Editais	1.000,00		
1.6.1.0.01.1.1.04	Rec. Serviços Administrativos - SEMAE	786.396,00		
1.6.1.0.01.1.1.05	Tarifas pelo Fomento de Água - SEMAE	80.612.896,00		
1.6.1.0.01.1.1.06	Religação ou Corte de Ligação de Água - SEMAE	1.379.117,00		
1.6.1.0.01.1.1.07	Lacração - SEMAE	188,00		



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Resumo Geral Receita - Anexo 2

Orçamento para 2020

Natureza da Receita	Especificação	Descrição	Fontes	Categoria Econômica
1.6.1.0.01.1.1.08	Ligação de Água - SEMAE	700.000,00		
1.6.1.0.01.1.1.09	Substituição de Hidrômetros - SEMAE	60.000,00		
1.6.1.0.01.1.1.10	Serviço de Carro Tanque de Água - SEMAE	130.000,00		
1.6.1.0.01.1.1.11	Serviço de Vistoria - SEMAE	90.000,00		
1.6.1.0.01.1.1.12	Utilização de Rede de Esgotos - SEMAE	69.340.562,00		
1.6.1.0.01.1.1.13	Ligação de Esgotos - SEMAE	203.000,00		
1.6.1.0.01.1.1.14	Desobstrução de Esgoto	20.000,00		
1.6.1.0.01.1.1.98	REC.SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS-PREF	900.000,00		
1.6.1.0.01.1.1.99	EXPEDIENTE E EMOLUMENTOS	1.000,00		
1.6.1.0.02.0.0.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.000,00		
1.6.1.0.02.1.0.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.000,00		
1.6.1.0.02.1.1.00	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Pri	1.000,00		
1.6.1.0.04.0.0.00	Serviços de Informação e Tecnologia	1.000,00		
1.6.1.0.04.1.0.00	Serviços de Informação e Tecnologia	1.000,00		
1.6.1.0.04.1.1.00	LOCAÇÃO DE SERV.PROCESSAMENTO DE DADOS	1.000,00		
1.6.9.0.00.0.0.00	Outros Serviços		2.000,00	
1.6.9.0.00.0.0.00	Outros Serviços	1.000,00		
1.6.9.0.00.0.0.00	Outros Serviços	1.000,00		
1.6.9.0.00.0.0.00	Outros Serviços	1.000,00		
1.6.9.0.00.0.0.00	Outros Serviços	1.000,00		
1.6.9.0.00.0.0.00	Outros Serviços - Principal	1.000,00		
1.6.9.0.00.0.0.00	Outros Serviços - Principal	1.000,00		
1.6.9.0.00.0.0.00	Outros Serviços - IPREM	1.000,00		
1.6.9.0.00.0.0.00	SERV.APR.DEP.BENS MOVEIS,SEMOV.E MERCAD.	1.000,00		
1.7.0.0.00.0.0.00	Transferências Correntes		734.895.868,61	
1.7.1.0.00.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades		199.437.961,47	
1.7.1.8.00.0.0.00	Transferências da União - Específica E/M		199.437.961,47	
1.7.1.8.01.0.0.00	Participação na Receita da União			
1.7.1.8.01.2.0.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	65.600.000,00		
1.7.1.8.01.2.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	82.000.000,00		
9.7.1.8.01.2.1.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	-16.400.000,00		
1.7.1.8.01.5.0.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territor	260.000,00		
1.7.1.8.01.5.1.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territor	325.000,00		
9.7.1.8.01.5.1.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territor	-65.000,00		
1.7.1.8.03.0.0.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	94.143.069,12		
1.7.1.8.03.1.0.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	14.327.873,72		
1.7.1.8.03.1.1.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	14.327.873,72		
1.7.1.8.03.1.1.01	FMS - Pab Fixo - DRB	14.327.873,72		
1.7.1.8.03.2.0.00	TRANSF. REC. SUS-AT. MÉDIA E ALTA COMPL. AMB. E AM	75.438.394,44		
1.7.1.8.03.2.1.00	TRANSF. REC. SUS-AT MÉDIA E ALTA COMPL AMB E HOS	75.438.394,44		
1.7.1.8.03.2.1.02	TRANSF. FNS - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	75.438.394,44		
1.7.1.8.03.3.0.00	TRANSF REC SUS -VIGILANCIA EM SAUDE	1.941.189,72		
1.7.1.8.03.3.1.00	TRANSF REC SUS - VIGILANCIA EM SAUDE -PRINCIPAL	1.941.189,72		
1.7.1.8.03.3.1.02	TRANSF. AÇÕES BÁSICAS VIG. SANITÁRIA	1.941.189,72		
1.7.1.8.03.4.0.00	TRANSF. REC SUS -ASSIST. FARMACEUTICA	2.395.611,24		
1.7.1.8.03.4.1.00	TRANSF. REC SUS - ASSIST. FARMACEUTICA - PRINCIPAL	2.395.611,24		



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Resumo Geral Receita - Anexo 2

Orçamento para 2020

Natureza da Receita	Especificação	Desdobramento	Fontes	Categoria Econômica
1.7.1.8.03.4.1.01	TRANSF. MS-AFB- MEDIC GR HD	2.395.611,24		
1.7.1.8.03.5.0.00	TRANSF REC SUS - GESTÃO SUS	40.000,00		
1.7.1.8.03.5.1.00	TRANSF. REC SUS - GESTÃO SUS - PRINCIPAL	40.000,00		
1.7.1.8.03.5.1.01	TRANSF FAN - TRANSF PR FINAN ALIM E NUTR	40.000,00		
1.7.1.8.04.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	6.451.075,56		
1.7.1.8.04.1.0.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	6.451.075,56		
1.7.1.8.04.1.1.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	6.451.075,56		
1.7.1.8.04.1.1.01	PROJETO AÇÕES SOCIAIS - FNAS	29.079.936,79		
1.7.1.8.05.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de De	20.917.000,00		
1.7.1.8.05.1.0.00	Transferências do Salário-Educação	20.917.000,00		
1.7.1.8.05.1.1.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	20.917.000,00		
1.7.1.8.05.1.1.01	COTA PARTE SALARIO EDUCAÇÃO	7.387.936,79		
1.7.1.8.05.3.0.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	7.387.936,79		
1.7.1.8.05.3.1.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	3.685.000,00		
1.7.1.8.05.3.1.01	TRANSF.DIR.FNE-PROGR.NAC.ALIM.ESCOLAR-PNAE	21.743,57		
1.7.1.8.05.3.1.02	TRANSF. PNAEM - ENSINO MEDIO	21.193,22		
1.7.1.8.05.3.1.03	TRANSF. PNAE - ENS. JOVENS E ADULTOS	1.460.000,00		
1.7.1.8.05.3.1.05	TRANSF. PNAP - PROGR. NAC. DE ALIM. ESCOLAR	2.200.000,00		
1.7.1.8.05.3.1.06	TRANSF. MEC - FNDE - PNAC	775.000,00		
1.7.1.8.05.4.0.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	775.000,00		
1.7.1.8.05.4.1.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	3.803.880,00		
1.7.1.8.10.0.0.00	Transferências de Convênios da União e de Suas Ent	1.100.000,00		
1.7.1.8.10.5.0.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a	1.100.000,00		
1.7.1.8.10.5.1.00	Transferências de Convênios da União Destinadas a	1.100.000,00		
1.7.1.8.10.5.1.01	Programa Saneamento Básico - Sistemas Isolados	2.703.880,00		
1.7.1.8.10.9.0.00	Outras Transferências de Convênios da União	2.703.880,00		
1.7.1.8.10.9.1.00	Outras Transferências de Convênios da União - Prin	1.707.309,00		
1.7.1.8.10.9.1.02	CONV. TRAB. SOCIAL - MINHA CASA MINHA VIDA	718.571,00		
1.7.1.8.10.9.1.06	SEGUNDO TEMPO - PADRÃO	278.000,00		
1.7.1.8.10.9.1.07	INTERVENÇÃO FAVELAS - TRABALHO SOCIAL	100.000,00		
1.7.1.8.99.0.0.00	Outras Transferências da União	100.000,00		
1.7.1.8.99.1.0.00	Outras Transferências da União	100.000,00		
1.7.1.8.99.1.1.00	TRANSFERENCIA FUNSET	100.000,00		
1.7.1.8.99.1.1.03	Programa Núcleo Criativo Lab. Artes			
1.7.2.0.00.0.0.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e			
1.7.2.8.00.0.0.00	Transferências dos Estados - Específica E/M			
1.7.2.8.01.0.0.00	Participação na Receita dos Estados	306.155.907,14		
1.7.2.8.01.1.0.00	Cota-Parte do ICMS	294.979.200,00		
1.7.2.8.01.1.1.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	222.400.000,00		
9.7.2.8.01.1.1.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	278.000.000,00		
1.7.2.8.01.2.0.00	Cota-Parte do IPVA	-55.600.000,00		
1.7.2.8.01.2.1.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	69.200.000,00		
9.7.2.8.01.2.1.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	86.500.000,00		
1.7.2.8.01.3.0.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	-17.300.000,00		
1.7.2.8.01.3.1.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	1.584.000,00		
9.7.2.8.01.3.1.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	1.980.000,00		
		-396.000,00		
		306.155.907,14		



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Resumo Geral Receita - Anexo 2

Orçamento para 2020

Natureza da Receita	Especificação	Desdobramento	Fontes	Categoria Econômica
1.7.2.8.01.4.0.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domín	270.000,00		
1.7.2.8.01.4.1.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domín	270.000,00		
1.7.2.8.01.9.0.00	Outras Transferências dos Estados	1.525.200,00		
1.7.2.8.01.9.1.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	1.525.200,00		
1.7.2.8.01.9.1.01	PROJETO AÇÕES SOCIAIS - FMAS	1.525.200,00		
1.7.2.8.10.0.0.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distri	11.176.707,14		
1.7.2.8.10.1.0.00	Transferências de Convênio dos Estados para o Sist	10.756.273,00		
1.7.2.8.10.1.1.00	Transferências de Convênio dos Estados para o Sist	10.756.273,00		
1.7.2.8.10.1.1.01	TRANSF. FUNDO A FUNDO - GLICEMIA	2.776.273,00		
1.7.2.8.10.1.1.02	TRANSF. MANUTENÇÃO HOSPITAL REC. ESTADUAL	7.980.000,00		
1.7.2.8.10.9.0.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	420.434,14		
1.7.2.8.10.9.1.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Pr	420.434,14		
1.7.2.8.10.9.1.01	CONVÊNIO BANCO DO POVO PAULISTA	10.500,00		
1.7.2.8.10.9.1.08	MOVIMENTO PAULISTA DE SEGURANÇA NO TRÂNSITO	409.934,14		
1.7.4.0.00.0.0.00	Transferências de Instituições Privadas		802.000,00	
1.7.4.0.00.1.0.00	Transferências de Instituições Privadas			
1.7.4.0.00.1.1.00	Transferências de Instituições Privadas - Principa	802.000,00		
1.7.4.0.00.1.1.01	CONTRIB.FUNDO MUN.CRIANÇA ADOLESCENTE	312.000,00		
1.7.4.0.00.1.1.02	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO MUN. ESPORTES	1.000,00		
1.7.4.0.00.1.1.03	DONATIVOS AO FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE	5.000,00		
1.7.4.0.00.1.1.04	CONTRIBUIÇÃO AO COMPHAP	1.000,00		
1.7.4.0.00.1.1.05	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO PROT.PATR.CULTURAL	55.000,00		
1.7.4.0.00.1.1.06	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO MUNIC.MEIO AMBIENTE	20.000,00		
1.7.4.0.00.1.1.07	CONTRIBUIÇÃO DO FUNDO MUNIC. DE CULTURA	330.000,00		
1.7.4.0.00.1.1.08	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO MUN. DO IDOSO	5.000,00		
1.7.4.0.00.1.1.09	CONTRIBUIÇÃO AO F.M.H.I.S.	2.000,00		
1.7.4.0.00.1.1.10	CONTRIBUIÇÃO AO F.M.D.U.S.	2.000,00		
1.7.4.0.00.1.1.11	CONTRIBUIÇÃO AO F.M.TURISMO	15.000,00		
1.7.4.0.00.1.1.13	CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO SISTEMA DE MUSEUS	23.000,00		
1.7.4.0.00.1.1.14	Fundo Municipal de Segurança Púb.	31.000,00		
1.7.5.0.00.0.0.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		228.500.000,00	
1.7.5.8.00.0.0.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - E			
1.7.5.8.01.0.0.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	228.500.000,00		
1.7.5.8.01.1.0.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	228.500.000,00		
1.7.5.8.01.1.1.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	228.500.000,00		
1.9.0.0.00.0.0.00	Outras Receitas Correntes		67.066.466,49	
1.9.1.0.00.0.0.00	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais			
1.9.1.0.01.0.0.00	Multas Previstas em Legislação Específica	13.230.000,00		
1.9.1.0.01.0.0.00	Multas Previstas em Legislação Específica	13.230.000,00		
1.9.1.0.01.1.0.00	Multas Previstas em Legislação Específica	13.230.000,00		
1.9.1.0.01.1.0.00	Multas Previstas em Legislação Específica	13.230.000,00		
1.9.1.0.01.1.1.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Princi	13.230.000,00		
1.9.1.0.01.1.1.00	Multas Previstas em Legislação Específica - Princi	13.230.000,00		
1.9.1.0.01.1.1.02	MUNICIPALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRÂNSITO	13.200.000,00		
1.9.1.0.01.1.1.03	Multas por Auto de Infração - SEMAE	71.945,00		
1.9.1.0.01.1.1.04	MULTAS POR INFRAÇÃO / TRANSP. ROD.PAS. E CARGAS	30.000,00		





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Resumo Geral Receita - Anexo 2

Orçamento para 2020

Natureza da Receita	Especificação	Desdobramento	Fontes	Categoria Econômica
1.9.2.0.00.0.0.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos			
1.9.2.2.00.0.0.00	Restituições		7.762.815,00	
1.9.2.2.03.0.0.00	Restituição de Benefícios Previdenciários	3.000,00		
1.9.2.2.03.1.0.00	Restituição de Benefícios Previdenciários	3.000,00		
1.9.2.2.03.1.1.00	Restituição de Benefícios Previdenciários - Princi	3.000,00		
1.9.2.2.03.1.1.01	REST. DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS PLANO	1.000,00		
1.9.2.2.03.1.1.02	REST. DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - PLANO	1.000,00		
1.9.2.2.03.1.1.03	REST. DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS - DESP	1.000,00		
1.9.2.8.00.0.0.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	7.759.815,00		
1.9.2.8.01.0.0.00	Indenizações	461.000,00		
1.9.2.8.01.1.0.00	Outras Indenizações	461.000,00		
1.9.2.8.01.1.1.00	Outras Indenizações - Principal	461.000,00		
1.9.2.8.01.1.1.01	OUTRAS INDENIZAÇÕES - PREF.	400.000,00		
1.9.2.8.01.1.1.02	RECEITAS PROCON	60.000,00		
1.9.2.8.01.1.1.05	OUTRAS INDENIZAÇÕES - IPREM	1.000,00		
1.9.2.8.02.0.0.00	Restituições	7.298.815,00		
1.9.2.8.02.9.0.00	Outras Restituições	7.298.815,00		
1.9.2.8.02.9.1.00	Outras Restituições - Principal	7.298.815,00		
1.9.2.8.02.9.1.01	OUTRAS RESTITUIÇÕES - PREF	6.000.000,00		
1.9.2.8.02.9.1.02	VALE TRANSPORTE	1.250.000,00		
1.9.2.8.02.9.1.03	Outras Restituições - SEMAE	48.815,00		
1.9.9.0.00.0.0.00	Demais Receitas Correntes		46.001.706,49	
1.9.9.0.03.0.0.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os	1.587.000,00		
1.9.9.0.03.1.0.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os	1.587.000,00		
1.9.9.0.03.1.1.00	Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os	26.278.015,49		
1.9.9.0.99.0.0.00	Outras Receitas	26.278.015,49		
1.9.9.0.99.1.0.00	Outras Receitas - Primárias	26.278.015,49		
1.9.9.0.99.1.1.00	Outras Receitas - Primárias	26.278.015,49		
1.9.9.0.99.1.1.01	Outras Receitas - Primárias - Principal	25.528.015,49		
1.9.9.0.99.1.1.02	Outras Receitas - Primárias - IPREM	1.000,00		
1.9.9.0.99.1.1.03	Outras Receitas - MERCADO, FEIRAS E VAREJÕES	10.000,00		
1.9.9.0.99.1.1.04	Outras Receitas - CEMITÉRIOS	430.000,00		
1.9.9.0.99.1.1.05	Outras Receitas - OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	271.000,00		
1.9.9.0.99.1.1.06	Outras Receitas - OUTORGA DE CONCESSÃO ÔNIBUS	904.000,00		
1.9.9.0.99.1.1.07	Outras Receitas - DIVERSAS-PREF	5.584.015,49		
1.9.9.0.99.1.1.08	Outras Receitas - OUTORGA PERM. PATIO APR.	30.000,00		
1.9.9.0.99.1.1.09	Outras Receitas - OUTORGA DE CONCESSÃO-FUNERÁRIA	385.000,00		
1.9.9.0.99.1.1.10	Outras Receitas - CARNAVAL	1.000,00		
1.9.9.0.99.1.1.11	Outras Receitas - OUTORGA ESTACION. ROTATIVO CONTRO	116.000,00		
1.9.9.0.99.1.1.12	Outras Receitas - COLETA SELETIVA	1.000,00		
1.9.9.0.99.1.1.13	Outras Receitas - CORRENTE DA L.C. Nº 151/15	790.000,00		
1.9.9.0.99.1.1.14	OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR	100.000,00		
1.9.9.0.99.1.1.15	Outras Receitas - OUTORGA TERMINAL GERALDO SCAVONE	90.000,00		
1.9.9.0.99.1.1.16	Outras Receitas - CARGA PERIGOSA	15.000,00		



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Resumo Geral Receita - Anexo 2

Orçamento para 2020

Natureza da Receita	Especificação	Desdobramento	Fontes	Categoria Econômica
1.9.9.0.99.1.1.17	Outras Receitas - Devolução Assistência	100.000,00		
1.9.9.0.99.1.1.51	Outras Receitas - PÁTIO PREFEITURA - SMT	1.000,00		
1.9.9.0.99.1.1.52	RECEITA DO DREM-MC	16.700.000,00		
1.9.9.0.99.1.2.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	400.000,00		
1.9.9.0.99.1.2.00	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	400.000,00		
1.9.9.0.99.1.2.01	OUTRAS MULTAS E JUROS DE MORA-PREFEITURA	400.000,00		
1.9.9.0.99.1.2.03	Outras Multas e Juros de Mora - SEMAE	2.210.943,00		
1.9.9.0.99.1.3.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	50.000,00		
1.9.9.0.99.1.3.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	50.000,00		
1.9.9.0.99.1.3.03	Rec. Div. Ativa Não Trib. Outras Rec. Principal	50.000,00		
1.9.9.0.99.1.3.03	Rec. Div. Ativa Não Trib. Outras Rec. Principal	50.000,00		
1.9.9.0.99.1.3.05	Outras Receitas Diversas - SEMAE	4.160.856,00		
1.9.9.0.99.1.4.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multa	300.000,00		
1.9.9.0.99.1.4.00	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multa	300.000,00		
1.9.9.0.99.1.4.01	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multa	300.000,00		
1.9.9.0.99.1.4.03	Out. Multas e JM da Div. At. Out. Rec. - SEMAE	3.088.010,00		
2.0.0.0.00.0.0.00	Receitas de Capital		180.738.715,90	
2.1.0.0.00.0.0.00	Operações de Crédito		149.618.644,90	
2.1.1.0.00.0.0.00	Operações de Crédito - Mercado Interno		110.745.644,90	
2.1.1.8.00.0.0.00	Operações de Crédito - Mercado Interno - Estados/D			
2.1.1.8.01.0.0.00	Operações de Crédito Internas de Estados/DF/Municí	78.548.229,30		
2.1.1.8.01.3.0.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Sa	78.548.229,30		
2.1.1.8.01.3.1.00	Op Cred Int para Program de Saneamento - Principal	56.245.899,64		
2.1.1.8.01.3.1.01	OP. CRÉDITO - AMPLIAÇÃO DO SAA VILA MORAES	56.245.899,64		
2.1.1.8.01.3.1.02	AMPLIAÇÃO SEE	4.100.000,00		
2.1.1.8.01.3.1.03	DREN. SUP. DOS DIST. DE JUNDIAPEBA	10.974.000,00		
2.1.1.8.01.3.1.04	OP. CREDITO SAA BAIRRO CEZAR DE SOUZA	247.000,00		
2.1.1.8.01.3.1.05	OP CREDITO- IMP. SES NUCLEO JUNDIAPEBA	6.700.000,00		
2.1.1.8.01.3.1.06	OP. CREDITO ESTUDOS E PROJETOS COLETOR TRONCO RIO	11.968.756,83		
2.1.1.8.01.3.1.07	OP CREDITO- MELHORIA E AMPL. ETA CENTRO	2.185.911,21		
2.1.1.8.01.5.0.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Mo	20.070.231,60		
2.1.1.8.01.5.1.00	OP. CRÉDITO - PMAT	21.290.774,00		
2.1.1.8.01.5.1.01	OP. CREDITO - PMAT III - BNDES	21.290.774,00		
2.1.1.8.01.7.0.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Mo	21.290.774,00		
2.1.1.8.01.7.1.00	Operações de Crédito Internas para Programas de Mo	1.011.555,66		
2.1.1.8.01.7.1.01	OP CRÉDITO - regularização fundiária Vila Nova Un	1.011.555,66		
2.1.1.9.00.0.0.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	1.011.555,66		
2.1.1.9.00.1.0.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	32.197.415,60		
2.1.1.9.00.1.1.00	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Pr	32.197.415,60		
2.1.1.9.00.1.1.01	OP. CRÉDITO - INF. URBAN. AV. KAORU HIRAMATSU	600.000,00		
2.1.1.9.00.1.1.02	OP. CRÉDITO-OBRAS E SERV. DO CORREDOR TRANS.COLET	2.000.000,00		
2.1.1.9.00.1.1.05	OP. CREDITO - AQ. MAQUINAS E EQUIP -B. BRASIL	23.000.000,00		
2.1.1.9.00.1.1.06	OP. CREDITO - MODERNIZAÇÃO DOS MERCADOS E FEIRAS	6.597.415,60		
2.1.2.0.00.0.0.00	Operações de Crédito - Mercado Externo			
2.1.2.8.00.0.0.00	Operação de Crédito Externas - Estados/DF/Municípi	38.873.000,00		
2.1.2.8.01.0.0.00	Operações de Crédito Externas - Estados/DF/ Municí	38.873.000,00		





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Resumo Geral Receita - Anexo 2

Orçamento para 2020

Natureza da Receita	Especificação	Desdobramento	Fontes	Categoria Econômica
2.1.2.8.01.0.0.01	OP. CRÉDITO - CAF	38.873.000,00		
2.2.0.0.0.0.0.00	Alienação de Bens			
2.2.1.0.0.0.0.00	Alienação de Bens Móveis		91.600,00	
2.2.1.3.0.0.0.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes		31.600,00	
2.2.1.3.0.0.1.0.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	31.600,00		
2.2.1.3.0.0.1.0.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	10.000,00		
2.2.1.3.0.0.1.1.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	10.000,00		
2.2.1.3.0.0.1.1.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	10.000,00		
2.2.1.3.0.0.1.1.01	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS - PREF	10.000,00		
2.2.1.3.0.0.1.1.03	Alienação de Bens Imóveis - SEMAE	21.600,00		
2.2.2.0.0.0.0.0.00	Alienação de Bens Imóveis		60.000,00	
2.2.2.0.0.0.1.0.00	Alienação de Bens Imóveis		60.000,00	
2.2.2.0.0.0.1.1.00	Alienação de Bens Imóveis - Principal		60.000,00	
2.2.2.0.0.0.1.1.01	ALIENAÇÃO DE OUTROS BENS IMÓVEIS - PREF			
2.4.0.0.0.0.0.0.00	Transferências de Capital		31.028.471,00	
2.4.1.0.0.0.0.0.00	Transferências da União e de suas Entidades		16.433.255,20	
2.4.1.8.0.0.0.0.00	Transferências da União		665.471,23	
2.4.1.8.0.0.0.0.00	Transferências Advindas de Emendas Parlamentares		100.000,00	
2.4.1.8.0.0.0.0.01	EMENDA DEP. MIGUEL LOMBARDI 37300004		100.000,00	
2.4.1.8.0.0.0.0.02	ACADEMIA PARA DEFICIENTES		220.000,00	
2.4.1.8.0.0.0.0.03	RECAPEAMENTO RUA NAVAJAS-EMENDA MARC		245.471,23	
2.4.1.8.0.0.0.0.04	Ampliação UBS Nova Jundiapaba - EP 30470002		7.205.000,00	
2.4.1.8.10.0.0.0.00	Transferência de Convênios da União e de suas Enti		7.205.000,00	
2.4.1.8.10.5.0.0.00	Transferências de Convênios da União destinadas a		7.205.000,00	
2.4.1.8.10.5.1.0.00	IMPL. ESG. SANT. RIBEIRÃO IPIRANGA E B. MORUMBI		8.562.783,97	
2.4.1.8.99.0.0.0.00	Outras Transferências da União		8.562.783,97	
2.4.1.8.99.1.0.0.00	Outras Transferências da União		114.612,23	
2.4.1.8.99.1.1.0.00	Outras Transferências da União - Principal		438.750,00	
2.4.1.8.99.1.1.01	Obras de Acessibilidade		204.592,00	
2.4.1.8.99.1.1.03	CONSTRUÇÃO DO MIRANTE PICO DO URUBU		394.200,00	
2.4.1.8.99.1.1.04	REF. E ADAPTAÇÃO PRAÇA CJ BOSQUE		245.850,00	
2.4.1.8.99.1.1.06	PAVIMENTAÇÃO DA RUA MINAS GERAIS TRECHO 1		493.100,00	
2.4.1.8.99.1.1.07	ACESSIBILIDADE CALÇADA DA APAE		911.878,00	
2.4.1.8.99.1.1.08	PAVIMENTAÇÃO RUA MINAS GERAIS TRECHO 2		278.000,00	
2.4.1.8.99.1.1.09	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO RUA THULLER		222.857,14	
2.4.1.8.99.1.1.11	ADEQUAÇÃO DA ESTRADA ESTIVA		2.546.515,41	
2.4.1.8.99.1.1.12	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS EM JUNDIAPEBA		760.000,00	
2.4.1.8.99.1.1.13	RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NA RUA ALVARO PAVAN		335.301,90	
2.4.1.8.99.1.1.14	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVENÇÕES		124.813,00	
2.4.1.8.99.1.1.15	REFORMA DO PARQUE LEON FEFER		365.714,29	
2.4.1.8.99.1.1.16	CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA		380.000,00	
2.4.1.8.99.1.1.17	IMPL. DE 03 PVES E AQ. DE 2 CONTAINERS		253.500,00	
2.4.1.8.99.1.1.18	CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA - SMEL 1			
2.4.1.8.99.1.1.19	CAMPO DE GRAMA SINTÉTICA - SMEL 2			
2.4.1.8.99.1.1.21	REVITALIZAÇÃO ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE SABAUNA			



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Resumo Geral Receita - Anexo 2

Orçamento para 2020

Natureza da Receita	Especificação	Desdobramento	Fontes	Categoria Econômica
2.4.2.0.00.0.0.0.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e	14.595.215,80		
2.4.2.8.00.0.0.0.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de	14.595.215,80		14.595.215,80
2.4.2.8.10.0.0.0.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Distr			
2.4.2.8.10.2.0.0.00	Transferências de Convênios dos Estados destinadas	765.834,00		
2.4.2.8.10.2.1.00	Transf. de Convênios dos Estados p/ Educação	765.834,00		
2.4.2.8.10.2.1.03	TRANSF. P/IMPL CEPI- CASARÃO CORONEL	765.834,00		
2.4.2.8.10.9.0.0.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	13.829.381,80		
2.4.2.8.10.9.1.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Pr	13.829.381,80		
2.4.2.8.10.9.1.03	TRANSF. ADEQ. ESTRADAS RURAIS - FEHIDRO MORALOGIA	650.000,00		
2.4.2.8.10.9.1.04	OP. CRÉDITO - URBAN. V. ESTAÇÃO - PAC II	4.000.000,00		
2.4.2.8.10.9.1.05	PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA YONEJI NAKAMURA	8.173.820,84		
2.4.2.8.10.9.1.07	REFORMA E ADEQ. DO MUSEU E ESTR. FER. DE SABAÚNA	385.026,08		
2.4.2.8.10.9.1.08	REFORMA DO CENTRO DE INFORMAÇÕES TURISTICAS	29.975,57		
2.4.2.8.10.9.1.09	REFORMA DO MUSEU VISCONDE DE MAUÁ	173.099,75		
2.4.2.8.10.9.1.10	REF. DO CENTRO DE EXPOSIÇÕES CIDADES IRMÃS	42.564,76		
2.4.2.8.10.9.1.11	REFORMA DO CENTRO DE EXPEDICIONÁRIO MOGIANO	92.221,92		
2.4.2.8.10.9.1.12	REF. DO CENTRO DE CULTURA E MEM. TORO KONNO	201.278,23		
2.4.2.8.10.9.1.13	MODERNIZAÇÃO DA PINACOTECA DE MOGI DAS CRUZES	81.394,65		
7.0.0.0.00.0.0.0.00	Receitas Correntes - Intra OFSS			169.795.790,00
7.2.0.0.00.0.0.0.00	Contribuições - Intra OFSS			
7.2.1.0.00.0.0.0.00	Contribuições Sociais - Intra OFSS	95.926.000,00		95.926.000,00
7.2.1.8.00.0.0.0.00	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF,	95.926.000,00		95.926.000,00
7.2.1.8.03.0.0.0.00	CPSSS PATRONAL - SERV CIVIL ATIVO			
7.2.1.8.03.1.0.0.00	CPSSS PATRONAL - SERV CIVIL ATIVO	87.682.000,00		
7.2.1.8.03.1.1.0.00	CPSSS PATRONAL - SERV CIVIL ATIVO	87.682.000,00		
7.2.1.8.03.1.1.11	CPSSS PATRONAL - SERV CIVIL ATIVO PMMC IO	34.410.000,00		
7.2.1.8.03.1.1.12	CPSSS PATRONAL - SERV CIVIL ATIVO-CMMC IO	835.000,00		
7.2.1.8.03.1.1.13	CPSSS PATRONAL - SERV CIVIL ATIVO-SEMAE IO	1.459.000,00		
7.2.1.8.03.1.1.14	CPSSS PATRONAL - SERV CIVIL ATIVO - IPREM IO	44.000,00		
7.2.1.8.03.1.1.21	CPSSS DEFICIT ATUARIAL - SERV CIVIL ATIVO -P	42.923.000,00		
7.2.1.8.03.1.1.22	CPSSS DEFICIT ATUARIAL - SERV CIVIL ATIVO -C	1.042.000,00		
7.2.1.8.03.1.1.23	CPSSS DEFICIT ATUARIAL - SERV CIVIL ATIVO - S	1.820.000,00		
7.2.1.8.03.1.1.24	CPSSS DEFICIT ATUARIAL - SERV CIVIL ATIVO - I	54.000,00		
7.2.1.8.03.1.1.31	CPSSS DESP ADM - SERV CIVIL ATIVO - PMMC -IO	4.770.000,00		
7.2.1.8.03.1.1.32	CPSSS DESP ADM - SERV CIVIL ATIVO - CMMC IO	116.000,00		
7.2.1.8.03.1.1.33	CPSSS DESP ADM - SERV CIVIL ATIVO -SEMAE IO	203.000,00		
7.2.1.8.03.1.1.34	CPSSS DESP ADM - SERV CIVIL ATIVO - IPREM IO	6.000,00		
7.2.1.8.03.2.0.0.00	CPSSS DEFICIT ATUARIAL - SERV CIVIL INATIVO	5.153.000,00		
7.2.1.8.03.2.1.00	CPSSS DEFICIT ATUARIAL - SERV CIVIL INATIVO	5.153.000,00		
7.2.1.8.03.2.1.21	CPSSS DEFICIT ATUARIAL - SERV CIVIL INATIVO P	3.977.000,00		
7.2.1.8.03.2.1.22	CPSSS DEFICIT ATUARIAL - SERV CIVIL INATIVO	215.000,00		
7.2.1.8.03.2.1.23	CPSSS DEFICIT ATUARIAL - SERV CIVIL INATIVO	445.000,00		
7.2.1.8.03.2.1.31	CPSSS DESP ADM - SERV CIVIL INATIVO -PMMC IO	442.000,00		
7.2.1.8.03.2.1.32	CPSSS DESP ADM - SERV CIVIL INATIVO - CMMC IO	24.000,00		
7.2.1.8.03.2.1.33	CPSSS DESP ADM - SERV CIVIL INATIVO- SEMAE IO	50.000,00		
7.2.1.8.03.3.0.0.00	CPSSS DEFICIT ATUARIAL - SERV CIVIL PENSIONISTAS	3.091.000,00		



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Resumo Geral Receita - Anexo 2

Orçamento para 2020

Natureza da Receita	Especificação	Desdobramento	Fontes	Categoria Econômica
7.2.1.8.03.3.1.00	CPSSS DEFICIT ATUARIAL - SERV CIVIL PENSIONISTAS	3.091.000,00		
7.2.1.8.03.3.1.21	CPSSS DEFICIT ATUARIAL - SERV CIVIL PENSIONISTAS	2.079.000,00		
7.2.1.8.03.3.1.22	CPSSS DEFICIT ATUARIAL - SERV CIVIL PENSIONISTA	434.000,00		
7.2.1.8.03.3.1.23	CPSSS DEFICIT ATUARIAL - SERV CIVIL PENSIONISTAS	268.000,00		
7.2.1.8.03.3.1.31	CPSSS DESP ADM - SERV CIVIL PENSIONISTA - PMMC	231.000,00		
7.2.1.8.03.3.1.32	CPSSS DESP ADM - SERV CIVIL PENSIONISTA - CMMC	49.000,00		
7.2.1.8.03.3.1.33	CPSSS DESP ADM - SERV CIVIL PENSIONISTA - SEMAE	30.000,00		
7.6.0.0.00.0.0.00	Receita de Serviços - Intra OFSS		11.469.790,00	
7.6.1.0.00.0.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Int		11.469.790,00	
7.6.1.0.01.0.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Int			
7.6.1.0.01.1.0.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Int			
7.6.1.0.01.1.1.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Pri			
7.6.1.0.01.1.1.01	Tarifas Forn. Água Intra-Orçamentária	6.314.481,00		
7.6.1.0.01.1.1.02	Utilização de Rede de Esgoto Intra-Orçamentária	5.155.309,00		
7.9.0.0.00.0.0.00	Outras Receitas Correntes - Intra OFSS		62.400.000,00	
7.9.2.0.00.0.0.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos - Intr		21.600.000,00	
7.9.2.8.00.0.0.00	RESTITUIÇÕES DE RECURSOS RECEBIDOS INTRA OFSS		21.600.000,00	
7.9.2.8.02.0.0.00	RESTITUIÇÕES DE RECURSOS RECEBIDOS INTRA OFSS			
7.9.2.8.02.1.0.00	RESTITUIÇÕES DE RECURSOS RECEBIDOS INTRA OFSS			
7.9.2.8.02.1.1.00	RESTITUIÇÕES DE RECURSOS RECEBIDOS INTRA OFSS			
7.9.9.0.00.0.0.00	Demais Receitas Correntes - Intra OFSS		40.800.000,00	
7.9.9.0.01.0.0.00	Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atu			
7.9.9.0.01.1.0.00	Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atu			
7.9.9.0.01.1.1.00	Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atu			
7.9.9.0.01.1.1.01	REC. DE APORTES P/ AMORT. DEF. ATUAR. DO RPPS PMMC			
7.9.9.0.01.1.1.02	REC. DE APORTES P/ AMORT. DEF. ATUAR. DO RPPS CMMC			
7.9.9.0.01.1.1.03	REC. DE APORTES P/ AMORT. DEF. ATUAR. DO RPPS SEMA			
Total Geral			1.869.515.000,00	

[Assinatura]



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

01.00.00 - CAMARA MUNICIPAL

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade de Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			38.400.000,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			29.600.000,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		29.600.000,00	
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.000.000,00		
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.300.000,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.300.000,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			8.800.000,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		8.800.000,00	
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	400.000,00		
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.300.000,00		
3.3.90.37.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	550.000,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.550.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			500.000,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			500.000,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		500.000,00	
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	400.000,00		
		Total	Total	38.900.000,00



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade de Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.176.393.904,19
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			536.860.523,71
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		424.312.023,71	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	92.500,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	390.106.023,71		
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	29.553.000,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	418.000,00		
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.142.500,00		
3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ		112.548.500,00	
3.1.91.07.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	79.548.500,00		
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	33.000.000,00		
3.2.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			15.000.000,00
3.2.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		15.000.000,00	
3.2.90.21.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15.000.000,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			624.533.380,48
3.3.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU			
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	118.949.887,83	118.949.887,83	
3.3.71.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS			
3.3.71.70.00	RATEIO P/PARTIC EM CONSÓRCIO PÚBLICO	16.024.350,37	16.024.350,37	
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		477.605.042,28	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO			
3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	58.666.638,04		
3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	1.085.000,00		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	3.024.100,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.558.229,68		
3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	389.319.674,56		
3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	10.250.000,00		
3.3.90.49.00	AUXÍLIO TRANSPORTE	1.705.200,00		
3.3.90.83.00	CONTRATOS DE PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON.	35.000,00		
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	400.000,00		
3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.851.000,00		
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	50.000,00		
3.3.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ	660.200,00		
3.3.91.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA -	11.954.100,00	11.954.100,00	
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			293.706.095,81
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			253.306.095,81
4.4.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU			
4.4.50.42.00	AUXÍLIOS		3.100,00	
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		253.302.995,81	
4.4.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13.215.118,00		
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	203.951.129,24		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	33.342.648,57		
4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.893.100,00		





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
4.4.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	901.000,00		
4.5.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS			400.000,00
4.5.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		400.000,00	
4.5.90.82.00	APORTE DE RECURSOS PPP	400.000,00		
4.6.00.00.00	AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA			40.000.000,00
4.6.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		40.000.000,00	
4.6.90.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	40.000.000,00		
9.0.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			5.000.000,00
9.9.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		5.000.000,00	
9.9.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	5.000.000,00		
			Total	1.475.100.000,00



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

03.00.00 - SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			163.850.100,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			38.402.000,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		30.593.000,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	30.000,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.828.000,00		
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.750.000,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.585.000,00		
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	200.000,00		
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	200.000,00		
3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ		7.809.000,00	
3.1.91.07.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	3.900.000,00		
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	3.909.000,00		
3.2.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			5.580.000,00
3.2.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		180.000,00	
3.2.90.21.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	180.000,00		
3.2.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ		5.400.000,00	
3.2.91.21.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO - INTRA-ORÇAMENT	5.400.000,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			119.868.100,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		118.868.100,00	
3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS			
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	38.000,00		
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	22.000,00		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	50.790.750,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	798.000,00		
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-PJ	62.889.950,00		
3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	1.746.400,00		
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	2.143.000,00		
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	180.000,00		
3.3.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ	260.000,00		
3.3.91.30.00	MATERIAL DE CONSUMO - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.000.000,00	1.000.000,00	
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			20.149.900,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			13.499.900,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		10.052.700,00	
4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.750.000,00		
4.4.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00		
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.056.000,00		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.516.700,00		
4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	200.000,00		
4.4.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.500.000,00		
4.4.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ		3.447.200,00	
4.4.91.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIO			
4.6.00.00.00	AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	3.447.200,00		



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão Orçamento para 2020

03.00.00 - SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
4.6.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ		6.650.000,00	
4.6.91.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA - INTRA-O	6.650.000,00		1.000.000,00
9.0.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			1.000.000,00
9.9.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			
9.9.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		1.000.000,00	
9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.000.000,00		
		Total		185.000.000,00

[Handwritten signature]





Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

04.00.00 - IPREM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
DESPESAS CORRENTES			159.029.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			156.819.000,00
APLICAÇÕES DIRETAS			
APOSENTADORIAS E REFORMAS			
PENSÕES			
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS			
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL			
OBRIGAÇÕES PATRONAIS			
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL			
SENTENÇAS JUDICIAIS			
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ			
OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO			
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
TRANSFERÊNCIAS A UNIÃO			
APOSENTADORIAS E REFORMAS			
PENSÕES			
APLICAÇÕES DIRETAS			
DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL			
MATERIAL DE CONSUMO			
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			
SERVIÇOS DE CONSULTORIA			
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA			
ARRENDAMENTO MERCANTIL			
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA			
Serviços de Tecnol.da Informação e Comunicação-PJ			
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES			
DESPESAS DE CAPITAL			
INVESTIMENTOS			
APLICAÇÕES DIRETAS			
OBRAS E INSTALAÇÕES			
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS			
RESERVA DE CONTINGENCIA			
RESERVA DE CONTINGENCIA			
RESERVA DE CONTINGENCIA			
RESERVA DE CONTINGENCIA			
Total			170.515.000,00



2



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão Orçamento para 2020

01.01.00 - CÂMARA MUNICIPAL

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			38.400.000,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			29.600.000,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		29.600.000,00	
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.000.000,00		
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	4.300.000,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.300.000,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			8.800.000,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		8.800.000,00	
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	400.000,00		
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.300.000,00		
3.3.90.37.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	550.000,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	6.550.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			500.000,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			500.000,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		500.000,00	
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	100.000,00		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	400.000,00		
		Total	Total	38.900.000,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

02.01.00 - GABINETE DO PREFEITO

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			17.390.800,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			5.929.800,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		5.929.800,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	2.500,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.919.800,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	7.500,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			11.461.000,00
3.3.71.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		130.000,00	
3.3.71.70.00	RATEIO P/PARTIC EM CONSÓRCIO PÚBLICO	130.000,00		
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		11.331.000,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO			
3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	119.000,00		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	200.000,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	55.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.957.000,00		
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			8.000,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		8.000,00	
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.000,00		
			Total	17.398.800,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão Orçamento para 2020

02.02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURIDICOS

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			17.827.165,66
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			7.197.300,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS			
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1.000,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.594.800,00		
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	600.000,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.500,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			10.629.865,66
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS			
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	6.000,00		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	770.500,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	3.957.365,66		
3.3.90.49.00	AUXÍLIO TRANSPORTE	35.000,00		
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	5.851.000,00		
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			902.100,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			902.100,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS			
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	100,00		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000,00		
4.4.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	901.000,00		
			Total	18.729.265,66



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão Orçamento para 2020

02.03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade de Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			7.016.800,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			6.655.800,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		6.655.800,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	500,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	6.654.800,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	500,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			361.000,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		361.000,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	301.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.500,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.500,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		1.500,00	
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.000,00		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00		
			Total	7.018.300,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

02.04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade de Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			4.566.800,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			3.786.300,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		3.786.300,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	500,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	3.784.800,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			780.500,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		780.500,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	30.000,00		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	750.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			500,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			500,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		500,00	
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500,00		
			Total	4.567.300,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

02.05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade de Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			32.295.800,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			8.346.300,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		8.346.300,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	500,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	8.344.800,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00		
3.2.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			15.000.000,00
3.2.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		15.000.000,00	
3.2.90.21.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15.000.000,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			8.949.500,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		8.949.500,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	18.000,00		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	7.861.000,00		
3.3.90.83.00	CONTRATOS DE PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON.	400.000,00		
3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.000,00		
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	620.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			83.366.500,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			42.966.500,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		42.966.500,00	
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	41.949.000,00		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	280.500,00		
4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	737.000,00		
4.5.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS			400.000,00
4.5.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		400.000,00	
4.5.90.82.00	APORTE DE RECURSOS PPP	400.000,00		
4.6.00.00.00	AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA			40.000.000,00
4.6.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		40.000.000,00	
4.6.90.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	40.000.000,00		
9.0.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			5.000.000,00
9.9.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			5.000.000,00
9.9.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			5.000.000,00
9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			5.000.000,00
		5.000.000,00	5.000.000,00	
		Total	Total	120.662.300,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

02.06.00 - SECR. MUN. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade de Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.773.000,00
3.1.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.248.500,00
3.1.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		2.248.500,00	
3.1.90.05.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	500,00		
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.245.000,00		
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.000,00		
3.3.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			524.500,00
3.3.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		524.500,00	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	12.000,00		
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	11.500,00		
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	501.000,00		
4.0.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.500,00
4.4.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.500,00
4.4.90.00.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		1.500,00	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.500,00		
			Total	2.774.500,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão Orçamento para 2020

02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade de Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			401.014.451,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			222.182.000,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		205.553.500,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	40.500,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	196.942.500,00		
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	5.550.500,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	48.000,00		
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	2.972.000,00		
3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ		16.628.500,00	
3.1.91.07.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	16.628.500,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			178.832.451,00
3.3.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU			
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS		82.307.000,00	
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		89.471.451,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO			
3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	33.014.501,00		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.025.000,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	978.000,00		
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	54.423.950,00		
3.3.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ	30.000,00		
3.3.91.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA -	7.054.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			16.220.000,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			16.220.000,00
4.4.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU		3.000,00	
4.4.50.42.00	AUXÍLIOS	3.000,00		
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS			
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES		16.217.000,00	
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.712.500,00		
4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	2.500.500,00		
		4.000,00		
		Total		417.234.451,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

02.08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			12.292.605,81
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			5.966.000,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		5.966.000,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	500,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.965.000,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	500,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			6.326.605,81
3.3.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU		1.630.000,00	
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.630.000,00		
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		4.696.605,81	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	736.423,00		
3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	20.000,00		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	22.000,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.268.182,81		
3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	1.650.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.559.593,19
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			5.559.593,19
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		5.559.593,19	
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.181.016,19		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	378.577,00		
		Total	Total	17.852.199,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão Orçamento para 2020

02.09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade de Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			28.156.259,17
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.627.300,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		1.627.300,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	500,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.624.800,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	2.000,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			26.528.959,17
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		26.528.959,17	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	27.500,00		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	26.500.959,17		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			123.882.721,41
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			123.882.721,41
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		123.882.721,41	
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	99.729.221,41		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	23.001.500,00		
4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.152.000,00		
		Total		152.038.980,58





MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão Orçamento para 2020

02.10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES					
Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Catag Econ	
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			24.089.235,76	
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			9.198.700,00	
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		9.198.700,00		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	500,00			
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.197.200,00			
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00			
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			14.890.535,76	
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		14.890.535,76		
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.272.500,00			
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00			
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13.417.535,76			
3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	200.000,00			
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			128.514,86	
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			128.514,86	
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		128.514,86		
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	118.904,48			
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.610,38			
			Total		24.217.750,62



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão Orçamento para 2020

02.11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			295.646.215,31
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			86.126.121,40
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		81.581.121,40	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	37.000,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	73.844.121,40		
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	7.000.000,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	300.000,00		
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	400.000,00		
3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ			
3.1.91.07.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	4.545.000,00	4.545.000,00	
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			209.520.093,91
3.3.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU			
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	13.806.042,16	13.806.042,16	
3.3.71.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS			
3.3.71.70.00	RATEIO P/PARTIC EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15.894.350,37	15.894.350,37	
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		178.519.601,38	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO			
3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	9.183.404,54		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.824.100,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	275.224,18		
3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	166.181.472,66		
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	55.200,00		
3.3.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ	200,00		
3.3.91.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA -	1.300.100,00	1.300.100,00	
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			23.818.671,23
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			23.818.671,23
4.4.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU			
4.4.50.42.00	AUXÍLIOS	100,00	100,00	
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS			
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES			
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	22.547.571,23	23.818.571,23	
4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	1.270.900,00		
		100,00		
			Total	319.464.886,54



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

02.12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			37.209.401,23
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			13.443.555,56
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		13.443.555,56	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	500,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.431.055,56		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	12.000,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			23.765.845,67
3.3.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU		19.726.845,67	
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	19.726.845,67		
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		4.039.000,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO			
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	1.028.100,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	893.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.117.900,00		
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			515.500,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		515.500,00	
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	2.000,00		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	513.500,00		
			Total	37.724.901,23



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

02.13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			98.122.500,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			18.745.500,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		18.745.500,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	500,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	18.740.000,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			79.377.000,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		79.377.000,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	12.197.200,00		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	48.000,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	67.081.800,00		
3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	50.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.787.578,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.787.578,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		1.787.578,00	
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.719.578,00		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	68.000,00		
			Total	99.910.078,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão Orçamento para 2020

02.14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA					
Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ	
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES				20.275.000,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS				17.601.500,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		17.601.500,00		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	500,00			
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	17.600.000,00			
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.000,00			
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES				2.673.500,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		2.673.500,00		
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	461.000,00			
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	500,00			
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.212.000,00			
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL				697.500,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS				697.500,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		697.500,00		
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	670.000,00			
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	27.500,00			
Total					20.972.500,00

[Handwritten signature]



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

02.15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.902.000,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.376.000,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		1.376.000,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	500,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.375.000,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	500,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			526.000,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		526.000,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	27.500,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	498.500,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			6.927.615,96
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			6.927.615,96
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		6.927.615,96	
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.872.615,96		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	55.000,00		
			Total	8.829.615,96



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão Orçamento para 2020

02.16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			8.204.500,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			2.306.000,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		2.306.000,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1.000,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	2.300.000,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.898.500,00
3.3.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU		1.480.000,00	
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	1.480.000,00		
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		4.418.500,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	142.500,00		
3.3.90.31.00	PREMIações CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	40.000,00		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	217.000,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.019.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.032.006,66
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			5.032.006,66
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		5.032.006,66	
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	4.790.034,97		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	241.971,69		
		Total	Total	13.236.506,66



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

02.17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade de Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			4.525.023,50
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.806.000,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		1.806.000,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	1.000,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.800.000,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	5.000,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.719.023,50
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		2.719.023,50	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	14.009,50		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	305.005,50		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.400.008,50		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			139.826,50
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			139.826,50
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		139.826,50	
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	139.826,50		
			Total	4.664.850,00



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

02.18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			163.086.346,75
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			122.317.846,75
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		30.942.846,75	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	4.000,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	13.742.346,75		
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16.402.500,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	23.500,00		
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	770.500,00		
3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ		91.375.000,00	
3.1.91.07.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	58.375.000,00		
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	33.000.000,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			40.768.500,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		37.168.500,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	317.000,00		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	2.980.500,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	23.871.000,00		
3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	10.000.000,00		
3.3.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ		3.600.000,00	
3.3.91.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA -	3.600.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			24.716.468,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			24.716.468,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		24.716.468,00	
4.4.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13.215.118,00		
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	6.657.587,00		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4.843.763,00		
		Total	Total	187.802.814,75



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

03.01.00 - GABINETE DO DIRETOR GERAL

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.289.400,00
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.289.400,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		2.289.400,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	254.000,00		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	52.000,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	57.000,00		
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-PJ	1.746.400,00		
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	180.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.541.000,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.541.000,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		1.541.000,00	
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	41.000,00		
4.4.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	1.500.000,00		
9.0.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			1.000.000,00
9.9.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			1.000.000,00
9.9.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			1.000.000,00
9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	1.000.000,00		
			Total	4.830.400,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

03.02.00 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			51.683.250,00
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			38.402.000,00
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		30.593.000,00	
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	30.000,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	24.828.000,00		
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	3.750.000,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.585.000,00		
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	200.000,00		
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	200.000,00		
3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ		7.809.000,00	
3.1.91.07.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	3.900.000,00		
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	3.909.000,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			13.281.250,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		12.281.250,00	
3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS			
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	38.000,00		
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	22.000,00		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	4.026.500,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	746.000,00		
3.3.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ	7.448.750,00		
3.3.91.30.00	MATERIAL DE CONSUMO - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.000.000,00	1.000.000,00	
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.056.700,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.056.700,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		1.056.700,00	
4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	700.000,00		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	356.700,00		
			Total	52.739.950,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

03.03.00 - DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			10.972.000,00
3.2.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			5.580.000,00
3.2.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		180.000,00	
3.2.90.21.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	180.000,00		
3.2.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ		5.400.000,00	
3.2.91.21.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO - INTRA-ORÇAMENT	5.400.000,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.392.000,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		5.392.000,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.979.000,00		
3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.143.000,00		
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	260.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			6.680.000,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			30.000,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		30.000,00	
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
4.6.00.00.00	AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA			6.650.000,00
4.6.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ		6.650.000,00	
4.6.91.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA - INTRA-O	6.650.000,00		
		Total		17.652.000,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão Orçamento para 2020

03.04.00 - DEPARTAMENTO TÉCNICO

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.151.700,00
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.151.700,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		2.151.700,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	910.000,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	1.241.700,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			9.988.200,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			9.988.200,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		6.541.000,00	
4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.050.000,00		
4.4.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00		
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	5.056.000,00		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	205.000,00		
4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	200.000,00		
4.4.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ		3.447.200,00	
4.4.91.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	3.447.200,00		
		Total		12.139.900,00

[Handwritten signature]



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão Orçamento para 2020

03.05.00 - DEPARTAMENTO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			66.135.750,00
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			66.135.750,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		66.135.750,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	44.053.250,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	22.082.500,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			715.000,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			715.000,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		715.000,00	
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	715.000,00		
			Total	66.850.750,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

Orçamento para 2020

03.06.00 - DEPTO. DE OP. DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			17.960.000,00
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			17.960.000,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		17.960.000,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.500.000,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16.460.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			135.000,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			135.000,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		135.000,00	
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	135.000,00		
			Total	18.095.000,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão Orçamento para 2020

03.07.00 - DEPARTAMENTO COMERCIAL

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			12.658.000,00
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			12.658.000,00
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		12.658.000,00	
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	37.000,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.621.000,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			34.000,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			34.000,00
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		34.000,00	
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	34.000,00		
			Total	12.692.000,00





Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão

ARROYO - CÁMARA MUNICIPAL DE MOG DAS CRUZES
 Página 27
 073




MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação Geral

Orçamento para 2020

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade de Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.537.673.004,19
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			761.681.523,71
3.1.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		641.009.023,71	
3.1.90.01.00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	121.911.000,00		
3.1.90.03.00	PENSÕES	21.918.000,00		
3.1.90.05.00	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	10.301.500,00		
3.1.90.11.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	440.729.023,71		
3.1.90.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	37.748.000,00		
3.1.90.16.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	3.329.000,00		
3.1.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	730.000,00		
3.1.90.94.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	4.342.500,00		
3.1.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ		120.672.500,00	
3.1.91.07.00	CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	83.448.500,00		
3.1.91.13.00	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	37.224.000,00		
3.2.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			20.580.000,00
3.2.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		15.180.000,00	
3.2.90.21.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15.180.000,00		
3.2.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ		5.400.000,00	
3.2.91.21.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO - INTRA-ORÇAMENT	5.400.000,00		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			755.411.480,48
3.3.20.00.00	TRANSFERÊNCIAS A UNIÃO		320.000,00	
3.3.20.01.00	APOSENTADORIAS E REFORMAS	300.000,00		
3.3.20.03.00	PENSÕES	20.000,00		
3.3.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU		118.949.887,83	
3.3.50.43.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	118.949.887,83		
3.3.71.00.00	TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS		16.024.350,37	
3.3.71.70.00	RATEIO P/PARTIC EM CONSÓRCIO PÚBLICO	16.024.350,37		
3.3.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS		607.163.142,28	
3.3.90.08.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	38.000,00		
3.3.90.14.00	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	438.000,00		
3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	110.807.388,04		
3.3.90.31.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DES	1.085.000,00		
3.3.90.32.00	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	3.024.100,00		
3.3.90.33.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	60.000,00		
3.3.90.35.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	32.000,00		
3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	7.620.229,68		
3.3.90.37.00	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	570.000,00		



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação Geral

Orçamento para 2020

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
3.3.90.38.00	ARRENDAMENTO MERCANTIL	24.000,00		
3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	459.502.624,56		
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação-PJ	1.922.400,00		
3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	12.778.000,00		
3.3.90.48.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOA FÍSICA	1.705.200,00		
3.3.90.49.00	AUXÍLIO TRANSPORTE	35.000,00		
3.3.90.83.00	CONTRATOS DE PPP, EXCETO SUBVENÇÕES ECON.	400.000,00		
3.3.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	6.031.000,00		
3.3.90.92.00	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.000,00		
3.3.90.93.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	1.040.200,00		
3.3.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ		12.954.100,00	
3.3.91.30.00	MATERIAL DE CONSUMO - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	1.000.000,00		
3.3.91.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA -	11.954.100,00		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			316.514.995,81
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS			269.464.995,81
4.4.50.00.00	TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LU			
4.4.50.42.00	AUXÍLIOS	3.100,00	3.100,00	
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS			
4.4.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	1.750.000,00		
4.4.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	13.245.118,00		
4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	209.127.129,24		
4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	35.398.348,57		
4.4.90.61.00	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	4.093.100,00		
4.4.90.91.00	SENTENÇAS JUDICIAIS	2.401.000,00		
4.4.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ			
4.4.91.51.00	OBRAS E INSTALAÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	3.447.200,00	3.447.200,00	
4.5.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS			
4.5.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS			400.000,00
4.5.90.82.00	APORTE DE RECURSOS PPP			
4.6.00.00.00	AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA			
4.6.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS	400.000,00	400.000,00	
4.6.90.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA			
4.6.91.00.00	APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃ	40.000.000,00	40.000.000,00	
4.6.91.71.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA - INTRA-O			
9.0.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	6.650.000,00	6.650.000,00	
9.9.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			
				15.327.000,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação Geral

Orçamento para 2020

Natureza da Despesa	Especificação	Elemento	Modalidade Aplicação	Grupo Desp / Categ Econ
9.9.99.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		15.327.000,00	
9.9.99.99.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	15.327.000,00		
Total Geral				1.869.515.000,00

[Handwritten signature]





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6 Orçamento para 2020

01.00.00 - CAMARA MUNICIPAL
01.01.00 - CÂMARA MUNICIPAL

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	LEGISLATIVA		38.900.000,00		38.900.000,00
	AÇÃO LEGISLATIVA		38.900.000,00		38.900.000,00
	Processo Legislativo		38.900.000,00		38.900.000,00
	Atividades Legislativas		38.900.000,00		38.900.000,00
01.031.0001.2.001			38.900.000,00		38.900.000,00
	Total		38.900.000,00		38.900.000,00

[Handwritten signature]





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6 Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.01.00 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ADMINISTRAÇÃO		4.226.800,00		4.226.800,00
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		4.226.800,00		4.226.800,00
	Funções de Gabinete		67.000,00		67.000,00
04.122.0010.2.004	Serviços do Tiro de Guerra		7.000,00		7.000,00
04.122.0010.2.006	Atendimento ao consumidor pelo PROCON		60.000,00		60.000,00
	Suporte Administrativo		4.159.800,00		4.159.800,00
04.122.0040.2.002	Manutenção e operação das funções do Gabinete		4.029.800,00		4.029.800,00
04.122.0040.2.500	Manutenção e Operação do CONDEMAT		130.000,00		130.000,00
	Total		4.226.800,00		4.226.800,00





MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.01.00 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.02 - COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ADMINISTRAÇÃO		11.646.000,00		11.646.000,00
	COMUNICAÇÃO SOCIAL		11.646.000,00		11.646.000,00
	Funções de Gabinete		10.524.500,00		10.524.500,00
04.131.0010.2.003	Comunicação Social		924.500,00		924.500,00
04.131.0010.2.122	PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO DAS ATIV.MUNICIPAIS		9.600.000,00		9.600.000,00
	Suporte Administrativo		1.121.500,00		1.121.500,00
04.131.0040.2.124	Manutenção e Operação da Coordenadoria de Comunica		1.121.500,00		1.121.500,00
	Total		11.646.000,00		11.646.000,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.01.00 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.05 - OUVIDORIA GERAL MUNICIPAL

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ADMINISTRAÇÃO		626.500,00		626.500,00
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		626.500,00		626.500,00
	Funções de Gabinete		40.500,00		40.500,00
04.122.0010.2.007	Atendimento ao munícipe pela Ouvidoria Municipal		40.500,00		40.500,00
	Suporte Administrativo		586.000,00		586.000,00
04.122.0040.2.125	Manutenção e Operação da Ouvidoria Geral Municipal		586.000,00		586.000,00
	Total		626.500,00		626.500,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6 Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.01.00 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.06 - FUNDO SOCIAL DE SOLIDARIEDADE

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Ajudaes	Operações Especiais	Total
	ASSISTÊNCIA SOCIAL		677.000,00		677.000,00
	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		677.000,00		677.000,00
	Funções de Gabinete		281.000,00		281.000,00
08.244.0010.2.005	Fomento a ações sociais de Solidariedade - Fundo S		281.000,00		281.000,00
	Suporte Administrativo		396.000,00		396.000,00
08.244.0040.2.123	Manutenção e Operação do Fundo Social de Solidarie		396.000,00		396.000,00
	Total		677.000,00		677.000,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6 Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.01.00 - GABINETE DO PREFEITO

02.01.07 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ADMINISTRAÇÃO				
	CONTROLE EXTERNO				
	Funções de Gabinete		1.500,00		1.500,00
04.124.0010.2.008	Serviços de Controladoria Geral do Município		1.500,00		1.500,00
	Suporte Administrativo		221.000,00		221.000,00
04.124.0040.2.126	Manutenção e Operação da Controladoria Geral do Mu		221.000,00		221.000,00
	Total		222.500,00		222.500,00



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

02.02.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ADMINISTRAÇÃO		5.494.300,00		5.494.300,00
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		5.494.300,00		5.494.300,00
	Suporte Administrativo		5.494.300,00		5.494.300,00
04.122.0040.2.100	Manutenção e Operação da Assessoria Jurídica		5.494.300,00		5.494.300,00
	ENCARGOS ESPECIAIS			7.770.500,00	7.770.500,00
	Operações Especiais				
	CONDENAÇÕES JUDICIAIS			4.210.000,00	4.210.000,00
	ACORDOS JUDICIAIS, INDENIZAÇÕES ADM.E TRABALHISTAS			3.560.500,00	3.560.500,00
	Total		5.494.300,00	7.770.500,00	13.264.800,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

02.02.02 - COORDENADORIA DE HABITAÇÃO

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	HABITAÇÃO	100,00	5.462.365,66		5.462.465,66
	HABITAÇÃO URBANA	100,00	5.462.365,66		5.462.465,66
	Acesso a Moradia Adequada	100,00	3.660.865,66		3.660.965,66
16.482.0014.1.052	IMPLANTAÇÃO DE CONJUNTOS HABITACIONAIS	100,00			100,00
16.482.0014.2.009	Atendimento à demanda por Regularização Fundiária		1.131.556,66		1.131.556,66
16.482.0014.2.010	Atendimento à demanda por Auxílio Moradia		300.000,00		300.000,00
16.482.0014.2.011	Atendimento à demanda por Habitação Urbana		382.000,00		382.000,00
16.482.0014.2.012	Atendimento à demanda do PMCMV (nº de famílias beneficiadas)		1.847.309,00		1.847.309,00
	Suporte Administrativo		1.801.500,00		1.801.500,00
16.482.0040.2.128	Manutenção e Operação da Coordenadoria de Habitação		1.801.500,00		1.801.500,00
Total		100,00	5.462.365,66		5.462.465,66



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.02.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

02.02.03 - FUNDO MUNICIPAL HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	HABITAÇÃO		2.000,00		2.000,00
	HABITAÇÃO URBANA		2.000,00		2.000,00
	Acesso a Moradia Adequada		2.000,00		2.000,00
16.482.0014.2.013	Fomento a Habitação de Interesse Social (Manutenção		2.000,00		2.000,00
Total			2.000,00		2.000,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

02.03.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ADMINISTRAÇÃO		7.016.300,00		7.016.300,00
	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO		7.016.300,00		7.016.300,00
	Suporte Administrativo		7.016.300,00		7.016.300,00
04.121.0040.2.109	Manutenção e Operação da Secretaria de Planejamento		7.016.300,00		7.016.300,00
	Total		7.016.300,00		7.016.300,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
02.03.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
02.03.02 - FUNDO MUNIC.DESENV.URBANO SUSTENTÁVEL

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	URBANISMO		2.000,00		2.000,00
	INFRA-ESTRUTURA URBANA		2.000,00		2.000,00
	Desenvolvimento Urbano Sustentável		2.000,00		2.000,00
15.451.0026.2.129	Fomento ao Desenvolvimento Urbano Sustentável		2.000,00		2.000,00
	Total		2.000,00		2.000,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.04.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

02.04.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ADMINISTRAÇÃO		4.567.300,00		4.567.300,00
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		4.567.300,00		4.567.300,00
	Suporte Administrativo		4.567.300,00		4.567.300,00
04.122.0040.2.108	Manutenção e Operação da Secretaria de Governo		4.567.300,00		4.567.300,00
	Total		4.567.300,00		4.567.300,00

[Handwritten signature]





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

02.05.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ADMINISTRAÇÃO	45.627.000,00	12.215.300,00		57.842.300,00
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	45.627.000,00	12.215.300,00		57.842.300,00
	Suporte Administrativo	45.627.000,00	12.215.300,00		57.842.300,00
04.123.0040.1.520	04.123.0040.1.520 - PROGRAMA ECO-TIETÊ - SOCIO AMB	2.623.000,00			2.623.000,00
04.123.0040.1.521	04.123.0040.1.521 - PROGRAMA ECO-TIETÊ - SANEAMENT	20.047.000,00			20.047.000,00
04.123.0040.1.522	04.123.0040.1.522 - PROGRAMA ECO-TIETÊ - MOBILIDAD	20.040.000,00			20.040.000,00
04.123.0040.1.523	04.123.0040.1.523 - PROGRAMA ECO-TIETÊ - CONECTIVI	310.000,00			310.000,00
04.123.0040.1.524	04.123.0040.1.524 - PROGRAMA ECO-TIETÊ - GESTÃO DE	2.607.000,00			2.607.000,00
04.123.0040.2.098	Manutenção e Operação da Secretaria de Finanças		11.415.300,00		11.415.300,00
04.123.0040.2.153	Estruturação de projetos de concessões e Parcerias		800.000,00		800.000,00
	ENCARGOS ESPECIAIS			57.820.000,00	57.820.000,00
	Operações Especiais				
	Encargos de Empréstimos			55.000.000,00	55.000.000,00
	Operações Especiais				
	Indenizações Diversas			200.000,00	200.000,00
	Restituições de Tributos			300.000,00	300.000,00
	Restituições de Multas de Trânsito			20.000,00	20.000,00
	Outras Restituições			100.000,00	100.000,00
	Encargos Financeiros			2.200.000,00	2.200.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				5.000.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				5.000.000,00
	Reserva de Contingência				5.000.000,00
99.999.9999.9.999	Reserva de Contingência da Prefeitura				5.000.000,00
	Total	45.627.000,00	12.215.300,00	57.820.000,00	120.662.300,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.06.00 - SECR. MUN. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

02.06.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	INDÚSTRIA		2.761.500,00		2.761.500,00
	PROMOÇÃO INDUSTRIAL		2.761.500,00		2.761.500,00
	Desenvolvimento Econômico, Geração de Postos de Tr		305.500,00		305.500,00
22.661.0020.2.019	Fomento à inovação ("Polo digital") - Incubação de Suporte Administrativo		305.500,00		305.500,00
			2.456.000,00		2.456.000,00
22.661.0040.2.111	Manutenção e Operação da Secretaria de Desenvolvim		2.456.000,00		2.456.000,00
	COMÉRCIO E SERVIÇOS		13.000,00		13.000,00
	SERVIÇOS FINANCEIROS		13.000,00		13.000,00
	Desenvolvimento Econômico, Geração de Postos de Tr		13.000,00		13.000,00
23.694.0020.2.014	Fomento ao microcrédito (Banco do Povo)		13.000,00		13.000,00
	Total		2.774.500,00		2.774.500,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

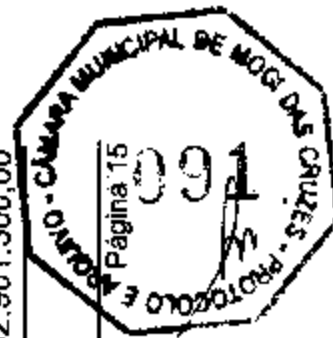
Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02.07.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ADMINISTRAÇÃO		3.964.501,00		3.964.501,00
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		116.500,00		116.500,00
	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação		116.500,00		116.500,00
04.122.0021.2.154	MANUTENÇÃO DO CEMFORPE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		116.500,00		116.500,00
			2.809.000,00		2.809.000,00
	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação		2.809.000,00		2.809.000,00
04.306.0021.2.183	Merenda Escolar ENSINO FUNDAMENTAL		2.809.000,00		2.809.000,00
			1.039.001,00		1.039.001,00
	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação		1.039.001,00		1.039.001,00
04.361.0021.2.178	Aquisição de camisetas escolares para os alunos		815.000,00		815.000,00
04.361.0021.2.185	Manutenção Escolar Fundamental EDUCAÇÃO	8.242.000,00	224.001,00		224.001,00
			377.050.000,00		385.292.000,00
	ENSINO FUNDAMENTAL	8.240.000,00	274.150.500,00		282.390.500,00
	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação	8.240.000,00	274.150.500,00		282.390.500,00
12.361.0021.1.007	Reforma de Prédios de Ensino Fundamental	177.000,00			177.000,00
12.361.0021.1.010	Ampliação do Programa de Tecnologia Educacional	2.454.000,00			2.454.000,00
12.361.0021.1.012	Aquisição de kit de material escolar para os alunos	5.609.000,00			5.609.000,00
12.361.0021.2.023	Repasse de Subvenção às Entidades - FUNDAMENTAL -		4.510.000,00		4.510.000,00
12.361.0021.2.024	Oferta das oficinas das Escolas de Tempo Integral		7.010.000,00		7.010.000,00
12.361.0021.2.027	Oferta de Transporte Escolar		775.000,00		775.000,00
12.361.0021.2.030	Manter o Programa de Transferência de Recursos Fin		727.500,00		727.500,00
12.361.0021.2.031	Manutenção da Folha de Servidores da Educação com		219.673.000,00		219.673.000,00
12.361.0021.2.032	Manutenção do Projeto Pequenos Músicos... Primeiro		4.550.000,00		4.550.000,00
12.361.0021.2.033	Manutenção e Operação da Secretaria de Educação		36.890.000,00		36.890.000,00
12.361.0021.2.513	Manutenção da Escola de Empreendedorismos e Inovação EDUCAÇÃO INFANTIL		15.000,00		15.000,00
		2.000,00	102.899.500,00		102.901.500,00
	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação	2.000,00	102.899.500,00		102.901.500,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

12.365.0021.1.004	Reforma de Prédios de Educação Infantil	2.000,00		2.000,00
12.365.0021.2.179	Manutenção e Operação da Secretaria de Educação -		17.841.000,00	17.841.000,00
12.365.0021.2.181	Oferta de Transporte Escolar -[INFANTIL		2.220.000,00	2.220.000,00
12.365.0021.2.182	Repasse de Subvenção às Entidades - INFANTIL - OCA		72.100.000,00	72.100.000,00
12.365.0021.2.184	Manter o Programa de Transferência de Recursos Fin		419.500,00	419.500,00
12.365.0021.2.186	Manutenção da Folha de Servidores da Educação com		10.319.000,00	10.319.000,00
Total		8.242.000,00	381.014.501,00	389.256.501,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02.07.03 - DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	EDUCAÇÃO	4.407.000,00			4.407.000,00
	ENSINO PROFISSIONAL	4.407.000,00			4.407.000,00
	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação	4.407.000,00			4.407.000,00
12.363.0021.1.009	Ampliar a oferta dos cursos de iniciação profissional	4.407.000,00			4.407.000,00
	Total	4.407.000,00			4.407.000,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

02.07.04 - DEPARTAMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	EDUCAÇÃO		23.570.950,00		23.570.950,00
	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		23.570.950,00		23.570.950,00
	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação		23.570.950,00		23.570.950,00
12.306.0021.2.026	Preparo e distribuição de Merenda		23.570.950,00		23.570.950,00
	Total		23.570.950,00		23.570.950,00



Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES					
02.08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER					
02.08.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS					
Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	DESPORTO E LAZER	5.181.016,19	12.671.182,81		17.852.199,00
	DESPORTO DE RENDIMENTO	1.181.016,19	11.886.000,00		13.067.016,19
	Promoção do esporte, lazer e qualidade de vida	1.181.016,19	5.920.000,00		7.101.016,19
27.811.0025.1.217	Implantação de Campo de Grama Sintética				1.181.016,19
27.811.0025.2.035	Iniciação e Formação Esportiva		2.630.000,00		2.630.000,00
27.811.0025.2.036	Fomento ao Fundo Municipal de Esporte		1.510.000,00		1.510.000,00
27.811.0025.2.133	SUBV.ENTID.DESENV.PROGRAMAS ESPORTIVOS		1.630.000,00		1.630.000,00
27.811.0025.2.511	Auxílio Financeiro a Atletas e Equipes em Competiç		150.000,00		150.000,00
	Suporte Administrativo		5.966.000,00		5.966.000,00
27.811.0040.2.104	Manutenção e Operação da Secretaria de Esportes e		5.966.000,00		5.966.000,00
	DESPORTO COMUNITÁRIO	4.000.000,00	733.182,81		4.733.182,81
	Promoção do esporte, lazer e qualidade de vida	4.000.000,00	733.182,81		4.733.182,81
27.812.0025.1.015	Ampliação, Modernização e Construção de Novas Aere				4.000.000,00
27.812.0025.2.194	PROGRAMA SEGUNDO TEMPO - PADRÃO		733.182,81		733.182,81
	LAZER		52.000,00		52.000,00
	Promoção do esporte, lazer e qualidade de vida		52.000,00		52.000,00
27.813.0025.2.132	PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS-OCA		52.000,00		52.000,00
	Total	5.181.016,19	12.671.182,81		17.852.199,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

02.09.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	URBANISMO	36.988.449,14	5.656.800,00		42.645.249,14
	INFRA-ESTRUTURA URBANA	36.588.449,14	5.656.800,00		42.245.249,14
	Desenvolvimento Urbano Sustentável	36.588.449,14	3.701.000,00		40.289.449,14
15.451.0026.1.016	Construção, Ampliação e Reforma de Edificações Púb	1.038.750,00			1.038.750,00
15.451.0026.1.017	Construção, Ampliação e Reforma de Praças e Jardín	704.592,00			704.592,00
15.451.0026.1.018	Abertura e Melhoria de Vias Urbanas	3.997.107,14			3.997.107,14
15.451.0026.1.054	URBANIZAÇÃO DA VILA ESTÇÃO PAC II	4.300.000,00			4.300.000,00
15.451.0026.1.055	IMPL. INFRAESTRUTURA URBANA NA AV. KAORU HIRAMATSU	700.000,00			700.000,00
15.451.0026.1.056	OBRA E SERV DO CORREDOR DE TRANSP COLETIVO	2.501.000,00			2.501.000,00
15.451.0026.1.058	EXEC. OBRAS DE DRENAGEM SUP. E SUBT., PAV. EM RUAS J	347.000,00			347.000,00
15.451.0026.1.512	Aquisição de diversas máquinas e equipamentos.	23.000.000,00			23.000.000,00
15.451.0026.2.037	Conservação de Energia Elétrica		3.701.000,00		3.701.000,00
	Suporte Administrativo		1.955.800,00		1.955.800,00
15.451.0040.2.101	Manutenção e Operação da Secretaria de Obras		1.955.800,00		1.955.800,00
	SERVIÇOS URBANOS	400.000,00			400.000,00
	Desenvolvimento Urbano Sustentável	400.000,00			400.000,00
15.452.0026.1.051	Conservação, Ampliação e Reforma de Cemitérios	400.000,00			400.000,00
	SANEAMENTO	77.619.910,60			77.619.910,60
	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	77.619.910,60			77.619.910,60
	Desenvolvimento Urbano Sustentável	77.619.910,60			77.619.910,60
17.512.0026.1.050	Drenagem Urbana	511.000,00			511.000,00
17.512.0026.1.059	AMPLIAÇÃO DO SAA - VILA MORAES	6.300.000,00			6.300.000,00
17.512.0026.1.061	AMPL. DO SIST. ESGOTAMENTO SANITÁRIO-SEE NA REGIÃO	15.474.000,00			15.474.000,00
17.512.0026.1.062	AMPL. DO SIST. ABAST. DE ÁGUA-SAA NOS B. CESAR DE	9.900.000,00			9.900.000,00
17.512.0026.1.063	ELAB. PROJ. DE ENG. P/AMPL. SIST. ESGOT. SANITÁRIO	1.600.000,00			1.600.000,00
17.512.0026.1.064	IMPL. SIST. COLETA E TRANSP. ESG. SAN. RIB. IPIRANG	7.635.000,00			7.635.000,00
17.512.0026.1.219	Melhoria e Ampliação da ETA Centro	21.169.231,60			21.169.231,60
17.512.0026.1.220	Implant. do Sist. de Esgot. Sanitário - SES - Jund	12.729.719,83			12.729.719,83
17.512.0026.1.221	Est e Proj do Colet Tronco da Bacia do Rio Jundiá	2.300.959,17			2.300.959,17

CCR40500 - SMARapid Informática Ltda



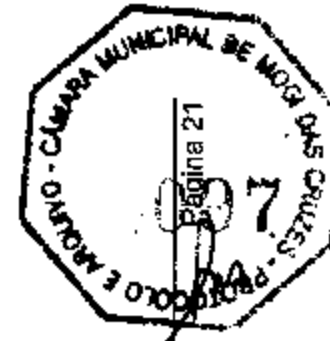


MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

TRANSPORTE		9.173.820,84	9.173.820,84
TRANSPORTE RODOVIÁRIO		9.173.820,84	9.173.820,84
Desenvolvimento Urbano Sustentável		9.173.820,84	9.173.820,84
26.782.0026.1.019	Abertura e Melhoria de Estradas Municipais	9.173.820,84	9.173.820,84
Total		123.782.180,58	5.656.800,00
			129.438.980,58





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6 Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.09.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

02.09.02 - FUNDO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	URBANISMO		22.600.000,00		22.600.000,00
	SERVIÇOS URBANOS		22.600.000,00		22.600.000,00
	Desenvolvimento Urbano Sustentável		22.600.000,00		22.600.000,00
15.452.0026.2.038	Manutenção e ampliação do sistema de iluminação Pù		22.600.000,00		22.600.000,00
	Total		22.600.000,00		22.600.000,00



[Handwritten signature]



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

02.10.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	URBANISMO	116.904,48	11.063.946,14		11.180.850,62
	SERVIÇOS URBANOS	116.904,48	11.063.946,14		11.180.850,62
	Melhoria da Mobilidade Urbana e Segurança Viária	116.904,48	417.146,14		534.050,62
15.452.0027.1.021	Implantação de Obras de Acessibilidade	116.904,48	417.146,14		116.904,48
15.452.0027.2.195	PROGRAMA MOVIMENTO PAULISTA DE SEG. NO TRÂNSITO				417.146,14
	Suporte Administrativo		10.646.800,00		10.646.800,00
15.452.0040.2.112	Manutenção e Operação da Secretaria de Transporte		10.646.800,00		10.646.800,00
	Total	116.904,48	11.063.946,14		11.180.850,62



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

02.10.02 - FUNDO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA-FMMU

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	URBANISMO	4.000,00	13.032.900,00		13.036.900,00
	SERVIÇOS URBANOS	4.000,00	13.032.900,00		13.036.900,00
	Melhoria da Mobilidade Urbana e Segurança Viária	4.000,00	13.032.900,00		13.036.900,00
15.452.0027.1.020	Implantação do Sistema de Apoio ao Transporte Cole			4.000,00	4.000,00
15.452.0027.2.041	Manutenção e Operação da Sinalização do Sistema Vi		4.620.000,00	4.620.000,00	4.620.000,00
15.452.0027.2.042	Manutenção e Operação do Controle e Fiscalização		8.412.900,00	8.412.900,00	8.412.900,00
Total		4.000,00	13.032.900,00		13.036.900,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.11.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ADMINISTRAÇÃO				
	ADMINISTRAÇÃO GERAL				
	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito				
04.122.0028.2.177	ALIMENTAÇÃO DO PESSOAL DA SAÚDE				
	SAÚDE	1.547.571,23	140.201.844,91		85.000,00
	ATENÇÃO BÁSICA	1.547.571,23	140.201.844,91		85.000,00
	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito				
10.301.0028.1.023	Construção de USF	700.100,00			700.100,00
10.301.0028.1.024	Reforma e Ampliação de UBS	847.471,23			847.471,23
10.301.0028.2.044	Manutenção do acesso e da qualidade da saúde na at		58.919.844,91		58.919.844,91
10.301.0028.2.045	Manutenção e Operação da Secretaria de Saúde		81.282.000,00		81.282.000,00
	Total	1.547.571,23	140.286.844,91		141.834.416,14



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02.11.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	SAÚDE	21.000.000,00	156.630.470,40		177.630.470,40
	ATENÇÃO BÁSICA		40.200,00		40.200,00
	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito		40.200,00		40.200,00
10.301.0028.2.519	10.301.0028.2.519 - Manutenção do Sistema Municipal de Assistência Hospitalar e Ambulatorial	21.000.000,00	147.637.605,05		168.637.605,05
	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito	21.000.000,00	147.637.605,05		168.637.605,05
10.302.0028.1.218	Constr., Ampl. e Ref. de Equipamentos de Saúde		131.743.254,68		21.000.000,00
10.302.0028.2.046	Manutenção da operação dos serviços e equipamentos		13.901.733,96		131.743.254,68
10.302.0028.2.502	Manutenção do CRESSAMU		700.196,61		13.901.733,96
10.302.0028.2.503	Residência Terapêutica - CONDEMAT		1.292.419,80		700.196,61
10.302.0028.2.504	AACD - CONDEMAT		5.714.585,30		1.292.419,80
	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO		5.714.585,30		5.714.585,30
	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito		5.714.585,30		5.714.585,30
10.303.0028.2.047	Manutenção da assistência farmacêutica no âmbito de VIGILÂNCIA SANITÁRIA		264.461,40		264.461,40
	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito		264.461,40		264.461,40
10.304.0028.2.049	Manutenção do sistema municipal de Vigilância Sanitária e VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		264.461,40		264.461,40
	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito		2.973.618,65		2.973.618,65
10.305.0028.2.048	Manutenção do sistema municipal de Vigilância Epidemiológica		2.973.618,65		2.973.618,65
			2.973.618,65		2.973.618,65
	Total	21.000.000,00	156.630.470,40		177.630.470,40



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.12.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS - SEMAS

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.000,00	13.752.998,01		13.754.998,01
	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		319.000,00		319.000,00
	Assistência para todos		315.000,00		315.000,00
08.243.0029.2.052	Manutenção dos serviços de assistência a criança e		312.000,00		312.000,00
08.243.0029.2.516	08.243.0029.2.516 - Programa BPC na Escola		3.000,00		3.000,00
	Prevenção e proteção às vítimas de violência		4.000,00		4.000,00
08.243.0031.2.518	08.243.0031.2.518 - CRECA - Centro de Ref. e atend		4.000,00		4.000,00
	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	2.000,00	13.433.998,01		13.435.998,01
	Assistência para todos	2.000,00	683.698,01		685.698,01
08.244.0029.1.027	Construção /ampliação de unidades (GRAS-CENTRO POP	1.000,00			1.000,00
08.244.0029.1.516	CONSTRUÇÃO DE EQPTOS MUNICIPAIS	1.000,00			1.000,00
08.244.0029.2.155	LOCAÇÃO DE IMÓVEL P/INSTAL.PROGR.BOM PRATO		183.000,00		183.000,00
08.244.0029.2.156	Manutenção da Cozinha Comunitária		444.198,01		444.198,01
08.244.0029.2.192	Manutenção do Conselho Tutelar		16.500,00		16.500,00
08.244.0029.2.517	08.244.0029.2.517 - Programa Família Acolhedora		40.000,00		40.000,00
	Suporte Administrativo		12.750.300,00		12.750.300,00
08.244.0040.2.102	Manutenção e Operação da Secretaria de Assistênci		12.750.300,00		12.750.300,00
	Total	2.000,00	13.752.998,01		13.754.998,01





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.12.02 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Aktividades	Operações Especiais	Total
	ASSISTÊNCIA SOCIAL		23.085.207,22		23.085.207,22
	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		9.183.655,42		9.183.655,42
	Assistência para todos		9.183.655,42		9.183.655,42
08.243.0029.2.157	SERV.ASSIST.CRIANÇA E ADOLESCENTE - OCA		8.713.655,42		8.713.655,42
08.243.0029.2.190	Programa Primeira Infância no SUAS		470.000,00		470.000,00
	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		13.901.551,80		13.901.551,80
	Assistência para todos		13.901.551,80		13.901.551,80
08.244.0029.2.028	Manutenção de Residências Inclusives		384.128,40		384.128,40
08.244.0029.2.053	Manutenção das ações Assistência comunitária (FM		2.956.455,56		2.956.455,56
08.244.0029.2.159	Programa Proteção Social Básica - PAIF		430.000,00		430.000,00
08.244.0029.2.160	Programa Proteção Social Especial - Centro POP		276.000,00		276.000,00
08.244.0029.2.161	Programa Proteção Social Especial - Abordagem		180.000,00		180.000,00
08.244.0029.2.162	Programa Proteção Social Especial - PAEFI		140.000,00		140.000,00
08.244.0029.2.163	Programa Proteção Social Especial - MSE		80.000,00		80.000,00
08.244.0029.2.164	Programa Proteção Social Especial - PETI		144.000,00		144.000,00
08.244.0029.2.165	Programa Proteção Social Especial - MEDIA COMPLEXI		55.620,00		55.620,00
08.244.0029.2.166	Programa Proteção Social Especial - ALTA COMPLEXID		1.248.000,00		1.248.000,00
08.244.0029.2.167	Programa Gestão SUAS		140.000,00		140.000,00
08.244.0029.2.168	Programa Gestão SUAS - Controle Social		20.000,00		20.000,00
08.244.0029.2.169	Programa Gestão Bolsa Família		900.000,00		900.000,00
08.244.0029.2.170	Programa Gestão Bolsa Família - Controle Social		40.000,00		40.000,00
08.244.0029.2.187	Subvenções a entendidas que desenvolvem programas		5.957.147,84		5.957.147,84
08.244.0029.2.188	Programa Proteção Social Básica - SCFV		786.000,00		786.000,00
08.244.0029.2.189	APRIMORAREDE		2.200,00		2.200,00
08.244.0029.2.199	Programa Assesuas Trabalho		162.000,00		162.000,00
	Total		23.085.207,22		23.085.207,22



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.12.03 - COORDENADORIA DO IDOSO

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ASSISTÊNCIA SOCIAL		855.696,00		855.696,00
	ASSISTÊNCIA AO IDOSO		855.696,00		855.696,00
	Assistência para todos		855.696,00		855.696,00
08.241.0029.2.050	Manutenção dos Serviços de assistência ao idoso		20.000,00		20.000,00
08.241.0029.2.171	Manutenção do Centro Dia do Idoso		795.696,00		795.696,00
08.241.0029.2.191	Manutenção da Vila Dignidade		40.000,00		40.000,00
Total			855.696,00		855.696,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6 Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
02.12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02.12.04 - FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ASSISTÊNCIA SOCIAL		5.000,00		5.000,00
	ASSISTÊNCIA AO IDOSO		5.000,00		5.000,00
	Assistência para todos		5.000,00		5.000,00
	Fomento ao Idoso		5.000,00		5.000,00
08.241.0029.2.172		Total	5.000,00		5.000,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6 Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES
02.12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02.12.05 - COORD PESSOA COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ASSISTÊNCIA SOCIAL		20.000,00		20.000,00
	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA		20.000,00		20.000,00
	Assistência para todos		20.000,00		20.000,00
08.242.0029.2.051	Manutenção dos serviços de atenção às pessoas com		20.000,00		20.000,00
	Total		20.000,00		20.000,00

[Handwritten signature]





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

02.12.06 - FUNDO MUNICIPAL DE IGUALDADE RACIAL

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ASSISTÊNCIA SOCIAL		4.000,00		4.000,00
	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		4.000,00		4.000,00
	Assistência para todos		4.000,00		4.000,00
	Fomento a promoção e igualdade Racial		4.000,00		4.000,00
08.244.0029.2.173		Total	4.000,00		4.000,00



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.13.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

02.13.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	URBANISMO				
	INFRA-ESTRUTURA URBANA		98.179.200,00		98.179.200,00
	Serviços Urbanos		33.599.200,00		33.599.200,00
			13.869.700,00		13.869.700,00
15.451.0030.2.054	Manutenção de Próprios Públicos		310.500,00		310.500,00
15.451.0030.2.055	Manutenção de Praças, Parques e Jardins		111.000,00		111.000,00
15.451.0030.2.056	Manutenção de vias Urbana e Rural		13.432.200,00		13.432.200,00
15.451.0030.2.059	Expedição e Controle das Adm. Regionais		16.000,00		16.000,00
	Suporte Administrativo		19.729.500,00		19.729.500,00
15.451.0040.2.103	Manutenção e Operação da Secretaria de Serviços Ur		19.729.500,00		19.729.500,00
	SERVIÇOS URBANOS		64.580.000,00		64.580.000,00
	Serviços Urbanos		64.580.000,00		64.580.000,00
15.452.0030.2.057	Fiscalização e Controle da Limpeza Pública		60.000.000,00		60.000.000,00
15.452.0030.2.058	Manutenção e Controle da Equipamentos Operacionais		4.580.000,00		4.580.000,00
	SANEAMENTO		11.800,00		11.800,00
	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		11.800,00		11.800,00
	Serviços Urbanos		11.800,00		11.800,00
17.512.0030.2.060	Conservação e Limpeza de Córregos e Galerias		11.800,00		11.800,00
	TRANSPORTE		1.719.078,00		1.719.078,00
	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		1.719.078,00		1.719.078,00
	Serviços Urbanos		1.719.078,00		1.719.078,00
26.782.0030.2.061	Conservação das Estradas Rurais e Vicinais		1.719.078,00		1.719.078,00
			99.910.078,00		99.910.078,00
	Total				



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA

02.14.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	SEGURANÇA PÚBLICA		19.848.500,00		19.848.500,00
	POLICIAMENTO		18.338.000,00		18.338.000,00
	Prevenção e proteção às vítimas de violência		285.000,00		285.000,00
06.181.0031.2.066	Apoio à Polícia Militar		210.000,00		210.000,00
06.181.0031.2.067	Apoio à Polícia Civil		75.000,00		75.000,00
	Suporte Administrativo		18.053.000,00		18.053.000,00
06.181.0040.2.113	Manutenção e Operação da Secretaria de Segurança		18.053.000,00		18.053.000,00
	DEFESA CIVIL		1.510.500,00		1.510.500,00
	Prevenção e proteção às vítimas de violência		1.510.500,00		1.510.500,00
06.182.0031.2.065	Apoio ao 17º Grupamento do Corpo de Bombeiros		1.510.500,00		1.510.500,00
	Total		19.848.500,00		19.848.500,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6 Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA

02.14.02 - COORDENADORIA DA GUARDA MUNICIPAL

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	SEGURANÇA PÚBLICA		1.093.000,00		1.093.000,00
	POLICIAMENTO		1.086.000,00		1.086.000,00
	Prevenção e proteção às vítimas de violência		1.086.000,00		1.086.000,00
06.181.0031.2.062	Manutenção e Operação da Guarda Municipal		1.075.000,00		1.075.000,00
06.181.0031.2.064	Fiscalização de Posturas		11.000,00		11.000,00
	DEFESA CIVIL		7.000,00		7.000,00
	Prevenção e proteção às vítimas de violência		7.000,00		7.000,00
06.182.0031.2.063	Manutenção e Operação da Defesa Civil		7.000,00		7.000,00
	Total		1.093.000,00		1.093.000,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA

02.14.03 - FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	SEGURANÇA PÚBLICA		31.000,00		31.000,00
	POLICIAMENTO		31.000,00		31.000,00
	Prevenção e proteção às vítimas de violência		31.000,00		31.000,00
06.181.0031.2.069	Fomentar as atividades e projetos na área de segur		31.000,00		31.000,00
Total			31.000,00		31.000,00



[Handwritten signature]



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.15.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

02.15.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS - SMAGR

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	AGRICULTURA	6.875.515,96	1.954.100,00		8.829.615,96
	ABASTECIMENTO	6.875.515,96	1.954.100,00		8.829.615,96
	Modernização e Desenvolvimento da Agropecuária de	6.875.515,96	247.100,00		7.122.615,96
20.605.0032.1.035	Revitalização do Mercado Municipal do Produtor "Mi	2.100,00			2.100,00
20.605.0032.1.036	Revitalização do Mercado Municipal de Mogi das Cru	276.000,00			276.000,00
20.605.0032.1.514	Moder. Infraestrutura dos mercados e feiras livres	6.597.415,96			6.597.415,96
20.605.0032.2.507	Programa Mogi é Agro		20.000,00		20.000,00
20.605.0032.2.508	Programa Bela Feira		20.100,00		20.100,00
20.605.0032.2.509	Programa Novos Caminhos		6.000,00		6.000,00
20.605.0032.2.510	Promoção da Segurança Rural		201.000,00		201.000,00
	Suporte Administrativo		1.707.000,00		1.707.000,00
20.605.0040.2.114	Manutenção e Operação da Secretaria de Agricultura		1.707.000,00		1.707.000,00
	Total	6.875.515,96	1.954.100,00		8.829.615,96





MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

02.16.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS - SMC

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	CULTURA	103.000,00	7.959.000,00		8.062.000,00
	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO		78.000,00		78.000,00
	Desenvolvimento, promoção e fomento da cultura, tu		78.000,00		78.000,00
13.391.0033.2.080	Preservação e difusão do Patrimônio Histórico Mate		55.000,00		55.000,00
13.391.0033.2.136	Fomento das ações do sistema de Museu		23.000,00		23.000,00
	DIFUSÃO CULTURAL	103.000,00	7.881.000,00		7.984.000,00
	Desenvolvimento, promoção e fomento da cultura, tu	103.000,00	3.896.000,00		3.999.000,00
13.392.0033.1.039	Construção, Ampliação e Reforma de espaços Cultura				
13.392.0033.2.078	Fomento, Difusão, Desenvolvimento Econômico, Democ		3.461.000,00		3.461.000,00
13.392.0033.2.079	Ações do Calendário Cultural e Turístico Anual		330.000,00		330.000,00
13.392.0033.2.512	Prog. Núcleos Criativos, Lab. de Artes Mogianas		105.000,00		105.000,00
	Suporte Administrativo		3.985.000,00		3.985.000,00
13.392.0040.2.105	Manutenção e Operação da Secretaria da Cultura		3.985.000,00		3.985.000,00
	Total	103.000,00	7.959.000,00		8.062.000,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

02.16.02 - COORDENADORIA DO TURISMO

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	CULTURA	3.472.445,70	1.687.060,96		5.159.506,66
	DIFUSÃO CULTURAL	3.472.445,70	1.687.060,96		5.159.506,66
	Desenvolvimento, promoção e fomento da cultura, tu	3.472.445,70	1.687.060,96		5.159.506,66
13.392.0033.1.215	CONSTR. DO CENTRO DE CONVENÇÕES PARQUE LEON FEFFER	2.672.445,70			2.672.445,70
13.392.0033.1.216	REF. E REVITALIZAÇÃO DO PARQUE LEON FEFFER	800.000,00			800.000,00
13.392.0033.2.130	Manutenção e Operação da Coordenadoria de Turismo		1.687.060,96		1.687.060,96
	Total	3.472.445,70	1.687.060,96		5.159.506,66



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.16.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

02.16.03 - FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	CULTURA		15.000,00		15.000,00
	DIFUSÃO CULTURAL		15.000,00		15.000,00
	Desenvolvimento, promoção e fomento da cultura, tu		15.000,00		15.000,00
13.392.0033.2.131	Fomento ao Turismo		15.000,00		15.000,00
Total			15.000,00		15.000,00



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.17.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE

02.17.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS - SMVMA

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	GESTÃO AMBIENTAL	65.010,00	4.599.840,00		4.664.850,00
	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	65.010,00	4.599.840,00		4.664.850,00
	Proteção ao Meio Ambiente ("Mogi Mais Verde")	65.010,00	450.027,00		515.037,00
18.541.0034.1.042	Elaboração do Plano Municipal da Mata Atlântica.	15.002,00			15.002,00
18.541.0034.1.043	Reforma da infraestrutura do viveiro localizado no	50.000,00			50.000,00
18.541.0034.1.045	Edificação para gestão da Fauna Silvestre	2,00			2,00
18.541.0034.1.046	Instalação de equipamentos nos Parques para Fauna	1,00			1,00
18.541.0034.1.047	Revisão do Plano de manejo do Parque Natural Munic	3,00			3,00
18.541.0034.1.048	Implantação de Centro de Observação de Aves e nova	2,00			2,00
18.541.0034.2.082	Plantio de árvores, paredes verdes e corredores e		1,00		1,00
18.541.0034.2.083	Manutenção do viveiro localizado no Parque Leon Fe		2,00		2,00
18.541.0034.2.084	Gestão de Ecopontos		3,00		3,00
18.541.0034.2.087	Gestão da Fauna Silvestre		2,00		2,00
18.541.0034.2.088	Gestão da Fauna Doméstica		3,00		3,00
18.541.0034.2.089	Gestão dos Parques Urbanos		3,00		3,00
18.541.0034.2.090	Manutenção Universidade Livre do Meio Ambiente - U		80.003,00		80.003,00
18.541.0034.2.091	Gestão da Ilha Marabá		4,00		4,00
18.541.0034.2.092	Fomento a Parques e Estrutura da SVMMA		60.003,00		60.003,00
18.541.0034.2.175	Realização do evento do Junho Verde		90.003,00		90.003,00
18.541.0034.2.505	Áreas do Lixão e Usina Siderurgica - Proj. FEHIDRO		200.000,00		200.000,00
18.541.0034.2.506	Fomento ao Fundo Municipal do Verde e Meio Ambient		20.000,00		20.000,00
	Suporte Administrativo		4.149.813,00		4.149.813,00
18.541.0040.2.110	Manutenção e Operação da Secretaria do Verde e Mei		4.149.813,00		4.149.813,00
	Total	65.010,00	4.599.840,00		4.664.850,00

[Assinatura]



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA

02.18.01 - GABINETE E DEMAIS UNIDADES EXECUTORAS - SMGP

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ADMINISTRAÇÃO	24.613.468,00	15.885.000,00		40.498.468,00
	ADMINISTRAÇÃO GERAL	24.613.468,00	15.885.000,00		40.498.468,00
	Desenvolvimento Humano e Tecnologia da Informação	24.613.468,00	6.773.000,00		31.386.468,00
04.122.0035.1.223	IMPLANTAÇÃO DO PROJETO PMAT III				24.613.468,00
04.122.0035.2.095	Manutenção e Modernização da Infraestrutura de T.I		2.650.000,00		2.650.000,00
04.122.0035.2.096	Melhoria do PAC - Atendimento ao Cidadão (Várias S		2.500,00		2.500,00
04.122.0035.2.097	Aquisição dos Insumos Básicos para a Corporação		220.500,00		220.500,00
04.122.0035.2.140	Gestão de Aluguéis de Imóveis		300.000,00		300.000,00
04.122.0035.2.141	Gestão do Consumo de Água e Esgoto		3.600.000,00		3.600.000,00
	Suporte Administrativo		9.112.000,00		9.112.000,00
04.122.0040.2.107	Manutenção e Operação da Secretaria da Gestão Públ		9.112.000,00		9.112.000,00
	Total	24.613.468,00	15.885.000,00		40.498.468,00

[Handwritten signature]





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

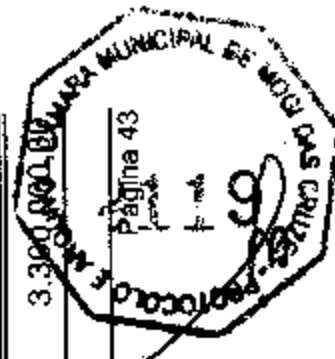
Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA

02.18.02 - COORD GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ADMINISTRAÇÃO		25.491.846,75		25.491.846,75
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		25.480.346,75		25.480.346,75
	Desenvolvimento Humano e Tecnologia da Informação		18.471.000,00		18.471.000,00
04.122.0035.2.093	Gestão Pessoal e Afins		18.391.000,00		18.391.000,00
04.122.0035.2.142	SEGURO DE VIDA EM GRUPO		80.000,00		80.000,00
	Suporte Administrativo		7.009.346,75		7.009.346,75
04.122.0040.2.137	Manutenção e Operação da Coordenadoria de Gestão de		3.143.346,75		3.143.346,75
04.122.0040.2.143	PESSOAL CEDIDO A OUTRAS ENTIDADES		3.866.000,00		3.866.000,00
	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		11.500,00		11.500,00
	Desenvolvimento Humano e Tecnologia da Informação		11.500,00		11.500,00
04.128.0035.2.094	Capacitação e Aprimoramento dos Servidores Público		11.500,00		11.500,00
	PREVIDENCIA SOCIAL			107.778.000,00	107.778.000,00
	Operações Especiais				
	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS			16.380.500,00	16.380.500,00
	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS - AUTÔNOMOS			22.500,00	22.500,00
	Operações Especiais				
	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS			18.375.000,00	18.375.000,00
	ENCARGOS COM APOSENTADORIAS - PREF			33.000.000,00	33.000.000,00
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - DEFICIT ATUARIAL - IPREM			40.000.000,00	40.000.000,00
	SAÚDE		10.500.000,00		10.500.000,00
	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		10.500.000,00		10.500.000,00
	Desenvolvimento Humano e Tecnologia da Informação		10.500.000,00		10.500.000,00
10.302.0035.2.176	SERV.MEDICO-HOSP.AO SERVIDOR PÚBLICO		10.500.000,00		10.500.000,00
	TRABALHO		3.300.000,00		3.300.000,00
	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		3.300.000,00		3.300.000,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

Desenvolvimento Humano e Tecnologia da Informação		3.300.000,00	3.300.000,00
11.331.0035.2.144	FORNECIMENTO DE VALE TRANSPORTE AO SERV.PÚBLICO	3.300.000,00	3.300.000,00
Total		39.291.846,75	107.778.000,00
			147.069.846,75





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

02.00.00 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

02.18.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA

02.18.03 - COORDENADORIA DA ESCOLA DE GOVERNO E GESTÃO

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ADMINISTRAÇÃO		234.500,00		234.500,00
	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS		234.500,00		234.500,00
	Suporte Administrativo		234.500,00		234.500,00
04.128.0040.2.138	Manutenção e Operação da Coordenadoria da Escola d		234.500,00		234.500,00
	Total		234.500,00		234.500,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

03.00.00 - SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS
03.01.00 - GABINETE DO DIRETOR GERAL

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	SANEAMENTO		3.830.400,00		3.830.400,00
	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		3.830.400,00		3.830.400,00
	Saneamento básico - Água e Esgoto		3.830.400,00		3.830.400,00
17.512.0100.2.145	Assessoria Administrativa - Diretoria Geral		3.830.400,00		3.830.400,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				1.000.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				1.000.000,00
	Saneamento básico - Água e Esgoto				1.000.000,00
99.999.0100.9.998	Reserva de Contingência do SEMAE				1.000.000,00
	Total		3.830.400,00		4.830.400,00





MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

03.00.00 - SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS
03.02.00 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	SANEAMENTO		52.739.950,00		52.739.950,00
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		41.902.500,00		41.902.500,00
	Saneamento básico - Água e Esgoto		41.902.500,00		41.902.500,00
	Despesas e Benefícios - Pessoal Civil		41.902.500,00		41.902.500,00
17.122.0100.2.146	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		10.837.450,00		10.837.450,00
	Saneamento básico - Água e Esgoto		10.837.450,00		10.837.450,00
17.512.0100.2.147	Assessoria Administrativa - Departamento Administr		10.837.450,00		10.837.450,00
	Total		52.739.950,00		52.739.950,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

03.00.00 - SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS
03.03.00 - DEPARTAMENTO FINANCEIRO

Classificação funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	SANEAMENTO		17.652.000,00		17.652.000,00
	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		17.652.000,00		17.652.000,00
	Saneamento básico - Água e Esgoto		17.652.000,00		17.652.000,00
17.512.0100.2.152	Assessoria Administrativa - Departamento Financeiro		17.652.000,00		17.652.000,00
	Total		17.652.000,00		17.652.000,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

03.00.00 - SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS
03.04.00 - DEPARTAMENTO TÉCNICO

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	SANEAMENTO	6.136.000,00	6.003.900,00		12.139.900,00
	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	6.136.000,00	6.003.900,00		12.139.900,00
	Saneamento básico - Água e Esgoto	6.136.000,00	6.003.900,00		12.139.900,00
17.512.0100.1.069	Melhoria e Ampliação no atendimento à População Ur	220.000,00			220.000,00
17.512.0100.1.070	Controle e redução de perdas de água	5.442.000,00			5.442.000,00
17.512.0100.1.071	Melhoria e ampliação no atendimento à população ur	474.000,00			474.000,00
17.512.0100.2.149	Assessoria Administrativa - Departamento Técnico		6.003.900,00		6.003.900,00
	Total	6.136.000,00	6.003.900,00		12.139.900,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

03.00.00 - SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS

03.05.00 - DEPARTAMENTO DE OPERAÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	SANEAMENTO		66.850.750,00		66.850.750,00
	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		66.850.750,00		66.850.750,00
	Saneamento básico - Água e Esgoto		66.850.750,00		66.850.750,00
17.512.0100.2.150	Manutenção e Operação do Sistema de Abastecimento		66.850.750,00		66.850.750,00
	Total		66.850.750,00		66.850.750,00

[Handwritten signature]



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6 Orçamento para 2020

03.00.00 - SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS

03.06.00 - DEPTO. DE OP. DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	SANEAMENTO		18.095.000,00		18.095.000,00
	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		18.095.000,00		18.095.000,00
	Saneamento básico - Água e Esgoto		18.095.000,00		18.095.000,00
17.512.0100.2.151	Manutenção e Operação do Sistema de Esgotamento S		18.095.000,00		18.095.000,00
	Total		18.095.000,00		18.095.000,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

03.00.00 - SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS
03.07.00 - DEPARTAMENTO COMERCIAL

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	SANEAMENTO		12.692.000,00		12.692.000,00
	SANEAMENTO BÁSICO URBANO		12.692.000,00		12.692.000,00
	Saneamento básico - Água e Esgoto		12.692.000,00		12.692.000,00
17.512.0100.2.148	Assessoria Administrativa - Departamento Comercial		12.692.000,00		12.692.000,00
	Total		12.692.000,00		12.692.000,00



[Handwritten signature]



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Programa de Trabalho - Anexo 6

Orçamento para 2020

04.00.00 - IPREM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

04.01.00 - SUPERINTENDÊNCIA IPREM

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	ADMINISTRAÇÃO		6.260.000,00		6.260.000,00
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		6.260.000,00		6.260.000,00
	Gestão do Regime Próprio de Previdência		6.260.000,00		6.260.000,00
04.122.0600.2.119	Serviços de Direção e Coordenação das Atividades		6.260.000,00		6.260.000,00
	PREVIDENCIA SOCIAL		154.928.000,00		154.928.000,00
	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO		154.928.000,00		154.928.000,00
	Gestão do Regime Próprio de Previdência		154.928.000,00		154.928.000,00
09.272.0600.2.120	Concessão de novas aposentadorias e pensões		112.628.000,00		112.628.000,00
09.272.0600.2.121	Administração das aposentadorias e pensões da mass		42.300.000,00		42.300.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				9.327.000,00
	RESERVA DO RPPS				4.212.000,00
	Reserva de Contingência				4.212.000,00
99.997.9999.9.996	Reserva de Contingência da Previdência - RPPS				4.212.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				5.115.000,00
	Reserva de Contingência				5.115.000,00
99.999.9999.9.997	Reserva de Contingência do IPREM				5.115.000,00
	Total		161.188.000,00		170.515.000,00



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais - Anexo 7

Orçamento para 2020

Classificação Funcional	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
LEGISLATIVA					
AÇÃO LEGISLATIVA					
01.031.0001	Processo Legislativo		38.900.000,00		38.900.000,00
ADMINISTRAÇÃO					
		70.240.468,00	97.935.847,75		168.176.315,75
PLANJAMENTO E ORÇAMENTO					
			7.016.300,00		7.016.300,00
04.121.0040	Suporte Administrativo		7.016.300,00		7.016.300,00
ADMINISTRAÇÃO GERAL					
		24.613.468,00	62.741.746,75		87.355.214,75
04.122.0010	Funções de Gabinete		107.500,00		107.500,00
04.122.0021	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação		116.500,00		116.500,00
04.122.0028	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito		85.000,00		85.000,00
04.122.0035	Desenvolvimento Humano e Tecnologia da Informação	24.613.468,00	25.244.000,00		49.857.468,00
04.122.0040	Suporte Administrativo		30.928.746,75		30.928.746,75
04.122.0600	Gestão do Regime Próprio de Previdência		6.260.000,00		6.260.000,00
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA					
		45.627.000,00	12.215.300,00		57.842.300,00
04.123.0040	Suporte Administrativo		12.215.300,00		12.215.300,00
CONTROLE EXTERNO					
			222.500,00		222.500,00
04.124.0010	Funções de Gabinete		1.500,00		1.500,00
04.124.0040	Suporte Administrativo		221.000,00		221.000,00
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS					
			246.000,00		246.000,00
04.128.0035	Desenvolvimento Humano e Tecnologia da Informação		11.500,00		11.500,00
04.128.0040	Suporte Administrativo		234.500,00		234.500,00
COMUNICAÇÃO SOCIAL					
			11.646.000,00		11.646.000,00
04.131.0010	Funções de Gabinete		10.524.500,00		10.524.500,00
04.131.0040	Suporte Administrativo		1.121.500,00		1.121.500,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO					
			2.809.000,00		2.809.000,00
04.306.0021	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação		2.809.000,00		2.809.000,00
ENSINO FUNDAMENTAL					
			1.039.001,00		1.039.001,00
04.361.0021	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação		1.039.001,00		1.039.001,00
SEGURANÇA PÚBLICA					
			20.972.500,00		20.972.500,00
POLICIAMENTO					
			19.455.000,00		19.455.000,00



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais - Anexo 7

Orçamento para 2020

06.181.0031	Prevenção e proteção às vítimas de violência	1.402.000,00	1.402.000,00
06.181.0040	Suporte Administrativo	18.053.000,00	18.053.000,00
	DEFESA CIVIL	1.517.500,00	1.517.500,00
06.182.0031	Prevenção e proteção às vítimas de violência	1.517.500,00	1.517.500,00
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	38.399.901,23	38.401.901,23
	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	860.696,00	860.696,00
	Assistência para todos	860.696,00	860.696,00
08.241.0029	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	20.000,00	20.000,00
	Assistência para todos	20.000,00	20.000,00
08.242.0029	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	9.502.655,42	9.502.655,42
	Assistência para todos	9.498.655,42	9.498.655,42
08.243.0029	Assistência para todos	4.000,00	4.000,00
08.243.0031	Prevenção e proteção às vítimas de violência	28.016.549,81	28.018.549,81
	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	281.000,00	281.000,00
08.244.0010	Funções de Gabinete	14.589.249,81	14.591.249,81
08.244.0029	Assistência para todos	13.146.300,00	13.146.300,00
08.244.0040	Suporte Administrativo	154.928.000,00	154.928.000,00
	PREVIDENCIA SOCIAL	107.778.000,00	107.778.000,00
	PREVIDENCIA BÁSICA	16.403.000,00	16.403.000,00
	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	91.375.000,00	91.375.000,00
09.272.0600	Gestão do Regime Próprio de Previdência	154.928.000,00	154.928.000,00
	SAÚDE	307.332.315,31	307.332.315,31
	ATENÇÃO BÁSICA	140.242.044,91	140.242.044,91
10.301.0028	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	140.242.044,91	141.789.616,14
		158.137.605,05	179.137.605,05
10.302.0028	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito	147.637.605,05	168.637.605,05
10.302.0035	Desenvolvimento Humano e Tecnologia da Informação	10.500.000,00	10.500.000,00
	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	5.714.585,30	5.714.585,30
10.303.0028	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito	5.714.585,30	5.714.585,30
	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	264.461,40	264.461,40
10.304.0028	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito	264.461,40	264.461,40
	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	2.973.618,65	2.973.618,65



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais - Anexo 7

Orçamento para 2020

10.305.0028	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito TRÁBALHO	2.973.618,65	2.973.618,65
		3.300.000,00	3.300.000,00
		3.300.000,00	3.300.000,00
	PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR		
11.331.0035	Desenvolvimento Humano e Tecnologia da Informação EDUCAÇÃO	3.300.000,00	3.300.000,00
		400.620.950,00	413.269.950,00
	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	23.570.950,00	23.570.950,00
12.306.0021	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação ENSINO FUNDAMENTAL	23.570.950,00	23.570.950,00
		274.150.500,00	282.390.500,00
12.361.0021	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação ENSINO PROFISSIONAL	274.150.500,00	282.390.500,00
		4.407.000,00	4.407.000,00
12.363.0021	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação EDUCAÇÃO INFANTIL	102.899.500,00	102.901.500,00
		2.000,00	2.000,00
12.365.0021	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação CULTURA	102.899.500,00	102.901.500,00
		3.575.445,70	13.236.506,66
	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO	78.000,00	78.000,00
13.391.0033	Desenvolvimento, promoção e fomento da cultura, tu DIFUSÃO CULTURAL	78.000,00	78.000,00
		3.575.445,70	13.158.506,66
13.392.0033	Desenvolvimento, promoção e fomento da cultura, tu Suporte Administrativo	5.598.060,96	9.173.506,66
	URBANISMO	3.985.000,00	3.985.000,00
		150.534.846,14	187.644.199,76
	INFRA-ESTRUTURA URBANA	39.258.000,00	75.846.449,14
15.451.0026	Desenvolvimento Urbano Sustentável	3.703.000,00	40.291.449,14
15.451.0030	Serviços Urbanos	13.869.700,00	13.869.700,00
15.451.0040	Suporte Administrativo	21.685.300,00	21.685.300,00
	SERVIÇOS URBANOS	111.276.846,14	111.797.750,62
15.452.0026	Desenvolvimento Urbano Sustentável	22.600.000,00	23.000.000,00
15.452.0027	Melhoria da Mobilidade Urbana e Segurança Viária	13.450.046,14	13.570.950,62
15.452.0030	Serviços Urbanos	64.580.000,00	64.580.000,00
15.452.0040	Suporte Administrativo	10.646.800,00	10.646.800,00
	HABITAÇÃO	5.464.365,66	5.464.465,66
	HABITAÇÃO URBANA	5.464.365,66	5.464.465,66



[Handwritten signature]



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais - Anexo 7

Orçamento para 2020

16.482.0014	Acesso a Moradia Adequada	100,00	3.662.865,66	3.662.865,66
16.482.0040	Suporte Administrativo		1.801.500,00	1.801.500,00
	SANEAMENTO	83.755.910,60	177.875.800,00	261.631.710,60
	ADMINISTRAÇÃO GERAL		41.902.500,00	41.902.500,00
17.122.0100	Saneamento básico - Água e Esgoto		41.902.500,00	41.902.500,00
	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	83.755.910,60	135.973.300,00	219.729.210,60
17.512.0026	Desenvolvimento Urbano Sustentável	77.619.910,60		77.619.910,60
17.512.0030	Serviços Urbanos		11.800,00	11.800,00
17.512.0100	Saneamento básico - Água e Esgoto	6.136.000,00	135.961.500,00	142.097.500,00
	GESTÃO AMBIENTAL	65.010,00	4.599.840,00	4.664.850,00
	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	65.010,00	4.599.840,00	4.664.850,00
18.541.0034	Proteção ao Meio Ambiente ("Mogi Mais Verde")	65.010,00	450.027,00	515.037,00
18.541.0040	Suporte Administrativo		4.149.813,00	4.149.813,00
	AGRICULTURA	6.875.515,96	1.954.100,00	8.829.615,96
	ABASTECIMENTO	6.875.515,96	1.954.100,00	8.829.615,96
20.605.0032	Modernização e Desenvolvimento da Agropecuária de	6.875.515,96	247.100,00	7.122.615,96
20.605.0040	Suporte Administrativo		1.707.000,00	1.707.000,00
	INDÚSTRIA		2.761.500,00	2.761.500,00
	PROMOÇÃO INDUSTRIAL		2.761.500,00	2.761.500,00
22.661.0020	Desenvolvimento Econômico, Geração de Postos de Tr		305.500,00	305.500,00
22.661.0040	Suporte Administrativo		2.456.000,00	2.456.000,00
	COMÉRCIO E SERVIÇOS		13.000,00	13.000,00
	SERVIÇOS FINANCEIROS		13.000,00	13.000,00
23.694.0020	Desenvolvimento Econômico, Geração de Postos de Tr		13.000,00	13.000,00
	TRANSPORTE	9.173.820,84	1.719.078,00	10.892.898,84
	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	9.173.820,84	1.719.078,00	10.892.898,84
26.782.0026	Desenvolvimento Urbano Sustentável	9.173.820,84		9.173.820,84
26.782.0030	Serviços Urbanos		1.719.078,00	1.719.078,00
	DESPORTO E LAZER	5.181.016,19	12.671.182,81	17.852.199,00
	DESPORTO DE RENDIMENTO	1.181.016,19	11.886.000,00	13.067.016,19



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo das Funções, Sub-Funções e Programas por Projetos, Atividades e Operações Especiais - Anexo 7

Orçamento para 2020

27.811.0025	Promoção do esporte, lazer e qualidade de vida	1.181.016,19	5.920.000,00	7.101.016,19
27.811.0040	Suporte Administrativo		5.966.000,00	5.966.000,00
	DESPORTO COMUNITÁRIO	4.000.000,00	733.182,81	4.733.182,81
27.812.0025	Promoção do esporte, lazer e qualidade de vida	4.000.000,00	733.182,81	4.733.182,81
	LAZER		52.000,00	52.000,00
27.813.0025	Promoção do esporte, lazer e qualidade de vida		52.000,00	52.000,00
	ENCARGOS ESPECIAIS		65.590.500,00	65.590.500,00
	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA		55.000.000,00	55.000.000,00
28.843.0000	Operações Especiais			
	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS		10.590.500,00	10.590.500,00
28.846.0000	Operações Especiais			
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			15.327.000,00
	RESERVA DO RPPS			4.212.000,00
99.997.9999	Reserva de Contingência			4.212.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA			11.115.000,00
99.999.0100	Saneamento básico - Água e Esgoto			1.000.000,00
99.999.9999	Reserva de Contingência			10.115.000,00
TOTAL GERAL		251.175.212,14	1.429.644.287,86	1.869.515.000,00





MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 8

Orçamento para 2020

Classificação Funcional	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
LEGISLATIVA				
AÇÃO LEGISLATIVA				
01.031.0001	Processo Legislativo	38.900.000,00		38.900.000,00
	ADMINISTRAÇÃO	38.900.000,00		38.900.000,00
		38.900.000,00		38.900.000,00
		164.126.814,75	4.049.501,00	168.176.315,75
PLANJAMENTO E ORÇAMENTO				
		7.016.300,00		7.016.300,00
04.121.0040	Suporte Administrativo	7.016.300,00		7.016.300,00
	ADMINISTRAÇÃO GERAL	87.153.714,75	201.500,00	87.355.214,75
04.122.0010	Funções de Gabinete	107.500,00		107.500,00
04.122.0021	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educaç		116.500,00	116.500,00
04.122.0028	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito		85.000,00	85.000,00
04.122.0035	Desenvolvimento Humano e Tecnologia da Informação	49.857.468,00		49.857.468,00
04.122.0040	Suporte Administrativo	30.928.746,75		30.928.746,75
04.122.0600	Gestão do Regime Próprio de Previdência	6.260.000,00		6.260.000,00
	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	57.842.300,00		57.842.300,00
04.123.0040	Suporte Administrativo	57.842.300,00		57.842.300,00
	CONTROLE EXTERNO	222.500,00		222.500,00
04.124.0010	Funções de Gabinete	1.500,00		1.500,00
04.124.0040	Suporte Administrativo	221.000,00		221.000,00
	FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	246.000,00		246.000,00
04.128.0035	Desenvolvimento Humano e Tecnologia da Informação	11.500,00		11.500,00
04.128.0040	Suporte Administrativo	234.500,00		234.500,00
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	11.646.000,00		11.646.000,00
04.131.0010	Funções de Gabinete	10.524.500,00		10.524.500,00
04.131.0040	Suporte Administrativo	1.121.500,00		1.121.500,00
	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		2.809.000,00	2.809.000,00
04.306.0021	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educaç		2.809.000,00	2.809.000,00
	ENSINO FUNDAMENTAL		1.039.001,00	1.039.001,00
04.361.0021	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educaç		1.039.001,00	1.039.001,00
	SEGURANÇA PÚBLICA	20.972.500,00		20.972.500,00
	POLICIAMENTO	19.455.000,00		19.455.000,00
06.181.0031	Prevenção e proteção às vítimas de violência	1.402.000,00		1.402.000,00
06.181.0040	Suporte Administrativo	18.053.000,00		18.053.000,00





MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 8 Orçamento para 2020

Classificação Funcional	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
DEFESA CIVIL				
06.182.0031	Prevenção e proteção às vítimas de violência	1.517.500,00		1.517.500,00
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.517.500,00		1.517.500,00
	ASSISTÊNCIA AO IDOSO		38.401.901,23	38.401.901,23
08.241.0029	Assistência para todos		860.696,00	860.696,00
	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA		860.696,00	860.696,00
08.242.0029	Assistência para todos		20.000,00	20.000,00
	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE		20.000,00	20.000,00
08.243.0029	Assistência para todos		9.502.655,42	9.502.655,42
08.243.0031	Prevenção e proteção às vítimas de violência		9.498.655,42	9.498.655,42
	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA		4.000,00	4.000,00
08.244.0010	Funções de Gabinete		28.018.549,81	28.018.549,81
08.244.0029	Assistência para todos		281.000,00	281.000,00
08.244.0040	Suporte Administrativo		14.591.249,81	14.591.249,81
	PREVIDENCIA SOCIAL		13.146.300,00	13.146.300,00
	PREVIDÊNCIA BÁSICA	262.706.000,00		262.706.000,00
	PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO	16.403.000,00		16.403.000,00
09.272.0600	Gestão do Regime Próprio de Previdência	246.303.000,00		246.303.000,00
	SAÚDE	154.928.000,00		154.928.000,00
	ATENÇÃO BÁSICA	10.500.000,00	319.379.886,54	329.879.886,54
10.301.0028	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		141.789.616,14	141.789.616,14
10.302.0028	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito Desenvolvimento Humano e Tecnologia da Informação	10.500.000,00	168.637.605,05	179.137.605,05
10.302.0035	SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO	10.500.000,00	168.637.605,05	168.637.605,05
10.303.0028	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito VIGILÂNCIA SANITÁRIA		5.714.585,30	5.714.585,30
10.304.0028	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA		5.714.585,30	5.714.585,30
10.305.0028	Promoção, proteção e recuperação da saúde no âmbito TRABALHO		264.461,40	264.461,40
			2.973.618,65	2.973.618,65
		3.300.000,00	2.973.618,65	2.973.618,65



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 8

Orçamento para 2020

Classificação Funcional	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
PROTEÇÃO E BENEFÍCIOS AO TRABALHADOR				
11.331.0035	Desenvolvimento Humano e Tecnologia da Informação	3.300.000,00		3.300.000,00
	EDUCAÇÃO			
		3.300.000,00		3.300.000,00
		146.550.000,00	266.719.950,00	413.269.950,00
	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO		23.570.950,00	23.570.950,00
12.306.0021	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação		23.570.950,00	23.570.950,00
	ENSINO FUNDAMENTAL			
		53.985.500,00	228.405.000,00	282.390.500,00
12.361.0021	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação		228.405.000,00	282.390.500,00
	ENSINO PROFISSIONAL		4.407.000,00	4.407.000,00
12.363.0021	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação		4.407.000,00	4.407.000,00
	EDUCAÇÃO INFANTIL			
		92.564.500,00	10.337.000,00	102.901.500,00
12.365.0021	Acesso, Qualidade, Inovação e Tecnologia na Educação		10.337.000,00	102.901.500,00
	CULTURA		4.865.576,37	13.236.506,66
		8.370.930,29		
		78.000,00		78.000,00
	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E ARQUEOLÓGICO			
13.391.0033	Desenvolvimento, promoção e fomento da cultura, tu			78.000,00
	DIFUSÃO CULTURAL			
		8.292.930,29	4.865.576,37	13.158.506,66
13.392.0033	Desenvolvimento, promoção e fomento da cultura, tu		4.865.576,37	9.173.506,66
13.392.0040	Suporte Administrativo			3.985.000,00
	URBANISMO		18.523.895,51	187.644.199,76
		169.120.304,25		
		72.856.000,00	2.990.449,14	75.846.449,14
	INFRA-ESTRUTURA URBANA			
15.451.0026	Desenvolvimento Urbano Sustentável		2.990.449,14	40.291.449,14
15.451.0030	Serviços Urbanos			13.869.700,00
15.451.0040	Suporte Administrativo			21.685.300,00
	SERVIÇOS URBANOS		15.533.446,37	111.797.750,62
		96.264.304,25		
15.452.0026	Desenvolvimento Urbano Sustentável			23.000.000,00
15.452.0027	Melhoria da Mobilidade Urbana e Segurança Viária		12.488.946,37	13.570.950,62
15.452.0030	Serviços Urbanos			64.580.000,00
15.452.0040	Suporte Administrativo		3.044.500,00	10.646.800,00
	HABITAÇÃO		1.224.000,00	5.464.465,66
		4.240.465,66		
		4.240.465,66	1.224.000,00	5.464.465,66
	HABITAÇÃO URBANA			
16.482.0014	Acesso a Moradia Adequada		1.224.000,00	3.662.965,66
16.482.0040	Suporte Administrativo			
		2.438.965,66		
		1.801.500,00		





MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 8

Orçamento para 2020

Classificação Funcional	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
	SANEAMENTO	253.326.710,60	8.305.000,00	261.631.710,60
	ADMINISTRAÇÃO GERAL	41.902.500,00		41.902.500,00
17.122.0100	Saneamento básico - Água e Esgoto	41.902.500,00		41.902.500,00
	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	211.424.210,60	8.305.000,00	219.729.210,60
17.512.0026	Desenvolvimento Urbano Sustentável	69.314.910,60	8.305.000,00	77.619.910,60
17.512.0030	Serviços Urbanos	11.800,00		11.800,00
17.512.0100	Saneamento básico - Água e Esgoto	142.097.500,00		142.097.500,00
	GESTÃO AMBIENTAL	4.664.850,00		4.664.850,00
	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	4.664.850,00		4.664.850,00
18.541.0034	Proteção ao Meio Ambiente ("Mogi Mais Verde")	515.037,00		515.037,00
18.541.0040	Suporte Administrativo	4.149.813,00		4.149.813,00
	AGRICULTURA	8.829.615,96		8.829.615,96
	ABASTECIMENTO	8.829.615,96		8.829.615,96
20.605.0032	Modernização e Desenvolvimento da Agropecuária de	7.122.615,96		7.122.615,96
20.605.0040	Suporte Administrativo	1.707.000,00		1.707.000,00
	INDÚSTRIA	2.761.500,00		2.761.500,00
	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	2.761.500,00		2.761.500,00
22.661.0020	Desenvolvimento Econômico, Geração de Postos de Tr	305.500,00		305.500,00
22.661.0040	Suporte Administrativo	2.456.000,00		2.456.000,00
	COMÉRCIO E SERVIÇOS	13.000,00		13.000,00
	SERVIÇOS FINANCEIROS	13.000,00		13.000,00
23.694.0020	Desenvolvimento Econômico, Geração de Postos de Tr	13.000,00		13.000,00
	TRANSPORTE	1.157.200,00	9.735.698,84	10.892.898,84
	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1.157.200,00	9.735.698,84	10.892.898,84
26.782.0026	Desenvolvimento Urbano Sustentável	1.000.000,00	8.173.820,84	9.173.820,84
26.782.0030	Serviços Urbanos	157.200,00	1.561.878,00	1.719.078,00
	DESPORTO E LAZER	16.052.611,81	1.799.587,19	17.852.199,00
	DESPORTO DE RENDIMENTO	11.986.000,00	1.081.016,19	13.067.016,19
27.811.0025	Promoção do esporte, lazer e qualidade de vida	6.020.000,00	1.081.016,19	7.101.016,19
27.811.0040	Suporte Administrativo	5.966.000,00		5.966.000,00
	DESPORTO COMUNITÁRIO	4.014.611,81	718.571,00	4.733.182,81



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções e Programas conforme Vínculo com Recursos - Anexo 8

Orçamento para 2020

Classificação Funcional	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
27.812.0025	Promoção do esporte, lazer e qualidade de vida LAZER	4.014.611,81 52.000,00	718.571,00	4.733.182,81 52.000,00
27.813.0025	Promoção do esporte, lazer e qualidade de vida ENCARGOS ESPECIAIS	52.000,00 65.590.500,00		52.000,00 65.590.500,00
	SERVIÇO DA DÍVIDA INTERNA	55.000.000,00		55.000.000,00
28.843.0000	Operações Especiais			
	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	10.590.500,00		10.590.500,00
28.846.0000	Operações Especiais			
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.327.000,00		15.327.000,00
	RESERVA DO RPPS	4.212.000,00		4.212.000,00
99.997.9999	Reserva de Contingência	4.212.000,00		4.212.000,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.115.000,00		11.115.000,00
99.999.0100	Saneamento básico - Água e Esgoto	1.000.000,00		1.000.000,00
99.999.9999	Reserva de Contingência	10.115.000,00		10.115.000,00
TOTAL GERAL		1.196.510.003,32	673.004.996,68	1.869.515.000,00



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2020

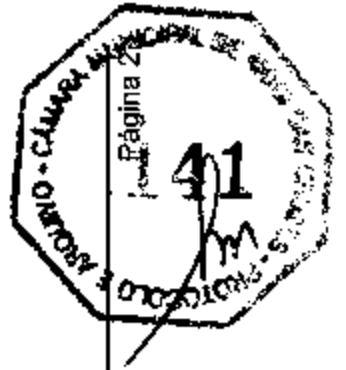
ÓRGÃO	LEGISLATIVA	JUDIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL
1 CAMARA MUNICIPAL					
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGIDAS C	38.900.000,00			161.916.315,75	
4 IPREM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MU				6.260.000,00	
TOTAL	38.900.000,00			168.176.315,75	



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2020

ÓRGÃO	SEGURANÇA PÚBLICA	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDENCIA SOCIAL	SAÚDE
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS C					
4 IPREM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MU	20.972.500,00		38.401.901,23	107.778.000,00 154.928.000,00	329.879.886,54
TOTAL	20.972.500,00		38.401.901,23	262.706.000,00	329.879.886,54





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2020

ÓRGÃO	TRABALHO	EDUCAÇÃO	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS C	3.300.000,00	413.269.950,00	13.236.506,66		187.644.199,76
TOTAL	3.300.000,00	413.269.950,00	13.236.506,66		187.644.199,76



MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2020

ÓRGÃO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS C	5.464.465,66	77.631.710,60	4.664.850,00		8.829.615,96
3 SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUAS		184.000.000,00			
TOTAL	5.464.465,66	261.631.710,60	4.664.850,00		8.829.615,96





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2020

ÓRGÃO	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES	ENERGIA
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS C		2.761.500,00	13.000,00		
TOTAL		2.761.500,00	13.000,00		





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2020

ÓRGÃO	TRANSPORTE	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS C	10.892.898,84	17.852.199,00	65.590.500,00		5.000.000,00
3 SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUAS					1.000.000,00
4 IPREM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MU					9.327.000,00
TOTAL	10.892.898,84	17.852.199,00	65.590.500,00		15.327.000,00





MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - ANEXO 9 Orçamento para 2020

ÓRGÃO	TOTAL
1 CAMARA MUNICIPAL	38.900.000,00
2 PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS C	1.475.100.000,00
3 SEMAE - SERVIÇO MUNICIPAL DE AGUAS	185.000.000,00
4 IPREM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MU	170.515.000,00
TOTAL	1.869.515.000,00





PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

Secretaria Municipal de Finanças - Departamento de Orçamento e Contabilidade



DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS APLICADOS NA EDUCAÇÃO

(Constituição Federal Art.212, Constituição Estadual de São Paulo Art. 256 e Lei Orgânica do Município Art.202)

ORÇAMENTO / 2020

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS

- Receitas Próprias	475.098.000,00		
- Receitas de Transferências da União	82.325.000,00		
- Receitas de Transferências dos Estados	366.480.000,00		923.903.000,00

DESPESAS	APLICADO	% OBRIGATÓRIO	% APLICADO
- Educação Básica	146.550.000,00		
- Dedução Receita Formação do Fundeb	89.761.000,00		
TOTAL:	236.311.000,00	230.975.750,00	25,58
	5.335.250,00		

[Handwritten signature]



PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

Secretaria Municipal de Finanças - Departamento de Orçamento e Contabilidade



DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS APLICADOS NA SAÚDE

(Emenda Constitucional nº 29 de 13 de setembro de 2000)

ORÇAMENTO / 2020

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS

- Receitas Próprias	475.098.000,00	
- Receitas de Transferências da União	82.325.000,00	
- Receitas de Transferências dos Estados	366.480.000,00	923.903.000,00

APLICAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA 2015 (15,00 %) :

138.585.450,00

DESPESAS	APLICADO	% OBRIGATÓRIO	% APLICADO
- Ações e Serviços Básicos de Saúde	200.265.592,15	15,00%	21,68%

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

DEMONSTRATIVO DE COMPATIBILIDADE DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA COM O ANEXO DE METAS FISCAIS - EXERCÍCIO DE 2019

(Inciso I, do Artigo 5º, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000)



	ANEXO DE METAS FISCAIS	PROP. ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO
RECEITA TOTAL	1.734.393.200,00	1.869.515.000,00
(-) RECEITA FINANCEIRA	91.905.500,00	168.291.244,90
Operações de Crédito	70.450.000,00	149.618.644,90
Alienações	500,00	91.600,00
Aplicações Financeiras	21.455.000,00	18.581.000,00
RECEITA FISCAL LIQUIDA (A)	1.642.487.700,00	1.701.223.755,10
DESPESA TOTAL	1.734.393.200,00	1.869.515.000,00
(-) DESPESA FINANCEIRA	50.000.000,00	67.230.000,00
Encargos da Dívida	11.000.000,00	20.580.000,00
Amortização da Dívida	39.000.000,00	46.650.000,00
DESPESA FISCAL LIQUIDA (B)	1.684.393.200,00	1.802.285.000,00
RESULTADO PRIMÁRIO (C = A - B)	-41.905.500,00	-101.061.244,90

OBS:

Os investimentos a serem realizados com recursos oriundos de Operações de Crédito são inclusos no total da Despesa Fiscal Líquida, acarretando, dessa forma, um déficit primário



AUDIÊNCIA PÚBLICA - Lei Orçamentária Anual (LOA) - Exercício 2020

Data: 19/09/2019 (quinta-feira) | Local: Auditório do Prédio Sede da Prefeitura de Mogi das Cruzes

Nome Completo	Contato		Associação/Entidade/Bairro	Assinatura
Susana M. Paula	Email: susana.paula29@yahoo.com.br		Tradef.	
	Tel.: 9.9625.6740			
	Email:			
Caroline Vay	Tel.: 941.129882		Tradef	
	Email: elenice.franco@pmc.com.br			
ELENICE M.B. MAGALHÃES	Tel.: 4798.5044		PMMC	
	Email: nichilmaie@se-pmmc.com.br			
Wilder m. de O.C.	Tel.: 94277-7752		Contão Jota II	
	Email: julio.nogueira.ces@pmmc.com.br			
Julio Nogueira	Tel.: 4798-5155		PMMC/Semoe	
	Email: -			
Angela Locasse	Tel.: 4788 8337		Assoc. Miss. P. S. L. Araújo	
	Email: adriana.ces@gmail.com		gestão Capcha e Comunidade	
Adriana R. Aguiar	Tel.: 933424323			
	Email: cesmadesperanca@hotmail.com		Instituto Amor Misericordioso	
Eligne Lima	Tel.: 9.8861-8810		"Projeto Amor com Atitude"	
	Email: symone.pico.brady@gmail.com		Tradef	
Symone Costa	Tel.: 1198016-8362			
	Email: talise.mota50@gmail.com			
Talise Mota	Tel.: 4724.3026		ABRAE	





AUDIÊNCIA PÚBLICA - Lei Orçamentária Anual (LOA) - Exercício 2020

Data: 19/09/2019 (quinta-feira) | Local: Auditório do Prédio Sede da Prefeitura de Mogi das Cruzes

Nome Completo	Contato	Associação/Entidade/Bairro	Assinatura
Carolina Dias Nogueira	Email: diasmigueiramovira@gmail.com Tel.: 99730-1012	ASSINTES	
Sidney Antonio Salles	Email: sidney.craszerporto@gmail.com.br Tel.: 4725-7605	COMTS	
Silvane M.R. Anselmi	Email: edauniversa@gmail.com Tel.:	ASSINTES	
Caroline C. S. Kneque	Email: caroline_0595@hotmail.com Tel.: 4790-2344	Centro Forte	
Valéria da F. Cruz	Email: Tel.: 966411220-4790-2344	Creche. Estela Forte	
Elaine J. Jairo Jaboob	Email: Elaine.jaboob@hotmail.com Tel.: 98937-4823	Chuva Castelo Forte	
Alba Caroline da Silva	Email: Tel.: 94123-3317	TRADEF	
Robson Yviti Anselmi	Email: YVITI.ANSAI@HOTMAIL.COM Tel.: (11)98117-8173	Buf.	
Renê da Fátima R. Ventura	Email: fatine.souza1pmm.com.br Tel.: 4790-2007	Duplitem	
Laticiana M. Santos	Email: Tel.: 95475-5213	Fraternidade Santo Agostinho	

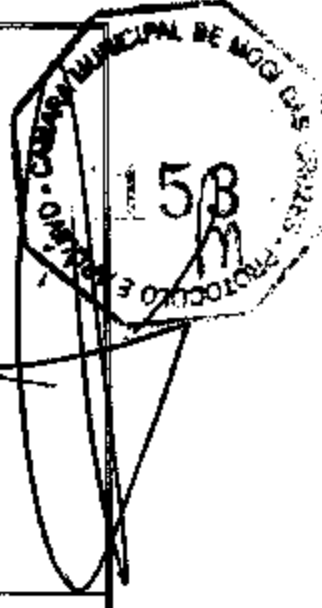




AUDIÊNCIA PÚBLICA - Lei Orçamentária Anual (LOA) - Exercício 2020

Data: 19/09/2019 (quinta-feira) | Local: Auditório do Prédio Sede da Prefeitura de Mogi das Cruzes

Nome Completo	Contato	Associação/Entidade/Bairro	Assinatura
Cláudio Vazquez Rodrigues	Email: claudiovazquez102@gmail.com Tel.: 94396-4396	Luduf	
Abimaela Regina Nogueira	Email: abimaela.925@pmc.com.br Tel.: 4798-5042		
Natália de O. de Silva	Email: na-elisena-silva@yahoo.com.br Tel.: 94798-5044	Prefeitura	
Maryana da Luz	Email: maryanaomscs199@gmail.com Tel.: 4799-8337	AMCSC	
Juliana Pitta R. Zeta	Email: julianapitta@gmail.com Tel.: 4727-4122	Inst. Anne de Moura	
Everaldo C. Melo	Email: EVERALDOCAMPOS06M6@hotmail.com Tel.: 998537862	Inst. Anne de Moura	
HYE RAN KIM	Email: coleghermom@hotmail.com Tel.: 93797-3941	AMDEM	
Fernando Cipullo Loureiro	Email: fernando_loureiro@hotmail.com Tel.: 94028-3180	Colégio Hermom	
Rodrig Buz	Email: Rodrigobuz@se-pmc.com.br Tel.: 11 475187462	PMAC	
Alexander Golinçães	Email: alexander.golincaes@gmail.com Tel.: 11 475187462	Pmmc / SME	
		Presidente (Comas)	





AUDIÊNCIA PÚBLICA - Lei Orçamentária Anual (LOA) - Exercício 2020

Data: 19/09/2019 (quinta-feira) | Local: Auditório do Prédio Sede da Prefeitura de Mogi das Cruzes

Nome Completo	Contato	Associação/Entidade/Bairro	Assinatura
Apoveida de O. Silva	Email: cada.ap.silva@hotmail.com Tel.: 994561356	Traded.	Apoveida de O. Silva
Bruna Liza Lopes	Email: BRUNALIZALOPES@VALDO.COM.BR Tel.: 99922.9980	CENTRO EDUCACIONAL VALDO	
Jusant Macedo	Tel.: 97198-5420	Casa São Vicente	
Roberto Ferreira	Email: roberto.mtz@ig.com.br Tel.: 97198-5420	Traded.	
Carolina Chaves	Email: 97198-5420	Traded.	
Mário Consuelo Fiu	Email: 982043643 Tel.: 982043643	Núcleo Apoveida de O. Silva	
Thiago de Faria		Traded.	





AUDIÊNCIA PÚBLICA - Lei Orçamentária Anual (LOA) - Exercício 2020

Data: 19/09/2019 (quinta-feira) | Local: Auditório do Prédio Sede da Prefeitura de Mogi das Cruzes

Nome Completo	Contato	Associação/Entidade/Bairro	Assinatura
Silviana C. de Oliveira	Email: <u>ocorrentes@financeira.mog.br</u> Tel.: <u>A798 - 5046</u>	<u>SMF</u>	
Karen de Paula Brito e Silva	Email: <u>karenbri@financeira.mog.br</u> Tel.: <u>4335-3154</u>	<u>Centro Comunitário Jaque</u>	
Fori Anderson A. Lima	Email: _____ Tel.: <u>989862641</u>	<u>ASSINTOS</u>	
Adriana R. M. Noronha	Email: <u>adriana241@hotmail.com</u> Tel.: <u>99597-2008</u>	<u>APAE</u>	
Debra de Carvalho	Email: _____ Tel.: <u>3427-2576</u>	<u>TRAEF</u>	
Jaqueline V. de P.	Email: <u>carim.gentil@ipss.org.br</u> Tel.: <u>99375-3132</u>	<u>CMIA COMAS</u> <u>Instituto Psicológico "José de Santana"</u>	
	Email: _____ Tel.: _____		
	Email: _____ Tel.: _____		
	Email: _____ Tel.: _____		
	Email: _____ Tel.: _____		
	Email: _____ Tel.: _____		





AUDIÊNCIA PÚBLICA - Lei Orçamentária Anual (LOA) - Exercício 2020
 Data: 19/09/2019 (quinta-feira) | Local: Auditório do Prédio Sede da Prefeitura de Mogi das Cruzes

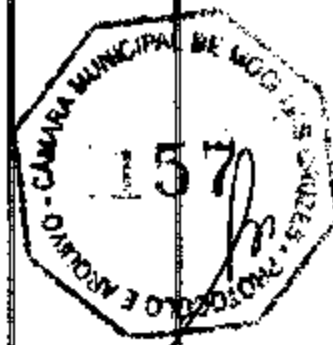
Nome Completo	Contato	Associação/Entidade/Bairro	Assinatura
Claine Af. de Souza Santana	Email: claineapexcidafaria@re-pmmc.com.br Tel.: (11) 97306-8471 - 2856-8505	Centro Educacional Santa	Claine
Israel L. Horz	Email: Tel.: 941131734	CADSS VICENTE	
Moses H. des Neves	Email: henrique_mendes@com.br Tel.: 999203340		Moses
Leonardo Pereira Rodrigues	Email: Leonardo.Pereira2005@hotmail.com Tel.: 97505-4708	Trudel	
Maria Helena D. Melo	Email: leonarduramelo@gmail.com.br Tel.: 99925758	Núcleo Aprendiz. do Futuro	
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		



AUDIÊNCIA PÚBLICA - Lei Orçamentária Anual (LOA) - Exercício 2020

Data: 19/09/2019 (quinta-feira) | Local: Auditório do Prédio Sede da Prefeitura de Mogi das Cruzes

Nome Completo	Contato	Associação/Entidade/Bairro	Assinatura
George Rodrigo Valverde Sênior	Email: <i>rodrigovalverde.mogi@gmail.com</i> Tel.: <i>99831-7739</i>	<i>CPM MC</i>	<i>[Signature]</i>
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		
	Email: Tel.:		





COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO/2019

Aos seis dias do mês novembro do ano de dois mil e dezenove, às quatorze horas, reuniram-se, na Sala de Reuniões “Dr. Sérgio Nogueira”, localizada nesta Edilidade, os membros da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, com a finalidade de deliberar sobre a iniciativa legislativa do Senhor Prefeito Municipal de Mogi das Cruzes, que dispõe sobre a Lei Orçamentária Anual para o próximo exercício – LOA-2020 (Projeto de Lei nº 119/2019); verificamos que a tramitação do projeto de lei que dispõe sobre leis orçamentárias obedecerá aos preceitos dos artigos 181 à 186, do Regimento Interno da Câmara Municipal (Resolução nº 005, de 23 de abril de 2001) e artigos 124 à 129 da Lei Orgânica do Município; sendo que, no mais, os dispositivos constantes do texto de lei e seus anexos, obedecem aos princípios previstos na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Orgânica do Município e demais portarias editadas pelo Governo Federal referente a matéria; em especial, verificamos a necessidade de dar cumprimento ao artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual prevê como instrumento de transparência pública da gestão fiscal a ampla divulgação em meios eletrônicos para acesso público, e ainda, ao parágrafo único, inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar nº 101/2000, o qual prevê audiências públicas para os projetos de lei de plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento, todos de iniciativa do Poder Executivo, sendo assim, esta Comissão entrou em contato com a Secretaria Municipal de Finanças, que elaborou o presente projeto de lei, e, após entendimentos, a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento agendou Audiência Pública para o dia 28 de novembro de 2019, das 18h30min às 20h30min, no auditório Tufi Elias Andery, nesta Casa Legislativa, para tanto, faz expedir os seguintes documentos: edital de convocação (que será publicado nos órgão de imprensa local), ofício ao Presidente da Câmara solicitando publicação do edital de convocação no site da Câmara Municipal e ofício ao Sr. Prefeito Municipal, dando ciência da audiência pública agendada, convidando-o para participação e solicitando a participação da equipe técnica necessária para que possa proferir os esclarecimentos necessários à população. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento deu por encerrada a presente reunião, às quinze horas, sendo que, a presente Ata foi lavrada por mim, Vereador José Francimário Vieira de Macedo – Membro da Comissão de Finanças e Orçamento, que, após lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes.

ANTONIO LINO DA SILVA

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

JOSÉ FRANCIMÁRIO VIEIRA DE MACEDO

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

PEDRO HIDEKI KOMURA

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

FERNANDA MORENO DA SILVA

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

IDUIGUES FERREIRA MARTINS

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

PARA DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O ANO DE 2020

A **COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**, nos termos do que dispõe o artigo 73, § 2º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, o artigo 35, § 3º, inciso I, c.c. artigo 183, § 2º da Resolução nº 05, de 23 de abril de 2001 e suas posteriores alterações (Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes) e parágrafo único, inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), **CONVOCA** a comunidade em geral para participar da **Audiência Pública**, a ser realizada no dia 28 de novembro de 2019, das 18h30min às 20h30min, no Auditório Tufi Elias Andery da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, localizada na Av. Narciso Yague Guimarães, nº 381, Centro Cívico, Mogi das Cruzes-SP, para discussão de propostas sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2020 do Município de Mogi das Cruzes. Poderão participar das audiências públicas, instituições públicas, autoridades, organizações não-governamentais, associações representativas dos vários segmentos da sociedade e demais interessados, observados os termos do regulamento que segue abaixo:

REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. OBJETO:

A **AUDIÊNCIA PÚBLICA** tem por objeto discutir propostas apresentadas no Projeto de Lei nº 119/2019, que estima a Receita e Fixa Despesas do Município de Mogi das Cruzes para o ano de 2020 (LOA).

2. DATA, HORÁRIO E LOCAL:

A **AUDIÊNCIA PÚBLICA** será realizada no dia 28 de novembro de 2019, das 18h30min às 20h30min, no Auditório Tufi Elias Andery da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, localizada na Av. Narciso Yague Guimarães, nº 381, Centro Cívico, Mogi das Cruzes-SP.

3. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO:

Os participantes deverão assinar lista de presença e poderão participar mediante questionamentos, esclarecimentos de dúvidas e sugestões por escrito.

4. PROCEDIMENTO:

4.1. Instalação dos trabalhos: A **AUDIÊNCIA PÚBLICA** terá início, no local, data e horário previsto, com a formação da Mesa Diretora, que será composta pelo Presidente e demais Membros da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, ou representantes designados, e outras autoridades. Haverá a designação de um membro da Mesa Diretora para exercer a função de Secretário dos trabalhos, a quem incumbirá providenciar o registro, pelos meios adequados, de todas as fases da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, bem como lavrar a respectiva Ata.



- 4.2. Apresentação do tema da AUDIÊNCIA PÚBLICA:** A equipe da Secretaria Municipal de Finanças de Mogi das Cruzes fará exposição sucinta da proposta apresentada;
- 4.3. Manifestações e sugestões dos participantes:** O Presidente da Mesa Diretora passará a palavra aos participantes, de acordo com a ordem de inscrição, que terão um tempo de 03 (três) minutos destinados às manifestações e recolhendo suas sugestões por escrito, se houver;
- 4.4. Sistematização dos Trabalhos:** Manifestação da Mesa Diretora sobre as sugestões dos participantes, registrando eventuais propostas de emendas;
- 4.5. Casos omissos:** Serão resolvidos pela Mesa Diretora.

5. CONSULTAS:

- 5.1. Consulte o regulamento e as propostas na Câmara Municipal de Mogi das Cruzes ou pelo site www.cmmc.sp.gov.br.**

Mogi das Cruzes, 08 de novembro de 2019.

ANTONIO LINO DA SILVA
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

JOSÉ FRANCIMÁRIO VIEIRA DE MACEDO
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

PEDRO HIDEKI KOMURA
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

FERNANDA MORENO DA SILVA
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

IDUIGUES FERREIRA MARTINS
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



Mogi das Cruzes, 08 de novembro de 2019.

Senhor Presidente,

Ao tempo em que cumprimos Vossa Excelência, aproveitamos a oportunidade para informar que o Projeto de Lei nº 119/2019, que estima a Receita e Fixa Despesas do Município de Mogi das Cruzes para o ano de 2020 (LOA) encontra-se em poder desta Comissão para análise e exarar parecer.

Inicialmente, temos que as propostas orçamentárias remetidas a esta Casa Legislativa pelo Poder Executivo seguem legislação própria disciplinada pela Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes.

Porém, esta Comissão realizará Audiência Pública para discussão da matéria constante no projeto de lei orçamentária anual, em consonância com o que dispõe o artigo 73, § 2º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, o artigo 35, § 3º, inciso I, c.c. artigo 183, § 2º da Resolução nº 05, de 23 de abril de 2001 e suas posteriores alterações (Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes) e parágrafo único, inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Assim, informamos a Vossa Excelência que designamos Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei nº 119/2019, que trata da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2020, para o próximo dia 28 de novembro de 2019, das 18h30min às 20h30min no auditório Tufi Elias Andery, nesta Edilidade.

Para convocação da população requeremos a publicação nos jornais de grande circulação local do edital de convocação para a audiência pública e a inserção na página da internet da Câmara Municipal, notícia com a convocação e link com edital de convocação e com cópia do projeto de lei a ser discutido.

Requeremos ainda a Vossa Excelência a disponibilização do auditório Tufi Elias Andery, para o próximo dia 28 de novembro de 2019, a partir das 18h00min e, ainda, os serviços de som e gravação, informática, copa e funcionários da administração para auxiliarem como equipe de apoio nos procedimentos necessários para a realização da audiência pública.

Atenciosamente,

ANTÔNIO LINO DA SILVA
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

A Sua Excelência
Vereador RINALDO SADA O SAKAI –
Presidente da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes – SP.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



44534 / 2019



08/11/2019 14:41

CAI: 702454

Mogi das Cruzes, 08 de novembro de 2019.

Nome: COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA

Assunto: CÂMARA MUNICIPAL

REF AUDIÊNCIA PÚBLICA NO DIA 28/11/2019 PARA
DISCUSSÃO DE PROPOSTAS SOBRE O PROJETO DE
LEI Nº 119/2019 (MENSAGEM GP Nº 243/2019) QUE

Conclusão: 02/12/2019

Órgão: SECRETARIA DE GOVERNO - SGOV

Senhor Prefeito,

Ao tempo em que cumprimentamos Vossa Excelência servimo-nos do presente para comunicar que foi convocada Audiência Pública a ser realizada no dia 28 de novembro de 2019, das 18h30min às 20h30min, no Auditório Tufi Elias Andery da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, para discussão de propostas sobre o Projeto de Lei nº 119/2019 (Mensagem GP nº 243/2019), que estima a Receita e Fixa Despesas do Município de Mogi das Cruzes para no ano de 2020 (LOA).

Assim, convidamos Vossa Excelência para que participe da audiência pública designada, bem como, solicitamos o encaminhamento deste convite aos setores competentes da municipalidade, em especial à Secretaria Municipal de Finanças, para que participem e possam proferir os esclarecimentos necessários à população.

No mais, colocamo-nos à disposição para eventuais sugestões, informando que o regulamento da audiência pública e as propostas poderão ser consultadas diretamente na Câmara Municipal de Mogi das Cruzes ou pelo site www.cmmc.sp.gov.br.

Atenciosamente,

ANTONIO LINO DA SILVA
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento
da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

Excelentíssimo Senhor

JULIANO JUN ABE –

Prefeito em exercício do Município de Mogi das Cruzes – SP.

RESTAURANTE



DARUMA
RESTAURANTE

- ALMOÇO POR KILO
- SERVIÇO À LA CARTE
- DISK DARUMA,
- ENTREGA EM DOMICÍLIO



ATENDIMENTO:
SEGUNDA A SABADO DAS 11H AS 13H
 R. Dr. Ricardo Vieira, 889 - Centro



4799.1881

4799.4634

DIARIO

MUNICIPIO DE MOG DAS CRUZES

163

PROCURADOR

EDITAIS



Serviço Municipal de Águas e Esgotos
SEMAE
Mogi das Cruzes - SP

PREGÃO Nº 04/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de limpeza predial. O objeto integral do edital e todas as informações sobre a licitação estarão disponíveis para download no endereço: <http://www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao>. A sessão ocorrerá em 09/06/2018, das 14h às 16h, no Salão de Leilões da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, na Av. Nereu Ramos, 300 - Jd. São Carlos, Mogi das Cruzes, SP - 13.050-000.

-Diretor Geral-

PROCESSO Nº 2018.045/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

O Edital nº 04/2018, com o seu anexo, encontra-se disponível para download no endereço: <http://www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao>. A sessão ocorrerá em 09/06/2018, das 14h às 16h, no Salão de Leilões da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, na Av. Nereu Ramos, 300 - Jd. São Carlos, Mogi das Cruzes, SP - 13.050-000.



Serviço Municipal de Águas e Esgotos
SEMAE
Mogi das Cruzes - SP

HOMOLOGAÇÃO - Pregão Nº 06/2018 - PROCESSO Nº 2018.052/2018

Opreço RP para contratação de empresa especializada em serviços de manutenção e substituição de infraestrutura, abrangendo da informação, para sistemas de saneamento, estruturado para todos os vazamentos, com fornecimento de materiais.

EMPRESA VENCEDORA: Lote 1: AFIR INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA inscrita no CNPJ nº 08.888.950/0001, Mogi das Cruzes, em 06 de novembro de 2018. Gláucia Leite Silva

PROCESSO Nº 2018.052/2018

AVISO DE LICITAÇÃO

O Edital nº 06/2018, com o seu anexo, encontra-se disponível para download no endereço: <http://www.mogidascruzes.sp.gov.br/licitacao>. A sessão ocorrerá em 09/06/2018, das 14h às 16h, no Salão de Leilões da Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, na Av. Nereu Ramos, 300 - Jd. São Carlos, Mogi das Cruzes, SP - 13.050-000.

MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio da Secretaria Municipal de Governo, no termos do disposto no artigo 21 da Lei Orgânica do Município, no: artigo 27, caput, e artigo XXXI § 1º, da Constituição Federal, torna pública a edição do (s) seguinte (s) ato (s) administrativo (s) decorrent (s):

Nº 16.776, de 4 de novembro de 2019 - **Hospaço** o Termo de Cooperação nº 1, de 27 de janeiro de 2019, que outorgou a empresa **UNICAP - UNICAP, MODIANA DE DIAGNÓSTICO POR IMAGEM**, S/A, a permissão para elaborar serviços de planejamento e manutenção da Praça Flaminiana de Campos Lima, na cidade e em outras providências;

Nº 16.771, de 4 de novembro de 2019 - **Abre** ao Orçamento Fiscal do Município de Mogi das Cruzes, em favor da Secretaria de Assuntos Jurídicos, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 503,79 (quinhentos e sessenta e três reais e setenta e três centavos) para a rubrica de sua respectiva dotação orçamentária e de outras providências;

Nº 16.772, de 5 de novembro de 2019 - **Abre** ao Orçamento Fiscal do Município de Mogi das Cruzes, em favor da Secretaria de Cultura, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 16.500,00 (dezesseis mil reais) para a rubrica de sua respectiva dotação orçamentária, e em outras providências;

Nº 16.773, de 5 de novembro de 2019 - **Abre** ao Orçamento Fiscal do Município de Mogi das Cruzes em favor da Secretaria de Serviços Urbanos, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) para a rubrica de sua respectiva dotação orçamentária, e em outras providências;

Nº 16.774, de 5 de novembro de 2019 - **Estabelece** o termo de outorga de concessão de uso exclusivo de área para utilização de Outorga Onerosa do Direito de Concessão - ODCU, em favor da empresa **Wolberg Restaurantes Ltda - ME**, para a finalidade que especifico, e de outras providências;

Nº 16.775, de 5 de novembro de 2019 - **Declara** expressa autorização de uso, a ONG - **Missão São José Floriano - MASF**, para a realização das dependências na escola E.M. Dualis Luis Servino de Miranda, para a finalidade que especifico, e de outras providências;

Nº 16.776, de 5 de novembro de 2019 - **Abre** ao Orçamento Fiscal do Município de Mogi das Cruzes, em favor da Secretaria de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para a rubrica de sua respectiva dotação orçamentária, e de outras providências;

Nº 16.777, de 7 de dezembro de 2019 - **Fixa** sobre o Orçamento Fiscal do Município de Mogi das Cruzes, em favor da Secretaria de Saúde, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (cento mil reais), para a rubrica de suas respectivas dotações orçamentárias, e de outras providências;

Nº 16.778, de 7 de dezembro de 2019 - **Declara** expressa autorização de incorporação dos bens móveis que especifico no patrimônio municipal, e de outras providências;

OBS: D [s] até [s] acima se encontra (m) publicado (a), em seu inteiro teor, por publicação no Diário de Notícias na Prefeitura Municipal, bem como no site www.mogidasuzes.sp.gov.br; INT LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.

Marcos Soares

MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 013/2019 - PROCESSO Nº 44.436/19

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA RECEBIMENTO DE COTAÇÃO DE PREÇOS NOVOS OU RECONSTRUÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ADEQUADOS AO USO SEMI-COMUNITÁRIO DE SERVIÇOS, DESTINADO À EXECUÇÃO DO PLANO ECONÔMICO DE MODALIDADES CULTURAIS E LÚDICAS DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, estrutura que o Edital e seus anexos encontram-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidasuzes.sp.gov.br) Link: [Link: https://link.lnk.ufsc.br/ufsc](https://link.lnk.ufsc.br/ufsc), ficando intima os interessados em apresentar propostas até o dia 22 de novembro de 2019, às 14 horas, com o endereço: Rua do Vereador Nereu Yague Guimarães, nº 40 - Jd. Mogi das Cruzes - SP. As inscrições, objeto do presente edital de chamamento, poderão ser apresentadas a qualquer tempo, até o dia 22 de novembro de 2019, conforme edital.

Mogi das Cruzes, em 06 de novembro de 2019.
LUIZ CARLOS PINHEIRO – Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social

AVISO DE DESCALIFICAÇÃO E CONVOCACÃO PARA REMOÇÃO DE SESSALO
PREGAÇO Nº 076-2019 - PROCESSO Nº 19.868/19 A ETAPADA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO E DE EXPEDIENTE. O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio de sua Prefeitura, torna público, para conhecimento dos interessados, que devido ao cancelamento do Pregão Eletrônico nº 076-2019, realizado pela Comissão Licita EPD – Associação T4 LTDA (Interessado) – EPF – Item 42 e 56, por não atenderem as especificações do Edital. Resolvendo, ainda, declarar a qualificação dos itens 73, 74, 45, 10, Acum. Para Contorno e para preparação de resumos e resumos, em nome de sua empresa, foi designado o dia 13 de novembro de 2019 às 09:30 horas para negociação.

Mogi das Cruzes, em 07 de novembro de 2019
LUCCAS MAGALHÃES DE FREITAS CUSTÓDIO DA SILVA – Pregueiro

COMUNICAÇÃO
PREGAÇO Nº 112/2019 - PROCESSO Nº 34.212/2019 E APÊNDICES

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CONTADOR REGRESSIVO, 90CEPERA DE PEDESTRE, BOTEFEIRA INTELIGENTE PARA IDENTIFICAÇÃO VEÍCULOS.

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio do Departamento Municipal de Transportes, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que devido ao cancelamento de alguns lotes, foram suspensos, sob fundamento da Lei nº 11.107/2019, os seguintes itens do Edital nº 112/2019, em 13/11/2019.

Mogi das Cruzes, em 08 de novembro de 2019
JOSÉ LUIZ PEREIRA DE ALMEIDA – Secretário Municipal de Transportes

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGAÇO Nº 123/19 - PROCESSO Nº 36.22/2019 E APÊNDICES

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SIGUEIRO DE VEÍCULOS - DIVERSOS MODELOS.

EMPRESA VENCEDORA: MARCOS ROBERTO MAURÉIRA GALELLI S/A; PORTO SEGURO CAMPANHA DE SEGURANÇA GERARIS S.A.; BEGROS SURFASA S.A.

Valor global: R\$ 25.727,57 (vinte e cinco mil setecentos e vinte e sete reais e cinquenta e sete centavos).

Mogi das Cruzes, em 08 de novembro de 2019.
FRANCISCO MAGNAR NEZHEIRA DE MELO FILHO – Secretário Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, torna público, que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGAÇO".

EDITAL Nº 151/19 - PROCESSO Nº 41.517/19

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TRANSPORTE E OPERAÇÃO LOGÍSTICA DE FIM ESCOLAR MATERIAL ESCOLAR (CRECHES E ESCOLAS MUNICIPAIS) DO ALMOXARAFISMO CENTRAL, PARA O ANO DE 2020.

Ce envelopes: "PROPOSTA COMERCIAL" e "HABILITAÇÃO" serão recebidos e abertos às 14 horas do dia 25 de novembro de 2019. O Edital, com seus anexos e esclarecimentos, encontra-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidasuzes.sp.gov.br) - link: Licitações.

Mogi das Cruzes, em 19 de novembro de 2019
JOHANNA DE PAULA GUERDES DE MELO SANTOS – Secretária Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio da Secretaria Municipal de Segurança, torna público, que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade "PREGAÇO".

EDITAL Nº 160/19 - PROCESSO Nº 42.231/19

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS, NA ÁREA DE PARQUEIOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, PARA ABASTECIMENTO DE ARMAS DE FOGO COM CALIBRO CONCLUSIVO.

Os envelopes: "PROPOSTA COMERCIAL" e "HABILITAÇÃO" serão recebidos e abertos no Departamento de Gestão de Bens e Serviços ("atender - notório saber") em 22/11/2019, às 08 horas do dia 25 de novembro de 2019. O Edital, com seus anexos e esclarecimentos, encontra-se à disposição para download no site da Prefeitura (www.mogidasuzes.sp.gov.br) - link: Licitações.

Mogi das Cruzes, em 22 de novembro de 2019
PAULO ROBERTO MAURÉIRA GALELLI – Secretário Municipal de Segurança

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGAÇO Nº 069/19 - PROCESSO Nº 22.059/2019 E APÊNDICES

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE SUPRIMENTOS PARA MANUTENÇÃO E MATERIAIS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E SEGURANÇA.

EMPRESAS VENCEDORAS: CANDIDO A GASPAROTTO LTDA COMERCIO DE PD LTDA EPP D.P.S. DISTRIBUIDORA DE PELAS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS EIRELI ME; IARIANOR COMERCIO E SERVICOS DE MANUTENCAO LTDA EPP AMBROSIO FORTES EIRELI ME; SEGURANCA EIRELI ME; FARMACOPARANÁ TOB. DE SEC. 2019/2020 LTDA EPP; MARIANA FERREIRA DE OLIVEIRA EIRELI ME.

VALOR GLOBAL: R\$ 109.859,26 (cento e noventa e nove mil e oitocentos e cinquenta e seis reais e dois centavos).

Mogi das Cruzes, em 06 de novembro de 2019
MARCO ROBERTO REQUIZO – Secretário Municipal de Gestão Pública

AVISO DE LICITAÇÃO DE PREGAÇO ELETRÔNICO

O MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, torna público que está promovendo a seguinte licitação, na modalidade: "PREGAÇO ELETRÔNICO".

EDITAL Nº 151/19 - PROCESSO Nº 30.759/19

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CARRINHOS DE LIMPEZA MANUAL TIPO UNIFORME, ELÉTROCOTIDIANEIS E NOTITOOK. Os proponentes deverão apresentar em separado proposta que descreva brevemente como se pretende eletronicamente, bem como, os meios necessários para garantir a segurança e a integridade dos dados.

As propostas serão abertas em sessão pública, que ocorrerá brevemente antes da abertura eletrônica, no endereço: Rua do Vereador Nereu Yague Guimarães, nº 40 - Jd. Mogi das Cruzes - SP. As inscrições, objeto do presente edital de chamamento, poderão ser apresentadas a qualquer tempo, até o dia 22 de novembro de 2019, conforme edital.

Mogi das Cruzes, em 06 de novembro de 2019
NEIRISA H. MARQUES – Secretária Municipal de Assistência Social

VOCÊ SOFRE DE DEPRESSÃO?
Procure a ajuda gratuita de Neuróticos Anônimos - N/A

Visite nosso grupo de N/A Serenidade - Mogi das Cruzes
Rua Cel. Souza Franco, 240 - sala 9 - Centro • Funcionamento segunda-feira das 16h às 18h e quinta-feira das 16h às 18h

MOGI NEWS

CLASSIFICADOS

CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZESEDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICAPARA DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O ANO
DE 2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, nos termos do que dispõe o artigo 73, § 2º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, o artigo 35, § 3º, inciso I, c.c. artigo 183, § 2º da Resolução nº 05, de 23 de abril de 2001 e suas posteriores alterações (Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes) e parágrafo único, inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), CONVOCA a comunidade em geral para participar da Audiência Pública, a ser realizada no dia 28 de novembro de 2019, das 18h30min às 20h30min, no Auditório Tufi Elias Andery da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, localizada na Av. Narciso Yague Guimarães, nº 381, Centro Cívico, Mogi das Cruzes-SP, para discussão de propostas sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2020 do Município de Mogi das Cruzes. Poderão participar das audiências públicas, instituições públicas, autoridades, organizações não governamentais, associações representativas dos vários segmentos da sociedade e demais interessados, observados os termos do regulamento que segue abaixo.

REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. OBJETO:

A AUDIÊNCIA PÚBLICA tem por objeto discutir propostas apresentadas no Projeto de Lei nº 119/2019, que estima a Receita e Fixa Despesas do Município de Mogi das Cruzes para o ano de 2020 (LOA).

2. DATA, HORÁRIO E LOCAL:

A AUDIÊNCIA PÚBLICA será realizada no dia 28 de novembro de 2019, das 18h30min às 20h30min, no Auditório Tufi Elias Andery da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, localizada na Av. Narciso Yague Guimarães, nº 381, Centro Cívico, Mogi das Cruzes-SP.

3. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO:

Os participantes deverão assinar lista de presença e poderão participar mediante questionamentos, esclarecimentos de dúvidas e sugestões por escrito.

4. PROCEDIMENTO:

4.1. Instalação dos trabalhos: A AUDIÊNCIA PÚBLICA terá início, no local, data e horário previsto, com a formação da Mesa Diretora, que será composta pelo Presidente e demais Membros da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, ou representantes designados, e outras autoridades. Haverá a designação de um membro da Mesa Diretora para exercer a função de Secretário dos trabalhos, a quem incumbirá providenciar o registro, pelos meios adequados, de todas as fases da AUDIÊNCIA PÚBLICA, bem como lavrar a respectiva Ata.

4.2. Apresentação do tema da AUDIÊNCIA PÚBLICA: A equipe da Secretaria Municipal de Finanças de Mogi das Cruzes fará exposição sucinta da proposta apresentada.

4.3. Manifestações e sugestões dos participantes: O Presidente da Mesa Diretora passará a palavra aos participantes, de acordo com a ordem de inscrição, que terão um tempo de 03 (três) minutos destinados às manifestações e recolhendo suas sugestões por escrito, se houver.

4.4. Sistematização dos Trabalhos: Manifestação da Mesa Diretora sobre as sugestões dos participantes, registrando eventuais propostas de emendas.

4.5. Casos omissos: Serão resolvidos pela Mesa Diretora.

5. CONSULTAS:

5.1. Consulte o regulamento e as propostas na Câmara Municipal de Mogi das Cruzes ou pelo site www.cmmc.sp.gov.br.

Mogi das Cruzes, 08 de novembro de 2019.

ANTONIO LINO DA SILVA

Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

JOSÉ FRANCIMÁRIO VIEIRA DE MACEDO

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

PEDRO HIDEKI KOMURA

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

FERNANDA MORENO DA SILVA

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

IDUIGUES FERREIRA MARTINS

Membro da Comissão de Finanças e Orçamento



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

COMISSÃO ESPECIAL PROVISÓRIA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2019

PARA INGRESSAR NO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DE ESCOLARES

AVISO DE SORTEIO DE VAGAS

A Comissão Especial Provisória, nomeada por meio do Decreto nº 18.556, de 09 de agosto de 2019, Processo nº 32.480/19-AD - Secretaria de Transportes, para organização do sorteio das vagas existentes no Sistema de Transporte Coletivo de Escolares, conforme Edital de Chamamento nº 001/2019-SMT, de 03 de setembro de 2019, faz saber aos inscritos qualificados, constantes do presente, que no dia 19 de novembro de 2019, às 09h00, será realizado no auditório do Tiro de Guerra de Mogi das Cruzes, sorteio para o preenchimento das 05 (cinco) vagas para exploração do serviço de transporte coletivo de escolares, frente ao que determina o parágrafo 3º do artigo 6º do Decreto nº 14.421, de 25 de agosto de 2014. Seguem os números de processos dos inscritos qualificados:

37796/2019, 38213/2019, 38426/2019, 38457/2019, 38667/2019, 38746/2019, 39297/2019, 39298/2019, 39648/2019, 39651/2019, 39840/2019, 39847/2019, 39851/2019, 39852/2019, 39854/2019, 40022/2019, 40023/2019, 40024/2019, 40033/2019, 40118/2019, 40150/2019, 40236/2019, 40410/2019, 40561/2019, 40662/2019, 40669/2019, 40689/2019, 40690/2019, 40702/2019, 40703/2019, 40767/2019, 40776/2019, 40782/2019 e 40785/2019. E para que seja dada a necessária publicidade para todos os efeitos legais, publica-se o presente.

Mogi das Cruzes, 08 de novembro de 2019.

Solange de F. S. Ferreira

Presidente da Comissão

Visto:

Leandro Barcelos do Porto
Diretor de TransportesJosé Luiz Freire de Almeida
Secretário de Transportes

WWW.LOOPBRASIL.COM

LEILÃO 100% WEB

DIA 05/11/2019 às 15h

ENTRE EM CONTATO PARA MAIORES INFORMAÇÕES
11 4723-7980 / 11 94031-8891 / asac@loopbrasil.com
RUA DAVID BOBROW, Nº 500 - MOGI DAS CRUZES/SP
LEILOEIRO OFICIAL: Paulo Eduardo Lopes Rodrigues de Souza/Jucessp 368

ASSOCIAÇÃO DE PORTEIRA PRETA
Estrada Mogi-Bertioga, km 06 - Mogi das Cruzes - SP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PREZADOS SENHORES (AS) ASSOCIADOS (AS):

O PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO RURAL DE PORTEIRA PRETA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, CONVOCA TODOS OS ASSOCIADOS PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE NO DIA 1 DE DEZEMBRO DE 2019, ÀS 13 HORAS, EM PRIMEIRA CONVOCAÇÃO, E NA SEGUNDA CONVOCAÇÃO ÀS 14 HORAS, PARA DELIBERAREM DE ACORDO COM O ART. 14º DO ESTATUTO SOCIAL DESTA ASSOCIAÇÃO PARA APRECIAREM E VOTAREM COMO ORDEM DO DIA, OS SEGUINTE:

- 1º RELATÓRIO DA DIRETORIA - EXERCÍCIO 2019
- 2º APRESENTAÇÃO DO BALANÇO GERAL FINANCEIRO 2019
- 3º PARECER DO CONSELHO FISCAL
- 4º ELEIÇÃO DA DIRETORIA 2020 E CONSELHO FISCAL
- 5º OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DESTA ASSOCIAÇÃO

MOGI DAS CRUZES, 01 DE NOVEMBRO DE 2019

TETSUO ADACHI
PRESIDENTE

ASSOCIAÇÃO RURAL DE PORTEIRA PRETA

Notícias do
Alto Tietê em
um click!

Acesse

PORTALNEWS
COM.BRTem sugestões
de pauta,
comentários
e denúncias?

Envie para a redação
dos JORNAIS MOGI
NEWS e DIÁRIO DO
ALTO TIETÊ
mensagens,
fotos ou vídeos
por WHATSAPP!



9 6858.3924

MOGI
NEWS

Dat



A INFORMAÇÃO UNINDO AS PESSOAS

FALE
CONOSCO

4735-8000

- Opção 1 - Assinatura
Opção 2 - Comercial
Opção 3 - Redação
Opção 4 - RH
Opção 5 - Financeiro

MOGI
NEWS

Dat

DIÁRIO DO ALTO TIETÊ

Precisa-se

BORDADEIRA

Com experiência em:
Bordado manual de
pedras e paetês

Informações:

(11) 3884.7110

(11) 99504.5631

JOULIK

www.joulik.com.br

ACESSE JÁ!



SELECIONA

VENDEDOR (A)

Requisitos:

- ENSINO MÉDIO COMPLETO
- DESEJÁVEL EXPERIÊNCIA EM VENDAS
- PROFISSIONAIS COM FOCO EM RESULTADOS E PERFIL EMPREENDEDOR

Benefícios:

- SALÁRIO FIXO + COMISSÕES
- VR

OS INTERESSADOS DEVERÃO ENVIAR
CV PARA:rh@moginews.com.br

CONJUNTURA País entrega presidência do Brics e destaca trabalho na área tecnológica; Rússia recebe a presidência do grupo

Brasil dá ênfase para a inovação

BRASILIA

Com o fim da 14ª Cúpula do Brics, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, o Brasil entregou ontem a presidência rotativa do bloco. Na avaliação do presidente Jair Bolsonaro, guiado pelo lema "Crescimento Econômico para um Futuro Inovador", durante este ano, o Brasil conseguiu dar ênfase à inovação, "essencial para fomentar a produtividade e competitividade de nossas economias, condições necessárias para o desenvolvimento e bem-estar dos nossos povos".

Segundo o presidente, os países do grupo têm buscado criar os meios práticos para que a cooperação ajude a assegurar às economias a permanente atualização tecnológica, exigida pela economia digital, com destaque para a criação da Rede de Inovação do Brics, do Instituto de Redes Futuras e para a parceria para a Nova Revolução Industrial. "Por meio dessas iniciativas, nossos países podem aumentar a pesquisa científica, estimular a produção de bens e serviços inovadores e melhor capacitar os profissionais", destacou Bolsonaro.

De acordo com o presidente, o Brasil também orientou a reunião de jovens cientistas para a discussão sobre inovação e juventude.

Durante seu discurso na sessão plenária da cúpula do Brics, que aconteceu no Palácio do Itamaraty, em Brasília, Bolsonaro ressaltou a importância da cooperação entre os cinco países e fez um balanço dos principais temas tratados



ANFITRIÃO Bolsonaro durante seu discurso na sessão plenária da cúpula do Brics, que aconteceu no Palácio do Itamaraty, em Brasília

durante o ano.

O presidente brasileiro destacou a adoção de uma perspectiva pragmática no

comércio internacional e a assinatura de acordos entre as agências de promoção de comércio e investimentos. Na

área da segurança, o Brasil concentrou esforços no combate ao terrorismo e na luta contra corrupção, em seminá-

rios, grupos de trabalho e uma reunião sobre recuperação de ativos.

Na saúde, a presidência

brasileira do Brics focou a promoção do aleitamento materno e a pesquisa da tuberculose, com o objetivo de tornar mais barato o acesso a medicamentos. Houve avanços e ainda acordos para pesquisa energética, assistência aduaneira e de satélites.

Declaração de Brasília

Após a sessão plenária, os chefes de Estado do Brics aprovaram a Declaração de Brasília, uma compilação de tudo que foi realizado sob comando da presidência brasileira no último ano e os resultados da cúpula realizada ontem. No documento está refletida a visão do Brics em relação à necessidade de reformar o sistema multilateral, a importância de fortalecer a arquitetura econômico-financeira internacional, ao imperativo de resolver crises regionais por meio do diálogo e da diplomacia e ao futuro da cooperação intra-Brics.

Atividade econômica volta a crescer

BRASILIA

Depois de dois trimestres consecutivos de retração, a atividade econômica voltou a crescer no Brasil. Dados divulgados ontem pelo Banco Central mostram que seu índice de Atividade (IBC-Br) avançou 0,44% no terceiro trimestre do ano, em relação ao segundo semestre. O percentual já leva em conta ajustes sazonais, o que permite a

comparação entre os diferentes períodos.

Este é o primeiro resultado positivo para um trimestre desde o início do governo de Jair Bolsonaro. No primeiro trimestre do ano, a atividade econômica havia recuado 0,46%, e, no segundo trimestre, havia caído 0,88%.

Conhecido como uma espécie de "prévia do BC para o PIB", o IBC-Br serve mais precisamente como parâmetro

para avaliar o ritmo da economia brasileira ao longo dos meses. Por isso, seus resultados não refletem exatamente o desempenho do PIB brasileiro, que é medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com uma defasagem maior.

Os números do IBGE mostraram que, no primeiro trimestre do ano, o PIB apresentou retração de 0,2%. No segundo trimestre, houve alta

de 0,4%. A projeção atual do BC para o PIB em 2019 é de avanço de 0,9%.

Setembro

O BC informou ainda que o IBC-Br avançou 0,44% em setembro ante agosto, na série com ajuste sazonal. O indicador passou de 138,71 pontos para 139,32 pontos. Este é o maior patamar para o IBC-Br com ajuste desde junho de 2015 (139,85 pontos).

LOTOFÁCIL 1890									
01	02	04	05	07					
08	09	10	11	13					
15	16	17	21	23					
QUINA 5121									
01	42	45	49	75					
FEDERAL 5440									
1º	6	0	0	7	2				
2º	0	8	5	3	1				
3º	5	9	5	0	3				
4º	4	4	4	8	5				
5º	2	2	7	1	2				
MEGA SENA 2207									
06	10	11	43	53	55				

Epaminondas Nogueira Advogado há 50 anos

TRABALHISTAS, INSS, ACIDENTES, INDENIZAÇÕES, SEGUROS, FAMÍLIA

Mogi das Cruzes

(11) 4799 1510

São Paulo: Metro Santa Eulália (11) 3392 3229 (12) 3302 6028

www.epaminondas.com.br

(11) 99891 4848

Assine **O Diário On-line** e mantenha-se informado, onde estiver!

Ligue já e assine 11 3524.2424

O Diário

Serviço Municipal de Águas e Esgotos - SEMAE
Mogi das Cruzes - SP

AVISO DE REGISTRAÇÃO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS MATERIAIS DE PVC E DEPOFO MPVC

O Serviço Municipal de Águas e Esgotos - SEMAE, por intermédio do seu Diretor Geral, comarca os dados e alterações realizados no Edital de Pregão nº 003/2019, para o dia 03 de dezembro de 2019, às 14h00, no Departamento de Gestão de Bens e Serviços, na Av. Narciso Yague Guimarães, nº 381, Centro Cívico, Mogi das Cruzes - SP.

EDITAL
CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

VILA SANTISTA ESPORTE E RECREAÇÃO, com fundamento no Art. 38, inciso I, Art. 39, Parágrafo 2º e Art. 40, convoca seus sócios patronômicos com direito a voto para a Assembleia Ordinária, a realizar-se no dia 08/12/2019 às 09h00 em 1ª (primeira) convocação com a maioria de 2/3 dos associados patronômicos com direito a voto, e as 10h30 horas em 2ª (segunda) convocação com o mínimo de 1/3 dos associados patronômicos com direito a voto, para tratar da:

• Eleição dos Membros do Conselho Deliberativo e do Presidente e Vice Presidente da Diretoria Executiva, conforme atribuições do Art. 36 e Art. 37, incisos I e II do Estatuto Social da Vila Santista Esporte e Recreação.

Mogi das Cruzes, 08 de Novembro de 2019.

João Carlos da Silva
Presidente do Conselho Deliberativo

DARUNA RESTAURANTE

• ALMOÇO POR R\$10,00
• SERVIÇO À LA CARTE
• DISC. DARUNA, ENTREGA EM DOMICÍLIO

4799.1881
4799.4634

MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 150/19 - PROCESSO Nº 20.950/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE SEGURANÇA ISOLADA E SERVIDORES DE TI, UTILIZANDO SE-NAIR E CÂMBIARES, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MANUTENÇÃO DE CONFIGURAÇÃO E A REALIZAÇÃO DE UM TREINAMENTO OPERACIONAL, BANCOS PARA USUÁRIOS LÓGICA, NAS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

EMPRESAS VENDEDORAS: ETER MINIRE SISTEMAS INTELIGENTES DE SINALIZAÇÃO VALOR GLOBAL: R\$ 1.574.940,00 (uma mil e quinhentos e setenta e quatro mil e novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Mogi das Cruzes, em 14 de novembro de 2019.

DIRETOR LORNEIRA DE MEIRA - Secretário Municipal de Gestão Pública

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 150/19 - PROCESSO Nº 20.950/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS MATERIAIS DE PVC E DEPOFO MPVC.

EDITAL Nº 150/19 - PROCESSO Nº 20.950/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS MATERIAIS DE PVC E DEPOFO MPVC.

EMPRESAS VENDEDORAS: ETER MINIRE SISTEMAS INTELIGENTES DE SINALIZAÇÃO VALOR GLOBAL: R\$ 1.574.940,00 (uma mil e quinhentos e setenta e quatro mil e novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Mogi das Cruzes, em 14 de novembro de 2019.

DIRETOR LORNEIRA DE MEIRA - Secretário Municipal de Gestão Pública

MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 150/19 - PROCESSO Nº 20.950/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS MATERIAIS DE PVC E DEPOFO MPVC.

EDITAL Nº 150/19 - PROCESSO Nº 20.950/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS MATERIAIS DE PVC E DEPOFO MPVC.

EMPRESAS VENDEDORAS: ETER MINIRE SISTEMAS INTELIGENTES DE SINALIZAÇÃO VALOR GLOBAL: R\$ 1.574.940,00 (uma mil e quinhentos e setenta e quatro mil e novecentos e quarenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Mogi das Cruzes, em 14 de novembro de 2019.

DIRETOR LORNEIRA DE MEIRA - Secretário Municipal de Gestão Pública

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

PARA DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O ANO DE 2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, nos termos do que dispõe o artigo 73, § 2º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, o artigo 35, § 2º, inciso I, c.c. artigo 153, § 2º da Constituição Federal, de 24 de abril de 2001 e suas posteriores alterações (Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes e parágrafo único, inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei da Responsabilidade Fiscal)), CONVOCA a comunidade em geral para participar da Audiência Pública, a ser realizada no dia 28 de novembro de 2019, das 18h30min às 20h30min, no Auditório Tullius Andrey da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, localizada na Av. Narciso Yague Guimarães, nº 381, Centro Cívico, Mogi das Cruzes - SP, para discussão de propostas sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2020 do Município de Mogi das Cruzes. Poderão participar das audiências públicas, instituições públicas, autoridades, organizações não governamentais, associações representativas dos vários segmentos da sociedade e demais interessados, observados os termos do regulamento que segue abaixo.

REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. OBJETO:
A AUDIÊNCIA PÚBLICA tem por objeto discutir propostas apresentadas no Projeto de Lei nº 118/2019, que extingue a Receita e Fins Despesa do Município de Mogi das Cruzes para o ano de 2020 (LOA).

2. DATA, HORÁRIO E LOCAL:
A AUDIÊNCIA PÚBLICA será realizada no dia 28 de novembro de 2019, das 18h30min às 20h30min, no Auditório Tullius Andrey da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, localizada na Av. Narciso Yague Guimarães, nº 381, Centro Cívico, Mogi das Cruzes - SP.

3. FORMAS DE PARTICIPAÇÃO:
Os participantes deverão assinar lista de presença e poderão participar mediante questionários, esclarecimentos de dúvidas e sugestões por escrito.

4. PROCEDIMENTO:
4.1. Inscrição dos trabalhos: A AUDIÊNCIA PÚBLICA terá início, no local, data e horário previsto, com a formação da Mesa Diretora que será composta pelo Presidente e demais Membros da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, ou representantes designados, e outros autorizados. Haverá a designação de um membro da Mesa Diretora para exercer a função de Secretário dos trabalhos, a quem incumbirá providenciar o regulamento, pelos meios adequados, de todas as fases da AUDIÊNCIA PÚBLICA, bem como levar a respectiva Ata.

4.2. Apresentação do tema da AUDIÊNCIA PÚBLICA: A equipe de Secretária Municipal de Finanças de Mogi das Cruzes fará exposição sucinta do proposto apresentado.

4.3. Manifestações e sugestões dos participantes: O Presidente da Mesa Diretora passará a palavra aos participantes, de acordo com a ordem de inscrição, que terão um tempo de 03 (três) minutos destinados às manifestações e recebendo suas sugestões por escrito, se houver.

4.4. Sistematização dos trabalhos: Manifestação da Mesa Diretora sobre as sugestões dos participantes, registrando eventuais propostas de emendas.

4.5. Casos omissos: Serão resolvidos pela Mesa Diretora.

5. CONSULTAS:
5.1. Consulta o regulamento e as propostas na Câmara Municipal de Mogi das Cruzes ou pelo site www.cmmc.sp.gov.br.

Mogi das Cruzes, 08 de novembro de 2019.

ANTÔNIO LINO DA SILVA
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

JOSÉ FRANCISCO VIEIRA DE MACEDO
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

PEDRO HIDEKI KOMURA
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

FERNANDA MORENO DA SILVA
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento

IDRIS FERREIRA MARTINS
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento



MOGINEWS

CLASSIFICADOS

EDITAL



EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

PARA DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O ANO DE 2020

A COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, nos termos do que dispõe o artigo 73, § 2º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, o artigo 35, § 3º, inciso I, c.c. artigo 183, § 2º da Resolução nº 05, de 23 de abril de 2001 e suas posteriores alterações (Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes) e parágrafo único, inciso I, de artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), CONVOCA a comunidade em geral para participar da Audiência Pública, a ser realizada no dia 28 de novembro de 2019, das 18h30min às 20h30min, no Auditório Tufi Elias Andery da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, localizada na Av. Narciso Yague Guimarães, nº 381, Centro Cívico, Mogi das Cruzes-SP, para discussão de propostas sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano de 2020 do Município de Mogi das Cruzes. Poderão participar das audiências públicas, instituições públicas, autoridades, organizações não governamentais, associações representativas dos vários segmentos da sociedade e demais interessados, observados os termos do regulamento que segue abaixo.

REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. **OBJETO:**
A AUDIÊNCIA PÚBLICA tem por objeto discutir propostas apresentadas no Projeto de Lei nº 119/2019, que estima a Receita e Fixa Despesas do Município de Mogi das Cruzes para o ano de 2020 (LOA).
 2. **DATA, HORÁRIO E LOCAL:**
A AUDIÊNCIA PÚBLICA será realizada no dia 28 de novembro de 2019, das 18h30min às 20h30min, no Auditório Tufi Elias Andery da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, localizada na Av. Narciso Yague Guimarães, nº 381, Centro Cívico, Mogi das Cruzes-SP.
 3. **FORMAS DE PARTICIPAÇÃO:**
Os participantes deverão assinar lista de presença e poderão participar mediante questionamentos, esclarecimentos de dúvidas e sugestões por escrito.
 4. **PROCEDIMENTO:**
 - 4.1. **Instalação dos trabalhos:** A AUDIÊNCIA PÚBLICA terá início, no local, data e horário previsto, com a formação da Mesa Diretora, que será composta pelo Presidente e demais Membros da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, ou representantes designados, e outras autoridades. Haverá a designação de um membro da Mesa Diretora para exercer a função de Secretário dos trabalhos, a quem incumbirá providenciar o registro, pelos meios adequados, de todas as fases da AUDIÊNCIA PÚBLICA, bem como lavrar a respectiva Ata.
 - 4.2. **Apresentação do tema da AUDIÊNCIA PÚBLICA:** A equipe da Secretaria Municipal de Finanças de Mogi das Cruzes fará exposição sucinta da proposta apresentada.
 - 4.3. **Manifestações e sugestões dos participantes:** O Presidente da Mesa Diretora passará a palavra aos participantes, de acordo com a ordem de inscrição, que terão um tempo de 03 (três) minutos destinados às manifestações e recolhendo suas sugestões por escrito, se houver.
 - 4.4. **Sistematização dos Trabalhos:** Manifestação da Mesa Diretora sobre as sugestões dos participantes, registrando eventuais propostas de emendas.
 - 4.5. **Casos omissos:** Serão resolvidos pela Mesa Diretora.
 5. **CONSULTAS:**
 - 5.1. Consulte o regulamento e as propostas na Câmara Municipal de Mogi das Cruzes ou pelo site www.cmmc.sp.gov.br
- Mogi das Cruzes, 08 de novembro de 2019
- ANTONIO LINO DA SILVA**
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento
- JOSÉ FRANCIMÁRIO VIEIRA DE MACEDO**
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento
- PEDRO HIDEKI KOMURA**
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento
- FERNANDA MORENO DA SILVA**
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento
- IDUIGUES FERREIRA MARTINS**
Membro da Comissão de Finanças e Orçamento



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS

PROCESSO DE ELEIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL COMAS 2020/2021

LISTA DE CANDIDATOS E ELEITORES DEFERIDOS E INDEFERIDOS

A lista encontra-se publicada em seu inteiro teor no site da Prefeitura de Mogi das Cruzes, www.mogidascruzes.sp.gov.br.



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 001/2019
DE 04 DE SETEMBRO DE 2019

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL, CONSTITUÍDA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 18.556, DE 09 DE AGOSTO DE 2019, PARA SORTEIO DAS VAGAS REMANESCENTES TRANSPORTE ESCOLAR - ES.

Às dezesseis horas do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, às 09h00 (nove) horas, nas dependências do auditório do Tiro de Guerra de Mogi das Cruzes, situado na Avenida Francisco Rodrigues, nº 100, reuniu-se a Comissão Especial, com a ausência do membro Walter Chagas de Souza, para realizar o sorteio das vagas remanescentes para o Transporte Escolar do Município.

Abertos oficialmente os trabalhos, a presidente da Comissão fez a conferência em voz alta, dos processos e candidatos correspondentes habilitados ao sorteio, para os presentes. Em continuidade, solicitou aos presentes que sorteassem um a um os envelopes para o preenchimento das 05 (cinco) vagas existentes, sendo contemplados os inscritos abaixo relacionados:

- Processo nº 39.854/2019 (Larissa Aparecida Ferreira);
- Processo nº 38.213/2019 (Luís André Gonçalves);
- Processo nº 40.688/2019 (José Fernandes Franco Transportes ME);
- Processo nº 39.452/2019 (Ivair Aparecido Ferraz);
- Processo nº 40.033/2019 (Eduardo Bertação Simões).

Dada a publicidade exigida em Lei, com a publicação integral desta Ata, se não houver impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da publicação desta, os sorteados terão o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para apresentação dos documentos necessários, junto a SMT para a expedição do Alvará de Estacionário.

Considerando que nada mais foi decidido, a Sra. Presidente declarou encerrada a reunião, seguindo esta Ata devidamente assinada pelos membros da Comissão.

Claudio Azevedo da Silva **Tiago de Oliveira de Godoi**
Membro Membro
Solange de Fátima Siqueira Ferreira
Presidente da Comissão



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

EDITAL Nº 028/2019

SELEÇÃO DAS AGREMIÇÕES CARNAVALESCAS – CARNAVAL 2020

O Município de Mogi das Cruzes, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, FAZ SABER aos interessados, que de acordo com os critérios definidos nos itens 5 a 6 do Edital para "SELEÇÃO DE AGREMIÇÕES CARNAVALESCAS – CARNAVAL 2020" objeto do Chamamento Público nº 028/2019 e na Lei nº 7.203/2016, consideram-se as agremiações abaixo:

HABILITADAS:

1. G.R. São João – CNPJ 45.993.714/0001-86
2. G.R.E.S Unidos da Vila Industrial – CNPJ 51.374.296/0001-41
3. Escola de Samba Estação 1º Braz Cubas – CNPJ 51.264.356/0001-73
4. G.R.E.S. Acadêmicos da Fiel – CNPJ 04.164.800/0001-07
5. G.R.E.S. Guerreiros de Fogo – CNPJ 20.888.543/0001-02

INABILITADA:

1. G.R.C.E.S. Unidos de Sales – CNPJ 74.501.412/0001-41

a) Descumprimento do item 4.1 do Edital nº 028/2019 – não apresentou documentos obrigatórios, currículo da agremiação, plano de atividades com principais ações, estatuto social e ata da última eleição da diretoria e RG e CPF do atual presidente;

b) Não prestação de contas do repasse financeiro recebido para Carnaval 2019, agremiação inscrita na cidade alva cuja devolução dos recursos recebidos é de R\$35.748,76 (28/10/2019);

c) Conforme art. 12 da Lei Municipal 7.203/2016, fica impedida de participar das programações de carnaval até que a situação seja devidamente resolvida.

Mogi das Cruzes, 19 de novembro de 2020.

MATEUS SARTORI BARBOSA
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Serviços



**café
Lourenço**
EXPRESSO

www.cafelourenco.com.br

Fone: (11) 4799-9522

Rua Cel. Cardoso de Siqueira, 800, Vila Oliveira, Mogi das Cruzes - SP

Soft Hair Center
cabeleireiros



Corte, coloração
Escova inteligente,
Hidratação,
Reflexo e luzes

4799.5609

Rua Doutor Correo, 382
Centro - M.Cruzes
(Esq. com a Rua Barão de Jaceguai)

EMPREGOS



A INFORMAÇÃO UNIFICADA PESSOAL

SELECIONA

VENDEDOR (A)

Requisitos:

- ENSINO MÉDIO COMPLETO
- DESEJÁVEL EXPERIÊNCIA EM VENDAS
- PROFISSIONAIS COM FOCO EM RESULTADOS E PERFIL EMPREENDEDOR

Benefícios:

- SALÁRIO FIXO + COMISSÕES
- VR

OS INTERESSADOS DEVERÃO ENVIAR
CV PARA:

rh@moginews.com.br

Precisa-se

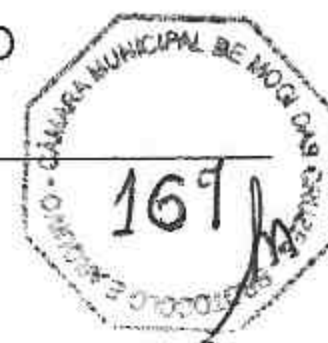
BORDADEIRA

Com experiência em:
Bordado manual de
pedras e paetês

Informações:

(11) 3884.7110

(11) 99504.5631

**MENSAGEM GP Nº 258/2019**

Mogi das Cruzes, 13 de novembro de 2019.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

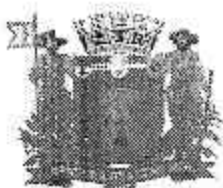
Com a Mensagem GP nº 243, de 27 de setembro de 2019, foi submetido ao elevado e criterioso exame de Vossas Excelências e à soberana deliberação do Plenário dessa Augusta Casa Legislativa o **Projeto de Lei nº 119/19**, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020 (**LOA 2020**), elaborado de forma a ser compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com as normas da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações posteriores, e ainda, com a Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes.

2. Considerando as informações prestadas pelo Sr. Secretário de Serviços Urbanos no Ofício nº 1.009/2019-SMSU, ratificada pela Secretaria de Finanças às fls. 5, nos termos do Processo Administrativo nº 44.033/19 (anexo por cópia), sirvo-me do presente para encaminhar a esse Egrégio Legislativo as alterações necessárias na Proposta Orçamentária para 2020, em trâmite nessa Casa de Leis, tendo em vista a necessidade de constar da Proposta Orçamentária da Pasta requerente para o exercício de 2020 o elemento de despesa **3.3.90.83.00 - Contratos de PPP, Exceto Subvenção Econômica**, na ação **"Fiscalização e Controle da Limpeza Pública"**, em obediência às disposições contidas nos artigos 13 e 14 da Lei nº 6.815, de 19 de julho de 2013.

3. Assim sendo, conforme exposto no item 2, solicito a Vossas Excelências que uma das Comissões Permanentes desse Legislativo apresente, nos termos do disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 6.815, de 2013, a seguinte **Emenda Modificativa**, na parte relativa à **Secretaria de Serviços Urbanos**, especificamente na ação **"Fiscalização e Controle da Limpeza Pública"**, visando a criação do elemento de despesa 3.3.90.83.00 - Contratos de PPP, Exceto Subvenção Econômica, no valor de **R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais)**, sendo este valor distribuído do elemento de despesa 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, que ficará com o saldo de **R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)**, de que tratam a "Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão", bem como do "Programa de Trabalho - Anexo 6", integrantes do Projeto de Lei nº 119/19, conforme demonstrado abaixo:

Classificação Funcional: 15.452.0030.2.057 - Fiscalização e Controle da Limpeza Pública

DE:
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - R\$ 60.000.000,00
PARA:
3.3.90.83.00 - Contratos de Parcerias Público-Privadas - R\$ 40.000.000,00
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - R\$ 20.000.000,00

**MENSAGEM GP Nº 258/19 - FLS. 2**

4. Outrossim, com a criação do elemento de despesa mencionado no item 3 e, em obediência ao disposto no artigo 14 da Lei nº 6.815, de 2013, a Secretaria de Finanças elaborou o “**Anexo dos Programas de Parcerias Público-Privadas (PPP)**”, constante às fls. 6 do Processo Administrativo nº 44.033/19 (cópia anexa).

5. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas por servidores da Secretaria de Serviços Urbanos e da Pasta Financeira da Municipalidade.

Agradecendo a atenção que, por certo, será dispensada à presente, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, em mais esta oportunidade, os protestos de minha elevada consideração.

MARCUS MELO
Prefeito de Mogi das Cruzes

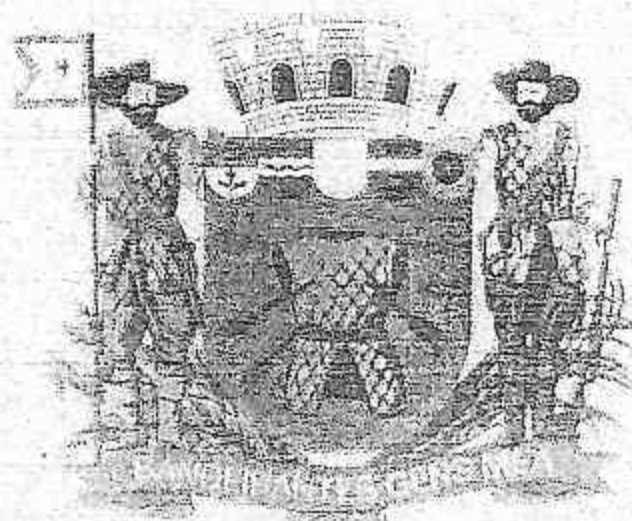
A Sua Excelência o Senhor
Vereador **Rinaldo Sadao Sakai**
Presidente da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
E demais Excelentíssimos Senhores Vereadores
Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 381, Centro Cívico
Nesta

SGov/rbm



ANEXO DOS PROGRAMAS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)

UF	NOME DO PROJETO	
SÃO PAULO	FISCALIZAÇÃO E COTROLE DA LIMPEZA PÚBLICA	
DESCRIÇÃO:		
Prestação de Serviços de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos		
MODALIDADE	VALOR DO CONTRATO	PRAZO
CONCESSÃO ADMINISTRATIVA	R\$ 2.441.207.900,00	30 ANOS
VALOR ESTIMADO EX. 2020	FUNÇÃO DE GOVERNO	FORMA DE INTERVENÇÃO
R\$40.000.000,00	SERVIÇOS URBANOS	LIMPEZA PÚBLICA



PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

44033 / 2019



05/11/2019 12:59

CAI: 558697

Solicitante: SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

Assunto: SOLICITA PROVIDENCIAS
OF Nº 1009/2019 ESTUDOS TECNICOS DE
ENGENHARIA MODELAGEM FINANCEIRA E JURIDICO
NO AMBITO DA LIMPEZA PUBLICA- REF

Conclusão: 27/11/2019

Órgão: SECRETARIA DE FINANÇAS



Ofício nº 1.009/2019-SMSU

PROCESSO: 44.033 / 19
F. 02 PROT. GERAL

Mogi das Cruzes (SP), em 04 de Novembro de 2019.



A Sua Excelência o Senhor
MARCUS MELO
MD. Prefeito de Mogi das Cruzes
Nesta

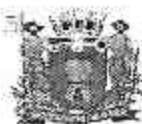
Senhor Prefeito,

Esta Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, por meio do Processo Administrativo nº 147 de 03 de janeiro de 2018, recebeu uma Manifestação de Interesse Privado - MIP, para realização de estudos de modelagem operacional, econômico-financeira e jurídica para os serviços de limpeza pública do Município de Mogi das Cruzes.

Ato contínuo, com o intuito de estudar sistemas de limpeza pública e, aprimorar, ampliar a cada dia mais, e atingir a excelência nesses serviços, esta Secretaria de Serviços Urbanos manifestou-se favoravelmente ao início dos estudos, conforme consta do processo *suso* referido, bem como, foi aprovado pelo Conselho Gestor de Parcerias Público-Privada instituído por esta Administração Municipal, culminando, posteriormente, com a publicação do Chamamento Público nº 005/2018 - Procedimento de Manifestação de Interesse nº 001/2018-PMI, destinados à interessados a elaborar estudos técnicos de engenharia, modelagem financeira e jurídico no âmbito da limpeza pública.

O escopo da Parceria Público Privada - PPP aqui tratada, refere-se a outorga na modalidade de concessão administrativa para prestação de serviços de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos no Município de Mogi das Cruzes, desde sua coleta até seu processamento, tratamento e destinação final, tudo isso tratado nos autos do Processo Administrativo nº 42.351/2019 - PPP.

[Handwritten signature]



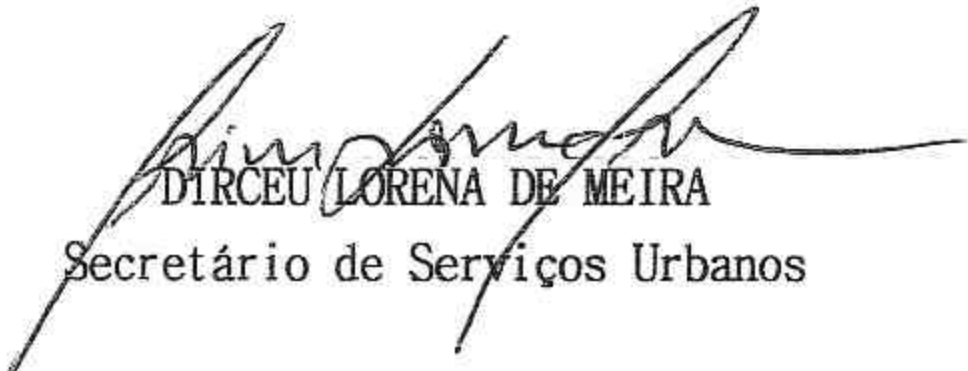
PROCESSO: 44033

F. 03 PROT. GERAL

Em regular tramitação ao processo acima mencionado, foi informado pela Secretaria Municipal de Finanças as fls. 281/282 daqueles autos, a necessidade de constar da Proposta Orçamentaria da Secretaria de Serviços Urbanos, para o exercício de 2020, o elemento de despesa 3.3.90.83.00 - Contratos de Parcerias Público-Privadas. Entretanto, de modo a não onerar o valor global do Orçamento Municipal para 2020, mantendo-se a proposta encaminhada para aprovação à Câmara Municipal deste Município, sugere-se o rateio do valor entre os elementos 3.3.90.39.00 e 3.3.90.83.00.

Salienta-se que a medida acima mencionada é para atender as exigências contidas nos artigos 13 e 14 da Lei Municipal nº 6.815/2013, que dispõe sobre a contabilidade das parcerias público-privadas, haja vista tratar-se de serviços de natureza continuada.

Sendo o que nos cumpria informar e solicitar, subscrevemo-nos.


DIRCEU LORENA DE MEIRA
Secretário de Serviços Urbanos



DESPACHO. VISTO.

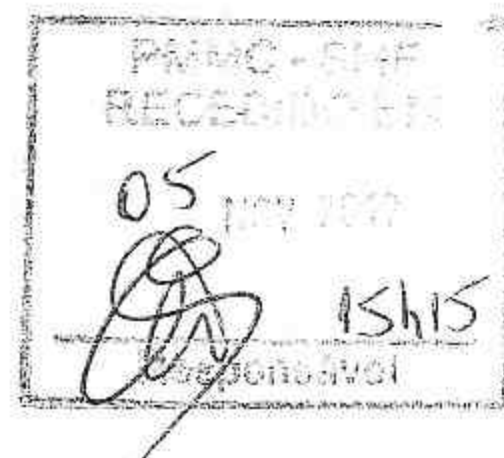
Considerando o exposto pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, AUTORIZO a adoção de medidas necessárias para a continuidade deste expediente, encaminhando o mesmo à Secretaria Municipal de Finanças para a criação do elemento de despesa, dentro da ação contida no orçamento 2020, bem como a elaboração do “anexo dos programas de parcerias público-privadas – PPP”, conforme determina o artigo 15 da Lei Municipal nº 6815/2013.

Após remeta-se à Procuradoria Geral do Município, para análise e manifestação quanto a legalidade do requerido, e seguida à Secretaria Municipal de Governo, para elaboração do respectivo ato, bem como encaminhamento à Câmara Municipal de Mogi das Cruzes.

GABINETE DO PREFEITO, em 04 de Novembro de 2019.

MARCUS MELO

Prefeito Municipal de Mogi das Cruzes



AO DEPARTAMENTO DE ORÇAMENTO
E CONTABILIDADE para as providências
necessárias.

S.M.F., em 05/11/19

Adriana Regina Nogueira
Respondendo pelo Expediente
RGF 11.352



INTERESSADO:

Secretaria de Serviços Urbanos

À Procuradoria Geral do Município:

Tendo em vista o exposto na inicial, bem como o despacho exarado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal às fls. 04, encaminhamos o presente a essa pasta para análise e manifestação, e informando que o valor constante na Proposta Orçamentária da Secretaria de Serviços Urbanos para o exercício de 2.020, encaminhada à Egrégia Câmara Municipal em 30 de setembro p.p. para aprovação, na ação "Fiscalização e Controle da Limpeza Pública" está orçada no elemento de despesa 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica o valor de R\$ 60.000.000,00, que deverá ser distribuída da seguinte forma com a inclusão do elemento 3.3.90.83.00 – Contratos de PPP, Exceto Subvenção Econômica:

3.3.90.39.00 – R\$ 20.000.000,00;

3.3.90.83.00 – R\$ 40.000.000,00, portanto, não alterando o valor total do Orçamento do Município.

Em atendimento ao disposto no art. 14, da Lei Municipal nº 6.815/2013, elaboramos Anexo dos Programas de Parcerias Público-Privadas, às fls. 06.

Departamento de Orçamento e Contabilidade, em 06 de novembro de 2019.

Maria de Fátima R. Vicentino
Chefe de Divisão

Visto:

Clovis S. Hatw Lu Junior
Secretário de Finanças

RECEBIDO

PGM, 06 / 11 / 19

Às — horas

W. L. L.

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO

ANEXO DOS PROGRAMAS DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP)



UF	NOME DO PROJETO	
SÃO PAULO	FISCALIZAÇÃO E COTROLE DA LIMPEZA PÚBLICA	
DESCRIÇÃO:		
Prestação de Serviços de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos		
MODALIDADE	VALOR DO CONTRATO	PRAZO
CONCESSÃO ADMINISTRATIVA	R\$ 2.441.207.900,00	30 ANOS
VALOR ESTIMADO EX. 2020	FUNÇÃO DE GOVERNO	FORMA DE INTERVENÇÃO
R\$40.000.000,00	SERVIÇOS URBANOS	LIMPEZA PÚBLICA



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

LEI Nº 6.815, DE 19 DE JULHO DE 2013

Institui Programa de Parcerias Público-Privadas
- PPP no Município de Mogi das Cruzes, e dá
outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES:

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DO PROGRAMA DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Art. 1º Fica instituído no Município de Mogi das Cruzes, o Programa de Parcerias Público-Privadas, destinado a disciplinar e promover a realização de contratações de parcerias público-privadas com agentes do setor privado no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, em áreas de atuação governamental de interesse social ou econômico, voltadas ao desenvolvimento municipal.

§ 1º O Programa de Parcerias Público-Privadas observará as seguintes diretrizes:

I - eficiência no cumprimento das finalidades do Programa, com estímulo à competitividade na prestação de serviços e à sustentabilidade econômica de cada empreendimento;

II - a necessidade de vantagem econômica e operacional da proposta para o Município e a melhoria da eficiência no emprego de recursos públicos, relativamente a outras possibilidades de execução direta ou indireta;

III - respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos agentes privados incumbidos de sua execução;

IV - indisponibilidade das funções política, normativa, policial, reguladora, controladora e fiscalizadora do poder público;

V - universalização do acesso a bens e serviços essenciais;

VI - transparência e publicidade dos procedimentos e decisões;

VII - responsabilidade fiscal na celebração e execução dos contratos;

VIII - responsabilidade social;

IX - responsabilidade ambiental;



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

LEI Nº 6.815/13 - FLS. 2

X - repartição objetiva de riscos entre as partes;

XI - sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.

§ 2º O Programa de Parcerias Público-Privadas será desenvolvido por meio de adequado planejamento, que definirá as prioridades quanto à implantação, expansão, melhoria, gestão ou exploração de bens, serviços, atividades, infraestruturas, estabelecimentos ou empreendimentos públicos.

§ 3º A execução dos projetos de parcerias público-privadas deverá ser acompanhada permanentemente, a fim de que se possa, por meio de critérios objetivos previamente definidos, avaliar a eficiência do projeto e de sua execução.

Art. 2º São condições para a inclusão de projetos no Programa de Parcerias Público-Privadas:

I - efetivo interesse público, considerando a natureza, relevância e valor de seu objeto, bem como o caráter prioritário da respectiva execução, observadas as diretrizes governamentais;

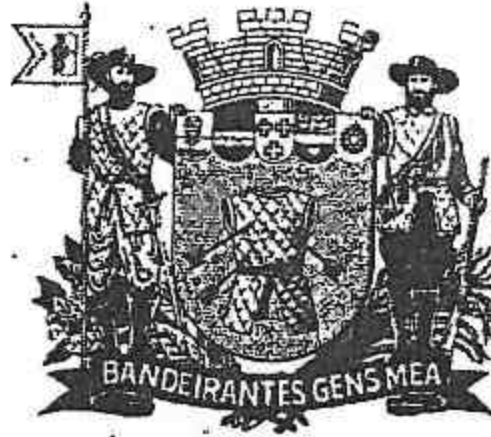
II - estudo técnico de sua viabilidade, mediante demonstração das metas e resultados a serem atingidos, prazos de execução e de amortização do capital investido, bem como a indicação dos critérios de avaliação ou desempenho a serem utilizados;

III - a viabilidade dos indicadores de resultado a serem adotados, em função de sua capacidade de aferir, de modo permanente e objetivo, o desempenho do ente privado em termos qualitativos e quantitativos, bem como de parâmetros que vinculem o montante da remuneração aos resultados atingidos;

IV - a forma e os prazos de amortização do capital investido pelo contratado;

V - a necessidade, a importância e o valor do serviço ou da obra em relação ao objeto a ser executado.

Parágrafo único. A aprovação do projeto fica condicionada ainda à comprovação de compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

LEI Nº 6.815/13 - FLS. 3

CAPÍTULO II **DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E SEUS CONTRATOS**

Seção I **Definições e Princípios**

Art. 3º Parceria Público-Privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada ou administrativa, nos termos da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, alterada pela Lei Federal nº 12.766 de 27 de dezembro de 2012, celebrado entre a Administração Pública Direta e Indireta e entidades privadas, com o objetivo de implantar e desenvolver obra, serviço ou empreendimento público, bem como explorar a gestão das atividades deles decorrentes, cabendo remuneração aos parceiros privados segundo critérios de desempenho, em prazo compatível com a amortização dos investimentos realizados, observadas ainda as seguintes diretrizes:

- I - eficiência no cumprimento das missões do Município e no emprego dos recursos da sociedade;
- II - qualidade e continuidade na prestação de serviços;
- III - repartição dos riscos entre os contratantes;
- IV - sustentabilidade econômica da atividade;
- V - remuneração do contratado vinculada ao seu desempenho.

Parágrafo único. O risco inerente à insustentabilidade financeira da parceria, em função de causa não imputável a descumprimento ou modificação unilateral do contrato pelo parceiro público, ou alguma situação de força maior, deve ser, tanto quanto possível, transferido para o parceiro privado.

Seção II **Da Formalização dos Contratos de Parceria Público-Privada**

Art. 4º Os contratos de Parcerias Público-Privadas, bem como as licitações que os precederem, reger-se-ão pelo disposto nesta lei, na legislação federal correspondente, em especial na Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, alterada pela Lei Federal nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012, e suas atualizações posteriores, pelas normas gerais do regime de concessão e permissão de serviços públicos, pelas normas gerais de licitações e contratos administrativos e deverão obrigatoriamente estabelecer:



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

LEI Nº 6.815/13 - FLS. 4

I - as metas e os resultados a serem atingidos, cronograma de execução e prazos estimados para seu alcance, bem como os critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante adoção de indicadores capazes de aferir o resultado;

II - o prazo de vigência, limitado a um mínimo de 5 (cinco) anos e a um máximo de 35 (trinta e cinco) anos;

III - a remuneração pelos bens ou serviços disponibilizados e, observada a natureza do instituto escolhido para viabilizar a parceria, o prazo necessário à amortização dos investimentos;

IV - as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais;

V - as penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado;

VI - o compartilhamento com a Administração Pública, dos ganhos econômicos decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos da parceria e do ganho de produtividade apurados na execução do contrato;

VII - as hipóteses de extinção antecipada do contrato e os critérios para cálculo, prazo e demais condições de pagamento das indenizações devidas;

VIII - cláusulas que, dependendo da modalidade escolhida, preveja a obrigação do contratado de obter recursos financeiros necessários à execução do objeto e de sujeitar-se aos riscos do negócio, bem como as hipóteses de exclusão de sua responsabilidade;

IX - identificação dos gestores responsáveis pela execução e fiscalização;

X - a periodicidade e os mecanismos de revisão para:

a) manutenção do inicial equilíbrio econômico-financeiro dos contratos;

b) preservação da atual idade da prestação dos serviços objetos da parceria.

XI - os fatos que caracterizam a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos e o prazo de regularização, bem como a forma de notificação da inadimplência ao gestor do fundo garantidor, pelo parceiro privado;

XII - as hipóteses de encampação;



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

LEI Nº 6.815/13 - FLS. 5

XIII - o cronograma e os marcos para o repasse ao parceiro privado das parcelas do aporte de recursos, na fase de investimentos do projeto e/ou após a disponibilização dos serviços.

§ 1º Compete ao Poder Público declarar de utilidade pública os bens que, por suas características, sejam apropriados ao desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do contrato, bem como à implementação de projetos associados.

§ 2º As indenizações de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo poderão ser pagas à entidade financiadora do projeto de parceria público-privada.

§ 3º As cláusulas de atualização automática de valores, baseadas em índices e fórmulas matemáticas, quando houver, serão aplicadas sem a necessidade de homologação por parte da Administração Pública, exceto se esta publicar, até o advento do primeiro vencimento de fatura, após a data da atualização, razões fundamentadas em lei ou no contrato para a não homologação ou se a legislação aplicável exigir.

§ 4º Na extinção da concessão, serão observados:

I - o retorno ao Município de todos os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos ao concessionário, conforme previsto no edital e estabelecido no contrato;

II - haverá a imediata assunção do serviço pelo Município, procedendo-se aos levantamentos, avaliação e liquidação necessários, com ocupação das instalações e utilização de todos os bens reversíveis;

III - nos casos de advento do termo contratual e de encampação, o Município, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e avaliações necessários à determinação dos montantes da indenização que será devida à concessionária, na forma dos incisos IV e V deste parágrafo;

IV - a reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido;

V - considera-se encampação a retomada do serviço pelo Município durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização, na forma do inciso IV deste artigo.



44033/19 pág. 12



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

LEI Nº 6.815/13 - FLS. 6

§ 5º Além da avaliação e aprovação do Conselho Gestor de PPP, a abertura do processo licitatório para contratar Parceria Público-Privada está condicionada às normas gerais de licitação, contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações, às normas de responsabilidade fiscal previstas na Lei Complementar Federal nº 101/00 e às normas gerais alusivas às parcerias público-privadas da Lei Federal nº 11.079/04, alterada pela Lei Federal nº 12.766/12, e suas atualizações posteriores.

§ 6º O Município somente poderá contratar Parceria Público-Privada quando a soma das despesas de caráter continuado derivadas do conjunto das parcerias já contratadas não tiver excedido, no ano anterior, a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida do exercício, e as despesas anuais dos contratos vigentes, nos 10 (dez) anos subsequentes, não excedam a 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida projetada para os respectivos exercícios.

Seção III
Da Remuneração

Art. 5º A remuneração ao contratado, observada a natureza jurídica do instituto escolhido para viabilizar a parceria, poderá ser feita mediante a utilização isolada ou combinada das seguintes alternativas:

- I - tarifas cobradas dos usuários;
- II - pagamento com recursos orçamentários ou do tesouro Municipal;
- III - cessão de direitos relativos à exploração comercial de bens públicos materiais ou imateriais;
- IV - cessão de créditos não tributários do Município;
- V - transferência de bens móveis e imóveis;
- VI - outorga de direitos sobre bens públicos dominiais;
- VII - outras receitas alternativas, complementares, acessórias, ou de projetos associados;
- VIII - outros meios admitidos em lei.

§ 1º O contrato poderá prever o pagamento ao parceiro privado de remuneração variável vinculada ao seu desempenho, conforme metas e padrões de qualidade e disponibilidade definidos no contrato.



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

LEI Nº 6.815/13 - FLS. 7

§ 2º O contrato poderá prever o aporte de recursos em favor do parceiro privado para a realização de obras e aquisição de bens reversíveis, nos termos dos incisos X e XI do caput do artigo 18 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, desde que autorizado no edital de licitação.

§ 3º Por ocasião da extinção do contrato, o parceiro privado não receberá indenização pelas parcelas de investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizadas ou depreciadas, quando tais investimentos houverem sido realizados com valores provenientes do aporte de recursos de que trata o § 2º deste artigo.

Art. 6º As parcerias público-privadas, para os fins desta lei, serão remuneradas segundo critérios de desempenho, em prazo compatível com a amortização dos investimentos realizados.

Art. 7º O edital de licitação poderá prever em favor do parceiro privado outras fontes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas, conferir maior sustentabilidade ao projeto ou propiciar menor contraprestação governamental.

Art. 8º Sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, o contrato poderá prever, para a hipótese de inadimplemento da obrigação pecuniária a cargo do contratante, o acréscimo de multa de 2% (dois por cento) sobre os valores vencidos e não pagos, e juros segundo a taxa vigente para a mora no pagamento de impostos devidos ao Município.

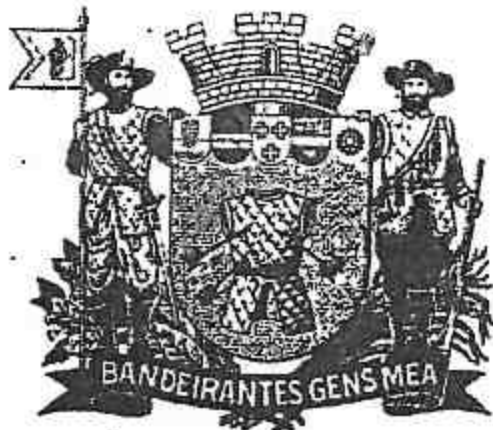
Seção IV**Da Responsabilidade e das Obrigações dos Parceiros Privados**

Art. 9º As parcerias público-privadas determinam para os agentes do setor privado:

I - a assunção de obrigações de resultado definidas pelo Poder Público, com liberdade para a escolha dos meios para sua implementação, nos limites previstos no instrumento;

II - a submissão ao controle do Poder Público permanente dos resultados, como condição para percepção da remuneração e pagamento;

III - o dever de submeter-se à fiscalização do Poder Público, permitindo o acesso de seus agentes às instalações, informações e documentos inerentes ao contrato, inclusive seus registros contábeis;



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

LEI Nº 6.815/13 - FLS. 8

IV - sujeição aos riscos do empreendimento, salvo nos casos expressamente previstos no edital de licitação e no contrato.

Art. 10. Para contratar com a Administração Pública, o parceiro privado ainda obriga-se a demonstrar e comprovar a capacidade técnica, econômica e financeira para a execução do contrato.

CAPÍTULO III
DA CONTABILIDADE DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Art. 11. Os contratos de parcerias público-privadas estão baseados na realização contínua e plena de atividades que as caracterizam como prestação de serviços.

Parágrafo único. Em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 101/00, os contratos de parcerias público-privadas são considerados despesas de caráter continuado, sendo obrigatórios os procedimentos definidos nos artigos 16 e 17 da referida legislação federal.

Art. 12. Os projetos de parcerias público-privadas deverão ser contabilizados como serviços de terceiros, em conformidade com as Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional ou legislação superior, de acordo com o valor estimado para cada exercício financeiro.

Art. 13. Os programas e atividades relacionados com parcerias público-privadas (PPP) devem ser indicados na Lei Orçamentária Anual de forma individualizada, com a descrição do projeto e o total de créditos orçamentários para sua execução.

Art. 14. O Poder Executivo encaminhará juntamente com o Projeto da Lei Orçamentária Anual, documento intitulado "Anexo dos Programas de Parcerias Público-Privadas", indicando os valores dos créditos orçamentários, individualizados para cada projeto, suficientes para o custeio destes no exercício referido.

Parágrafo único. Os valores destinados no Projeto da Lei Orçamentária Anual devem incluir, obrigatoriamente, o valor estimado de reajuste definido no contrato de parceria.

CAPÍTULO IV
DAS GARANTIAS

Art. 15. As obrigações pecuniárias contraídas pela Administração Pública oriundas de contrato de parceria público-privada, observada a legislação pertinente, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, poderão ser garantidas através de:



44033/19 país JS



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

LEI Nº 6.815/13 - FLS. 9

I - vinculação de receitas, observado o disposto no inciso IV do artigo 167 da Constituição Federal;

II - instituição ou utilização de fundos especiais previstos em lei;

III - contratação de seguro-garantia com as companhias seguradoras que não sejam controladas pelo Poder Público;

IV - garantia prestada por organismos internacionais ou instituições financeiras que não sejam controladas pelo Poder Público;

V - garantias prestadas por fundo garantidor ou empresa estatal criada para essa finalidade;

VI - outros mecanismos admitidos em lei.

§ 1º Além das garantias referidas no *caput* deste artigo, o contrato de parceria poderá prever a emissão de empenhos relativos às obrigações da Administração Pública, diretamente em favor da instituição financiadora do projeto e a legitimidade desta para receber pagamentos por intermédio do fundo garantidor.

§ 2º O direito da instituição financiadora citado no § 1º se limita à habilitação para receber diretamente o valor verificado pela Administração Pública na fase de liquidação, excluída sua legitimidade para impugná-la.

CAPÍTULO V
DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

Art. 16. Será constituída, pelo parceiro privado, uma sociedade de propósito específico incumbida de implantar e gerir o objeto de parceria, ainda que parcialmente, à qual caberá a propriedade dos bens resultantes do investimento, durante a vigência do contrato, até que se dê a amortização do investimento realizado.

§ 1º A transferência do controle da sociedade de propósito específico e constituição de garantias ou oneração estarão condicionadas à autorização expressa da Administração Pública, nos termos do edital e do contrato, observado o disposto no artigo 27 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 2º A sociedade de propósito específico poderá assumir a forma de companhia aberta, com ações negociadas em bolsa de valores do país ou do exterior, respeitado, quanto ao controle acionário, o disposto no § 1º deste artigo e na Lei Federal nº 6.404/76.



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

LEI Nº 6.815/13 - FLS. 10

§ 3º A sociedade de propósito específico poderá, na forma do contrato, dar em garantia aos financiamentos contraídos para a consecução dos objetivos da parceria público-privada os direitos emergentes do contrato de parceria até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade das obras e serviços.

§ 4º A sociedade de propósito específico deverá, para celebração do contrato, adotar contabilidade e demonstração financeira padronizadas, compatíveis com os padrões mínimos de governança corporativa que vierem a ser fixadas pelo Governo Federal.

CAPÍTULO VI
DO CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA DE
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Art. 17. A gestão do Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas será realizada por Conselho Gestor, que fica criado, subordinado ao Prefeito por linha de autoridade hierárquica e funcional, o qual definirá as prioridades quanto à implantação, expansão, melhoria, gestão ou exploração de bens, serviços, atividades, infraestruturas, estabelecimentos ou empreendimentos públicos.

Art. 18. A composição do Conselho Gestor será fixada por decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 19. Caberá ao Conselho Gestor:

I - aprovar projetos de parceria público-privada e concessão comum, inclusive aqueles oriundos de Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI, realizados nos termos das Leis Federais nºs 8.987/95 e 9.074/95, bem como de Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada - MIP, realizados nos termos de decreto expedido pelo Poder Executivo;

II - acompanhar permanentemente a execução dos projetos de parcerias público-privadas para avaliação de sua eficiência, por meio de critérios objetivos previamente definidos;

III - decidir sobre a alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de parcerias público-privadas;

IV - fazer publicar as atas de suas reuniões na imprensa local e no Diário Oficial do Estado, de forma reduzida.



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

LEI Nº 6.815/13 - FLS. 11

§ 1º A aprovação da inclusão de projeto no Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas, nos termos do inciso I deste artigo, implicará em autorização para a realização do respectivo procedimento licitatório.

§ 2º A participação no Conselho não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.

§ 3º Caberá à Secretaria Municipal designada por meio de decreto específico executar as atividades operacionais e de coordenação das parcerias público-privadas, bem como assessorar o Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas ora criado e divulgar os conceitos e metodologias próprios dos contratos de parceria, apoiada por equipe técnica.

§ 4º Caberá à unidade, designada por meio de decreto próprio, secretariar o Conselho Gestor, executar as atividades operacionais e de coordenação das parcerias público-privadas, assessorar o Conselho Gestor e divulgar os conceitos e metodologias próprios dos contratos de parceria público-privada, apoiada por equipe técnica.

CAPÍTULO VII **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 20. Os projetos de parcerias público-privadas serão objeto de consulta pública, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da publicação do edital da respectiva licitação, mediante publicação de aviso na imprensa oficial, em jornais de grande circulação e por meio eletrônico, no qual serão informadas as justificativas para a contratação, a identificação do objeto, o prazo de duração do contrato e seu valor estimado, fixando-se prazo para fornecimento de sugestões, cujo termo dar-se-á pelo menos com 7 (sete) dias de antecedência da data prevista para a publicação do edital.

Art. 21. A Administração Pública deverá declarar de utilidade pública área, local ou bem que seja adequado ao desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto do contrato de parceria público-privada e à implementação de projeto associado, bem como promover as necessárias desapropriações.

Art. 22. Os instrumentos de parcerias público-privadas poderão prever mecanismos amigáveis de solução de divergências contratuais, inclusive por meio de arbitragem, nos termos da legislação em vigor.

§ 1º Na hipótese de arbitragem, os árbitros deverão ser escolhidos dentre os vinculados a instituições especializadas na matéria e de reconhecida idoneidade.



MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES

LEI Nº 6.815/13 - FLS. 12

§ 2º A arbitragem, se pactuada, terá lugar na sede do Município de Mogi das Cruzes.

Art. 23. As contratações de parcerias público-privadas de que trata esta lei dependerão de autorização legislativa específica.

Art. 24. O Poder Executivo fica autorizado a determinar, sempre que necessário, os atos administrativos suplementares ao perfeito cumprimento da presente lei.

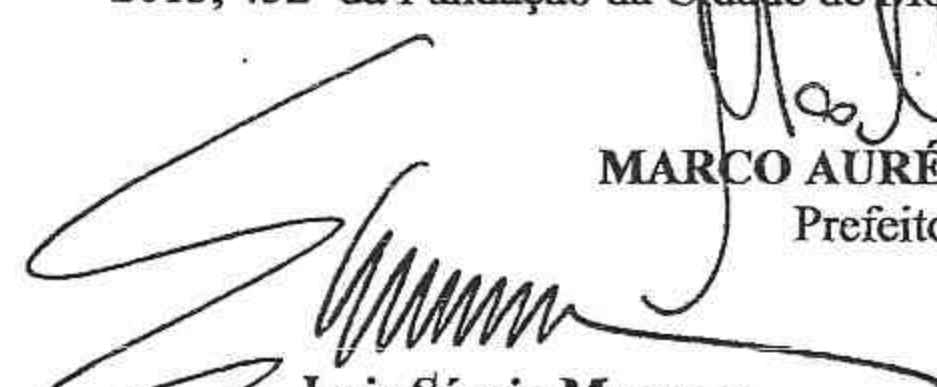
Art. 25. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações próprias do orçamento.

Art. 26. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, 19 de julho de 2013, 452º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.


MARCO AURÉLIO BERTAIOLLI

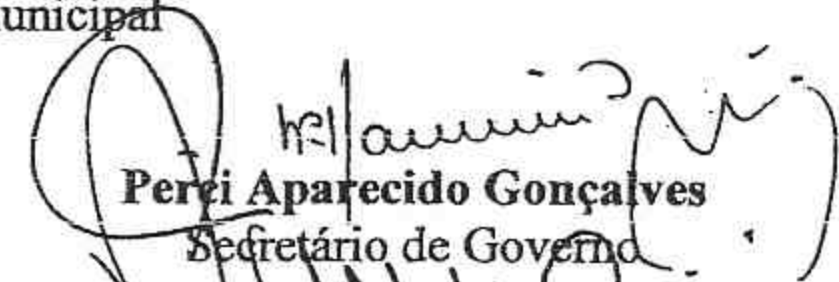
Prefeito Municipal


Luiz Sérgio Marrano

Secretário de Assuntos Jurídicos


Robson Senziali

Secretário de Finanças


Percei Aparecido Gonçalves

Secretário de Governo


Marcos Roberto Regueiro

Secretário de Gestão Pública


João Francisco Chavedar
 Secretário de Planejamento e Urbanismo

Registrada na Secretaria de Governo - Departamento de Administração e publicada no Quadro de Editais da Prefeitura Municipal em 19 de julho de 2013. Acesso público pelo site www.mogidascruzes.sp.gov.br


José Antonio Ferreira Filho
 Diretor do Departamento de Administração



PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES



DECRETO Nº 17.171, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2018

Institui o Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES, no uso de suas atribuições legais, na forma dos artigos 104, II e IX, da Lei Orgânica do Município e,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas, nos termos do artigo 17 da Lei nº 6.815, de 19 de julho de 2013.

Art. 2º O Conselho Gestor será integrado pelos seguintes membros titulares, sendo suplentes os respectivos Secretários Adjuntos:

- I - Secretário de Governo, que o coordenará;
- II - Secretário de Gabinete do Prefeito;
- III - Secretário de Finanças.

Art. 3º Compete ao Conselho Gestor:

I - aprovar projetos de parceria público-privada e concessão comum, inclusive aqueles oriundos de Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI, realizados nos termos das Leis Federais nºs 8.987/95 e 9.074/95, bem como de Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada - MIP, realizados nos termos de decreto expedido pelo Poder Executivo;

II - acompanhar permanentemente a execução dos projetos de parcerias público-privadas para avaliação de sua eficiência, por meio de critérios objetivos previamente definidos;

III - decidir sobre a alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de parcerias público-privadas;

IV - fazer publicar as atas de suas reuniões na imprensa local e no Diário Oficial do Estado, de forma reduzida.

§ 1º A aprovação da inclusão de projeto no Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas - PMPPP, nos termos do inciso I deste artigo, implicará em autorização para a realização do respectivo procedimento licitatório.

§ 2º A participação no Conselho não será remunerada, sendo considerado serviço público relevante.



PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES



DECRETO Nº 17.171/18 - FLS. 2

Art. 4º Compete ao Coordenador do Conselho Gestor:

- I - convocar e presidir as reuniões;
- II - coordenar e supervisionar a execução do PMPPP.

Parágrafo único. Mediante pedido fundamentado, os Secretários poderão solicitar ao Coordenador do Conselho Gestor a indicação de servidor para prestar serviços àquele colegiado.

Art. 5º O Conselho Gestor reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que for convocado por seu Coordenador.

§ 1º Das reuniões para examinar projetos de parceria público-privada poderá participar um representante do órgão da Administração Municipal Direta ou Indireta, em cuja área de competência esteja enquadrado o assunto objeto da contratação em análise.

§ 2º O Coordenador poderá convidar representantes de órgãos ou de entidades, públicas ou privadas, para participar das reuniões, sem direito a voto.

Art. 6º O Conselho Gestor poderá instituir grupos e comissões temáticas, de caráter temporário, destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre matérias específicas.

§ 1º O ato de instituição do grupo ou comissão temática estabelecerá seus objetivos específicos, sua composição e prazo de duração.

§ 2º Poderão ser convidados a participar dos trabalhos dos grupos ou comissões temáticas representantes de órgãos e de entidades, públicas ou privadas, e dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Art. 7º O Conselho Gestor deliberará mediante resoluções.

§ 1º Ao Coordenador, nos casos de urgência e relevante interesse, é conferida a prerrogativa de deliberar sobre matérias de competência do Conselho Gestor, *ad referendum* do colegiado.

§ 2º As deliberações *ad referendum* do Conselho Gestor deverão ser submetidas pelo Coordenador ao colegiado, na primeira reunião subsequente à deliberação.

Art. 8º As deliberações do Conselho Gestor que aprovem o seu regimento interno e suas alterações, as que autorizem a abertura de processo licitatório e as que aprovem os editais e contratos e suas eventuais alterações deverão ocorrer por unanimidade.



PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

44033/19 pág. 21*



DECRETO Nº 17.171/18 - FLS. 3

§ 1º O regimento interno poderá estabelecer que outras decisões, além das previstas no **caput** deste artigo, deverão ser tomadas por unanimidade.

§ 2º O pedido de deliberação do Conselho Gestor sobre a contratação de parceria público-privada, em especial a autorização para realização de licitação, deverá estar instruído com pronunciamento prévio, fundamentado e conclusivo:

I - do Secretário de Governo, sobre o mérito do projeto;

II - do Secretário de Finanças, quanto à viabilidade da concessão de garantia e a sua forma, relativamente aos riscos para o Tesouro Municipal e ao cumprimento do limite fixado na legislação pertinente.

Art. 9º O Conselho Gestor contará com uma Comissão Técnica, para o fornecimento de apoio técnico e administrativo necessário ao desempenho de suas competências.

Art. 10. A Comissão Técnica das Parcerias Público-Privadas - CTP será integrada por 2 (dois) representantes titulares, Secretários e Secretários Adjuntos, de cada um dos seguintes órgãos:

- I - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social;
- II - Secretaria de Assuntos Jurídicos;
- III - Secretaria de Planejamento e Urbanismo;
- IV - Secretaria de Serviços Urbanos;
- V - Secretaria de Transportes;
- VI - Secretaria do Verde e Meio Ambiente;
- VII - Serviço Municipal de Águas e Esgotos - SEMAE.

§ 1º Nas suas ausências ou impedimentos, os membros da Comissão Técnica das Parcerias Público-Privadas - CTP a que se referem os incisos I a VII deste artigo, serão representados por substitutos por eles indicados.

§ 2º Os Conselheiros do Conselho Gestor e demais membros da CTP poderão convidar representantes de entidades públicas ou privadas para participar de seus trabalhos.

Art. 11. Compete aos membros da CTP:

I - propor ao Conselho Gestor a definição dos serviços prioritários para a execução no regime de parceria público-privada e dos critérios para a análise da conveniência e oportunidade de contratação sob esse regime;



PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

14033/19 pág. 22



DECRETO Nº 17.171/18 - FLS. 4

II - recomendar ao Conselho Gestor a autorização para a abertura de procedimentos licitatórios e a aprovação das minutas de editais e de contratos;

III - propor ao Conselho Gestor os procedimentos para celebração dos contratos de parceria público-privada e analisar suas eventuais modificações;

IV - elaborar a proposta do PMPPP e preparar a minuta de relatório de acompanhamento e avaliação de sua execução, a serem submetidas ao Conselho Gestor;

V - estudar e formular proposta de resoluções e procedimentos de competência do Conselho Gestor;

VI - exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo Conselho Gestor.

Art. 12. O Conselho Gestor estabelecerá, mediante proposta da CTP, a forma e o conteúdo do relatório de acompanhamento da execução dos contratos de parceria público-privada, que será enviado periodicamente pelos órgãos ou entes contratantes.

§ 1º O Conselho Gestor poderá, a qualquer tempo, requisitar dos órgãos e entidades contratantes ou fiscalizadoras informações sobre o cumprimento dos contratos de parceria público-privada.

§ 2º O Conselho Gestor poderá condicionar a aprovação de projetos de parceria público-privada ao cumprimento, pelo órgão ou ente proponente, das normas relativas ao acompanhamento da execução de contratos já celebrados.

Art. 13. O Conselho Gestor, no exercício de suas competências, poderá realizar avaliação, modelagem e acompanhamento de projetos que se possam configurar como PPP, sem prejuízo das competências dos demais órgãos e entidades, desde que os projetos tenham sido definidos como prioritários pelo Conselho Gestor.

§ 1º Para os fins do disposto no **caput** deste artigo, o Município, por intermédio do Conselho Gestor, fica autorizado a celebrar convênios, acordos de cooperação técnica, contratos ou quaisquer outras avenças, com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais, de direito público ou privado, observado o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 1993.

§ 2º O processo de avaliação, modelagem e acompanhamento do projeto implica a realização dos estudos e elaboração dos documentos necessários à licitação, inclusive minutas de edital e contrato, e também a prestação de serviços de assessoria técnica, direta ou indiretamente, ao órgão ou entidade setorial responsável pela realização do certame, até a assinatura do contrato de PPP.



PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES



DECRETO Nº 17.171/18 - FLS. 5

Art. 14. A função de membro do Conselho Gestor e da CTP não será remunerada, mas considerada prestação de serviço público relevante.

Art. 15. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto nº 14.169, de 23 de abril de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, 20 de fevereiro de 2018, 457º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.

MARCUS MELO
Prefeito de Mogi das Cruzes

Marco Soares
Secretário de Governo

Registrado na Secretaria Municipal de Governo - Departamento de Administração e publicado no Quadro de Editais da Prefeitura Municipal, em 20 de fevereiro de 2018. Acesso público pelo site: www.mogidascruzes.sp.gov.br

SGov/rbm



PREFEITURA DE
MOGI DAS CRUZES

44033/19 pág. 24



DECRETO Nº 18.162, DE 26 DE MARÇO DE 2019

Ofício nº 108/2019 - SGov

Confere nova redação ao inciso III do artigo 2º do Decreto nº 17.171, de 20 de fevereiro de 2018, que institui o Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOGI DAS CRUZES**, no uso de suas atribuições legais, na forma do disposto no artigo 104, II e IX, da Lei Orgânica do Município e, considerando o que consta do processo administrativo em epígrafe,

D E C R E T A :

Art. 1º O inciso III do artigo 2º do Decreto nº 17.171, de 20 de fevereiro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

.....

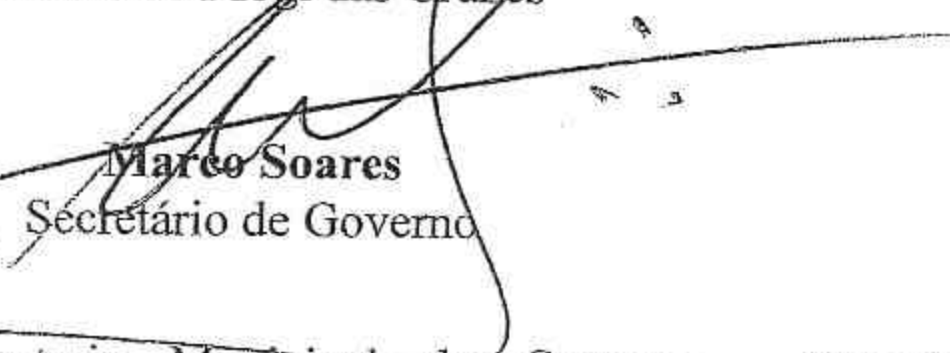
III - Secretário de Serviços Urbanos.”

..... (NR)

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, 26 de março de 2019, 458º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.


MARCUS MELO
Prefeito de Mogi das Cruzes


Marco Soares
Secretário de Governo

Registrado na Secretaria Municipal de Governo - Departamento de Administração e publicado no Quadro de Editais da Prefeitura Municipal, em 26 de março de 2019. Acesso público pelo site: www.mogidascruzes.sp.gov.br.

SGov/rbm

**MINUTA - rbm****MENSAGEM GP Nº /2019**

Mogi das Cruzes, de novembro de 2019.

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

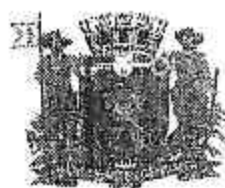
Com a Mensagem GP nº 243, de 27 de setembro de 2019, foi submetido ao elevado e criterioso exame de Vossas Excelências e à soberana deliberação do Plenário dessa Augusta Casa Legislativa o **Projeto de Lei nº 119/19**, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020 (**LOA 2020**), elaborado de forma a ser compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com as normas da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações posteriores, e ainda, com a Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes.

2. Considerando as informações prestadas pelo Sr. Secretário de Serviços Urbanos no Ofício nº 1.009/2019-SMSU, ratificada pela Secretaria de Finanças às fls. 5, nos termos do Processo Administrativo nº 44.033/19 (anexo por cópia), sirvo-me do presente para encaminhar a esse Egrégio Legislativo as alterações necessárias na Proposta Orçamentária para 2020, em trâmite nessa Casa de Leis, tendo em vista a necessidade de constar da Proposta Orçamentária da Pasta requerente para o exercício de 2020 o elemento de despesa **3.3.90.83.00 - Contratos de PPP, Exceto Subvenção Econômica**, na ação **"Fiscalização e Controle da Limpeza Pública"**, em obediência às disposições contidas nos artigos 13 e 14 da Lei nº 6.815, de 19 de julho de 2013.

3. Assim sendo, conforme exposto no item 2, solicito a Vossas Excelências que uma das Comissões Permanentes desse Legislativo apresente, nos termos do disposto nos artigos 13 e 14 da Lei nº 6.815, de 2013, a seguinte **Emenda Modificativa**, na parte relativa à **Secretaria de Serviços Urbanos**, especificamente na ação **"Fiscalização e Controle da Limpeza Pública"**, visando a criação do elemento de despesa **3.3.90.83.00 - Contratos de PPP, Exceto Subvenção Econômica**, no valor de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), sendo este valor distribuído do elemento de despesa 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, que ficará com o saldo de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), de que tratam a "Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão", bem como do "Programa de Trabalho - Anexo 6", integrantes do Projeto de Lei nº 119/19, conforme demonstrado abaixo:

Classificação Funcional: 15.452.0030.2.057 - Fiscalização e Controle da Limpeza Pública

DE:	
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - R\$ 60.000.000,00	
PARA:	
3.3.90.83.00 - Contratos de Parcerias Público-Privadas - R\$ 40.000.000,00	
3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - R\$ 20.000.000,00	

**MENSAGEM GP Nº /19 - FLS. 2**

4. Outrossim, com a criação do elemento de despesa mencionado no item 3 e em obediência ao disposto no artigo 14 da Lei nº 6.815, de 2013, a Secretaria de Finanças elaborou o “**Anexo dos Programas de Parcerias Público-Privadas**”, constante às fls. 6 do Processo Administrativo nº 44.033/19.

5. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas por servidores da Secretaria de Serviços Urbanos e da Pasta Financeira da Municipalidade.

Agradecendo a atenção que, por certo, será dispensada à presente, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, em mais esta oportunidade, os protestos de minha elevada consideração.

MARCUS MELO
Prefeito de Mogi das Cruzes

A Sua Excelência o Senhor
Vereador **Rinaldo Sadao Sakai**
Presidente da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
E demais Excelentíssimos Senhores Vereadores
Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 381, Centro Cívico
Nesta

SGov/rbm

44033-19

27

Zimbra

ricardo.sgov@pmmc.com.br

Re: Análise da minuta de Mensagem GP



De : Maria de Fatima R. Vicentino - Orçamento - Contabilidade
<fatima.smf@pmmc.com.br> qua, 13 de nov de 2019 09:55

Assunto : Re: Análise da minuta de Mensagem GP

Para : Ricardo Magalhães, SGov. - PMMC
<ricardo.sgov@pmmc.com.br>

Bom dia Ricardo, está perfeito, inclusive eu mostrei para o Secretário que também achou. Att. Fátima

Maria de Fátima R. Vicentino
Depto. de Orçamento e Contabilidade
Secretaria Municipal de Finanças

De: "Ricardo Magalhães, SGov. - PMMC"
<ricardo.sgov@pmmc.com.br>

Para: "Maria de Fatima R. Vicentino - Orçamento - Contabilidade"
<fatima.smf@pmmc.com.br>

Enviadas: Quarta-feira, 13 de novembro de 2019 8:21:30

Assunto: Análise da minuta de Mensagem GP

Fátima, bom dia,

Conforme tratativas iniciadas ontem, segue anexa a minuta de Mensagem alterada, para análise e aprovação.

Muito obrigado!

Atenciosamente,
Ricardo Magalhães
ramal 7449



PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Projeto de Lei nº 119 / 2019

Processo nº 170 / 2019

De iniciativa legislativa do ilustre **Senhor Prefeito Municipal de Mogi das Cruzes**, a proposta em estudo estima a receita e fixa a despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020 - LOA, e dá outras providências.

A tramitação do projeto de lei que dispõe sobre leis orçamentárias obedecerá aos preceitos dos artigos 181 à 186, do Regimento Interno da Câmara Municipal (Resolução nº 005, de 23 de abril de 2001) e artigos 124 à 129 da Lei Orgânica do Município.

Assim, em cumprimento ao determinado no artigo 183, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal, esta Comissão passa a exarar seu parecer sobre o projeto de lei.

Em relação ao projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo, verificamos que o mesmo visa estimar a receita e fixar a despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020 - LOA, conforme os anexos que fazem parte integrante do projeto de lei, estimando um total de R\$ 1.869.515.000,00 (um bilhão, oitocentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e quinze reais), que serão distribuídas de acordo com a legislação vigente.

Conforme verificamos pela Mensagem GP nº 243/2019, o projeto de lei obedece aos princípios previstos na Constituição Federal, na Constituição Estadual e foi elaborado de forma a ser compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e com as disposições contidas na Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes.

No mais, os dispositivos constantes do texto de lei e seus anexos, obedecem aos princípios previstos na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Orgânica do Município e demais portarias editadas pelo Governo Federal referente a matéria.

Sendo ainda, que as propostas orçamentárias remetidas a esta Casa Legislativa pelo Poder Executivo seguem legislação própria disciplinada pela Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes sendo que, sua publicação, para acesso público, se dá em meio eletrônico na página da internet da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - Projeto de Lei nº 119/2019 - Processo nº 170/2019
- De iniciativa legislativa do ilustre Senhor Prefeito Municipal de Mogi das Cruzes, a proposta em estudo estima a receita e fixa a despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020 - LOA, e dá outras providências.

Fls. 02

Para cumprimento ao artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual prevê como instrumento de transparência pública da gestão fiscal a ampla divulgação em meios eletrônicos para acesso público, entendemos que a Câmara Municipal cumpre perfeitamente o disciplinado.

Com relação a audiência pública, em consonância com o que dispõe o artigo 73, § 2º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, o artigo 35, § 3º, inciso I, c.c. artigo 183, § 2º da Resolução nº 05, de 23 de abril de 2001 e suas posteriores alterações (Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes) e parágrafo único, inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar nº 101/2000, o qual prevê audiências públicas para os projetos de lei de plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento, todos de iniciativa do Poder Executivo, informamos que, além das audiências públicas realizadas pela Prefeitura Municipal, a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento realizou Audiência Pública no dia 28 de novembro de 2019, das 18h30min às 20h30min, no auditório Tufi Elias Andery, nesta Casa Legislativa, conforme demonstra os documentos anexos (publicação do edital de convocação, cópia do comprovante de publicação no site da Câmara Municipal, lista de presença na audiência pública e respectiva Ata da íntegra da audiência pública).

Salientamos ainda, que na audiência pública acima mencionada, houve o comparecimento de vários representantes da população mogiana que se manifestaram e, alguns representantes fizeram explanações e apresentaram sugestões para melhoria dos serviços, conforme podemos verificar no conteúdo da ata da audiência pública.

Por sua vez, a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento já havia deixado claro no decorrer das audiências públicas realizadas por ocasião da Lei de Diretrizes Orçamentária e do Plano Plurianual 2018/2021, que todas as manifestações, explanações e sugestões apresentadas, seja por manifestação verbal ou documental, foram objeto de apreciação neste projeto de lei que trata da LOA (Lei Orçamentária Anual/2020).

Verificamos ainda, que em data de 20 de novembro de 2019, foi protocolada nesta Casa, a Mensagem GP nº 258/2019, de autoria do senhor Prefeito Municipal, o qual informa que o Secretário de Serviços Urbanos, ratificada pela Secretaria de Finanças, no ofício nº 1009/2019-SMSU e nos termos do Processo Administrativo nº 44.033/19, cuja cópia segue anexa à mensagem GP, procedeu a alterações na proposta orçamentária para 2020, em seus anexos, em conformidade com as disposições contidas na Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orgânica do Município, Portarias editadas pelo Governo Federal e exigências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - Projeto de Lei nº 119/2019 - Processo nº 170/2019
- De iniciativa legislativa do ilustre Senhor Prefeito Municipal de Mogi das Cruzes, a proposta em estudo estima a receita e fixa a despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020 - LOA, e dá outras providências.

Fls. 03

Alterações estas que foram trazidas para conhecimento, acolhimento e aprovação desta Casa Legislativa, e que são objeto de composição na formatação dos Anexos do corpo da lei orçamentária anual para o exercício de 2020, não alterando o valor do orçamento municipal, mas sim, apenas criando elemento de despesa, distribuindo os valores entre esse elemento criado e elaborando um anexo dos programas de parcerias público-provadas (PPP), portanto, por ser medida técnica administrativa não necessita de apresentação de emenda para esta finalidade, conforme casos análogos ocorridos em anos anteriores.

Outra questão que foi abordada para a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento é com relação às demandas apresentadas pelos executores dos programas de Assistência Social, em especial, subvenções a entidades que desenvolvem programas de assistência ao idoso e à criança e ao adolescente, assim visando contemplar as reivindicações, propomos a seguinte emenda:

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 119/2018:

SUPLEMENTA em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil de reais) a dotação orçamentária classificada sob nº 08.244.0029.2.187 – Subvenções a entidades que desenvolvem programas assistenciais – 02.12.02 – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS – 02.12.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social.

REDUZ em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) a dotação orçamentária classificada sob nº 99.999.9999.9.999 – Reserva de Contingência da Prefeitura – 02.05.01 – Gabinete e Demais Unidades Executoras – 02.05.00 – Secretaria Municipal de Finanças.

Portanto, nos aspectos atinentes a esta Comissão, não vislumbramos qualquer óbice que possa ser estranho às normas já existentes que regem a matéria, em especial, nossa Constituição Federal e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo assim, opinamos pela **NORMAL TRAMITAÇÃO do Projeto de Lei nº 119/2019.**

Plenário Dr. Luiz Beraldo de Miranda, em 09 de dezembro de 2019.

ANTONIO LINO DA SILVA
Presidente – Relator

JOSÉ FRANCIMÁRIO V. MACEDO
Membro

PEDRO HIDEKI KOMURA
Membro

FERNANDA MORENO DA SILVA
Membro

IDUIGUES FERREIRA MARTINS
Membro

APROVADO POR UNANIMIDADE

Salas das Sessões, em 07/12/2019

2.ª Sessão



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) – PARA O EXERCÍCIO DE 2020, DA COMISSÃO PERMANENTE FINANÇAS E ORÇAMENTO, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2019, NO AUDITÓRIO VEREADOR TUFÍ ELIAS ANDERY DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, às 18h30min, no Auditório Vereador Tufi Elias Andery da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, sito a Avenida Narciso Yague Guimarães, nº 381, Centro Cívico, reuniram-se os senhores Vereadores integrantes da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento desta Edilidade, a saber: Antônio Lino da Silva, Fernanda Moreno da Silva, Iduigues Ferreira Martins, José Francimário Vieira de Macedo e Pedro Hideki Komura, nos termos que dispõe o artigo 73, § 2º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, o artigo 35, § 3º, Inciso I, da Resolução nº 05 de 23 de abril de 2001, (Regimento Interno da Câmara Municipal da Mogi das Cruzes e parágrafo único, inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), **convoca** a comunidade em geral para participar da **Audiência Pública**, a ser realizada no dia 28 de novembro de 2019, às 18h30min, no Auditório Tufi Elias Andery da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes. O **Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento vereador Antônio Lino da Silva**, iniciou os trabalhos cumprimentando a todos os presentes, bem como proferindo em sua fala o seguinte: A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento estará dando início aos trabalhos da Audiência Pública para discussão da Lei Orçamentária Anual-(LOA) para o exercício de 2020, conforme o edital publicado na imprensa local nos jornais Diário de Mogi e Mogi News nos dias 09 e 20 de novembro de 2019. Após o senhor Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento nomeou o Vereador Jean Carlos Soares Lopes para Secretariar os trabalhos da audiência pública, bem como destacou a presença do Secretário Clovis da Silva Hatiw Lú Junior com a sua equipe de trabalho e a sociedade do modo geral, entidades, sociedade e pessoa individual, bem como agradeceu o pessoal da



imprensa, o pessoal da TV CÂMARA, onde está sendo transmitida a audiência pública ao vivo. O senhor Presidente orientou que os trabalhos será dirigido da melhor forma possível, sendo que todos que forem fazer o uso da palavra ao usar o microfone falem em alto e bom tom de voz; disse ainda que nesta audiência pública terá o esforço para tentar ouvir a todos sem agressão verbal para que o projeto seja discutido com a finalidade de discutir ideias, discutir prosperidade e o futuro. Assim sendo o senhor Presidente agradeceu a Deus pelo o momento e declarou aberto os trabalhos da presente audiência pública. Após o senhor Presidente solicitou ao Secretário o Vereador Jean Carlos Soares Lopes parra que fizesse a leitura do edital de convocação, o qual procedeu a leitura proferindo o seguinte: **EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) PARA O ANO DE 2020. A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento**, nos termos do que dispõe o artigo 73, § 2º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, o artigo 35, § 3º, inciso I, c.c., artigo 183, § 2º da Resolução nº 05, de 23 de abril de 2001 e suas posteriores alterações (Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes) e parágrafo único, inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), **CONVOCA** a comunidade em geral para participar da **Audiência Pública, a ser realizada no dia 28 de novembro de 2019, das 18h30min às 20h30min**, no Auditório Tufi Elias Andery da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, localizada na AV. Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 381, Centro Cívico, Mogi das Cruzes-SP, para discussão de propostas sobre a Lei Orçamentaria Anual (LOA) para o ano de 2020 do Município de Mogi das Cruzes. Poderão participar das audiências públicas, instituições públicas, autoridades, organizações não-governamentais, associações representativas dos vários segmentos da sociedade e demais interessados, observados os termos do regulamento que segue abaixo: **REGULAMENTO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - 1. OBJETO:** A AUDIÊNCIA PÚBLICA tem por objeto discutir propostas apresentadas no Projeto de Lei nº 119/2019, que estima a Receita e Fixa Despesas do Município de Mogi das Cruzes para o ano 2020 (LOA). **2. DATA, HORÁRIO E LOCAL:** A AUDIÊNCIA PÚBLICA será realizada no dia 28 de novembro de 2019, das 18h30min às 20h30min., no Auditório Tufi



Elias Andery da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, localizada na Av. Vereador Narciso Yague Guimarães, nº 381, Centro Cívico, Mogi das Cruzes-SP. **3.FORMA DE PARTICIPAÇÃO:** Os participantes deverão assinar lista de presença e poderão participar mediante questionamentos, esclarecimentos de dúvidas e sugestões por escrito. **4. PROCEDIMENTO:**

4.1 instalações dos trabalhos: A **AUDIÊNCIA PÚBLICA** terá início, no local, data e horário previsto, com a formação da Mesa Diretora, que será composta pelo Presidente e demais Membros da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, ou representantes designados, e outras autoridades. Haverá a designação de um membro da Mesa Diretora para exercer a função de Secretário dos trabalhos, a quem incumbirá providenciar o registro, pelos meios adequados, de todas as fases da **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, bem como lavrar a respectiva Ata. **4.2. Apresentação do tema da AUDIÊNCIA PÚBLICA:** A equipe da Secretaria Municipal Finanças de Mogi das Cruzes fará suposição sucinta da proposta apresentada; **4.3. Manifestações e sugestões dos participantes:** O Presidente da Mesa Diretora passará a palavra aos participantes, de acordo com a ordem de inscrição, que terão um tempo de 03 (três) minutos destinados às manifestações e recolhendo suas sugestões por escrito, se houver; **4.4., Sistematização dos Trabalhos:** Manifestação da Mesa Diretora sobre as sugestões dos participantes, registrando eventuais propostas de emendas; **4.5., Casos omissos:** Serão resolvidos pela Mesa Diretora. **5. CONSULTAS:** **5.1., Consulte o regulamento e as propostas na Câmara Municipal de Mogi das Cruzes ou pelo site www.cmmc.sp.gov.br.** Mogi das Cruzes, 08 de novembro de 2019. **Antônio Lino da Silva – Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento; José Francimário Vieira de Macedo – Membro da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento; Pedro Hideki Komura – Membro da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento; Fernanda Moreno da Silva – Membro da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento e Iduigues Ferreira Martins – Membro da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento.** A seguir, o senhor Presidente agradeceu ao Secretário pela a leitura do edital de convocação da audiência pública, bem como solicitou ao Secretário Municipal de Finanças o senhor Clovis da Silva Hatiw Lú Junior para que



fizesse a sua explanação dentro de um espaço de vinte minutos se assim for necessário. Orientou também o senhor Presidente que nos demais debates a sociedade e as autoridades terão três minutos para os seus questionamentos. Assim sendo o senhor Secretário Municipal de Finanças o senhor Clovis da Silva Hatiw Lú Junior iniciou a sua explanação expondo o seguinte: Excelentíssimo senhor Presidente, senhores Vereadores, pessoas hoje aqui presentes, senhora e senhores, em nome da Administração do Prefeito Marcus Melo, eu agradeço a oportunidade de mais uma vez estar nessa Casa de Leis demonstrando o nosso projeto de lei sobre o orçamento anual de 2020. Então está é a nossa elaboração da proposta da Lei Orçamentaria LOA para o exercício de 2020. Segundo o que disciplina a Lei Complementar nº 101/2000, que é a Lei de Responsabilidade Fiscal, no capítulo 9, artigo 48, são instrumentos de transparência da Gestão Fiscal aos quais serão dadas ampla divulgação inclusive meios eletrônicos de acesso público. Os planos, orçamentos e Leis de Diretrizes Orçamentarias, as prestações de contas e o respectivo parecer prévio. O relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal, as versões simplificadas desses documentos. Parágrafo único, as transparências serão asseguradas também mediante incentivo a participação popular e realização de audiências públicas durante os processos de elaboração e de discussões dos planos, leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos. Para iniciarmos então, é importante que todos compreendam que a receita orçamentária ela é composta por tributos municipais, transferências da União, transferências do Estado, utilização de bens, serviços e receitas diversas. As receitas correntes são compostas das tributárias, de contribuição patrimonial de serviços, transferências correntes, e outras receitas correntes. Enquanto que a receita de capital ela é composta pelas as operações de créditos, alienação de bens e transferência de capital, além das outras receitas correntes intra-orçamentários. O orçamento municipal, a composição dele por óvil toda a elaboração dele é de competência municipal. E a gente está levando em consideração para essa elaboração do orçamento de 2020 o comportamento da arrecadação que é uma estimativa a gente está estimando a receita para 2020, um crescimento vegetativo de 2%, além da atualização monetária estimada em 4%, de acordo com a meta de inflação.



Então a projeção é de 4%, para a atualização monetária. Para que os senhores entendam, o porque desta composição, nós vamos falar um pouquinho da conjuntura econômica do Brasil e do mundo. A previsão da OCDE, sobre o PIB global é de 3% em 2020, isso significa uma das menores taxas em uma década. A previsão da OSD também sobre o PIB Brasileiro ele também é 1,75% em 2020, o que demonstra uma recuperação lenta da economia. A gente vem sentindo nos últimos anos uma verdadeira estagnação. A gente percebe que a economia não vem fluindo como o desejado. E existe uma previsão de recuperação da economia, mas ela tem sido vista de forma muito tímida. A previsão da SELIC, ela está em 5%, e ela estimula o consumo e os investimentos privados. Então ela pode vir a estimular esse consumo e investimentos com uma SELIC com o percentual reduzido. A inflação se mantém controlada, isso é muito bom para o país e ajuda no crescimento. A expectativa é de 3,6% próximo a meta de 4% para o ano que vem. A taxa desemprego tem uma queda moderada de 12,7% para 11,8%, isso compara no mês de janeiro a setembro de 2019 para o país. Já em Mogi das Cruzes o emprego em Mogi em 2019, nós tivemos um saldo negativo porque nós tivemos 31.439 (trinta e um mil, quatrocentos e dezenove) admitidos contra 32.451 (trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta e um) desligados. Então um saldo negativo de emprego de 1012, até outubro de 2019. Pode ser que haja uma recuperação, todos sabemos que no final do ano existem algumas contratações temporárias que podem eventualmente virem a se caracterizar como permanentes depois deste período. Nós pela primeira vez abrimos a participação popular para o orçamento e isso foi dada a possibilidade através do site da Prefeitura, e aí nós obtivemos aqui os pedidos por áreas de interesse. Nós separamos aqui, e nós tivemos ao todo cento e quarenta e seis pedidos, sendo que, é importante ressaltar que algumas pessoas fizeram mais de um pedido para uma determinada área. Então os pedidos por área de interesse foram: Meio Ambiente em primeiro lugar, depois Cultura e Turismo, em terceiro lugar Assistência Social e o último o Jurídico com apenas um pedido, uma solicitação. Não significa necessariamente pedidos diversos, mas podem ter ocorrido um pedido em uma determinada área com o volume muito grande de pessoas. Por isso que a gente percebe, por exemplo, Meio Ambiente foi o primeiro colocado nas demandas, onde um determinado grupo de



mobilizou e pediu um único equipamento todos de uma única vez. E aí eu vou passar muito rapidamente o orçamento por Secretarias previsto. Lembrando que esse é da Prefeitura, sem incluir Câmara, SEMAE e IPREM, unicamente com relação a Prefeitura. No próximo slide eu mostro a evolução da receita prevista para a Prefeitura. Então nós temos aqui, impostos, taxas e contribuições em 2019 com R\$461.164.000,00 (quatrocentos e sessenta e um milhões, cento e sessenta e quatro mil reais), enquanto o previsto em 2020 com a receita de impostos, taxas e contribuições está em R\$508.215.000,00 (quinhentos e oito milhões, duzentos e quinze mil reais), um crescimento real estima, ou seja, já descontado a inflação de 6.37%. A receita patrimonial nos temos R\$19.333.000,00 (dezenove milhões e trezentos e trinta e três mil reais), e em 2020 R\$20.452.000,00 (vinte milhões e quatrocentos e cinquenta e dois mil reais), um crescimento real como já dito anteriormente já descontada a inflação de 2.11%. Receita de serviços de R\$852.000,00 (oitocentos e cinquenta e dois mil reais) para R\$902.000,00 (novecentos e dois mil reais), com um crescimento de 2,19%. Transferências correntes de R\$696.485.89,30 (seiscentos e noventa e seis milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, oitenta e nove reais e trinta centavos) para R\$734.895.868,61 (setecentos e trinta e quatro milhões, oitocentos e noventa e cinco mil , oitocentos e sessenta e oito reais e sessenta e um centavos), com um crescimento de 1,84%. Outras receitas correntes R\$75.139.000,00 (setenta e cinco milhões e cento e trinta e nove mil reais) para R\$47.218.000,00 (quarenta e sete milhões, duzentos e dezoito mil reais) ou uma queda de 39,34%. Depois eu vou explicar o porque desta queda. Então com as receitas correntes em 2019, nós tínhamos R\$1.252.973.89,30 (um milhão, duzentos e cinquenta e dois milhões, novecentos e setenta e três mil, oitenta e nove reais e trinta centavos), conta agora R\$1.311.682.884,10 (um bilhão, trezentos e onze milhões, seiscentos e oitenta e dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e dez centavos) com um crescimentos real descontado em infração de 1,5%. As operações de créditos estão em R\$47.468.000,00 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil reais, contra R\$149.618.644,90 (cento e quarenta e nove milhões, seiscentos e dezoito mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos), com o crescimento de 204,25%. Volto



mais para frente para poder explicar o porque disto. Alienação de bens em R\$70.000,00 (setenta mil reais), continua os R\$70.000,00 (setenta mil reais), então nós temos aí uma queda de 3,47% porque nós temos que descontar o período da inflação. As transferências de capital R\$32.699.000,00 (trinta e dois milhões, seiscentos e noventa e nove mil reais), Contra R\$31.028.471,00 (trinta e dois milhões, vinte e oito mil, quatrocentos e setenta e um mil reais), ou também uma queda de 8,41%. Então as receitas de capital elas salta de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) para R\$180.000.000,00 (cento e oitenta milhões de reais) com um crescimento de 117,40%. E aí, nós temos aqui um crescimento nas receitas correntes de apenas 1,05%. Outras receitas correntes, eu tinha em 2019, R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), e esse valor ele migra para outras receitas correntes entra a OFSS. Então R\$21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil reais), saem de outras receitas correntes e entra em outras receitas correntes e entra OFSS. Por isso que os R\$21.600.000,00 (vinte e um milhões e seiscentos mil reais) sai ali de cima e eu tenho uma queda de 39,34%. Total geral é de R\$1.333.000.000,00 (um bilhão e trezentos e trinta e três milhões de reais) em 2019, e R\$1.514.000.000,00 (um bilhão quinhentos e quatorze milhões de reais), agora em 2020. O total da Prefeitura, portanto em 2019 é de R\$1.294.850.637,28 (um bilhão, duzentos e noventa e quatro milhões, oitocentos e cinquenta mil, seiscentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos), conta agora em 2020 uma previsão para R\$1.475.100.000,00 (um bilhão, quatrocentos e setenta e cinco milhões e cem mil reais), ou um crescimento de 9,96%. Com relação aos 204,25% nas operações de créditos é importante lembrar que a gente está tomando alguns investimentos dentre eles o CAF para a elaboração do projeto Mais Mogi Eco Tietê. Por isso nós temos como operação de crédito um acréscimo de 204,25% previsto. Esse financiamento ainda está sendo buscado, ele ainda está em uma fase de assinatura de contrato, e ele pode vir a formalizar no ano que vem então é por isso que eu já tenho que fazer a previsão aqui em meu orçamento em 2020. No próximo slide eu gostaria de detalhar para vocês o total do ordinário mais o vinculado por Secretaria. Então eu tenho no Gabinete do Prefeito R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões reais) estimado em 2019, ele vai para R\$17.398.800,00 (dezessete



milhões, trezentos e noventa e oito mil e oitocentos reais), ou no crescimento real contando a inflação de 3,70%. Secretaria de Assuntos Jurídicos de R\$16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais) para R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) com o crescimento de 8,88%. Planejamento e Urbanismo ele sai de R\$7.223.000,00 (sete milhões e duzentos e vinte e três mil reais) para R\$7.018.000,00 (sete milhões e dezoito mil reais), ou seja, uma queda de 6,21%. Na Secretaria Municipal de Governo R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), onde ele sobe para R\$4.567.000,00 (quatro milhões quinhentos e sessenta e sete mil reais), com um crescimento de 10,10%. A Secretaria de Finanças sai de R\$71.000.000,00 (setenta e um milhões de reais) para R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões), com um crescimento de 62,15%, isso porque é dentro da Secretaria de Finanças que está o financiamento do Mogi + Eco Tietê. Então esse crescimento não quer dizer arrecadação efetivamente, mas sim o projeto Eco Tietê que é o financiamento que a gente vem buscando. Depois eu tenho no Desenvolvimento Econômico Social de R\$2.825.000,00 (dois milhões oitocentos e vinte e cinco mil reais) para R\$ 2.774.000,00 (dois milhões setecentos e setenta e quatro mil reais) com uma queda de 5,20%. Na Secretaria Municipal de Educação 3,83 para 4,17 com o crescimento de 5,14%. Esporte e Lazer ela sai de R\$19.000.000,00 (dezenove milhões de reais) para R\$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) com uma queda de 13,58%. Secretaria de Obras R\$131.000.000,00 (cento e trinta e um milhões de reais) ela vai para R\$152.000.000,00 (cento e cinquenta e dois milhões de reais) com um crescimento de 11,56%. Secretaria de Transportes de R\$23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais) e vai para R\$24.217.000,00 (vinte e quatro milhões, duzentos e dezessete mil reais), com crescimento de 1,63%. Secretaria de Saúde de R\$310.000.000,00 (trezentos e dez milhões de reais) vai para R\$319.000.000,00 (trezentos e dezenove milhões de reais), com queda de 0,77%. Depois eu tenho Assistência Social R\$35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) para R\$37.000.000,00 (trinta e sete milhões de reais), com um aumento de 2,77%. Serviços Urbanos R\$86.000.000,00 (oitenta e seis milhões de reais) para R\$99.000.000,00 (noventa e nove milhões de reais), 10,85%. Secretaria de Segurança de R\$18.000.000,00 (dezoito milhões de reais) para R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com um



aumento de 8,33%. Agricultura de R\$2.518.000,00 (dois milhões e quinhentos e dezoito mil reais) para R\$8.829.000,00 (oito milhões e oitocentos e vinte e nove mil reais) com um aumento de 238,42%. Secretaria de Cultura de R\$11.000.000,00 (onze milhões de reais) para R\$13.000.000,00 (treze milhões de reais) com um aumento de 7,31%. Secretaria de Verde e Meio Ambiente R\$4.664.000,00 (quatro milhões e seiscentos e sessenta e quatro mil reais) para os mesmos R\$4.664.000,00 (quatro milhões e seiscentos e sessenta e quatro mil reais), ou uma queda de 3,47%, porque nós estamos falando que aqui é o crescimento real então eu sou obrigado a descontar a infração. E a Secretaria de Gestão Pública R\$147.642.000,00 (cento e quarenta e sete milhões e seiscentos e quarenta e dois mil reais) para R\$187.000.000,00 (cento e oitenta e sete milhões de reais) com um crescimento de 22,78%. O total do proposto para 2019 foi de R\$294. e o total proposto para 2020 R\$1.475.100.000,00 (um bilhão, quatrocentos e setenta e cinco milhões e cem mil reais). Ou seja, o crescimento de 9,96%. O crescimento da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente se dá em razão do financiamento que foi obtido foi na verdade seria para a cobertura dos pátios das feiras. Então só com esse empréstimo de R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) ele salta de dois para oito. Os R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) é o empréstimo que foi obtido. Também na Secretaria de Gestão Pública nós o PEMAT. Então com o investimento do PEMAT sai de 147 para 187. Todos os acréscimos que nós podemos verificar são acréscimos decorrentes de empréstimos que estão sendo buscados pelo o Município para poder realizar algumas obras e alguns investimentos. Algumas estão com queda em razão de algum equipamento que já tenha sido construído ou alguma Ação que já tenha sido tomada e que não é necessário a repetição do ano de 2020. Por isso uma queda e uma redistribuição de recursos entre as Secretarias. Se nós formos falarmos então agora apenas do recurso ordinário, do recurso próprio, nós podemos perceber que o Gabinete do senhor Prefeito de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) vai para R\$16.000.000,00 (dezesesseis milhões de reais) com crescimento real de 5,44%. Secretaria de Assuntos Jurídicos de R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) para R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), com um crescimento de 7,35%. Secretaria de Planejamento Urbanismo de R\$7.000.000,00 (sete milhões de



reais) para R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) com uma queda de 6,21%. Secretaria de Governo de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) para R\$4.567.000,00 (quatro milhões, quinhentos e sessenta e sete mil reais) com 10,10%. Secretaria de Finanças de R\$71.000.000,00 (setenta e um milhões de reais) para R\$81.000.000,00 (oitenta e um milhões) com um crescimento de 9,91%. Isso apenas com relação aos recursos ordinários, os recursos próprios. Eu volto a repetir, a gente colocou esse cenário para que vocês consigam entender qual é a realidade do Município hoje. Secretaria de Desenvolvimento Econômico Social R\$2.815.000,00 (dois milhões, oitocentos e quinze mil reais) para R\$2.764.000,00 (dois milhões e setecentos e sessenta e quatro mil reais) uma queda de 5,22%. Educação R\$145.000.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões de reais) para R\$156.000.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões de reais) com um crescimento de 4,16%. Esporte e Lazer de R\$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais) para R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais) ou uma queda de quando a gente fala de recurso apenas ordinário para 20,11%. Secretaria de Obras de R\$41.758.000,00 (quarenta e um milhões e setecentos e cinquenta e oito mil de reais) para R\$24.123.000,00 (vinte e quatro milhões e cento e vinte e três mil reais) com uma queda de 44,24%. Secretaria Municipal de Transportes de R\$9.449.000,00 (quatro milhões e quatrocentos e quarenta e nove mil reais) para R\$8.684.000,00 (oito milhões e seiscentos e oitenta e quatro mil reais) com uma queda de 11,28%. Secretaria de Saúde de R\$205.000.000,00 (duzentos e cinco milhões de reais) para R\$214.000.000,00 (duzentos e quatorze milhões de reais) com um acréscimo de 8,89%. Todos esse volto a repetir como crescimento real. Depois nos temos a Secretaria de Assistência Social de R\$27.542.000,00 (vinte e sete milhões e quinhentos e quarenta e dois mil reais) para R\$29.327.000,00 (vinte e nove milhões e trezentos e vinte e sete mil reais) com um aumento real de 2,78%. Secretaria de Serviços Urbanos de R\$85.437.000,00 (oitenta e cinco milhões e quatrocentos e trinta e sete mil reais) para R\$98.348.000,00 (noventa e oito milhões e trezentos e quarenta e oito mil reais) de 11,11%. Secretaria de Segurança de R\$18.683.000,00 (dezoito milhões e seiscentos e oitenta e três mil reais) para R\$20.941.000,00 (vinte milhões e novecentos e quarenta e um mil reais) de 8,19%. Secretaria de Agricultura, aí tirando o financiamento como



eu falei anteriormente ele cai de R\$2.518.000,00 (dois milhões e quinhentos e dezoito mil reais) para R\$2.232.000,00 (dois milhões e duzentos e trinta e dois mil reais) com uma queda de 14,44%. Aquele acréscimo visto antes em razão do financiamento. Secretaria de Cultura e Turismo R\$7.336.000,00 (sete milhões e trezentos e trinta e seis mil reais) para R\$8.147.000,00 (oito milhões e cento e quarenta e sete mil reais) com acréscimo de 7,20%. Secretaria de Verde e Meio Ambiente de R\$3.758.000,00 (sete milhões e setecentos e cinquenta e oito mil reais) para R\$4.520.000,00 (quatro milhões e quinhentos e vinte mil reais) com 16,7%. Secretaria de Gestão Pública de R\$147.000.000,00 (cento e quarenta e sete milhões de reais) para R\$166.000.000,00 (cento e sessenta e seis milhões de reais) com um aumento de 8,86%. Portanto, o recurso próprio, o recurso da Prefeitura para 2019, é de R\$827.659,00 (oitocentos e vinte e sete mil e seiscentos e cinquenta e nove reais), e o estimado é de para 2020 é de R\$877.412.668,48 (oitocentos e setenta e sete milhões, quatrocentos e doze mil, seiscentos e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos). Não se esqueçam que as receitas dos impostos ela está prevista em R\$923.903.000,00 (novecentos e vinte e três milhões e novecentos e três mil reais), essa é a projeção para arrecadação da receita com os impostos municipais. Então nós teríamos aí um aumento de 2,33%. Separando então o total do vinculado, nós temos aqui vinculado a uma determinada atividade. O Gabinete do Prefeito ele tem um crescimento real, um negativo de 24,64% negativo, saindo de R\$944.000.000,00 (novecentos e quarenta e quatro milhões de reais) para R\$737.000.000,00 (setecentos e trinta e sete milhões de reais). Secretaria de Assuntos Jurídicos para R\$2.459.000,00 (dois milhões e quatrocentos e cinquenta e nove mil reais), para R\$2.998.000,00 (dois milhões novecentos e noventa e oito mil reais) com um acréscimo de 17,71%. Depois nós temos Planejamento e Urbanismo de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) para R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), menos 3,47%. Governo não tem nenhum crescimento real porque ele não tem recurso vinculado. Secretaria de Finanças tem um aumento significativo de R\$38.000.000,00 (trinta e oito milhões de reais) em razão do financiamento que a gente vem buscando junto ao CAF, para a elaboração do projeto Mais Mogi Eco Tietê. Todos esses recursos ficam alocados na Secretaria de Finanças e por isso esse crescimento. Desenvolvimento



Econômico Social de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ele vai para R\$10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais) com 1,75%. Secretaria de Educação de R\$237.000.000,00 (duzentos e trinta e sete milhões de reais) para R\$260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais) com 5,73%. Secretaria de Esporte e Lazer de R\$2.492.000,00 (dois milhões e quatrocentos e noventa e dois milhões de reais) para R\$3.409.000,00 (três milhões e quatrocentos e nove mil reais) com 32,07%. Secretaria de Obras de R\$89.000.000,00 (oitenta e nove milhões de reais) para R\$27.000.000,00 (vinte e sete milhões de reais) com 37,52% de aumento real. Secretaria de Transportes de R\$13.000.000,00 (treze milhões de reais) para R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com acréscimo de 10,65%. Secretaria de Saúde de R\$105.000.000,00 (cento e cinco milhões de reais) para R\$104.000.000,00 (cento e quatro milhões de reais) com uma queda de 4,3%. Secretaria de Assistência Social de R\$7.890.000,00 (sete milhões e oitocentos e noventa mil reais) para R\$8.397.000,00 (oito milhões e trezentos e noventa e sete mil reais) com 2,72%. Secretaria de Serviços Urbanos de R\$1.561.000,00 (um milhão e quinhentos e sessenta e um mil reais) para R\$1.561.000,00 (um milhão e quinhentos e sessenta e um mil reais) com 3,47%, são os mesmos recursos vinculados. Nós temos Secretaria de Segurança de R\$4.000,00 (quatro mil reais) para R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais), por isso que ele dá esse aumento de R\$648,00 que é um valor pequeno, mas quando comparado ao anterior ele dá o impacto grande percentualmente falando. Secretaria de Agricultura não tinha nada, mas obteve o financiamento para a cobertura dos pátios da feira com o financiamento de R\$6.597.000,00 (seis milhões e quinhentos e noventa e sete mil reais). Secretaria de Cultura e Turismo de R\$4.569.000,00 (quatro milhões e quinhentos e sessenta e nove mil reais) para R\$5.088.000,00 (cinco milhões e oitenta e oito mil reais) com um crescimento de 7,48%. Verde e Meio Ambiente R\$906.000,00 (novecentos e seis mil reais) ele cai para R\$144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), porque ele já utilizou os recursos vinculados que ele possuía no ano de 2019, que não se repetira no exercício de 2020. Por isso uma queda de 84,58%. Gestão Pública com TEMAT ele sai de zero para R\$21.290.000,00 (vinte e um milhões e duzentos e noventa mil reais). Por isso também um aumento significativo percentualmente falando. Nós temos então com o



orçamento vinculado da Prefeitura R\$467.191,000,00 (quatrocentos e sessenta e sete milhões e cento e noventa e um mil reais) contra agora em 2020, R\$507.687.000,00 (quinhentos e sete milhões e seiscentos e oitenta e sete mil reais) com um crescimento de 23,48%, se nós falarmos em orçamento vinculado. Com todas essas explicações nós temos aqui os três que obtivemos algum tipo de empréstimos ou de financiamento e por isso o acréscimo. Secretarias de Finanças, Agricultura e Gestão Pública que não tinha recursos em 2019 e que existe previsão para o recurso para utilização em 2020. A composição do orçamento proposto para o Município então agora para 2020, é, R\$1.475.100.000,00 (um bilhão, quatrocentos e setenta e cinco milhões e cem mil reais) para a Prefeitura, e para a Câmara R\$38.900.000,00 (trinta e oito milhões e novecentos mil reais), o SEMAE R\$185.000.000,00 (cento e oitenta e cinco milhões de reais) e o IPREM – Instituto de Previdência Municipal de Mogi das Cruzes, Regime próprio R\$170.515.000,00 (cento e setenta milhões e quinhentos e quinze mil reais), com um total geral de R\$1.869.515.000,00 (um bilhão, oitocentos e sessenta e nove milhões e quinhentos e quinze mil reais) para o Município como um todo, incluindo Câmara e suas autarquias. Apenas a título de exemplo, nós tivemos uma demanda muito grande de na última audiência pública com relação a Assistência Social. Então nós preparamos aqui junto com a equipe técnica toda uma projeção, elevando em consideração o orçamento da Secretaria de Assistência Social, apenas para exemplificar, pegando de 2009, até 2020. Ou seja, os últimos doze anos. Nós podemos perceber uma crescente com relação ao orçamento da Assistência Social. Em nenhum desses meses nós tivemos uma queda brusca com relação aos recursos da Assistência Social. Então o crescimento nominal nesses últimos doze anos é um crescimento de 274,37%. Quando eu falo em crescimento nominal, seu estou falando em crescimento sem descontar a inflação. Então nos últimos doze anos o orçamento da Secretaria de Assistência Social cresceu praticamente 275%. Se nós descontarmos a inflação, o crescimento real acumulados nesses doze anos é de 106% ou 106,8%. Então se nós descontarmos todo o período de inflação nós praticamente mais que dobramos o orçamento inicial de 2019 da Secretaria de Assistência Social. E aí se nós considerarmos o orçamento proposto para 2020, o orçamento total ele está estimado em 4,1%. Então toda a



preocupação em ouvir a população, em ouvir os clamores anteriores, nós conseguimos chegar nesse percentual de 4,1% do orçamento da Assistência Social proposto para 2020. Nós falamos das receitas, mas também é importante falar das despesas. Tá certo? Então nós temos de despesas fixas. Ou seja, Pessoal e obrigações patronais estima em R\$238.977.246,75 (duzentos e trinta e oito milhões, novecentos e setenta e sete mil e duzentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos. A Educação, eu tenho o percentual Constitucional e Obrigatório de 25% para obrigação. Então eles são 25% obrigatórios e demais unidades, R\$427.234.451,00 (quatrocentos e vinte e sete milhões, duzentos e trinta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e um reais). Subvenção da Assistência Social com recursos próprios, nós temos R\$16.234.825,67 (dezesesseis milhões, duzentos e trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e cinco reais e sessenta e sete centavos). E Câmara Municipal R\$38.900.000,00 (trinta e oito milhões e novecentos mil reais). A Saúde também tem um percentual Constitucional Obrigatório e esse percentual de 15% ele está estimado em R\$319.464.886,54 (trezentos e dezenove milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos). Por esses valores os senhores podem perceber que o percentual gasto com a Educação ele vai ser superior aos 25% estimados, ele deve bater a casa de 25,58%. E o percentual da Saúde de 15% vai para 21,68%. Todos nós sabemos e isso não é novidade para ninguém que os municípios não conseguem mais aplicarem única exclusivamente os 15% Constitucional. A obrigatoriamente acaba tendo que aplicar um pouco mais até pela a própria demanda por Saúde. Então a estimativa é um gasto de 21,68%. Tudo isso fixa a despesa em R\$1.207.252.409,96 (um bilhão, duzentos e sete milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e nove reais e noventa e seis centavos). Com isso senhores eu encerro a minha apresentação e espero ter sido claro e eventualmente eu me coloco a disposição para os questionamentos que possam serem efetuados. Muito obrigado pela a oportunidade. O senhor Presidente da Comissão Permanente de Finanças, o Vereador Antônio Lino da Silva, agradeceu a presenças dos demais participantes que chegaram no momento da explanação do Secretário de Finanças, bem como expôs que neste momento iria começar a passa a palavra aos



inscritos que ao todos seriam sete inscritos. Orientou o senhor Presidente que se houver mais pessoas inscritas podem se inscrever ainda, bem como solicitou ao Vereador Pedro Hideki Komura que denominasse o nos dos inscritos que farão o uso da palavra; que assim procedeu o nobre Vereador destacando os seguintes inscritos: senhor Adalberto Santana de Andrade, a seguir Jodeline Mauricio dos Santos. Assim foi concedido a palavra ao senhor Adalberto Santana de Andrade, o qual fez uso palavra cumprimentando todo os presentes expondo o seguinte: Eu Presidente da Associação dos Moradores do Jardim São Pedro em César de Souza, então o que eu trouxe aqui não é o que o Andrade quer, mas sim a comunidade. Nós tivemos o nosso Posto de César de Souza na Vila Suissa, sendo que ele funcionava vinte e quatro horas e no governo de 2015, cortaram tirando os funcionários mandando para a UPA do Rodeio. Então de lá para cá o distrito cresceu e hoje nós temos mais de (quarenta e quatro mil) moradores e fomos duramente prejudicados. Então o que eu trouxe aqui por escrito e que eu vou passar no final como solicitado para a Mesa é a solicitação para que essa Comissão verifique nessas verbas aqui da Saúde a possível contratação de funcionário para reativar o Posto. E que não barre uma possível emenda de algum Vereador ou Vereadora que solicitar isso. É o que a comunidade me pediu para encaminhar. E dentro disso, eles lendo o orçamento o pessoal questionou e me pediu para que colocasse para vocês aqui três situações: No orçamento tem mais de R\$94.000.000,00 (noventa e quatro milhões de reais), para o saneamento, ou seja, para as obras. E o que acontece? Fica quatro anos dessa maneira aqui, ôh! Isso aqui é na Avenida Paulo VI, onde inicia-se mandato e termina mandato e continua do mesmo jeito. Então o que o pessoal questiona? Porque tanto dinheiro quando não se arruma e não acontece nada? E há um aumento como eu vi ali, embora pouco. Então o eles pedem o que? Pedem que haja uma fiscalização do dinheiro público para que isso melhore de uma maneira constante. Está sendo feito uma obra lá na Avenida Paulo VI, mas olha a situação que está a passarela. Como que um cadeirante, idoso, gestante ou criança vai utilizar isso daqui? Então as verbas do Município estão sendo usadas, mas não de maneira correta. Porque eles acabaram de fazer isso agora, aí daqui a pouco vai de novo, gasta outro dinheiro para isso. É como o Secretário disse: Temos que obedecer a Lei Responsabilidade Fiscal.



Então pede aí para que a Comissão dê uma olhada nisto. Outra verba aqui, onde mais de R\$90.000.000,00 (noventa milhões de reais), para limpeza e conservação dos córregos. E é assim que está os nossos córregos lá, ôh! Isso a mais de três anos. Você praticamente nem enxerga são três, quatro córregos em César de Souza como vocês podem ver. Então a sociedade questiona bastante dinheiro para essas obras e para essas áreas e a gente não vê esse dinheiro, mas a gente entende que tem que dar uma melhorada nisso daí, que o dinheiro é público, e porque que está dessa maneira? Durante todo esse tempo? E para fechar, a questão do esporte e lazer. Aqui tem R\$17.852.000,00 (dezessete milhões e oitocentos e cinquenta e dois mil reais). Então foram colocados aqui no distrito e em Mogi das Cruzes essas academias aqui, esses pedaços de ferros que são academias de terceira idade, onde muitas gentes questionam. Como essa foto foi tirada hoje podemos ver as ferrugens nos equipamentos que é essa situação que está. Então a sociedade pede o quê? Já que ninguém conserva isso, mas que pegue essa verba e passe para outra área. Por exemplo, a Segurança Pública que eu vi que só tem R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo que o Gabinete do Prefeito está com R\$17.000.000,00 (dezessete milhões de reais), então pegue esse dinheiro e passe para a Saúde, ou contrate pessoas para o nosso Posto lá e utilize essa verba de uma maneira melhor e mais eficiente. É só isso que eu quero colocar e muito obrigado a todos. Fez uso da palavra a segunda inscrita para fazer uso da palavra a senhora Jodeline Mauricio dos Santos, a qual fez uso da palavra cumprimentando todos os presentes expondo o seguinte: O problema que eu trago aqui, é que eu sou moradora do Parque Morumbi. O Parque Morumbi é um bairro lindo se vocês não conhecem. Inclusive a uns tempos atrás o prefeito mandou o povo de obras lá para fazer a revitalização do lago. E foi aonde eu questionei. Como podemos fazer a revitalização do lago se lá o esgoto corre céu aberto? Como? E vai mais além, aí eu fui visitar vários bairros de Mogi das Cruzes, bairros carentes, onde as vezes muitas pessoas não em emprego. Porque o serviço do SEMAE, ele só vai fazer a limpeza se a pessoa pagar a conta de água. E as pessoas que não pagam a conta de água? Como estão sendo feitas essas coletas? Como estão sendo feitas? A questão de Saúde eu tenho uma sugestão. Eu não sei se é bem o momento, mas vamos tomar mais



cuidado, mais carinho na hora de fazer as contratações das empresas que irão administrar os hospitais. Olha o que está acontecendo. Nem sempre o mais barato é a melhor opção. Entrou empresa nova, pessoas foram mandadas embora, muitas delas não receberam, e a Saúde como que está? Outra coisa que está me preocupando bastante é a questão da Assistência Social. Ontem entrei em contato com um departamento da Prefeitura sobre a Assistência Social. E eu falei assim para a moça: Então Varinhas, pois ela não conhece Varinhas, não conhece Varinhas, Varinhas tem esgoto a céu aberto, a única coisa que eles tem lá é uma creche. E aí tem o bairro do lado Nove de Julho, onde todos elogiam, porque tem a comunidade, pracinhas e Varinhas? E varinhas? Eu estive lá, ah, mas, porque agora ter..., não tem Associação, há mais de dez anos não tem o Viva Leite, lá não tem Plano Familiar. Gente, vamos olhar para esses bairros, esses bairros não estão sendo vistos a muito tempo, não é um, dois, três, quatro e cinco anos não. Eu moro no Parque Morumbi, e eu me sinto feliz, mas eu fico preocupada são com essas pessoas. Não tem Posto de Saúde. Então vamos ter um olhar para esses bairros mais carentes, vamos parar só de promessas, porque está chegando o ano de eleição, nossa, eu estive nos bairros, nossa! Tantas coisas irão acontecer e será que realmente depois irá acontecer? E só isso que eu quero passar para vocês. Fez uso da palavra o terceiro inscrito o senhor Salvador Azambuja, o qual cumprimentou a todos os presentes dizendo o seguinte: Eu sou morador do Jardim Aeroporto III, já a vinte e três anos. E lá sempre teve problemas com esgoto a céu aberto, onde eu tenho reclamado muito, e já falei aqui no Plano Diretor inclusive. Eu acho que o representante do povo precisa olhar com carinho. Inclusive, implantar um projeto sobre a questão dos moradores porque não é só para dar leite não gente. A gente pode fazer cursos profissionalizantes com essas pessoas. Eu, por exemplo, eu sou microempresário no setor de máquinas para indústria metalúrgica. E eu estava assistindo uma reportagem de um empresário lá do Taboão ele dizendo o seguinte: Oh, nós não temos profissionais no Município de Mogi das Cruzes. Então há dificuldade, por exemplo, um torneiro mecânico, fresador, enfim, no setor metalúrgico no modo em geral. Não temos técnicos, porque a gente precisa de se preocupar com essa formação nos bairros. Então o Prefeito e Vereadores precisa tratar esses casos com



carinho apresentando propostas. Primeiro, para tirar aquelas crianças da rua que ao saírem das escolas tenham a alternativa de fazerem cursos profissionalizantes. Então a gente precisa cuidar do futuro da nossa nação que está muito precário. Era somente isso e muito obrigado a todos. O senhor Presidente da Comissão Permanente de Finanças o Vereador Antônio Lino da Silva agradeceu a presença da Secretário de Assistência Social, a senhor Neusa Aiko Marialva. Fez uso da palavra a quarta inscrita a senhora Marina Dias Nogueira, a qual cumprimentou todos os presentes pronunciando o seguinte: A SINTESE é uma entidade fundada com a missão de congregar as instituições do terceiro setor do Alto Tietê vem a presença de Vossa Excelência neste momento em que a Lei Orçamentária 2020, do Município de Mogi das Cruzes está tramitando na Câmara para expor e apontar o que segue: Com relação aos repasses de recursos das Organizações Sociais da Sociedade Civil que executa o atendimento na área de Educação e Saúde, tendo em vista que a Constituição Federal garante que 25% e 15%, respectivamente do orçamento municipal e que ambas as áreas são prioridades no Plano de Governo da atual gestão e que aplica além desses percentuais nos orçamentos anuais, pontuamos que os repasses das Organizações que administram creches precisam contemplar no mínimo junto ao índice inflacionário o 7%, referente a divisão de três parcelas para o cumprimento do dissídio coletivo de 2017, que perfizeram o total de 21%, já de conhecimento do Executivo. Já o caso das Organizações que prestam atendimento na área da Saúde, desde 2015, não tem o repasse dos reajustes. Desta forma faz se necessário saber o motivo pelo o qual nenhum índice inflacionário é repassado e o porque isso é está acontecendo? Tendo em vista que os percentuais da Secretaria de Saúde estão bem superiores aos 15%? Porém, hoje a nossa fala está mais focado no que foi apresentado na audiência pública da Lei de Diretrizes Orçamentária de 2019 e 2020, em que uma das prioridades para os respectivos anos seria a Assistência Social. Porque nosso foco? Porque mesmo sendo apresentado com prioridade a párea de Assistência Social nas últimas Leis de Diretrizes Orçamentárias na prática não se concretizou nem em 2018 e nem em 2019. Nos aos de 2018 e 2019, a Secretaria de Assistência Social somente teve o aumento real em seu orçamento graças as emendas da Câmara que foram incorporadas em seus respectivos



orçamentos do ano posterior. Os quais foram: R\$1.000.000.000,00 (um milhão de reais) em 2019, para os acolhimentos de crianças e adolescentes e R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) incorporado na planilha da SEMAS, e envidado para o orçamento de 2020, sendo R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para as LTIs, idosos, e serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) que é para o acolhimento de crianças e adolescentes. Este ano por conta do trabalho em conjunto entre representantes da sociedade civil e equipe técnica da Secretaria de Assistência Social teve-se a oportunidade de calcular o custo de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes, adultos e idosos. No terceiro setor que executa indiretamente esse serviço tipificado da Assistência Social. Percebeu-se pela primeira vez, que as Organizações atualmente entram como uma contrapartida de 50% no atendimento. Os outros serviços tipificados da Assistência, ainda não têm o seu custo calculado. E os editais de chamamento públicos, já em andamento para esses serviços utilizam o perca pita sem o estudo o que dificulta a entrada de Organizações nos certames. E temos observado que as entidades que acabam por firmarem os termos de comparação estão em condições muito difíceis de continuidades. Tendo em vista que a contrapartida é muito elevada, comprometendo os serviços e muitas vezes acabando e sofrendo intervenções. Outro ponto importante para se lembrar se deve ao fato do Plano Prure Anual da Assistência construído por meio de diagnósticos nos diferentes bairros e municípios para os anos de 2018 a 2021 com exceção do aumento em vinte vagas para LTIs, fruto de emenda parlamentar não foram implantados até 2019. E caso o orçamento para a Secretaria de Assistência Social não tenha o aumento real de seus recursos novamente implantado em 2020 para citar alguns dos serviços novos que deveriam serem implantados e até hoje não foram. República para jovens e regresso para os serviços de acolhimentos, aumento do atendimento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculo de criança e adolescente. Implantação do Centro do Dia do Deficiente, até aqui só falamos dos serviços e de execução indireta. Ou seja, pelas as Organizações, mas também temos a execução direta do Município em que as equipes e dos equipamentos CRAS, CREA, Centro Pope estão com falta



de funcionários. Além disso, verbas federais que são para os pagamentos de recursos humanos da Assistência Social que sofreram drásticos cortes conforme formou recentemente o Conselho Nacional de Assistência Social. Por tudo isso, e porque o ano de 2020, é um ano de eleições. Novamente estamos presentes neste momento de análise do orçamento de 2020, para pleitear em todas as Conferências de Assistência Social nos diversos bairros foi reivindicado que 5% do orçamento municipal seja destinado a Assistência. Com esse percentual certamente todos os serviços de execução direta e indireta quando novos serviços podem serem realizados no nosso Município. Sabemos que o orçamento já veio dividido entre as Secretarias e que 5% do orçamento é um valor considerável, mas se pegarmos os estudos de cursos feitos por serviços de convivências que impactam preventivamente mais de duas mil crianças e adolescentes os serviços oferecidos aos adultos que no Município estão tendendo aos deficientes e aos idosos precisamos de um montante maior no valor de R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) para criança e adolescente, e R\$800.000,00 (oitocentos mil reais), para os deficientes. Com a crise a população mais vulnerável é a primeira a ser atingida. E cada vez mais é necessário que o orçamento público seja visto como fato de cuidados social. Com relação ao serviço de convivência temos como pontuar os valores que precisam serem suplementados. Porém os outros serviços, bem como os gastos necessários para a implantação de nossos serviços e o custo dos serviços de execução direta não temos como dimensionar. Desta forma é que se utiliza o percentual de 5%, que supomos, cobriria o necessário para a Secretaria de Assistência Social. O que fazer para que os responsáveis pela Administração Pública percebam a necessidade de alocação maior nesta área, cujo o atendimento é torna essencial em tempo de crises econômica? Ano após ano a SINTESE vem participando de todas as audiências orçamentárias e deixando as suas observações e sugestões. As entidades são parceiras do Poder Público, mas antes de tudo devem serem fiéis as suas missões de entidades sem-fins lucrativos, especialmente de ser voz para quem não tem voz, na busca da garantia dos direitos constitucionais do cidadão. Agradecemos a atenção dispensada, e mais uma vez nos colocamos à disposição da Câmara na fundamentação de dados e valores para a execução de serviços no terceiro setor,



objetivando a observação de políticas públicas no Município. Mogi das Cruzes, 28 de fevereiro. O senhor Presidente agradeceu a compreensão de todos, bem como destacou que a SINTESE representa um grupo muito grande de pessoas. Agradeceu também a Marina com o didático de professora dela para que todos tomem o conhecimento do que faz a Assistência Social e do trabalho que é feito por comunidade e população. Fez uso da palavra o senhor Newton Muniz, o qual cumprimento todos os presentes, bem como esclareceu o seguinte: A minha antecessora já falou tudo sobre Assistência Social. Então eu vou colocar somente uma questão a qual eu gostaria que o Secretário pudesse nos ajudar. O senhor citou um aumento em doze anos de 274%, para a Assistência Social e 106% descontado em inflação, mas o que nós gostaríamos de saber, qual foi o aumento da demanda nesses doze anos por serviços e por aparelhamentos? Isso é que mostra o real aumento. Doze ano atrás, quantas pessoas eram atendidas pela a Assistência Social e quantos necessitam serem atendidos agora, diante dessas questões todas que a minha antecessora colocou aí? Eu gostaria que o senhor me informasse esses dados. Qual é a demanda de hoje desses doze anos? O senhor Presidente da Comissão Permanente de Finanças, o Vereador Antônio Lino da Silva mediante ao questionamento feito com relação a demanda do atendimento da Assistência Social no decorrer dos doze anos, bem com expôs que em seu entender quem teria esses dados seria a própria Assistência Social e não o Secretário Clóvis. O senhor Newton Muniz, prosseguiu com a sua fala expondo o seguinte: Eu apenas citei ele porque foi ele quem colocou essa variação enorme, mas a gente entende e somos sabedor, mas nós estamos navegando no site da Assistência Social nos últimos vinte anos e sabemos a dificuldade a qual a minha antecessora colocou aí né. O senhor Presidente da Comissão Permanente de Finanças, o Vereador Antônio Lino da Silva, indagou a Secretária de Assistência Social a senhora Neusa Aiko Marialva se a mesma poderia passar esses dados questionados pelo o senhor Newton. Assim o senhor Presidente da Comissão Permanente de Finanças, o Vereador Antônio Lino da Silva afirmou um compromisso com o senhor Newton que se caso a Secretária de Assistência Social não tiver esses dados em mãos, esse Vereador se prontifica no dia da votação do projeto de lei toma a liberdade de fazer a



leitura dos dados na Sessão Ordinária da Câmara Municipal diante das câmeras de televisão para mostrar para todos os dados questionada na audiência pública. Assim o senhor Newton Muniz concordou com o compromisso feito pelo Presidente da Comissão Permanente de Finanças, o Vereador Antônio Lino da Silva, bem como agradeceu pela a oportunidade. O senhor Paulo Ernane Bergamo dos Santos, o qual saudou a todos os presentes expondo o seguinte: Eu gostaria de basicamente colocar quatro aspectos com relação a essa Lei Orçamentária. Primeiro lugar, qual a razão para a Prefeitura e o Município querer contratar US\$69 milhões de dólares, ou seja, quase R\$260.000.000,00 (duzentos e sessenta milhões de reais) em contrato externo porque nós como cidadãos nós é quem pagamos a conta. Qualquer empresa privada ninguém faz nada se o dono e os acionistas deixarem. Vamos trazer isso para a Cidade. Ninguém pode fazer nada se nós como cidadãos e como contribuintes não queremos ou se achamos que isso não há razão nenhuma de ser. Então eu gostaria de saber. Primeiro, qual a razão? Já que, se nós formos olhar a Lei Orçamentária que está prevista só de transferência de cota de ICMS, o valor de R\$278.000.000,00 (duzentos e setenta e oito milhões de reais), ou seja, o ano que vem o Município de Mogi das Cruzes irá receber em transferências do ICMS que é do Estado R\$278.000.000,00 (duzentos e setenta e oito milhões de reais), ou seja, praticamente a mesma coisa, o mesmo valor deste financiamento que eles querem pegar nos Exterior, onde a Cidade irá ficar atrelada com esse valor de financiamento em dólar, tem taxa de administração, além do mais, existe um valor de 20% que tem que ser adiantado. Ou seja, eu quero saber porque vocês estão querendo esse financiamento? Porque não usar já os recursos que estão aqui dentro das possibilidades da Cidade? Se for para fazer isso por causa de um empreendimento de duzentas mil pessoas que é a Mogi Nova. A nossa Mogi é a Mogi Velha largada e esburacada, sem Saúde e sem nada. A Mogi Nova, é essa Mogi com duzentos mil habitantes que vai ser feita ao pé da Serra para estragar tudo. Se eles querem fazer, eles que paguem! Nós não vamos pagar! Nós não queremos pagar, eu acho que ninguém quer pagar isso. A não ser que seja em benefício da Cidade inteira. Então primeiro, porque razão isso? Eu gostaria de ter acesso ao parecer técnico de análise de custo e benefícios desse crédito, onde estão os pareceres? Eu gostaria



de ter acesso a todos os relatórios e análise de acompanhamento de fiscalização orçamentária de 2019. Todos, da sua Comissão. Segundo, gostaria que a Comissão examinasse e emitisse parecer sobre as razões e na LOA de 2020 constar um recurso praticamente inexistente no Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano de R\$1.000,00 (um mil reais), quando esse fundo tem que receber dinheiro dos estudos de impacto de vizinhança. Quando alguém faz prédio, faz três prédios ele tem que fazer um estudo e pagar compensações pela bagunça que ele traz. Só que Mogi não cobra nada e não exige impacto de vizinhança. É por isso que está R\$1.000,00 (um mil reais), eles estão deixando de receber dos grandes empresários e pegando o dinheiro da gente, dos pobres, das pessoas que trabalham o dia inteiro e que estão na Mogi Velha. O resto estão aqui. O resto eu vou integrar por escrito. O senhor Wagner Souza dos Santos, fez uso da palavra cumprimentando a todos os presentes, bem como disse o seguinte: Neste momento eu me encontro como Conselheiro da Assistência Social e venho representar os cidadãos e cidadãs de situação de rua de Mogi das Cruzes. Eu venho trazer aqui como apelo muito encarecidamente para esse povo que se encontra em situação de rua hoje em Mogi das Cruzes, e que é um número que vem aumentando muito em Mogi. Sabemos que muitas das vezes são criminalizados por conta muitas das vezes atribuída por uso de substâncias psicoativas, mas sabemos que na realidade não é só isso. Todo o quadro hoje político do nosso país e do nosso Município e do nosso Estado vem agravando bastante as situações mais vulneráveis e neste caso eu venho pedir uma proposta de uma república, pois hoje nós vemos que temos um grande povo que se encontram em situação de rua assim como eu estou ainda também. Os serviços oferecidos que não sejam necessários e que também não seja efetuado o bem em que está, mas essa necessidade de se fazer um parâmetro em momentos dos moradores de rua em razão de pessoas que já conseguiram superar socialmente nesta parte da situação de rua, bem como os companheiro que ainda se encontram em situação de rua e que muitos das vezes adquiriram nas ruas mesmo essa proposta de estar sobre efeito de substâncias psicoativas. Esse auto da população de rua vem se refletindo na Saúde da própria população e refletindo em mortes. Nós tivemos um número muito considerável esse ano de mortes das pessoas



em situação de rua de Mogi, algumas atribuídas até em assassinatos, enfim, mas essa questão da república nós vem se atentando como representante da população de rua de Mogi e que é necessário. Isso eu trago como uma necessidade própria para mim mesmo e para muitos outros companheiros que estão em situação de rua dentro dos acolhimentos institucionais de Mogi das Cruzes. E que também venha abrir a possibilidade para que essas vagas comessem a serem abertas e também para que pessoas que se encontram em situação de rua ou até mesmo em números de demandas reprimidas que está em Mogi comessem a ter oportunidade de acessar esse serviço de ressocialização de suas vidas. É muito complicado hoje, eu acho que nem um Mogiano como eu sou, se agrada hoje com o perfil das ruas com a quantidade imensa que está com relação as pessoas de situação de rua. Então eu venho pedir para a Mesa e aos companheiros aqui presente hoje que se atentem a isso, porque nós estamos verdadeiramente fazendo um apelo encarecido que estamos precisando mesmo desse socorro porque o nosso povo em situação de rua está morrendo. Obrigado! O senhor Alexandre Apolinário do TUCANAFRO, o qual saudou a todos os presentes expondo o seguinte: Eu vou uma carta aqui prévia que foi liberada por hoje até então a gente não tinha essa informação dos quatro pontos. O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Mogi das Cruzes vem a presença de Vossa Senhoria neste momento em que a Lei Orçamentária de 2020, do Município de Mogi das Cruzes, está tramitando na Câmara para expor e apontar o que se segue: Desde 2017, vem este Conselho pleiteando o aumento do orçamento municipal de nosso Município com base no Plano Plurianual. Ou seja, com as demandas necessárias para o atendimento das áreas de Assistência Social. No ano de 2018, não aprovou o orçamento municipal para a Secretaria Municipal de Assistência Social para 2019 aprovou parcialmente, e novamente para 2020, o orçamento não foi aprovado pelo Conselho. Os aumentos repassados para as Organizações Sociais previstos nas Leis Orçamentárias não contemplaram o gasto real, somente o repasse o índice inflacionário. Caso não fosse feito o trabalho junto a Câmara Municipal pelo COMAS e pelo Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente não seriam aprovadas as emendas parlamentares de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) para 2018, e



R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para 2019. Vale lembrar, que as duas emendas foram incorporadas nos anos seguintes de todos os orçamentos, demonstrando somente esses valores repassados à Secretaria Municipal de Assistência Social na atual gestão do Executivo. O curioso é que o mesmo constando nas duas Leis de Diretrizes Orçamentárias como prioridade atual da Administração Municipal, na prática o orçamento não estiveram as portas para a Secretaria de Assistência Social, justamente quando o país passa por uma crise financeira, e a população voltou a aparecer nos índices trabalhistas. Nas pré-conferências municipais que ocorreram nos diversos bairros do Município, o forte clamor para que o orçamento da Assistência Social, assim como da Educação e da Saúde, tenha o percentual fixo a partir das receitas previstas no orçamento municipal. Lembrando Constitucionalmente a Educação e a Saúde tem 25% e 15% respectivamente do orçamento municipal garantido e observa-se que os a excedem consideradamente esses percentuais. No caso da Assistência Municipal, o nosso empenho é para que a porcentagem de 5% seja assumida pelo Executivo. Infelizmente, o orçamento da Assistência não chega a 3%, do orçamento municipal equiparando ao orçamento da Câmara Municipal. Ora, outro ponto importante, é de que, até a presente data o estudo de custo dos serviços que são subvencionados pela a Prefeitura Municipal seja de atendimento em creches, nos atendimentos de Saúde ou na Assistência, com exceção do serviço de convivência e fortalecimentos dos vínculos que não realizados até o momento. Lembrando que, o Município de São Paulo já fez os estudos desde 2011. Ora, como pode o gestor público elaborar um orçamento sem saber o real gasto, quando deveria repassar as Organizações Sociais que executam os serviços de políticas públicas? Isso é dever do Estado. Vale lembrar aqui, que nos casos das Organizações Sociais que executam os serviços na área da Saúde desde 2015, não tem aumento do valor do valor de repasse, nem mesmo do índice inflacionário. Desde 2015, não tem o valor do aumento do valor de repasse, nem mesmo os inflacionários. O COMAS, é um Conselho de Controle Social, e responsável para a acompanhar políticas públicas na área de Assistência Social. Desta forma, venho participar desta audiência pública orçamentária para o ano de 2020, e mostrar a necessidade que o orçamento contemple a equidade social. Assim agradecemos a atenção e



viemos nos colocar a disposição da Câmara. Eu quero aqui parabenizar aos Vereadores e o Secretário pelo o 4.1, que chega muito próximo daquilo que pedimos de 5%, lembrando que a gente tem que continuar para aumentar esse orçamento. O senhor Valdemar José Sá de Azevedo fez uso da palavra cumprimentando todos os presentes, expondo o seguinte: Eu acho que todos nós estamos preocupados com a situação e eu fico preocupado porque tem uma PEC que está alterando os fundos. Deveria ter sido falado que a PEC desvincula o dinheiro da Assistência Social, e engloba Saúde e Educação em um bolo só que tem várias pegadinhas que um bom tributarista deve observar e deveria ser observado na elaboração desse orçamento. Eu acho que é o momento em uma situação em que nós estamos vivendo que Saúde e Educação e Assistência Social vão necessitar mais de dinheiro. E aí eu fui pegar a Lei Orgânica do Município. Artigo 116, e o § 1º, que é importantíssimo Presidente, nós temos que usar a progressividade do IPTU, quer dizer: Taxar mais quem tem mais, é o princípio da equidade, está previsto aqui na Lei Orgânica. O imposto, o IPTU, previsto no inciso 1, será progressivo, e não regressivo. Então vamos exercitar e pegar isso e deveria aproveitar. Já que estão discutindo o orçamento. E como a gente vamos precisar de mais dinheiro para as políticas sociais nada melhor do que fazer a progressividade disso. Porque na realidade, ela tem uma incoerência logo abaixo no artigo 4, diz que: No primeiro inciso propõe progressividade, no quarto ela propõe a regressividade, sendo que a gente até poderia dizer que dá o nome, porque está assim: O imposto previsto no inciso quarto que diz: Esse artigo não se deverá sobre o transporte coletivo urbano. Isso se diz, tem nome né, a Júlio Simões. Então é um negocio previsto na Lei Orgânica para um grupo econômico quando deveria se quebrar essa e se fazer essa questão da progressividade dos impostos, já que está previsto na Lei Orgânica, quando todos os Vereadores, todos os gestores são sabedores. Então eu acho que urge porque as políticas públicas da Assistência e da Saúde necessitam de mais recursos. E nada melhor do que a gente começar a discutir a progressividade dos impostos. Obrigado! A senhora Jane Holdam, a qual fez uso da palavra cumprimentando a todos os presentes expondo o seguinte: Eu sou moradora da velha Cidade de Mogi das Cruzes, e eu gosto muito de caminhar pela a Cidade. Eu caminho muito. Eu caminho as vezes



200Km, e tenho visto aqui, claro que não em Mogi, tenho visto em Mogi que a Cidade está completamente abandonada. A gente não tem asfalto, o asfalto está todo esburacado. Eu estou falando, e vou falar isso na Cidade em geral. Eu vou falar agora do meu bairro que eu represento, eu sou da AMVOA – Associação dos Moradores da Vila Oliveira e Adjacências. A gente andou aí brigando por causa da mudança da Lei de Zoneamento. A gente não quer a mudança da Lei de Zoneamento de ZOP-3 para ZOP-2. Parece que o castigo está vindo assim a cavalo, as nossas ruas estão inteiras esburacadas. Iluminação então, péssima! Ninguém consegue andar nas ruas a noite porque é tudo escuro. E na minha rua eu pedi para que vissem se a minha casa estava ligada na rede de esgoto. Eu tenho pelo menos três depressão na minha rua. Eu já saio da minha garagem caindo nos buracos. Então eu gostaria que incluísse neste gasto público o cuidado com Mogi das Cruzes. Vamos tornar Mogi das Cruzes mais bonita! Ela é tão linda! Vamos tornar Mogi das Cruzes bonita. É mais bonita! Essa melhoria da Cidade já foi falada na audiência da Lei de Diretrizes e Orçamento, sendo que nós pedimos a AMVOA pediu e fomos completamente ignorados. Nem a ata que nós pedimos nos forneceram. Eu não sei se existe a ata. Então mais uma vez, vamos tornar os bairros de Mogi das Cruzes e não só a Vila Oliveira, mas os bairros de Mogi das Cruzes com asfalto, ah! Me lembrei, tem um asfalto na Vila Oliveira que por onde passava o antigo Prefeito que morava no Real Parque que é um tapete. Eu gostaria que todas as ruas, e quero e vou exigir, que todas as ruas da Vila Oliveira, sejam tapetes como essa rua. Ontem nós tivemos, por exemplo, só um exemplo, nós tivemos uma enchente que acabou com vários carros na Rua Elias Salim Takaishi, ou seja, na Vila Oliveira. Então, por favor, vamos incluir neste gasto a conservação da Vila Oliveira, e dos demais bairros. Obrigada! A senhora Emília Didziokas fez uso da palavra exponho o seguinte: O que eu vou pedir aos senhores aqui, eu venho pedindo em todas as audiências do Plano Diretor, e eu vou pedir em todas as Comissões possíveis que eu entrar. Os senhores lidam com a parte do orçamento. Portanto, saem das mãos dos senhores e para onde vai o dinheiro? Aqui em Mogi nós temos uma coisa muito interessante, ninguém reclama da merenda escolar na maioria dos lugares. A maioria da merenda escolar de Mogi realmente é boa. Eu frequento muitas escolas porque eu



faço trabalho com hortas nas escolas. Eu trabalho em Educação Ambiental. E realmente a merenda de Mogi é boa, mas existe uma falha muito grave na merenda e que os senhores poderiam recomendar e que eu vou pedir em outros lugares que se recomende. A merenda de Mogi não é feita para crianças subnutridas. As crianças que estão lá onde a Jadeline conhecem, e que estão em Jundiapéba, são crianças que já vem de uma gestação e de uma mãe subnutrida. Essa criança já nasce subnutrida, e essa criança não tem a maior chance de aprendizado porque ela não tem a quantidade suficiente de nutriente em seu organismo para ter o tamanho normal da bainha de mielina que o ser humano precisa ter para o seu cérebro funcionar apropriadamente e para ele poder aprender. Uma criança subnutrida ela não aprende! Então a criança da periferia lá do bairro abandonado e esquecido ele não vai ter chance de aprendizado e não porque a escola de Mogi é ruim, não é porque os professores de Mogi são ruins e não é porque a merenda de Mogi é ruim, mas é porque não existe o cuidado de se lembrar de uma coisa triste no nosso país e que infelizmente em Mogi também existe que é a tragédia da subnutrição das gestantes e dos bebês. O bebê nasce subnutrido, mama em uma mãe subnutrida e fala-se sempre em aleitamento materno, mas não existe a distribuição de um suplemento nutricional no Posto de Saúde para aquela mulher que foi lá subnutrida para alimentar o seu filho. Portanto a criança está mamando em uma mãe subnutrida, e essa criança vai se desenvolver subnutrida, quando na merenda escolar não existe suplementação para que criança que vem desde a gestação subnutrida. A chance social desta criança é infinitamente menor. A possibilidade de desenvolvimento dele de alcançar mesmo que alcance um filho de um bom trabalhador que consegue dar uma boa alimentação para a sua esposa durante a gestação, ou de dar uma boa nutrição para o seu filho na primeira infância é mínima! Já começa ali uma disputa covarde, qual subnutrido vai ter subcapacidade de aprendizagem. E essa é uma realidade social no nosso país e na nossa Cidade também. Por incrível que pareça nesta linda Cidade existe regiões de periferias que tem criança em quadro de subnutrição triste. Eu tenho certeza que todo o pessoal do Serviço Social sabe disso. E não existe um estudo para isso. Então, por favor, os senhores que controlam o dinheiro e que sabe para onde ele vai, lembrem do pessoal que precisa de prioridade para isso. Muito



obrigado! O Vereador Edson dos Santos também fez uso da palavra cumprimentando a todos os presentes expondo o seguinte: Na qualidade de Presidente da Comissão de Assistência Social da Casa eu gostaria de estar reforçando a fala da Marina Presidente Antônio Lino. A SINTESE ela abriga mais entidades, onde muitas delas são parceiras da Prefeitura no seguimento de Assistência Social. Por mais que o Secretário mostrou para a gente aí o momento de orçamento de 2019 para cá, por mais que já esteja atingido quase o 5% que é o que as entidades pedem para gente. Em momento de crise o povo que mais sofre é o público ligado a Assistência Social. Então eu gostaria de pedir aos meus colegas vereadores e ao líder Antônio Lino para que a gente conseguisse fazer um trabalho assim como fizemos dois anos seguidos e que é reconhecido pelas as entidades e que foi graças a essa Casa que a gente conseguiu emendas e que foram incorporadas ao orçamento da Assistência Social. O senhor Presidente Antônio Lino da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, solicitou ao nobre Vereador que mencionasse em sua fala a respeito do que foi falado na reunião com o senhor Prefeito com relação a preocupação das entidades, onde este Vereador e o Vereador portador da palavra no momento participaram naquela oportunidade. Assim o Vereador Edson dos Santos fez uso da palavra relatando o seguinte: Todas as vezes que tem esse reclamo é claro que a gente leva o assunto ao Prefeito. E em dois anos em seguido a gente conseguiu através da Câmara e eu acho importante esse reconhecimento, onde a Marina, a Joana e o pessoal que está aqui eles reconheceram esse trabalho que a Câmara fez para que essa emenda fosse incorporada no orçamento. E eu gostaria de pedir o apoio de vocês para que neste ano aconteça a mesma coisa. Obrigado! O Vereador Pedro Hideki Komura fez uso da palavra expondo o seguinte: Boa noite a todos! Eu gostaria de parabenizar a todos os participantes desta audiência pública da Comissão de Finanças. Eu que sempre faço parte da Comissão de Finanças né Vereador Antônio Lino. Então a gente com certeza tem a sensibilidade de estar ouvindo as entidades que representa a nossa comunidade. Então com certeza os anseios das entidades nós iremos levar em consideração como em outras audiências anteriores. Então vamos trabalhar bastante para que a gente possa aumentar essas verbas para as áreas sociais. Nós iremos conversar



com o Secretário de Finanças e com o Prefeito Marcus Melo, e vamos levar essas demandas para poder contemplar os anseios de vocês aqui. Tá bom? É para isso que nós estamos aqui nesta audiência pública aqui da Comissão de Finanças. E com certeza né Vereador Antônio Lino, Farofa o Edson dos Santos e outros Vereadores também, com certeza nós iremos levar essas demandas como aconteceram em outros anos e com certeza nós iremos conseguir melhorar um pouquinho. Muito obrigado! O Vereador Emerson Rong também fez uso da palavra cumprimentando a todos os presentes expondo o seguinte: É fundamental todos que vieram hoje aqui e deram a sua palavra aqui. Eu acho que é muito importante porque isso é a construção de uma Cidade melhor. Lógico que a gente vem se preocupando muito a na área da Saúde e da Assistência Social porque hoje a gente está mais engajado dentro deste contexto e dentro desta Assistência Social. Lógico, é uma via de mão dupla que tanto a Prefeitura tem a sua parte como a Assistência tem que fazer a sua lição de casa. Eu acho que a lição de casa cabe para os dois lados. A gente tem que tomar conta do orçamento, mas a minha fala é um pouco mais voltada para a Assistência Social no sentido das entidades. Até tem um programa no mês de dezembro e o Vereador Edson junto com a Marina com o tema "O ato de doar", mas eu acho fundamental todos entenderem que o país passa por uma crise. É lógico, que o dinheiro da nossa Cidade é administrado por todos esse orçamento. Então eu quero estar parabenizando a todos, porque eu acho fundamental a participação maciça da população. E tem que questionar mesmo, porque essa Casa é uma Casa de leis, e nós estamos em país de democracia e tem que ser debatido mesmo vários temas e pautados com classe e com sabedoria. Então fica aqui o meu recado, porque eu acho que nós temos que saber ir para cima e cobrar, mas também precisa-se entender que é preciso fazer a lição de casa. Eu acho que é uma via de mão dupla. Antes de mais nada os meus parabéns a essa Casa e a todos aqui presentes. O senhor Presidente Antônio Lino da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, consultou se haveria pessoas que não fizeram o uso da palavra e que gostaria de terem a oportunidade de se expressarem. Neste momento alguém questionou ao senhor Presidente sobre algo fora do microfone, onde o senhor Presidente Antônio Lino da Silva, Presidente da Comissão



Permanente de Finanças e Orçamento disse o seguinte: Eu participe do processo lá, e agora eu vou falar de forma geral, ou se o senhor quiser eu dou até por detalhe para o senhor porque eu acompanhei e tenho os dados lá, ou para a sociedade de um modo em geral. Essa verba dos trezentos e poucos milhões que o senhor está falando, cento e poucos milhões são só na área de esgotamento. Por exemplo, o Córrego do Lava Pé, irá ser todo canalizado que está neste projeto. A Vila Oliveira será uma das maiores contempladas neste processo. A questão viária de César de Souza que hoje é o gargalo de toda César de Souza o Adalberto sabe muito bem disso. Hoje eles têm uma dificuldade muito grande com aqueles condomínios que foram construídos lá e hoje o bairro de César de Souza é uns que houve um investimento menor. Quando nós investimos cento e poucos milhões em Jundiapéba não investimos em César de Souza o Adalberto acabou de nos colocar aqui. Então parte deste dinheiro também faz parte deste anel viário. As outras questões da Cidade naquela região esse dinheiro todo foi empregado lá. A maior parte desta verba, uma grande parte é de saneamento básico que vai ficar debaixo do chão que é para a Saúde, sendo que nós falamos muito aqui sobre a questão da Saúde das pessoas. Essa senhora que falou por última da desnutrição aqui, me chamou a atenção fortemente. Isso é uma questão importantíssima que muitas das vezes são investidos e que as pessoas nem aparecem. O trabalho que foi feito neste setor é grande, sendo que a Prefeitura não tem condições. Eu não sei se vocês perceberam aqui, mas o investimento da Administração que fica para o Município é muito pequeno, ainda mais nesta questão de 2014 para cá, que o repasse do Estado mergulho, o da União mergulhou e o do Município não acompanhou. Então o que nós temos hoje na questão de Educação que são quatrocentos e poucos milhões, eu tenho acompanhando isso a muito tempo, mas nos temos hoje duzentas e poucas escolas, nós temos uma rede municipal com quarenta e seis mil alunos, vinte e dois mil alunos no período integral. É um custo elevadíssimo que o Município está bancando. Eu acho que é justo. Quando o Secretário nos coloca ali que os 25% será ultrapassado, que a questão da Saúde que é 15% irá vira 21%. Agora eu queria perguntar então: Cada um por cento desta questão Secretário quantos milhões vira na conta da questão da Saúde de 15% para 21%, aumenta quanto? R\$4.000.000,00 (quatro



milhões de reais)? R\$3.000.000,00 (três milhões de reais)? Só para a gente ter uma ideia, nós estamos falando de questões essenciais hoje das vidas das pessoas. Primeira coisa que precisamos ter é Saúde, e nós temos uma dificuldade muito grande que é a Constituição que foi citada aqui várias vezes, onde ela dá o direito de quem vem de Suzano, de quem vem de Poá, de quem vem de Bertioga ser tratado aqui, quando nós estamos bancando uma conta muito alta. Eu não sei se vocês sabem disso, mas nós estamos bancando uma conta muito alta e que não é nossa! Só que nós não podemos proibir. O Prefeito de Barueri tentou fazer isso através de uma Lei Municipal, mas a Justiça mandou abrir no outro dia. Então é uma questão que nós temos que começar a conviver o que nós queremos. O que foi mais pedido aqui é a questão de Saúde e saneamento básico, eu acho que é um trabalho sério. Tá bom? Não tá bom! Está longe de estar bom, tá muito longe, mas hoje infelizmente a gente queria ter muito mais. Outras Cidade em que nós estamos trabalhando aqui a maior, nós temos que cuidar de verbas. O senhor Paulo falava aqui sobre a questão do empréstimo. Hoje a Prefeitura de Mogi das Cruzes tem, vamos dar o exemplo da casa de vocês. Quanto que é o endividamento? Quanto que hoje é o endividamento do Município? Vinte e dois por cento. Exato eu não sei, mas a Constituição que vocês citaram várias vezes aqui o Município pode se endividar até 120%, é o que não está, porque está pagando em dia. Então eu sei que há falhas um dia. Eu quero dizer para vocês: Eu estou nesta Casa aqui a vários anos e nós nunca estivemos assim no passado reuniões como essa. Isso é um avanço. Eu queria dizer para vocês que isso é um avanço que nós estamos tendo. E no ano que vem, eu quero essa Casa mais cheia. A discussão começa antes para que a gente possa ter uma amplitude maior nesta discussão. Então isso é importantíssimo. É só esse apoderamento que eu queria fazer com vocês. E eu estou extremamente feliz de estar discutindo. Eu acho que nós temos que continuar discutindo nas Comissões, discutindo no Plenário da Câmara, discutindo aqui. Quando eu fui Presidente desta Casa, eu fiz questão absoluta de colocar a TV no ar e nós estamos sendo transmitidos agora para a sociedade ter esse conhecimento. Eu briguei imensamente com as TVs fechadas porque elas não queriam transmitir a TV CÂMARA. Eu consegui uma liminar na Justiça para que eles transmitissem para nós, eu



fui lá na ALESP, para acertar com a ALESP e fazer. E agora nós temos nesta Casa aqui uma aprovação em que eu pedi lá atrás de uma Rádio também para a gente continuar fazendo o nosso trabalho e divulgando para a sociedade. Porque neste mundo corrido em que nós temos hoje nós precisamos colocar um aplicativo nesta Casa para todo mundo ficar sabendo o que nós estamos fazendo aqui. Eu nunca me escondi disso, e nunca vou me esconder disso, porque o dia em que eu tiver que esconder eu não estou aqui. Então eu acho que isso é importante para vocês saberem qual é a opinião do Presidente desta Comissão. Portanto mais transparência é impossível. Por isso que eu digo: Eu quero ouvir a voz de quem não falou, eu quero dar oportunidade. Olha com todo carinho, eu estou aqui hoje e não tenho problema nenhum. O senhor Paulo Ernani Bergamo dos Santos disse o seguinte: Eu acho que essa postura do senhor deve ser aplaudida obviamente. Acontece o seguinte, esse financiamento é de US\$69 milhões de dólares e não há, pois já procuramos em todos os lugares, inclusive no tramite da Lei que é uma lei que autorizou esse financiamento. Na aprovação dessa lei não há parecer técnico. Há um parecer jurídico, mas não há parecer técnico. Segundo, desobedece a Lei de Responsabilidade Fiscal, nos artigos 16, 17, 32, e a lei foi tão mal escrita no qual ela tem um ponto em que ela autoriza que se utiliza receitas de impostos para dar como garantia de pagamento a operação de crédito que é proibido pela a Constituição. Você pode fazer como garantia receita de impostos quando a União está dando a garantia para o Município para poder pegar o empréstimo. Então o que o Município faz? Pega essa receita de impostos e vai dar como garantia para o União. Agora garantia para operação é inconstitucional. o senhor Presidente Antônio Lino da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento respondeu o seguinte: Então o senhor está correto em seu raciocínio. A Prefeitura de Mogi das Cruzes, na semana passada esteve em Brasília eu não sei se o senhor viu no jornal, levando todo o projeto que agora vai para o Senado, e o Senado que vai analisar. E essa verba que o senhor está falando da Prefeitura o Município que assumir esse compromisso com a União. Tudo isso que o senhor falou é o que está na lei. Então para contrair esse empréstimo precisa ter o aval do Senado, precisa ter o aval da União. Agora se não tiver o aval da União não vai conseguir fazer. Então o que o senhor

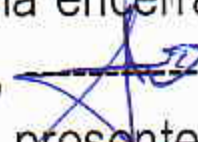


está falando está correto. A Prefeitura está fazendo exatamente o que o senhor falou. Então eu gostaria até de saber, porque o senhor estudou a matéria e a matéria é neste sentido também. Eu possa até passar depois para o senhor e depois até fazer uma leitura no plenário da Câmara para que todos estivessem lá. O senhor Paulo Ernani Bergamo dos Santos disse o seguinte: O senhor me desculpe, espera aí, o senhor está jogando para o Senado e para a União. o senhor Presidente Antônio Lino da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento respondeu o seguinte: Mas é o caminho. O senhor Paulo Ernani Bergamo dos Santos disse o seguinte: Não, não, mas começou errado aqui, quer dizer que o senhor vai deixar chegar lá para eles falar que está errado aqui. Já começou errado aqui, não tem parecer técnico, não tem nenhum tipo de, você não consegue entender. Primeiro, quais são, eu sei quais são, porque tem um município que eles citaram que é Taubaté e vai lá ver quais são as condições do financiamento. É o mesmo Órgão, vai ver as condições. O senhor Presidente Antônio Lino da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento respondeu o seguinte: Jacareí acabou de sair agora. O senhor Paulo Ernani Bergamo dos Santos disse o seguinte: Tem taxa de administração, e nada disso está escrito ali na aprovação da Lei. Tem taxa de administração para pode fazer tudo em dólar. Além de taxa de juros tem taxa libor, tem um monte de situações. A Cidade não pode aceitar de assumir um financiamento dessa forma, não é porque os Vereadores resolveram fazer, e que acharam que a Cidade está precisando, que eles podem fazer sem primeiro vir conversar. Isso aqui é um financiamento externo, pois nós iremos ficarmos vários anos pagando isso, e o principal é em dólar. Em 2018, quando essa lei foi aprovada o dólar estava 3.8, agora está 4.24, já aumento quase 10%, sem ainda ter assinado esse contrato. Então eu acho que paga até mal. Sinceramente! Eu acho que paga mal para a Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, para o Prefeito de mandarem um pacote deste com um monte de abertura de inconsistência. Quer dizer, agora você vai jogar lá para o Senado? Para dizer se está certo ou errado. Espera aí pô! O senhor Presidente Antônio Lino da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento respondeu o seguinte: Agora o senhor está questionando a prateia senhor Paulo. O senhor Paulo Ernani Bergamo dos Santos disse o



seguinte: O senhor foi muito legal, mas vamos rever esse financiamento. O senhor Presidente Antônio Lino da Silva, Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento respondeu o seguinte: Obrigado senhor Paulo pela a sua contribuição. Eu ainda continuo perguntando se alguém ainda quer fazer uso da palavra. Se não tiver, antes de encerrar eu quero fazer um agradecimento de coração a cada pessoa que está aqui presente. A cada pessoa que mora em Mogi das Cruzes, e que está agora aqui neste instante. Cada fala de vocês é muito importante, nós estamos brigando por um objetivo só, com um propósito de uma Cidade melhor, uma população melhor, uma sociedade melhor, e de atender as necessidades de como aquele menino de rua falou aqui o Wagner. Cadê o Wagner? Parabéns, tá, por ter a oportunidade de fazer defesa dessas pessoas que estão vulneráveis nas ruas. Isso é tão importante como qualquer um que reclamou aqui, que reclamou não, mas que fez a reivindicação de seu bairro. Como nós Vereadores que estamos aqui, o Secretário falou aqui. Eu acho que uma audiência pública, cadê o Azambuja? Eu o vi aqui, não foi embora não né? Eu conheço na palma o seu bairro e as dificuldades que você citou aqui, de todas elas Azambuja. E de todas as pessoas que falaram aqui. Eu estou citando algumas pessoas, mas me desculpa se eu não falei de todas, mas a Jane que falou da Vila Oliveira e das pessoas que estão aqui. Eu estou vendo a irmã que está aqui também e que deixou os afazeres para lutar pelas pessoas carentes do dia a dia. Então antes de encerrar, do COMAS que falou aqui, eu vou levar com muito carinho. O Vereador Edson dos Santos que falou aqui, outros Vereadores que falaram. O Vereador Edson dos Santos é um batalhador na questão da Assistência Social, nunca deixou um dia neste plenário de falar desse seguimento, nunca deixou um dia de falar, sempre fez a defesa firme para fazer esse trabalho. Nós saímos daqui um dia para falar com o Prefeito para falar com ele e dizer: Prefeito, o que lá nós ouvimos lá na Diretrizes foi a questão da Assistência Social. E nós precisamos de uma atenção. E eu aqui levar essa mensagem ao Prefeito, e ele já nos deu o sinal de que está trabalhando para isso melhorar. Então nós não chegamos nos 5%, mas vamos tentar agora na reta final com ele para ver se a gente consegue apertar um pouquinho de cada lado para ver se a gente consegue fazer esse trabalho. Tá bom? Esse é um compromisso do Vereador Edson e eu estou somando



junto com ele. Eu acho que a Casa inteira irá somar com ele. Tá bom? Eu queria de coração encerrar e agradecer a Deus e pedir a Deus por ter nos conduzido aqui com muita inteligência para fazer essa audiência pública. Tá bom? Eu quero agradecer o pessoal da TV CÂMARA que está nos acompanhando agora, e se louver algum dos Vereadores que quiser fazer uso da palavra. Então agradeço a todos de coração. Eu estou vendo criança aqui, isso é muito legal, porque já podemos dizer que no futuro eles estão aqui. Portanto eu dou por encerrada essa audiência pública e agradeço a Deus por esse momento e obrigado a todos. Nada mais havendo a ser tratado, foi à audiência encerrada às onze horas e cinquenta minutos e para ficar registrada, eu,  Arnaldo Nogueira Filho, Assessor Especial Parlamentar, lavrei a presente ata na íntegra, a qual segue assinada por todos os presentes.

Antônio Lino da Silva
Presidente da Comissão Permanente de
Finanças e Orçamento

José Francimário Vieira de Macedo
Membro da Comissão Permanente de
Finanças e Orçamento

Pedro Hideki Komura
Membro da Comissão Permanente de
Finanças e Orçamento

Fernanda Moreno da Silva
Membro da Comissão Permanente de
Finanças e Orçamento

Iduigues Ferreira Martins
Membro da Comissão Permanente de
Finanças e Orçamento



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

Estado de São Paulo

ASSUNTO: Audiência Pública referente a Lei Orçamentária Anual - LOA 2020

DATA: 28 de novembro de 2019

HORÁRIO: 18h30 às 20h30

LOCAL: Auditório Tufi Elias Andery da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

LISTA DE PRESEÇA

NOME	ENTIDADE/LOCAL	DOCUMENTO	ENDEREÇO	ASSINATURA
Adelberto (S.) Andery	Associação	13.441.233-4	Av. Pirene, 100, Mogi das Cruzes	[Signature]
Marli (S.) Lima	Associação	17.596.336-6	Rua Manoel de Almeida, 18	[Signature]
Marina Dias Regueira	ASSINTES	14.179.804-X	Rua Dr. Medeiros, 188	[Signature]
Dacir dos Santos de Assis	Assoc. Morador	27.592.046-X	Av. Monte São, 271	[Signature]
Daniel Cavaleiro	ASGETE	29.299.138-19	Fazenda de Alfredo Lopes	[Signature]
Dra. Patricia D. D. Gomes		413.932.118-46	S. J. dos Cruzes	[Signature]
MEXITION MUAITE	SOC. CIVIL	5.367.402	R. E. C. CALDAS, 177	[Signature]
Isidoro F. Pereira	ASSINTES	12.900.808-8	R. Antonio Pavan, 177	[Signature]
Roberto (S.) Lima	C. P. M.	21.212.74-2	C. P. M.	[Signature]
Paulo Roberto Gomes	AMVOA	3.784.619	Mun. de Mogi das Cruzes	[Signature]
Alexandre de F. Gomes	AMVOA	8.765.293	SAIM R. L. T. S.	[Signature]
Guilherme (S.) Gomes	Comas	24.844.323-5	AV. NARCISO Y GUINAGAO	[Signature]
Waldemar (S.) de Almeida	Oeste	24.840.361-8	Mogi das Cruzes	[Signature]
Trochuê Henri	Makobba	24.737.325-4	Mogi das Cruzes	[Signature]
Glória Ramalho	C. M. S.	20.787.371-5	M. C. M. S.	[Signature]
Maria Elisen Fonseca	OPB	24.830.960-2	M. C. M. S.	[Signature]
Christiane Regueira de Mello	OPB	21.753.468-5	R. do V. Carlinhos, 848	[Signature]
Flávia Martinez	Imbituba	300.775.768	Rua do Rio Paulo de Carlos	[Signature]
Jose Carlos da Silva	Recomenda	35.022.128-5	Rua São João, 107	[Signature]
	AV. DE VITÓRIA	17.781.748	RUA MASTRARI DEKI, 10	[Signature]



ASSUNTO: Audiência Pública referente a Lei Orçamentária Anual - LOA 2020

DATA: 28 de novembro de 2019

LOCAL: Auditório Tufi Elias Andery da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ENTIDADE/LOCAL	DOCUMENTO	ENDEREÇO	ASSINATURA
Egeline M. Santos	PDT	032.95709216	Av. Monte Siao, 221	[Assinatura]
Fabiana dos AZAMBUJA	(PDT)	7.953.208X	Rua Cumbeiro-34	[Assinatura]
Daniela de D. da Silva	PMMC	34.263.949-3	Mogi das Cruzes	[Assinatura]
Oliveira Fátima Gu.	DMC		Mogi das Cruzes	[Assinatura]
Erica Rodrigues		24.839.952-4	Mogi das Cruzes	[Assinatura]
Sylvinia Bonney Lobo		56.272-757-7	Mogi das Cruzes	[Assinatura]
Vagner L. Santos	COMES		Mogi das Cruzes	[Assinatura]
AUDONIO ASSUNÇÃO	PRET	RG 6.014.050	Mogi das Cruzes	[Assinatura]
GROCEARIA MOREIRA	CIDADA			[Assinatura]
Josiane Lima Vieira			Jd. erapostoli	[Assinatura]
Roberto Nogueira	IPSS	5442445	R. Jhinio Nazareno 200	[Assinatura]
Maria de Lourdes J. Vitor	Sup. Provisão	967129705-	R. Maria Gabriela 64	[Assinatura]
Gustavo Op. Montaino Filho	Ci O Pombalino	45.208.351-5	R. São João n. 85	[Assinatura]
RINALDO SAZAO SACAL	Câmara	16846164 X		[Assinatura]
Joana S. Genueth	Recomendação	12191371	R. Zepeli 185	[Assinatura]
Beleno B. C. Bassi	Alt. P + 2 Uda	7.535.226-6	R. Paduaqueto Moraes 157	[Assinatura]
Keti LA Pereira	SUE	44707301	AV M = Osorio Valle 1068	[Assinatura]
Eliza da Luz Moreira	União da União	95986128	Est. Morreu Sufrido, 50	[Assinatura]
NATÁLIA AP. ALVES LAPES	Sociedade Civil	40903007826	Reserva Medeiros Rodrigues 191	[Assinatura]
MAURÍCIO NEGRIMON	Frederico	22037338-03	Av. Egídio da Cunha Gomes 162	[Assinatura]





Estado de São Paulo

DATA: 28 de novembro de 2019

HORÁRIO: 18h30 às 20h30

LOCAL: Auditório Tufi Elias Andery da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

LISTA DE PRESENÇA

NOME	ENTIDADE/LOCAL	DOCUMENTO	ENDEREÇO	ASSINATURA
WILSON DE SOUZA SILVA	INST. MARIA HÍDE	13819.745-0	R. ANTONIO FERNANDES, 90	[Assinatura]
Maria da Glória R. Viana	PMMC - Finanças	123.142.578-4	R. Av. Marc. Y. S. 272	[Assinatura]
Martha Yvete Anselmi	PMMC - Finanças	47.848.017-3	São Paulo	[Assinatura]
Luiz Carlos Martins de Silva	O Bem Semelhante	43.113.683-X	R. Hugo Calixto & Freixo, 480	[Assinatura]
Sidney Antonio Salles	COMAS	29.978.022-3	Av. Francisco Franco, 133	[Assinatura]
Alexandre Hamaguchi	ASETC	033.142.318-90	R. Sandeline do S. Japm 492	[Assinatura]
Silvia Soares Eidel	RECOME CAR	42.407.515-5	Est. Grunhi Albuquerque 1300 - mace	[Assinatura]
Katia P. da Silva	Bom Jardim	40.962.324-6	AV. Japao 3479	[Assinatura]
ESDRAS T. L. L. E. T. E.	ABRPA	37479212-4	AV. Japao XXIII, 400	[Assinatura]
Matheus Ribeiro de Oliveira	ABRPA	42.808.522-2	D. G. Versusio, 19	[Assinatura]
Carolina Vaz	Tradef	941129883	Mogi Mogi no cga	[Assinatura]
Felipe D. Lima	CEI Pequena empresa		AV. Central	[Assinatura]
Renato Fernandes	Recome car	30.299.222-4	Av. Francisco R. Filho 830	[Assinatura]
Celso Cipriano	Doelekar	4417124-9		[Assinatura]
Apresentar e indicar	Gratuf.	18.082.392-9	R. Deodoro 8	[Assinatura]
Omair Lenzi Swabowski	SOMUS	13.524.600-8	R. Eng. Antônio L. Oliveira 185	[Assinatura]
Maurício da Silva	AMCSC	47.206.124	Rua: Francisco Martim, 96	[Assinatura]
Miguelê Rafael Araújo	USSB B. de Armas	47.382.2764		[Assinatura]
Alfredo Ferreira	Gratuf.	15.994.141-6	Dr. Gregório	[Assinatura]





NOME	ENTIDADE/LOCAL	DOCUMENTO	ENDEREÇO	ASSINATURA
Érica Trunigue Silveira	Estado Bom Domitônio	37716588885	R. Dr. Eduardo Henrique Tominari	Érica M. S. Rêbo
Duana Miranda Pele	Tráfeg.	9521.085.4	R. Joreglia de Melo. 100.	9521.085.4
Christiana Jones B. Jora	O Bem Samaritano		R. Joreglia de Melo. 100.	Christiana Jones
Bruna Elaisa Ferreira	O Bem Samaritano	45519.987-5	R. Joreglia de Melo. 100.	Bruna Elaisa Ferreira
Priscila Alves Gualter	CECIN/COMAS	6.354.811.8	R. Joreglia de Melo. 100.	Priscila Alves
Leoneide V. de J. Silva	Cooperativa Civil	97.690.821-6	R. Nelson Paulo de Sá	Leoneide V. de J. Silva
Daniela Magalhães Assis	Rede de Mogi	20443872-1	R. Benedita Maria. 80	Daniela Magalhães
Coniê Duda Zuck	Tráfeg.	053.425.50861	R. Prof. Nemes Vitor M. Mendes	Coniê Duda Zuck
Apresentada de O. Silva	Serpro		R. Prof. Nemes Vitor M. Mendes	Apresentada de O. Silva
Marcelo de J. Silva	Serpro	223889910	R. Prof. Nemes Vitor M. Mendes	Marcelo de J. Silva
Celeste P. Jora	Ass. Miss. Cat. C.	MO28050.4	R. Prof. Nemes Vitor M. Mendes	Celeste P. Jora
Tr. Maria Paola	Tráfeg.	2010166-4	R. Prof. Nemes Vitor M. Mendes	Tr. Maria Paola
Marcelo Oliveira Gonçalves	CRAS	12572350-7	R. Prof. Nemes Vitor M. Mendes	Marcelo Oliveira Gonçalves
Marcos A. T. de O. Jora	CRAS	425044245	R. Prof. Nemes Vitor M. Mendes	Marcos A. T. de O. Jora
Lucas R. Jora	CRAS	34194135	R. Prof. Nemes Vitor M. Mendes	Lucas R. Jora
Leoneide V. de J. Silva	CRAS	96060-3893	R. Prof. Nemes Vitor M. Mendes	Leoneide V. de J. Silva
Gabriel Vilela do Monte				Gabriel Vilela do Monte



Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

ASSUNTO: Audiência Pública referente a Lei Orçamentária Anual - LOA 2020

HORÁRIO: 18h30 às 20h30

LOCAL: Auditório Tufi Elias Andery da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes

LISTA DE PRESENÇA

[illegible]



Inscritos para uso da palavra

- Audiência Pública sobre a LOA 2020

28.11.2019

1 Adalberto Santana de Andrade ✓

2 Edeline Maurício dos Santos -

3 Salvador Azambuja - 19.13 h

4 Mariana Dias Nogueira 19.15.50

5 Newton Muniz 19.24

6 Paulo Emanuel Bengano dos Santos 19.28 h

7 Wagner Souza dos Santos 19.33 h





Inscritos para uso da palavra – Audiência Pública sobre a LOA 2020 28.11.2019

8

Alexandre Apolinário x

9

Abelmar José Sá de Azevedo

10

Jane Holborn

Edson dos Santos

Emília Didiziotas

Ver Buenson Rêgo



À

CAMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

PRESIDENTE DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA – LOA 2020



As Entidades e cidadãos que abaixo subscrevem essa petição, e que entregam uma via da mesma ao Presidente da 2ª Audiência Pública LOA 2020 convocada para esta data, 28/11/2019, **vêm requerer**, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

A. A retirada da operação de crédito externo junto a Corporação Andina de Fomento - CAF para o Programa + Mogi EcoTietê da Lei Orçamentária 2020,;

B. Que a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO da Câmara Municipal examine e emita Parecer sobre as razões de na LOA 2020 constar recursos praticamente inexistentes no Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável¹ para 2020;

C. Que a COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO da Câmara Municipal apresente seus relatórios e análise de acompanhamento e fiscalização orçamentária de 2019;

D. Que sejam realizadas outras audiências públicas na COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO para debates e propostas de alterações da LOA 2020;

1. Na data de 11/12/2018, a Câmara Municipal da cidade de Mogi das Cruzes recebeu o Projeto de Lei Ordinária nº 147/2018, encaminhado pelo Prefeito da cidade, para autorização da contratação de operação de crédito externo no valor total de US\$ 69.439.000,00 (sessenta e nove milhões, quatrocentos e trinta e nove mil) dólares dos EUA, destinados ao Programa + Mogi EcoTietê.

¹ **Art. 283** O orçamento do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável - FMDUS, integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 283 Constituirão recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável – FMDUS (...)

VI - recursos oriundos dos instrumentos previstos nesta Lei Complementar, a saber: Estudo Prévio de Impacto de Vizinhança - EIV, outorga onerosa do direito de construir e da alteração do uso, transferência do potencial construtivo e operação urbana consorciada;



Tal projeto foi convertido na Lei 7.423, de 26 de dezembro de 2018, e está incluído no projeto de Lei Orçamentária de 2020;

2. Ocorre que no âmbito desse processo, **não foi apresentado qualquer parecer técnico** sobre a operação de crédito externo em comento, **não há qualquer análise criteriosa dos custos e benefícios** advindos dessa contratação, **nem estimativa do impacto orçamentário-financeiro** no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, **nem as premissas e metodologia de cálculo utilizadas**, e **não há comparativo com outras opções possíveis**, em desrespeito a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), artigo 32, §1º² c/c artigos 16 e 17, LRF;

3. Note-se que como **a contratação é em moeda norte-americana**, o município ficará ao sabor do “humor” do câmbio e da desvalorização do real frente ao dólar, como se observa neste momento em que a moeda norte-americana ultrapassa a cotação de R\$ 4,24 para US\$ 1,00 – enquanto em dezembro 2018 a cotação era de R\$ 3,8750 para US\$ 1,00: **um aumento de quase 10% no principal e a operação ainda nem foi confirmada pelo Ministério da Fazenda, nem pelo Senado Federal**;

4. Também **não se encontra no processo referido qualquer identificação tecnicamente adequada acerca das fontes dos recursos** voltados a atender à contrapartida mencionada na fl. 12 do processo (aumento de despesa), **nem às fontes de recursos para atender à remuneração da operação de crédito em si**, em desrespeito aos artigos 16 e 17 da LRF;

5. Também **não se encontra no processo referido qualquer indicativo quantificado de qual seria a origem dos recursos voltados a atender os eventuais créditos adicionais** autorizados pelo artigo 6º do projeto – e agora

² Art. 32. (...). § 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, **demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:** I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

da Lei nº 7.423/2018, e de seu montante, em desrespeito aos artigos 16 e 17 da LRF;



6. Note-se que como nem o Plano Plurianual 2018-2021, nem a Lei de Diretrizes Orçamentárias 2020, nem o Plano Diretor vigente em Mogi das Cruzes (Lei Complementar nº 46/2006) fazem qualquer referência expressa ao programa + Mogi EcoTietê, não há compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, essa contratação não poder ser incluída na Lei Orçamentária de 2020 – como pretende o prefeito no Projeto de Lei Orçamentária de 2020 já encaminhado à Câmara Municipal;

7. O Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, artigo 40, § 1º, dispõe que o plano diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas;

8. Registre-se que o Projeto de Lei em comento, atualmente Lei nº 7.423, de 26 de Dezembro de 2018, autorizou o Poder Executivo de Mogi das Cruzes a vincular receitas de impostos municipais como contrapartida à operação de crédito externo, o que é vedado pela Constituição Federal, artigo 167, §4º; o que se admite é tal vinculação para prestação de garantia ou de contragarantia à União e para pagamentos desta:

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a vincular, em caráter irrevogável e irretratável, a modo "pró solvendo", as receitas a que se referem os artigos 158 e 159, inciso I, alínea "b", complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no artigo 156, nos termos do § 4º do artigo 67, todos da Constituição Federal, bem como outras garantias admitidas em direito, como contrapartida à garantia da União e à operação de crédito de que trata esta Lei.

9. Também não houve realização de processo licitatório para a contratação dessa operação de crédito, nem fundamentação jurídica para embasar contratação direta;

10. Não houve a convocação e realização de qualquer audiência pública sobre a tomada de empréstimo externo dessa monta, para que a população local pudesse conhecer as razões da iniciativa do Poder Público municipal em recorrer a essa contratação de crédito;



Art. 126 Os projetos de lei relativos ao orçamento anual, ao plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e aos créditos adicionais serão apreciados pela Câmara, na forma de seu Regimento Interno.

§ 1º Caberá à Comissão Permanente específica:

I - Examinar e emitir Parecer sobre projetos, planos e programas, bem assim sobre as contas apresentadas pelo Prefeito;

II - Exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária.

Atenciosamente,

28/11/2019

Paulo Bernardi B. Santos
Paulo Bernardi B. Santos
Paulo Bernardi B. Santos

**MENSAGEM GP Nº 270/2019**

Mogi das Cruzes, 10 de dezembro de 2019.

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

Com a Mensagem GP nº 243, de 27 de setembro de 2019, foi submetido ao elevado e criterioso exame de Vossas Excelências e à soberana deliberação do Plenário dessa Augusta Casa Legislativa o **Projeto de Lei nº 119/19**, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020 (**LOA 2020**), elaborado de forma a ser compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com as normas da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações posteriores, e ainda, com a Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes.

2. Considerando as informações prestadas pelo Instituto de Previdência Municipal de Mogi das Cruzes no Ofício nº 373/2019 - IPREM, ratificada pela Secretaria de Finanças, nos termos do Processo Administrativo nº 40.504/19 (anexo por cópia), sirvo-me do presente para encaminhar a esse Egrégio Legislativo as alterações necessárias na Proposta Orçamentária para 2020, em trâmite nessa Casa de Leis, tendo em vista a necessidade de atendimento ao disposto no Plano de Contas AudeSP 2020, na Classificação das Despesas Subitem, do Anexo II - Tabelas de Escrituração Contábil - Auxiliar 2020 - v1, que exclui os sub elementos 3.3.20.01.01 - COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA APOSENTADORIAS ENTRE RPPS E RGPS e 3.3.20.03.01 - COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA PENSÕES ENTRE RPPS E RGPS e que orienta a classificar estas despesas na conta 3.3.20.41.00 - CONTRIBUIÇÕES.

3. Assim sendo, conforme exposto no item 2, solicito a Vossas Excelências que uma das Comissões Permanentes desse Legislativo apresente a seguinte **Emenda Modificativa**, visando alterar a **Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão**, na parte relativa ao **IPREM**, conforme segue:

ONDE SE LÊ:	
3.3.20.01.01 - APOSENTADORIAS E REFORMAS - R\$ 300.000,00	
3.3.20.03.01 - PENSÕES - R\$ 20.000,00	
ALTERAR PARA:	
3.3.20.41.00 - CONTRIBUIÇÕES - R\$ 320.000,00	

4. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas por servidores do IPREM e da Pasta Financeira da Municipalidade.

**MENSAGEM GP Nº 270/19 - FLS.2**

Agradecendo a atenção que, por certo, será dispensada à presente, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, em mais esta oportunidade, os protestos de minha elevada consideração.

MARCUS MELO
Prefeito de Mogi das Cruzes

A Sua Excelência o Senhor
Vereador **Rinaldo Sadao Sakai**
Presidente da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
E demais Excelentíssimos Senhores Vereadores
Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 381, Centro Cívico
Nesta

SGov/rbm/am

**IPREM**

Instituto de Previdência Municipal
Mogi das Cruzes - SP

Proc. 40504/119
F. 02 P.G. 2



OFÍCIO Nº 373/2019 - IPREM

Mogi das Cruzes, 2 de outubro de 2019.

A Sua Senhoria a Senhora
Maria de Fátima Vicentino
Chefe de Divisão do Orçamento da Secretário Municipal de Finanças
Nesta

Assunto: Alteração do Orçamento do IPREM para 2020

Senhora Chefe do Orçamento,

Solicitamos a alteração do Orçamento do IPREM para o exercício de 2020, pois o Plano de Contas Audesp 2020, na Classificação da Despesas Subitem, do Anexo II – Tabelas de Escrituração Contábil – Auxiliar 2020 – v1, exclui os sub elementos 3.3.20.01.01 – COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA APOSENTADORIAS ENTRE RPPS E RGPS e 3.3.20.03.01 – COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA PENSÕES ENTRE RPPS E RGPS e orienta a classificar estas despesas na conta 3.3.20.41.00 – CONTRIBUIÇÕES.

Assim, onde se lê:

3.3.20.01.01 – COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA APOSENTADORIAS
ENTRE RPPS E RGPS – R\$ 300.000,00

3.3.20.03.01 – COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA PENSÕES ENTRE RPPS
E RGPS – R\$ 20.000,00

Alterar para:

3.3.20.41.00 – CONTRIBUIÇÕES – R\$ 320.000,00

Agradecendo a atenção que, por certo, será dispensada ao presente, aproveito a oportunidade para renovar os protestos de elevada consideração.

Atenciosamente,


JOEL LEGNAIELI VASCONCELLOS
Fiscal de Rendas



INST PREV MUNIC DE MOGI DAS CRUZES - IPREM

AV. VER. NARCISO YAGUE GUIMARÃES, 277 - 2º andar

CNPJ.: 07.544.655/0001-70

Relatório da Prévia do orçamento da despesa - Exercício 2020

Assinatura: [Assinatura]

Reitor: Rubrica

Usuário: joel
Data: 01/10/2019 10:47:33

Sistema CECAM
(Página: 1 / 1)

Ficha Un.Orc.	Função	Projeto/Atividade/Oper.	Espec./Reserva de Contingência	Categoria	D.R.	Ordinaria	Vinculada	Dotação Total
---------------	--------	-------------------------	--------------------------------	-----------	------	-----------	-----------	---------------

*** ORGAO: 31 INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL-IPREM

*** UNIDADE: 31.10.00 ADMINISTRAÇÃO GERAL DO IPREM

1	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.1.90.11.00	04.110.00	1.795.000,00	0,00	1.795.000,00
2	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.1.90.13.00	04.110.00	145.000,00	0,00	145.000,00
3	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.1.90.16.00	04.110.00	26.000,00	0,00	26.000,00
4	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.1.90.91.00	04.110.00	30.000,00	0,00	30.000,00
5	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.1.91.13.00	04.110.00	315.000,00	0,00	315.000,00
6	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.3.90.14.00	04.110.00	16.000,00	0,00	16.000,00
7	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.3.90.30.00	04.110.00	50.000,00	0,00	50.000,00
8	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.3.90.33.00	04.110.00	60.000,00	0,00	60.000,00
9	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.3.90.35.00	04.110.00	32.000,00	0,00	32.000,00
10	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.3.90.36.00	04.110.00	264.000,00	0,00	264.000,00
11	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.3.90.37.00	04.110.00	20.000,00	0,00	20.000,00
12	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.3.90.38.00	04.110.00	24.000,00	0,00	24.000,00
13	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.3.90.39.00	04.110.00	743.000,00	0,00	743.000,00
14	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.3.90.40.00	04.110.00	176.000,00	0,00	176.000,00
15	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.3.90.47.00	04.110.00	385.000,00	0,00	385.000,00
16	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	3.3.90.93.00	04.110.00	20.000,00	0,00	20.000,00
17	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	4.4.90.51.00	04.110.00	20.000,00	0,00	20.000,00
18	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	4.4.90.52.00	04.110.00	139.000,00	0,00	139.000,00
19	31.10.00	04.122.0600.2119	SERV DIR E COORD DAS ATIVIDADES GERAL DO IPR	4.4.90.61.00	04.110.00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00
20	31.10.00	09.272.0600.2120	CONCESSÃO DE NOVAS APOSENTADORIAS E PENSÕES	3.1.90.01.00	04.602.00	96.211.000,00	0,00	96.211.000,00
21	31.10.00	09.272.0600.2120	CONCESSÃO DE NOVAS APOSENTADORIAS E PENSÕES	3.1.90.03.00	04.602.00	5.468.000,00	0,00	5.468.000,00
22	31.10.00	09.272.0600.2120	CONCESSÃO DE NOVAS APOSENTADORIAS E PENSÕES	3.1.90.05.00	04.602.00	10.179.000,00	0,00	10.179.000,00
23	31.10.00	09.272.0600.2120	CONCESSÃO DE NOVAS APOSENTADORIAS E PENSÕES	3.1.90.91.00	04.602.00	400.000,00	0,00	400.000,00
24	31.10.00	09.272.0600.2120	CONCESSÃO DE NOVAS APOSENTADORIAS E PENSÕES	3.3.20.41.00	04.622.00	320.000,00	0,00	320.000,00
25	31.10.00	09.272.0600.2120	CONCESSÃO DE NOVAS APOSENTADORIAS E PENSÕES	3.3.90.93.00	04.602.00	50.000,00	0,00	50.000,00
26	31.10.00	09.272.0600.2121	ADM APOSENT E PENS DA MASSA SEGREGADA	3.1.90.01.00	01.110.00	25.700.000,00	0,00	25.700.000,00
27	31.10.00	09.272.0600.2121	ADM APOSENT E PENS DA MASSA SEGREGADA	3.1.90.03.00	01.110.00	16.450.000,00	0,00	16.450.000,00
28	31.10.00	09.272.0600.2121	ADM APOSENT E PENS DA MASSA SEGREGADA	3.1.90.91.00	01.110.00	100.000,00	0,00	100.000,00
29	31.10.00	09.272.0600.2121	ADM APOSENT E PENS DA MASSA SEGREGADA	3.3.90.93.00	01.110.00	50.000,00	0,00	50.000,00
30	31.10.00	99.997.9999.9996	Reserva de Contingência da Previdência-RPPS	9.9.99.99.00	04.602.00	4.212.000,00	0,00	4.212.000,00
31	31.10.00	99.999.9999.9997	Reserva de Contingência do IPREM	9.9.99.99.00	04.110.00	5.115.000,00	0,00	5.115.000,00
SUBTOTAL DA UNIDADE EXECUTORA						170.515.000,00	0,00	170.515.000,00
TOTAL DO ORGAO						170.515.000,00	0,00	170.515.000,00
*** TOTAL GERAL						170.515.000,00	0,00	170.515.000,00

SUBTOTAL DA UNIDADE EXECUTORA

TOTAL DO ORGAO

*** TOTAL GERAL



Joel Legnietti Vasconcellos
Diretor Financeiro
CRC-1SP 150.138/O-8

**MENSAGEM GP Nº 271/2019**

Mogi das Cruzes, 10 de dezembro de 2019.

**Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,**

Com a Mensagem GP nº 243, de 27 de setembro de 2019, foi submetido ao elevado e criterioso exame de Vossas Excelências e à soberana deliberação do Plenário dessa Augusta Casa Legislativa o **Projeto de Lei nº 119/19**, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020 (**LOA 2020**), elaborado de forma a ser compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com as normas da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e suas alterações posteriores, e ainda, com a Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes.

2. Considerando as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Agricultura no Ofício nº 049/2019 - SMAG, ratificada pela Secretaria de Finanças, nos termos do Processo Administrativo nº 16.752/19 (anexo por cópia), sirvo-me do presente para encaminhar a esse Egrégio Legislativo as alterações necessárias na Proposta Orçamentária para 2020, em trâmite nessa Casa de Leis, tendo em vista a necessidade de atendimento ao disposto no Plano de Contas AudeSP 2020, na Classificação das Despesas Subitem, do Anexo II - Tabelas de Escrituração Contábil - Auxiliar 2020 - v1, que exclui os sub elementos 3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, e que orienta a classificar estas despesas na conta 3.3.90.45.00 – SUBVENÇÃO ECONÔMICA.

3. Assim sendo, conforme exposto no item 2, solicito a Vossas Excelências que uma das Comissões Permanentes desse Legislativo apresente a seguinte **Emenda Modificativa**, visando alterar a **Natureza da Despesa - Anexo 2 - Consolidação por Órgão**, na parte relativa à **SECRETARIA DE AGRICULTURA**, conforme segue:

ONDE SE LÊ:
3.3.90.39.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA - R\$ 200.500,00
ALTERAR PARA:
3.3.90.45.00 – SUBVENÇÃO ECONÔMICA - R\$ 200.500,00

4. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas por servidores da Secretaria Municipal de Agricultura e da Pasta Financeira da Municipalidade.

**MENSAGEM GP Nº 271/19 - FLS.2**

Agradecendo a atenção que, por certo, será dispensada à presente, aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência, em mais esta oportunidade, os protestos de minha elevada consideração.

MARCUS MELO
Prefeito de Mogi das Cruzes

A Sua Excelência o Senhor
Vereador **Rinaldo Sadao Sakai**
Presidente da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes
E demais Excelentíssimos Senhores Vereadores
Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 381, Centro Cívico
Nesta

SGov/rbm/am



Ofício n.º 049/2019-SMAG

Mogi das Cruzes, 15 de abril de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
MARCUS MELO
Prefeito de Mogi das Cruzes
Nesta

PROTOCOLE-SE E AUTUE-SE.

AUTORIZO. Encaminhe-se à Secretaria de Governo para as providências cabíveis, observadas as cautelas de estilo. GP, 16 de abril de 2019

MARCUS MELO
Prefeito de Mogi das Cruzes

Guilherme Sever
GP nº 18.623

Assunto: Projeto de Lei – Subvenção de Safra aos produtores rurais estabelecidos no município de Mogi das Cruzes

Senhor Prefeito,

Visando garantir ao produtor rural proteção de suas produções agrícolas, devido às variações das condições climáticas, solicito de Vossa Excelência **AUTORIZAÇÃO** para a criação de Lei que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção econômica para custeio do valor do prêmio do seguro rural aos produtores rurais estabelecidos no município de Mogi das Cruzes, assim como o encaminhamento da presente minuta do Projeto de Lei ao Legislativo, para exame e aprovação.

Informo que há previsão orçamentária para atendimento das despesas, conforme Classificação Funcional **20.605.0032.2.510**, Natureza da despesa **3.3.90.39.00**.

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos do meu elevado apreço e especial consideração.

Respeitosamente,

RENATO AUGUSTO ABDO
Secretário de Agricultura



INTERESSADOS:

Secretaria de Agricultura

À Secretaria de Governo:

Ratificamos a informação constante às fls. 20, e tendo em vista o Plano de Contas do Audep para o exercício de 2020, a classificação correta para Subvenção Econômica é 3.3.90.45.00, conforme planilha anexa.

Em face do exposto, sugerimos que seja alterado o projeto de Lei da LOA/2020 conforme segue.

Onde se lê: 02.15.01 – Secretaria Municipal de Agricultura – 20.605.0032.2.510 – Promoção da Segurança Rural – **3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 200.500,00.**

Leia-se: 02.15.01 – Secretaria Municipal de Agricultura – 20.605.0032.2.510 – Promoção da Segurança Rural – **3.3.90.45.00 – Subvenção Econômica – R\$ 200.500,00**, bem como seja encaminhado o Projeto de Lei solicitado na inicial.

Departamento de Orçamento e Contabilidade, em 10 de dezembro de 2019.

Maria de Fatima R. Vicentino
Chefe de Divisão

Clovis S. Hatw Lú Junior
Secretário de Finanças

Visto:

FOLHA DE INFORMAÇÃO OU DESPACHO



EMENDA AO PROJETO nº 119/2019

(Projeto de Lei nº 119/2019 – Estima a Receita e Fixa as Despesas do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020)

A presente Emenda à Lei Orçamentaria para o exercício de 2020 objetiva incluir proposta de melhorias no Bairro do Parque Morumbi, visando garantir o direito de acesso a serviços públicos básicos de saneamento básico ao bairro.

O saneamento básico compreende um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais relativos aos processos de abastecimento de água potável, *esgotamento sanitário*, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais.

Além de garantir melhoria na condição de vida da população, o saneamento básico de qualidade previne ocorrências de agravos à saúde e ações degradantes ao meio ambiente. A destinação adequada de esgoto e resíduos sólidos, evita a poluição de rios e lagos.

Razão pela qual apresentamos a seguinte emenda, afim de possibilitar melhorias nas condições de vida dos moradores e obras tão necessárias no Parque Morumbi.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



EMENDA

REJEITADO

Sala das Sessões, em _____ 2019

2.º Secretário

SUPLEMENTA em R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) a dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Obras (02.09.00) – natureza da despesa nº 3.3.90.39.00 e classificação funcional nº 17.512.0026.1.061 – AMPL. Do SIST. ESGOTAMENTO SANITÁRIO na REGIÃO DO PARQUE MURUMBI.

REDUZ em R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) a dotação orçamentaria do Gabinete do Prefeito (02.01.00) – natureza da despesa nº 3.3.90.39.00 e classificação funcional nº 04.131.0010.2.122 – Publicidade e Divulgação das Atividades Municipais.

Assim, diante do acima exposto, apresento esta EMENDA, a qual merecerá análise dos nobres pares desta casa.

Plenário Vereador “ Dr. Luiz Beraldo de Miranda”, em 11 de Dezembro de 2019.



JORGE RODRIGO VALVERDE SANTANA

VEREADOR- PT



IDUIGUES FERREIRA MARTINS

VEREADOR - PT



EMENDA AO PROJETO nº 119/2019

(Projeto de Lei nº 119/2019 – Estima a Receita e Fixa as Despesas do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020)

A presente Emenda à Lei Orçamentaria para o exercício de 2020 objetiva a complementação das ações na Unidade Básica de Saúde em Cezar de Sousa.

Durante audiência pública realizada no dia 28 de novembro o representante da associação de moradores desta localidade, solicitou ampliação dos atendimentos da UBS, para serem realizados 24 horas por dia, de forma a garantir melhoria no acesso ao sistema de saúde aos usuários.

O acesso à saúde é direito de todos e dever de todos entes da federação, e deve ser garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Razão pela qual apresentamos a seguinte emenda, afim de possibilitar a população e a todos usuários a garantia do acesso à saúde.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



REJEITADO
Sala das Sessões, em 14/12/2019

EMENDA

2.º Secretário

SUPLEMENTA em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Saúde (02.11.00) – natureza da despesa nº 3.1.90.00.00 e classificação funcional nº 10.301.0028.2.045 – Manutenção e Operação da Secretaria de Saúde, com o objetivo de ampliar o atendimento na UBS de Cezar de Sousa.

REDUZ em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (02.13.00) – natureza da despesa nº 3.3.90.39.00 e classificação funcional nº 15.452.0030.2.057 – fiscalização e controle da limpeza pública.

Plenário Vereador “Dr. Luiz Beraldo de Miranda”, em 11 de dezembro de 2019

JORGE RODRIGO VALVERDE SANTANA

VEREADOR- PT

IDUIGUES FERREIRA MARTINS

VEREADOR - PT



EMENDA AO PROJETO nº 119/2019

(Projeto de Lei nº 119/2019 – Estima a Receita e Fixa as Despesas do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020)

A presente Emenda à Lei Orçamentaria para o exercício de 2020 objetiva a criação de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no Parque das Varinhas.

Considerando a necessidade premente de uma unidade de saúde no local, devido a distância do bairro de outras unidades de saúde.

A Unidade Básica de Saúde (UBS) é o primeiro contato dos usuários, a principal porta de entrada e centro de comunicação com toda a Rede de Atenção à Saúde. Deverá ser instalada perto de onde as pessoas moram, trabalham, estudam e vivem e, com isso, desempenha um papel central na garantia de acesso à população a uma atenção à saúde de qualidade.

Considerando que o Bairro vem aumentando significativamente a população local e assim necessitando mais de serviços de saúde.

Razão pela qual apresentamos a seguinte emenda, afim de garantir o direito à saúde, reconhecimento da dignidade humana, promover o progresso social, melhores condições de vida.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO
EMENDA



REJEITADO
Sala das Sessões, em 17/12/2019

2.º Secretário

SUPLEMENTA em R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) a dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Saúde (02.11.00) – natureza da despesa nº 3.3.90.39.00 e classificação funcional nº 10.302.0028.1.218 – Constr., Ampl. e Ref. de equipamentos de Saúde (UBS) do Parque das Varinhas.

REDUZ em R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) a dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (02.13.00) – natureza da despesa nº 3.3.90.39.00 e classificação funcional nº 154 520 030 2.057 – fiscalização e controle da limpeza pública.

Assim, diante do acima exposto, apresento esta EMENDA, a qual merecerá análise dos nobres pares desta casa.

Plenário Vereador "Dr. Luiz Beraldo de Miranda", em 11 de Dezembro de 2019


JORGE RODRIGO VALVERDE SANTANA
VEREADOR- PT


IDUIGUES FERREIRA MARTINS
VEREADOR - PT



EMENDA AO PROJETO nº 119/2019

(Projeto de Lei nº 119/2019 – Estima a Receita e Fixa as Despesas do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020)

A presente Emenda à Lei Orçamentária para o exercício de 2020 objetiva incluir proposta de ampliação dos cursos de iniciação profissional da Secretaria de Educação.

Tendo em vista a necessidade de garantir o protagonismo dos nossos adolescentes e jovens é necessário proporcionar a qualificação para o trabalho, com ênfase na promoção da cidadania e diminuição das desigualdades sociais.

O acesso às políticas públicas sociais, é indispensável ao desenvolvimento de competências e habilidades básicas dos adolescentes e jovens, e contribui, também para viver e conviver numa sociedade moderna e igualitária.

Razão pela qual apresentamos a seguinte emenda, afim de possibilitar a qualificação dos nossos jovens preparando-os para o mercado de trabalho, protagonizando suas próprias vidas.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



EMENDA

REJEITADO
Sala das Sessões, em 17/12/2019
2.º Secretário

SUPLEMENTA em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação (02.07.00) – natureza da despesa nº 3.3.90.39.00 e classificação funcional nº 12.363.0021.1.009 – Ampliação da oferta dos cursos de iniciação profissional.

-

REDUZ em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a dotação orçamentaria do Gabinete do Prefeito (02.01.00) – natureza da despesa nº 3.3.90.39.00 e classificação funcional nº 04.131.0010.2.122 – Publicidade e Divulgação das ativ. Municipais.

Assim, diante do acima exposto, apresento esta EMENDA, a qual merecerá análise dos nobres pares desta casa.

Plenário Vereador “Dr. Luiz Beraldo de Miranda”, em 11 de dezembro de 2019.


JORGE RODRIGO VALVERDE SANTANA

VEREADOR- PT


IDUIGUES FERREIRA MARTINS

VEREADOR - PT



EMENDA AO PROJETO nº 119/2019

(Projeto de Lei nº 119/2019 – Estima a Receita e Fixa as Despesas do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020)

A presente Emenda à Lei Orçamentaria para o exercício de 2020 objetiva incluir verbas na Secretaria de Assistência Social, afim de ampliar os serviços de atendimento a criança e ao adolescente em nossa cidade.

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem que ocorra prejuízos da proteção integral, assegurando-lhes todas as oportunidades e facilidades, favorecendo o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

O atendimento as crianças e adolescente é realizado de forma direta ou indireta, por entidades e organizações. As entidades e organizações de assistência social prestam atendimentos às famílias, indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade, porém este setor tem constantemente reivindicado melhorias nos recursos para adequações e ampliações dos serviços.

Razão pela qual apresentamos a seguinte emenda, afim de garantir os mínimos sociais, provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



EMENDA

REJEITADO

Sala das Sessões, em 17/12/2019

2.º Secretário

SUPLEMENTA em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Assistência Social (02.12.00) – natureza da despesa nº 3.3.50.43.00 e classificação funcional nº 08.243.0029.2.052 – Manutenção e ampliação dos serviços de assistência à criança e ao adolescente.

REDUZ em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Finanças (02.05.00) – natureza da despesa nº 9.9.99.99.00 e classificação funcional nº 99.999.9999.9.999 – Reserva de contingência da Prefeitura.

Assim, diante do acima exposto, apresento esta EMENDA, a qual merecerá análise dos nobres pares desta casa.

Plenário Vereador "Dr. Luiz Beraldo de Miranda", em 11 de Dezembro de 2019


JORGE RODRIGO VALVERDE SANTANA

VEREADOR- PT


IDUIGUES FERREIRA MARTINS

VEREADOR - PT



EMENDA AO PROJETO nº 119/2019

(Projeto de Lei nº 119/2019 – Estima a Receita e Fixa as Despesas do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020)

A presente emenda à Lei Orçamentaria para o exercício de 2020 tem o objetivo de atender aos munícipes do Jardim Aeroporto III que ao longo de anos reivindicam a necessidade de se implementar rede de esgoto em diversas ruas do bairro que ainda não foi atendida por este serviço.

Considerando que devemos priorizar os serviços de esgotamento sanitário, pois, desta forma podemos garantir melhoria na condição de vida da população, prevenir ocorrências de riscos à saúde, e garantir qualidade de vida.

Considerando que o bairro já está consolidado há muitos anos e ainda não possui sistema de esgotamento sanitário em todas as ruas, expondo os moradores a diversos riscos, bem como a degradação ambiental.

Razão pela qual apresentamos a seguinte emenda, afim de garantir os direitos, reconhecendo a dignidade humana e promovendo o progresso social e dando melhores condições de vida a estas pessoas.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



EMENDA

REJEITADO

Sala das Sessões, em 18/12/2019

2.º Secretário

SUPLEMENTA em R\$ 1.000.000,00 (Um Milhão de reais) a dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Obras (02.09.00) – natureza da despesa nº 3.3.90.39.00 e classificação funcional nº 17.512.0026.1.061 – Ampl. do Sist. Esgotamento Sanitário na região do Jardim Aeroporto III.

REDUZ em R\$ 1.000.000,00 (Um milhão de reais) a dotação orçamentaria do Gabinete do Prefeito (02.01.00) – natureza da despesa nº 3.3.90.39.00 e classificação funcional nº 04.131.0010.2.122 – publicidade e divulgação das atividades municipais.

Assim, diante do acima exposto, apresento esta EMENDA, a qual merecerá análise dos nobres pares desta casa.

Plenário Vereador "Dr. Luiz Beraldo de Miranda", em 11 de dezembro de 2019

JORGE RODRIGO VALVERDE SANTANA

VEREADOR- PT

IDUIGUES FERREIRA MARTINS

VEREADOR - PT



EMENDA AO PROJETO nº 119/2019

(Projeto de Lei nº 119/2019 – Estima a Receita e Fixa as Despesas do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020)

A presente Emenda à Lei Orçamentaria para o exercício de 2020 objetiva incluir proposta de ampliação do Serviços de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias.

Considerando o aumento significativo de pessoas em situação de rua em nossa cidade, devido ao rompimento e fragilizações de vínculos, ocasionados muitas vezes pelo aumento da crise social e desigualdades.

Considerando que as casas de acolhimentos existentes devem prestar atendimentos garantindo a privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. O atendimento prestado no município não é suficiente e não garante o acesso de todas que necessitam, de forma a favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local.

Considerando ainda o pleito de seu representante em Audiência Pública que anseia pela ampliação dos serviços de modo a atender e garantir a proteção integral a famílias e indivíduos.

Razão pela qual apresentamos a seguinte emenda, afim de garantir direitos, promover o progresso social e melhores condições de vida e convívio social de toda população.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



EMENDA

REJEITADO
Sala das Sessões, em 17/12/2019
2.º Secretário

SUPLEMENTA em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Assistência Social (02.12.00) – natureza da despesa nº3.3.50.43.00 e classificação funcional nº 08.244.0040.2.102 – Manutenção e operação da Secretaria de Assistência Social, com a finalidade de ampliar o atendimento a moradores em situação de rua em acolhimento institucional.

REDUZ em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) a dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (02.13.00) – natureza da despesa nº3.3.90.39.00 e classificação funcional nº 154 520 030 2.057 – Fiscalização e controle da Limpeza Pública.

Assim, diante do acima exposto, apresento esta EMENDA, a qual merecerá análise dos nobres pares desta casa.

Plenário Vereador “Dr. Luiz Beraldo de Miranda”, em 11 de Dezembro de 2019


JORGE RODRIGO VALVERDE SANTANA

VEREADOR- PT


IDUIGUES FERREIRA MARTINS
VEREADOR - PT



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO

APROVADO
Sala das Sessões, em 17/12/2019



2.º Secretário

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO referente as EMENDAS apresentadas pelos VEREADORES JORGE RODRIGO VALDERDE SANTANA e IDUIGUES FERREIRA MARTINS

Projeto de Lei nº 119 / 2019

A presente iniciativa legislativa de autoria do **Senhor Prefeito Municipal de Mogi das Cruzes**, estima a receita e fixa a despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020 - LOA, e dá outras providências.

Nos termos do § 3º do artigo 183 do Regimento Interno da Câmara Municipal (Resolução nº 005, de 23 de abril de 2001), alterado pela Resolução nº 34/2019, os Vereadores Jorge Rodrigo Valverde Santana e Iduigues Ferreira Martins, apresentaram 7 (sete) emendas ao Projeto de Lei nº 119/2019, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020.

Decorrido o prazo para apresentação de emendas, esta Comissão, que já apresentou seu parecer referente ao projeto de lei, apresenta o presente parecer referente às emendas apresentadas.

Em relação às emendas apresentadas, no total de sete, devemos salientar que o § 4º do artigo 183 do Regimento Interno, determina que somente sejam admitidas emendas que atendam os §§ 2º, 3º e 4º do artigo 126 da Lei Orgânica do Município e que foram objeto de apreciação em Audiência Pública.

Neste contexto, verificamos que as propostas apresentadas se inserem em questões alusivas a determinações de serviços diretos que não foram contemplados nas diretrizes orçamentárias e no plano plurianual; ou seja, entendemos que a discussão para a inserção dos critérios apresentados nas emendas deve ocorrer em projetos anteriores, uma vez que não cabe mais estabelecer diretrizes para elaboração da lei orçamentária.

As emendas a serem apresentadas para o orçamento devem constituir em alocação e distribuição dos valores, com a finalidade de ampliar a possibilidade das atuações dos órgãos e secretarias municipais, mas, nunca estabelecer ações diretas para determinados setores, em detrimento ao atendimento de ações estabelecidas para outros casos, que foram objeto de estudos na elaboração do orçamento e discutidas em várias audiências públicas realizadas na fase de preparação da lei orçamentária.

Portanto, verificamos que as sete emendas apresentadas não atendem aos princípios norteados nos §§ 2º, 3º e 4º do artigo 126 da Lei Orgânica do Município e, nem tampouco, foram colocadas à apreciação em audiência pública. Aliás, devemos apontar que na audiência pública realizada nesta Casa Legislativa o vereador Jorge Rodrigo Valverde Santana, nem mesmo se fez presente.

Portanto, a Comissão de Finanças e Orçamento, **opina pela rejeição das 7 (sete) emendas apresentadas pelo Vereador Jorge Rodrigo Valverde Santana e Iduigues Ferreira Martins, constantes às fls. 255/268.**

Plenário Dr. Luiz Beraldo de Miranda, em 16 de dezembro de 2019.

ANTONIO LINO DA SILVA
Presidente – Relator

JOSÉ FRANCIMÁRIO V. MACEDO
Membro

PEDRO HIDEKI KOMURA
Membro

FERNANDA MORENO DA SILVA
Membro

IDUIGUES FERREIRA MARTINS
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



Mogi das Cruzes, em 19 de dezembro de 2019.

OFÍCIO GPE Nº 420/19

49662 / 2019



19/12/2019 16:24

CAI: 275889

Nome: CAMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES - CMMC

Assunto: PROJETO DE LEI - CAMARA MUNICIPAL

OF. Nº 420/19 - PROJETO DE LEI Nº 119/19, DE
AUTORIA DO EXECUTIVO QUE ESTIMA A RECEITA E
FIXA A DESPESA DO MUNICIPIO PARA O EXERCICIO

SENHOR PREFEITO:

Conclusão: 10/01/2020

Órgão: SECRETARIA DE GOVERNO - SGDV

Através do presente, tenho a elevada honra de passar às mãos de Vossa Excelência, o incluso autógrafo do **Projeto de Lei nº 119/19**, de sua **autoria**, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020, o qual mereceu a aprovação do Plenário desta Edilidade na Sessão Extraordinária realizada ontem.

Valho-me do ensejo, para reiterar à Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente



RINALDO SADA O SAKAI
Presidente da Câmara

À SUA EXCELÊNCIA O SENHOR
MARCUS VINICIUS DE ALMEIDA E MELO
PREFEITO DO MUNICÍPIO DE
MOGI DAS CRUZES



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI

Nº 119/19

Estima a Receita e Fixa a Despesa do
Município de Mogi das Cruzes para o
exercício de 2020.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES DECRETA:

Art. 1º O Orçamento Fiscal do Município de Mogi das Cruzes, abrangendo a Administração Direta e Indireta, seus órgãos e fundos, para o exercício financeiro de 2020, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.869.515.000,00 (um bilhão, oitocentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e quinze mil reais), discriminadas pelos Anexos integrantes desta lei.

Art. 2º A Receita será realizada mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos Anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA:		VALOR	VALOR
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES		
1100.00.00	Impostos, Taxas e Contrib.	R\$ 508.215.000,00	
1200.00.00	Receita de Contribuições	R\$ 32.193.000,00	
1300.00.00	Receita Patrimonial	R\$ 22.382.000,00	
1600.00.00	Receita de Serviços	R\$ 154.228.159,00	
1700.00.00	Transferências Correntes	R\$ 734.895.868,61	
1900.00.00	Outras Receitas Correntes	<u>R\$ 67.066.466,49</u>	R\$ 1.518.980.494,10
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL		
2100.00.00	Operações de Crédito	R\$ 149.618.644,90	
2200.00.00	Alienação de Bens	R\$ 91.600,00	
2400.00.00	Transferências de Capital	<u>R\$ 31.028.471,00</u>	R\$ 180.738.715,90
7000.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA - ORÇAMENTÁRIAS		
7200.00.00	Receitas de Contribuições - I.O.	R\$ 95.926.000,00	
7600.00.00	Receitas de Serviços - I.O.	R\$ 11.469.790,00	
7900.00.00	Outras Rec. Correntes - I.O.	<u>R\$ 62.400.000,00</u>	<u>R\$ 169.795.790,00</u>
	<u>TOTAL:</u>		<u>R\$ 1.862.515.000,00</u>

944



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



(Cont/Projeto de Lei Nº 119/19 – Fls.02)

Art. 3º A Despesa do Município de Mogi das Cruzes será realizada segundo a discriminação dos quadros “Programa de Trabalho” e “Natureza da Despesa”, integrantes desta lei.

2 - Despesa da Administração Direta e Indireta:		
2.1 - Despesa Segundo as Funções:		Valor
01 -	Legislativa	R\$ 38.900.000,00
04 -	Administração	R\$ 168.176.315,75
06 -	Segurança Pública	R\$ 20.972.500,00
08 -	Assistência Social	R\$ 38.401.901,23
09 -	Previdência Social	R\$ 262.706.000,00
10 -	Saúde	R\$ 329.879.886,54
11 -	Trabalho	R\$ 3.300.000,00
12 -	Educação	R\$ 413.269.950,00
13 -	Cultura	R\$ 13.236.506,66
15 -	Urbanismo	R\$ 187.644.199,76
16 -	Habitação	R\$ 5.464.465,66
17 -	Saneamento	R\$ 261.631.710,60
18 -	Gestão Ambiental	R\$ 4.664.850,00
20 -	Agricultura	R\$ 8.829.615,96
22 -	Indústria	R\$ 2.761.500,00
23 -	Comércio e Serviços	R\$ 13.000,00
26 -	Transporte	R\$ 10.892.898,84
27 -	Desporto e Lazer	R\$ 17.852.199,00
28 -	Encargos Especiais	R\$ 65.590.500,00
99 -	Reserva de Contingência	R\$ 15.327.000,00
<u>TOTAL:</u>		R\$ 1.869.515.000,00

2.2 - Despesa Segundo as Categorias Econômicas:		Valor
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES	R\$ 1.537.673.004,19
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 316.514.995,81
9.9.9.9	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	<u>R\$ 15.327.000,00</u>
<u>TOTAL:</u>		R\$ 1.869.515.000,00

V Q A



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



(Cont/Projeto de Lei Nº 119/19 – Fls.03)

2.3 - Despesas dos Órgãos de Governo:	Valor
Câmara Municipal	R\$ 38.900.000,00
Gabinete do Prefeito	R\$ 17.398.800,00
Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos	R\$ 18.729.265,66
Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo	R\$ 7.018.300,00
Secretaria Municipal de Governo	R\$ 4.567.300,00
Secretaria Municipal de Finanças	R\$ 120.662.300,00
Secretaria Municipal de Educação	R\$ 417.234.451,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	R\$ 37.724.901,23
Secretaria Municipal de Saúde	R\$ 319.464.886,54
Secretaria Municipal de Obras	R\$ 152.038.980,58
Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	R\$ 99.910.078,00
Secretaria Municipal de Transportes	R\$ 24.217.750,62
Secretaria Municipal de Desenvol. Econômico e Social	R\$ 2.774.500,00
Secretaria Municipal de Esportes e Lazer	R\$ 17.852.199,00
Secretaria Municipal de Segurança	R\$ 20.972.500,00
Secretaria Municipal de Agricultura	R\$ 8.829.615,96
Secretaria Municipal de Cultura	R\$ 13.236.506,66
Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente	R\$ 4.664.850,00
Secretaria Municipal de Gestão Pública	R\$ 187.802.814,75
Serviço Municipal de Águas e Esgotos - SEMAE	R\$ 185.000.000,00
Instituto de Previdência Municipal - IPREM	<u>R\$ 170.515.000,00</u>
<u>TOTAL:</u>	R\$ 1.869.515.000,00

Art. 4º O Orçamento de Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta e Indireta, seus órgãos e fundos, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 630.987.787,77 (seiscentos e trinta milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos), assim discriminadas:

1 - Saúde	R\$ 329.879.886,54
2 - Previdência	R\$ 262.706.000,00
3 - Assistência Social	<u>R\$ 38.401.901,23</u>
<u>TOTAL:</u>	R\$ 630.987.787,77

4 9 4



(Cont/Projeto de Lei Nº 119/19 – Fls.04)

Art. 5º Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, em 19 de dezembro de 2019, 459º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.


RINALDO SADA O SAKAI
Presidente da Câmara


DIEGO DE AMORIM MARTINS
1º Secretário


MARCOS PAULO TAVARES FURLAN
2º Secretário

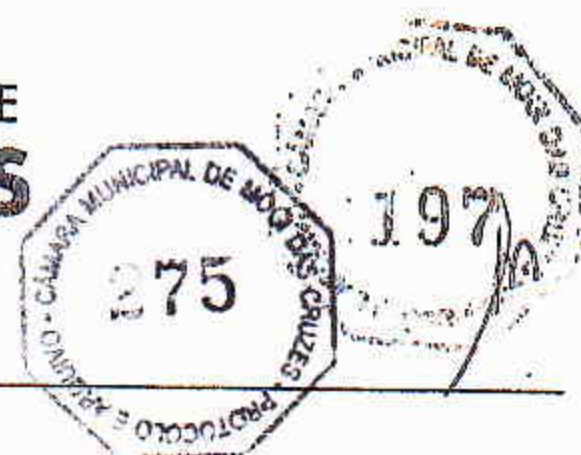
SECRETARIA LEGISLATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES, em 19 de dezembro de 2019, 459º da Fundação da Cidade de Mogi das Cruzes.


PAULO SOARES
Secretário Geral Legislativo



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Projeto de Lei nº 119 / 2019

Processo nº 170 / 2019

De iniciativa legislativa do ilustre **Senhor Prefeito Municipal de Mogi das Cruzes**, a proposta em estudo estima a receita e fixa a despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020 - LOA, e dá outras providências.

A tramitação do projeto de lei que dispõe sobre leis orçamentárias obedecerá aos preceitos dos artigos 181 à 186, do Regimento Interno da Câmara Municipal (Resolução nº 005, de 23 de abril de 2001) e artigos 124 à 129 da Lei Orgânica do Município.

Assim, em cumprimento ao determinado no artigo 183, § 2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal, esta Comissão passa a exarar seu parecer sobre o projeto de lei.

Em relação ao projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo, verificamos que o mesmo visa estimar a receita e fixar a despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020 - LOA, conforme os anexos que fazem parte integrante do projeto de lei, estimando um total de R\$ 1.869.515.000,00 (um bilhão, oitocentos e sessenta e nove milhões, quinhentos e quinze reais), que serão distribuídas de acordo com a legislação vigente.

Conforme verificamos pela Mensagem GP nº 243/2019, o projeto de lei obedece aos princípios previstos na Constituição Federal, na Constituição Estadual e foi elaborado de forma a ser compatível com o Plano Plurianual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, com as normas da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e com as disposições contidas na Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes.

No mais, os dispositivos constantes do texto de lei e seus anexos, obedecem aos princípios previstos na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, na Lei Orgânica do Município e demais portarias editadas pelo Governo Federal referente a matéria.

Sendo ainda, que as propostas orçamentárias remetidas a esta Casa Legislativa pelo Poder Executivo seguem legislação própria disciplinada pela Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes sendo que, sua publicação, para acesso público, se dá em meio eletrônico na página da internet da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - Projeto de Lei nº 119/2019 - Processo nº 170/2019
- De iniciativa legislativa do ilustre Senhor Prefeito Municipal de Mogi das Cruzes, a proposta em estudo estima a receita e fixa a despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020 - LOA, e dá outras providências.

Fls. 02

Para cumprimento ao artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual prevê como instrumento de transparência pública da gestão fiscal a ampla divulgação em meios eletrônicos para acesso público, entendemos que a Câmara Municipal cumpre perfeitamente o disciplinado.

Com relação a audiência pública, em consonância com o que dispõe o artigo 73, § 2º, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, o artigo 35, § 3º, inciso I, c.c. artigo 183, § 2º da Resolução nº 05, de 23 de abril de 2001 e suas posteriores alterações (Regimento Interno da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes) e parágrafo único, inciso I, do artigo 48, da Lei Complementar nº 101/2000, o qual prevê audiências públicas para os projetos de lei de plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento, todos de iniciativa do Poder Executivo, informamos que, além das audiências públicas realizadas pela Prefeitura Municipal, a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento realizou Audiência Pública no dia 28 de novembro de 2019, das 18h30min às 20h30min, no auditório Tufi Elias Andery, nesta Casa Legislativa, conforme demonstra os documentos anexos (publicação do edital de convocação, cópia do comprovante de publicação no site da Câmara Municipal, lista de presença na audiência pública e respectiva Ata da íntegra da audiência pública).

Salientamos ainda, que na audiência pública acima mencionada, houve o comparecimento de vários representantes da população mogiana que se manifestaram e, alguns representantes fizeram explanações e apresentaram sugestões para melhoria dos serviços, conforme podemos verificar no conteúdo da ata da audiência pública.

Por sua vez, a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento já havia deixado claro no decorrer das audiências públicas realizadas por ocasião da Lei de Diretrizes Orçamentária e do Plano Plurianual 2018/2021, que todas as manifestações, explanações e sugestões apresentadas, seja por manifestação verbal ou documental, foram objeto de apreciação neste projeto de lei que trata da LOA (Lei Orçamentária Anual/2020).

Verificamos ainda, que em data de 20 de novembro de 2019, foi protocolada nesta Casa, a Mensagem GP nº 258/2019, de autoria do senhor Prefeito Municipal, o qual informa que o Secretário de Serviços Urbanos, ratificada pela Secretaria de Finanças, no ofício nº 1009/2019-SMSU e nos termos do Processo Administrativo nº 44.033/19, cuja cópia segue anexa à mensagem GP, procedeu a alterações na proposta orçamentária para 2020, em seus anexos, em conformidade com as disposições contidas na Constituição Federal, Constituição Estadual, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Orgânica do Município, Portarias editadas pelo Governo Federal e exigências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MOGI DAS CRUZES

ESTADO DE SÃO PAULO



PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - Projeto de Lei nº 119/2019 - Processo nº 170/2019 - De iniciativa legislativa do ilustre Senhor Prefeito Municipal de Mogi das Cruzes, a proposta em estudo estima a receita e fixa a despesa do Município de Mogi das Cruzes para o exercício de 2020 - LOA, e dá outras providências.

Fls. 03

Alterações estas que foram trazidas para conhecimento, acolhimento e aprovação desta Casa Legislativa, e que são objeto de composição na formatação dos Anexos do corpo da lei orçamentária anual para o exercício de 2020, não alterando o valor do orçamento municipal, mas sim, apenas criando elemento de despesa, distribuindo os valores entre esse elemento criado e elaborando um anexo dos programas de parcerias público-provadas (PPP), portanto, por ser medida técnica administrativa não necessita de apresentação de emenda para esta finalidade, conforme casos análogos ocorridos em anos anteriores.

Outra questão que foi abordada para a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento é com relação às demandas apresentadas pelos executores dos programas de Assistência Social, em especial, subvenções a entidades que desenvolvem programas de assistência ao idoso e à criança e ao adolescente, assim visando contemplar as reivindicações, propomos a seguinte emenda:

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 119/2018:

SUPLEMENTA em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil de reais) a dotação orçamentária classificada sob nº 08.244.0029.2.187 – Subvenções a entidades que desenvolvem programas assistenciais – 02.12.02 – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS – 02.12.00 – Secretaria Municipal de Assistência Social.

REDUZ em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) a dotação orçamentária classificada sob nº 99.999.9999.9.999 – Reserva de Contingência da Prefeitura – 02.05.01 – Gabinete e Demais Unidades Executoras – 02.05.00 – Secretaria Municipal de Finanças.

Portanto, nos aspectos atinentes a esta Comissão, não vislumbramos qualquer óbice que possa ser estranho às normas já existentes que regem a matéria, em especial, nossa Constituição Federal e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo assim, opinamos pela **NORMAL TRAMITAÇÃO** do Projeto de Lei nº 119/2019.

Plenário Dr. Luiz Beraldo de Miranda, em 09 de dezembro de 2019.

ANTONIO LINO DA SILVA
Presidente – Relator

JOSÉ FRANCIMÁRIO V. MACEDO
Membro

PEDRO HIDEKI KOMURA
Membro

FERNANDA MORENO DA SILVA
Membro

IDUIGUES FERREIRA MARTINS
Membro